RELATÓRIO DE GESTÃO

COMANDO DA MARINHA

2025

MARINHA DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO

COMANDO DA MARINHA

2025

Brasília, DF, março de 2026

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2025, integra o Processo de Prestação de Contas Anual da Unidade Prestadora de Contas (UPC) do Comando da Marinha, sendo elaborado com o propósito de assegurar a transparência da gestão pública, fortalecer o controle social e viabilizar o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas.

O documento é submetido ao exame da sociedade, bem como aos Órgãos de Controle Externo e Interno, em consonância com os princípios da publicidade, da *accountability* e da transparência ativa, contribuindo para o acesso amplo às informações de interesse público.

Sua elaboração observa o disposto no art. 70 da Constituição Federal de 1988, atendendo às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e na Decisão Normativa TCU nº 198/2022, reforçando o compromisso institucional com a boa governança, a integridade e a correta aplicação dos recursos públicos.

Este documento consolida as informações dos órgãos que compõem a UPC, abrangendo as seguintes Unidades Orçamentárias (UO): Comando da Marinha, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Fundo Naval e Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo. Ressalta-se que as entidades Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e a Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM) elaborarão seus relatórios de gestão de forma autônoma, conforme estabelecido pela citada Decisão Normativa.

Estruturado em quatro capítulos, o relatório tem como propósito demonstrar a regularidade e a eficácia na aplicação dos recursos públicos, além de apresentar os resultados das iniciativas realizadas. Seu conteúdo foi organizado para oferecer uma visão abrangente e objetiva de como a governança, a estratégia, o desempenho e as perspectivas da Marinha do Brasil, considerando seu contexto externo, contribuem para a geração de valor público no curto, médio e longo prazos.

A narrativa inicia-se com o Capítulo 1 – "Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo", que delineia a missão, a visão de futuro, os valores e a estrutura da Marinha, analisando a influência do ambiente externo e o modelo de negócio concebido para entregar os resultados esperados pela sociedade.

No Capítulo 2 – "Riscos, Oportunidades e Perspectivas", são detalhados o *framework* de gestão de riscos da Força, os principais riscos atrelados aos seus objetivos estratégicos, os controles implementados, assim como as oportunidades e perspectivas identificadas para o fortalecimento institucional.

O Capítulo 3 – "Governança, Estratégia e Desempenho" expõe a arquitetura de governança, o relacionamento com a sociedade, os indicadores e metas das Ações Estratégicas Navais (AEN) alcançadas, e as ações de supervisão e controle que asseguram a legalidade dos atos de gestão.

Por fim, o Capítulo 4 – "Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis" resume o desempenho econômico-financeiro da gestão, apresentando demonstrativos contábeis sintéticos com os dados mais relevantes extraídos da execução orçamentária e financeira.

MARINHEIROS,
RUMO AO MAR!
Tudo pela Pátria e pela "Invicta
Marinha de Tamandaré"!
A140

SUMÁRIO

9 *Mensagem do Comandante da Marinha*

14 *Marinha em Números*

29 ***CAPÍTULO 1***
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

30 *1.1 Visão Geral Organizacional*

32 *1.2 Ambiente Externo*

34 *1.3 Estrutura Organizacional*

46 1.4 Modelo de Negócio

47 *1.5 Cadeia de Valor*

48 *1.6 Planejamento Estratégico da Marinha*

53 *1.7 Políticas e Programas de Governo*

83 *1.8 Contratos de Gestão*

84 *1.9 Principais Operações e Ações Realizadas*

161 **CAPÍTULO 2**
Riscos, Oportunidades e Perspectivas

162 *2.1 Gestão de Riscos na MB*

167 *2.2 Principais Riscos Estratégicos*

172 **CAPÍTULO 3**
Governança, Estratégia e Desempenho

173 *3.1 Governança na Marinha do Brasil*

175 *3.2 Transparência e Relacionamento com a Sociedade*

179 *3.3 Principais Programas e Projetos*

215 *3.4 Planos de Curto Prazo*

246 *3.5 Resultados da Gestão Interna*

246 *3.5.1 Gestão Orçamentária e Financeira*

259 *3.5.2 Gestão de Custos*

261 *3.5.3 Gestão de Pessoas*

269 *3.5.4 Gestão de Licitações e Contratos*

274 *3.5.5 Gestão Patrimonial e Infraestrutura*

278 *3.5.6 Gestão de Tecnologia da Informação*

284 *3.5.7 Sustentabilidade Ambiental*

300 *3.6 Indicadores de Governança e Gestão*

304 *3.7 Principais Ações de Supervisão, Controle e Correição*

307 ***CAPÍTULO 4***
***Informações Orçamentárias, Financeiras* e Contábeis**

308 *4.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis*

308 *4.2 Balanço Patrimonial*

316 *4.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais*

316 *4.4 Balanço Orçamentário*

320 *4.5 Amparo Legal*

320 *4.6 Informações acerca do Setor de Contabilidade do Comando da Marinha*

321 *4.7 Conclusões de Auditoria*

323 *Lista de Siglas*

MENSAGEM DO COMANDANTE DA MARINHA

A história das Nações ensina, de modo inequívoco, que o mar não constitui mera moldura geográfica, mas dimensão vital de poder, liberdade, prosperidade e preservação dos interesses permanentes da Nação. No caso brasileiro, essa verdade adquire relevo demais pronunciado. A formação do Estado, a proteção da soberania, a integração com o exterior, a circulação de riquezas, a exploração de recursos estratégicos e a projeção de presença soberana no Atlântico Sul entrelaçam-se intimamente ao domínio, ao uso seguro e à compreensão estratégica do espaço marítimo. Em tempo de acirrada competição geopolítica, de renovada valorização do poder dissuasório e de crescente sensibilidade das cadeias logísticas globais, avulta, ainda mais, a centralidade do mar para a segurança e a defesa nacionais.

No Brasil, essa centralidade do mar ganha expressão concreta em números que, por sua magnitude, recomendam vigilância, presença e capacidade de pronta resposta. A área marítima nacional totaliza cerca de 5,7 milhões de km²; o entorno estratégico alcança aproximadamente 55 milhões de km²; a área de busca e salvamento sob responsabilidade brasileira supera 14,1 milhões de km²; e a malha hidroviária compreende cerca de 63 mil quilômetros de rios navegáveis, dos quais 20 mil são economicamente viáveis. Por essas vias transitam cerca de 95% da pauta comercial exterior brasileira, ao mesmo tempo em que 99% das comunicações do País com o restante do mundo dependem da integridade dos cabos submarinos distribuídos ao longo do litoral. A essa realidade soma-se, ainda, o recente reconhecimento internacional de parcela adicional da Plataforma Continental Brasileira na Margem

Equatorial, reforçando os direitos soberanos do País sobre recursos estratégicos e ampliando a relevância geopolítica da Amazônia Azul.

É nesse contexto que se afirma a missão da Marinha do Brasil, instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. A esse núcleo constitucional somam-se atribuições subsidiárias de elevada relevância pública, dentre as quais se destacam a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar, a prevenção da poluição ambiental por embarcações, o ordenamento do tráfego aquaviário, a repressão a ilícitos no mar e em águas interiores, o apoio à defesa civil, a cooperação com o desenvolvimento nacional e a contribuição à política externa brasileira. Ao exercer, ademais, as competências inerentes à Autoridade Marítima Brasileira, a Instituição faz presente, de modo permanente e efetivo, a autoridade do Estado em domínio particularmente sensível à soberania, à economia e ao bem-estar da sociedade.

É sob essa moldura institucional e estratégica que se apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025. O documento consolida as principais ações empreendidas pela Marinha do Brasil ao longo do ano, evidencia os resultados alcançados nos diversos campos de atuação e reafirma o compromisso permanente da Força com a geração de valor público, a transparência administrativa e a fiel prestação de contas à sociedade brasileira.

Sob o prisma das operações militares, o exercício de 2025 ofereceu demonstrações expressivas da prontidão, da interoperabilidade e da capacidade de projeção da Marinha do Brasil, tanto no exterior quanto no território nacional. No cenário internacional, sobressaíram a operação "Jeanne d'Arc 2025", com a Marinha Nacional da França; a "UNITAS LXVI", em ambiente de interoperabilidade multinacional; a "FRATERNO XXXVIII", em parceria com a Argentina; e as operações "Obangame Express" e "GUINEX-V", no Golfo da Guiné, em cooperação com países do entorno estratégico. No plano doméstico, destacaram-se a operação "Lançamento de Armas/ADEREX", pelo emprego real de armamentos e pelo aperfeiçoamento da capacidade de combate; a operação "Atlas Armas Combinadas", em Formosa, e a "Atlas Anfíbia", no Espírito Santo, que reafirmaram a integração entre meios, o preparo do Corpo de Fuzileiros Navais e a condução de ações de elevada complexidade; e, ainda, as operações "Furnas 2025", "Aspirantex 2025" e "OPERANTAR XLIII e XLIV". Em seu conjunto, essas ações evidenciaram uma Força apta a operar em cenários de elevada complexidade, a integrar-se com marinhas amigas e a sustentar, com preparo técnico e flexibilidade operativa, a presença do Estado onde os interesses nacionais assim o exigem.

No âmbito dos programas estratégicos, a Marinha do Brasil prosseguiu, em 2025, no esforço de geração de capacidades críticas ao Poder Naval, combinando autonomia tecnológica, modernização de meios e fortalecimento da vigilância marítima. Nesse contexto, o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) mantiveram centralidade singular. O PNM avançou

no domínio do ciclo do combustível nuclear, no desenvolvimento de tecnologias associadas aos reatores e na evolução do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), com benefícios que transcendem o setor de defesa e reúnem as características próprias de um projeto estruturante de Estado. O PROSUB, por sua vez, registrou marcos expressivos com a entrega do Submarino "Tonelero" ao setor operativo, o lançamento ao mar do Submarino "Almirante Karam" e a continuidade das ações voltadas à infraestrutura de apoio e ao futuro Submarino Nuclear Convencionalmente Armado (SNCA).

Também merece destaque o Programa Fragatas Classe "Tamandaré" (PFCT), conduzido pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), que registrou marcos relevantes em 2025, como o lançamento ao mar da Fragata "Jerônimo de Albuquerque" e o batimento de quilha da Fragata "Cunha Moreira", reiterando sua relevância no processo de renovação da Esquadra, no fortalecimento da Base Industrial de Defesa e na projeção internacional da construção naval brasileira.

No mesmo esforço de recomposição e ampliação de capacidades, inserem-se o Programa de Obtenção de Navios-Patrulha (PRONAPA), com a continuidade da construção dos Navios-Patrulha "Mangaratiba" e "Miramar". O PROADSUMUS, voltado à obtenção de meios para o Corpo de Fuzileiros Navais, que registrou, em 2025, a entrega de 10 viaturas operativas não blindadas pesadas UNIMOG, em benefício da mobilidade e da capacidade de pronta resposta. O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que prosseguiu na ampliação da consciência situacional marítima, com avanços na Unidade de Vigilância de Castelhanos e no fornecimento de dados radar na área do Albardão, reafirmando-se como instrumento estratégico de vigilância, monitoramento e proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras. Soma-se a esse conjunto a obtenção, em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), do Navio-Doca Multipropósito (NDM) "Oiapoque", marco relevante para o fortalecimento da capacidade logística e humanitária da Marinha do Brasil, a ser recebido até o fim de 2026.

No exercício de suas atribuições subsidiárias e como expressão direta de sua condição de Autoridade Marítima, a Marinha entregou resultados concretos no apoio às ações do Estado e nas entregas diretas à sociedade, abrangendo o atendimento à população, a segurança do tráfego aquaviário e da navegação, a formação profissional, as ações de busca e salvamento, os levantamentos hidrográficos, a produção cartográfica náutica, a manutenção de auxílios à navegação, a divulgação de avisos aos navegantes e avisos-rádio náuticos, as previsões meteorológicas, a disponibilização de dados do Banco Nacional de Dados Oceanográficos para a comunidade científica, e a produção de conhecimento aplicado ao mar e às águas interiores, cujos principais indicadores se encontram consolidados na seção "Marinha em Números". Em apoio à governança do espaço marítimo, registraram-se, ainda, atividades no âmbito do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), com destaque para o avanço da análise da Margem Oriental/Meridional. No plano social, destacaram-se, em 2025, o Programa Forças no Esporte (PROFESP),

que mobilizou 39 Organizações Militares e atendeu 5.410 alunos, e o Projeto Soldado-Cidadão, que profissionalizou 2.301 jovens egressos do Serviço Militar Inicial Obrigatório, com apoio de instituições e de entidades parceiras.

Não obstante as realizações acima expostas, o exercício de 2025 transcorreu sob severos condicionantes orçamentários e financeiros. Embora as programações discricionárias tenham superado as do ano anterior, os patamares alcançados permaneceram aquém das necessidades planejadas da Força. A sanção da Lei Orçamentária Anual em 10 de abril impôs, até a publicação do decreto de programação, a condução das atividades sob regime restritivo. Na sequência, o exercício foi marcado por forte contenção no âmbito do Poder Executivo, seguida de recomposição apenas parcial, bem como por permanente restrição do Limite de Movimentação e Empenho (LME). Esse quadro demandou reprogramações frequentes, criteriosa priorização de despesas e elevada coordenação na execução. Ainda assim, a Administração Naval envidou esforços permanentes para preservar a prontidão operativa, sustentar programas estratégicos e mitigar impactos sobre projetos essenciais à defesa nacional e ao atendimento da sociedade. Nesse contexto, a promulgação da Lei Complementar nº 221/2025, embora relevante para o fortalecimento do financiamento das ações em andamento, não supre a necessidade de instrumento capaz de assegurar fluxo regular e previsível de recursos em patamar compatível com a condução dos Projetos Estratégicos de Defesa, a preservação da Base Industrial de Defesa e a proteção do conhecimento tecnológico já adquirido.

Por derradeiro, o presente Relatório de Gestão consubstancia uma visão clara do alinhamento entre estratégia, governança e geração de valor público, ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso institucional de transparência perante a sociedade brasileira. Nessa condição, ficam asseguradas a fidedignidade, a precisão, a completude e a integridade das informações nele prestadas.

MARCOS SAMPAIO OLSEN
Almirante de Esquadra
Comandante da Marinha

MARINHA DO BRASIL, PROTEGENDO NOSSAS RIQUEZAS, CUIDANDO DA NOSSA GENTE

MARINHA DO BRASIL

MARINHA EM NÚMEROS

2025

Força de Trabalho: ***69.504***
Organizações Militares: ***419***

Além das tarefas relacionadas à missão Constitucional da Marinha do Brasil, **defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem**, apresentamos, ainda, neste quadro alguns números que demonstram as atividades subsidiárias e que contribuem diretamente para a Sociedade.

Principais Operações - DESTAQUES

	ATLAS - ARMAS COMBINADAS/ SEGMAR/IVR/ APOLOG/ANFÍBIA	LANÇAMENTO DE ARMAS I/II/III/IV	ASPIRANTEX	UNITAS LXVI	JEANNE D'ARC
DIAS	94	24	22	92	20
NM NAVEGADAS	15.271	2.075	3.008	10.515	3.143
MILITARES	6.379	2.149	2.096	277	736
NAVIOS	10	9	9	1	4
AERONAVES	11	9	9	1	1
MEIOS CFN	45	-	2	-	9

*Nautical Miles (Milhas Náuticas).
**Foram considerados Navios e/ou Embarcações.

Principais Operações Realizadas **Com1ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
OPERAÇÃO ANGRA I	1	-	121	-	-	10
OPERAÇÃO ITAGUAÍ I	1	-	86	-	-	7
POIT I/2025	10	1.702	125	1	-	-
BRICS	8	588,5	2038	24	2	111
POIT II	15	2.245	121	1	-	-
POIT III	18	3.457	101	1	-	-
POIT IV	15	1.831	115	1	-	-
POIT V	14	1.832	90	1	-	-
FORMOSA	20	-	35	-	-	2
FURNAS	6	-	12	-	-	2
OPERAÇÃO ITAGUAÍ II	2	310	295	2	-	10

Principais Operações Realizadas **Com2ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
PATNAV LE	29,5	4.742	201	3	-	-
OPERAÇÃO INTERAGÊNCIAS	3	49,8	17	1	-	-
DEPORTEX LE I (TEMADRE)	5	30	369	9	-	1
RETREX	6	82,9	230	5	1	1
ARAMUSS	5	118	259	13	-	-
MINEX	3	150,6	171	10	-	-

Principais Operações Realizadas **Com3ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
APOIEX ECASPSP	9,5	1.385	99	1	-	-
ASPIRANTEX	9,5	1.135,20	42	1	-	-
NAVEGUE SEGURO	12	864	33	1	-	-
ÁGATA (ALDEBARAN)	9,5	570,40	39	1	-	-
APOIEX ECASPSP	11,5	2.310	108	1	-	-
DERRELITO BORA	7	1.380	92	1	-	-
APOIO PF	4	737	74	1	-	-
APOIEX ECASPSP	15,5	2.312	108	1	-	-
OPERAÇÃO JEANNE D'ARC	20	-	145	-	-	1
OPERAÇÃO EX-EAMAL	4	-	143	-	-	1
INTERPORTEX	1	-	143	-	-	1
OPERAÇÃO ATLAS	13	-	45	-	-	1
OPERAÇÃO TRIDENTE	5	-	43	-	-	1

Principais Operações Realizadas **Com3ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
OPERAÇÃO MACEIÓ	**5**	**-**	**56**	**-**	**-**	**1**
APOIEX ECASPSP	**14**	**2.310**	**100**	**1**	**-**	**-**
PATNAV	**8**	**639,9**	**42**	**1**	**-**	**-**

Principais Operações Realizadas **Com4ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
ACISO (I, II, III)	52	3.329,1	457	1	-	4
CARIBEX	79	4.116,9	105	2	-	-
REPRESENTAÇÃO NAS COMEMORAÇÕES DA QUEDA DA BASTILHA NA CIDADE DE CAIENA NA GUIANA FRANCESA	19	1.352,8	38	1	-	-
ASSHOP	16	90,2	125	1	1	1
OPERAÇÃO ÁGATA SINGULAR	36	4.042	196	2	-	2
APOIO À 30ª CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (COP30)	22	4.863,3	648	12	1	27

Principais Operações Realizadas **Com5ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
OPERAÇÃO ATLAS ARMAS COMBINADAS - FORMOSA	16	-	35	-	-	1
DIPLOMEX	9	708	136	2	1	-
OPERAÇÃO ÁGATA 1ºTRIMESTRE	3	6,4	72	1	-	-
OPERAÇÃO ÁGATA 2ºTRIMESTRE	11	2,5	119	2	-	-
OPERAÇÃO ÁGATA 3ºTRIMESTRE	10	612,5	189	2	1	-
OPERAÇÃO ÁGATA 4ºTRIMESTRE	5	-	15	-	-	-

Principais Operações Realizadas **Com6ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
OPERAÇÕES DE EVACUAÇÕES AEROMÉDICAS	32	-	8	-	1	-
OPERAÇÕES DE SAR (SALVAMAR OESTE)	12	241,7	29	1	-	-
LEVANTAMENTO HIDROGRÁFICO - CÁCERES/ RIO CUIABÁ	56	1344	52	2	-	-
BALIZA I	15	629	21	1	-	-
BALIZA II	10	318	18	1	-	-
SONDOPE	54	1235,4	42	1	-	-
LH PORTO MURTINHO	38	794,1	36	1	-	-
BALIZOPE	50	1305,2	51	2	-	-
PROJETO NAVIO / ASSHOP	21	-	115	3	-	-
ASSHOP RIO CUIABÁ	25	-	32	1	-	-
PROJETO ASSHOP	30	-	115	3	-	-
ACISO/ASSHOP	11	-	32	1	-	-
APOIO À JUSTIÇA ITINERANTE	8	-	77	2	-	-

Principais Operações Realizadas **Com7ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
8 OPERAÇÕES DE SAR	12	-	28	7	-	4
OPERAÇÃO ATLAS ARMAS COMBINADAS - FORMOSA	19	-	45	-	-	15
OPERAÇÃO "IMPÁVIDO" NAVEGAÇÃO EXPLORATÓRIA NO RIO TOCANTINS	9	-	35	3	-	9

Principais Operações Realizadas **Com8ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
PATRULHA NAVAL NA BACIA DE SANTOS	12	5.000	68	2	-	-
TIREX	8	1.600	63	2	-	-
OPERAÇÃO CERCO AZUL EM COLABORAÇÃO COM O IBAMA	5	2.400	62	2	-	-
DIPLOMEX	20	2.100	38	1	-	-
APOIO AOS EXERCÍCIOS OPERATIVOS DA FRAGATA TAMANDARÉ	31	6.200	96	3	-	-

Principais Operações Realizadas **Com9ºDN**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
ASSHOP JURUÁ B E C – OPERAÇÃO ACRE XXV	120	3.920	78	1	-	1
BRACOLPER	30	2.300	315	3	1	1
OPERAÇÃO OFTALMOLOGIA HUMANITÁRIA	19	382,5	61	1	-	1
ÁGATA CONJUNTA	22	1.943	372	13	2	1
OPERAÇÃO BINACIONAL	20	1.704	114	2	-	1
ADERIB	5	212	462	9	1	2
ASSHOP CUEIRAS/ OUTUBRO ROSA	11	105	119	2	-	1
OPERAÇÃO ÁGATA 4º TRIMESTRE	22	1.754	87	3	1	1
OPERAÇÃO PARINTINS	13	510	190	4	1	2
LEVANTAMENTO HIDROGRÁFICO COMBINADO RIO JAVARI	37	1.417	29	1	-	1
OPERAÇÃO CATRIMANI II	81	6.466	477	7	1	2
OPERAÇÃO ATLAS	12	936	206	4	1	1

Principais Operações Realizadas **ComemCh**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
ASPIRANTEX	22	3.008	2.096	9	9	2
FRATERNO XXXVIII	5	835	422	1	1	-
JEANNE D'ARC	20	3143	536	1	2	-
XXXIX VIGM	142	20.883	450	1		-
LANÇAMENTO DE ARMAS-I	5	435	1.304	5	4	-
ADEREX-AERNAV/ LANÇAMENTO DE ARMAS-II	6	650	2.149	8	9	-
ADEREX-SUP-SUB/ LANÇAMENTO DE ARMAS-III	5	490	2.149	7	9	-
GUINEX-V/ OBANGAMEEXPRESS	86	11.403	262	1	1	-
UNITAS LXVI	92	10.515	277	1	1	-
OPERAÇÃO ATLAS-SEGMAR	83	4.326	1.046	1	4	-
OPERAÇÃO ATLAS-IVR	65	4.363	49	1	-	-
OPERAÇÃO ATLAS-APOLOG	60	6.032	266	1	-	-
ATLAS- ANFÍBIA	10	550	2.419	9	8	-
LANÇAMENTO DE ARMAS IV	5	500	950	4	2	-

Principais Operações Realizadas **ComFFE**

	DIAS	NM NAVEGADAS	MILITARES	NAVIOS	AERONAVES	MEIOS CFN
IMPERIAL MARINHEIRO	79	-	1143	-	-	40
JEANNE D`ARC	23	-	402	1	1	59
REDENTOR	10	-	674	-	-	18
ATLAS ARMAS COMBINADAS	19	-	2599	-	7	72
FURNAS	27	-	987	-	5	66
MARAJOARA	90	-	319	1		21
ATLAS ANFÍBIA	11	-	518	3	11	45
APOEMA	68	-	79	-	-	8
ADEREX	7	-	89	-	-	6
TAPIO	17	-	22	-	-	-
ADST-PROTDEFNBQR ARAMAR	7	-	24	-	-	4
ADST EQ FFE	19	-	577	-	-	-

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

Médico	26.568
Odontológico	7.696
Enfermagem	62.929
Exames Realizados	103.910
Medicamentos Distribuídos	1.133.793

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Embarcações Inspecionadas	263.861
Embarcações Notificadas	15.494
Embarcações Autuadas	9.627
Embarcações Apreendidas	2.119
Inquéritos Instaurados	732

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Aquaviários	17.793
Portuários	1.796
Mergulhadores	214
Soldado Cidadão	3.763

HABILITAÇÃO E REGISTRO DE EMBARCAÇÕES

Inscrição de Embarcação	40.672
Registro de Embarcação	462
Renovação de Registro de Embarcação	18.153
Emissão de Habilitação	85.915
Renovação de Habilitação (esporte e recreio)	47.008

SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

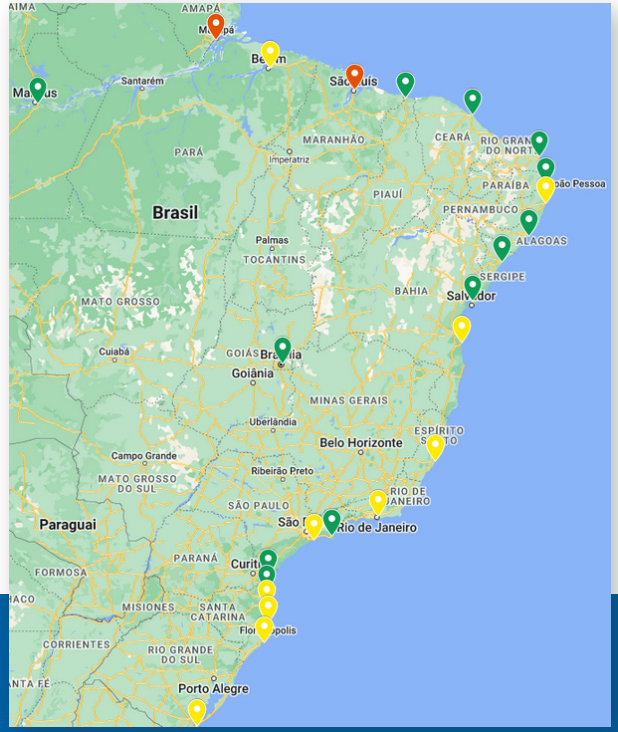
Busca e Salvamento no Mar (SAR)	254
Levantamentos Hidrográficos	194
Manutenção de Auxílios à Navegação	792
Emissão de Avisos aos Navegantes	679
Emissão de Avisos-Rádio Náuticos	6.235
Produção/Atualização de Cartas Náuticas	151

A MB é responsável por 803 Auxílios à Navegação distribuídos ao longo da costa brasileira e das vias navegáveis interiores. A partir de setembro de 2023, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) passou a assumir integralmente a responsabilidade pelo balizamento do Tramo Sul da Hidrovia Paraguai-Paraná, uma vez que já detinha a atribuição sobre o Tramo Norte da referida hidrovia.

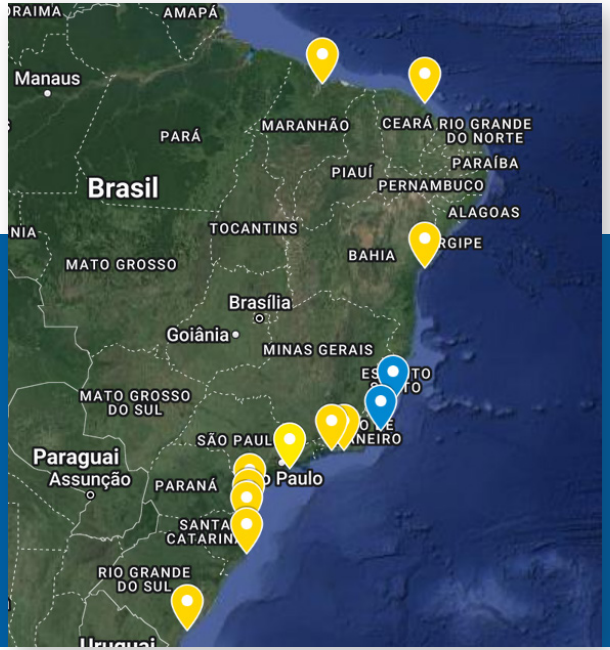
A costa brasileira conta com 13 radiofaróis, dos quais 04 (São Tomé (RJ), Rasa (RJ), Moela (SP) e Paranaguá (PR)) operam com Sistema Global de Navegação por Satélite Diferencial (DGNSS), 07 operam com Sistema de Posicionamento Global Diferencial (DGPS).

O Serviço de Tráfego de Embarcações (*Vessel Traffic Service* – VTS) é empregado para o monitoramento e controle do tráfego de navios em portos e vias navegáveis interiores, contribuindo diretamente para a segurança da navegação, a eficiência do tráfego aquaviário e a proteção ambiental. Existem 02 sistemas VTS em operação no país e 11 em fase de implantação.

Distribuição dos Auxílios à Navegação sob responsabilidade da Marinha do Brasil



Situação operacional dos radiofaróis da costa brasileira
Marcação em Azul – Radiofaróis com sistemas DGNSS e DGPS
Marcação em Vermelho – Radiofaróis sem equipamento de recepção/transmissão de sinal de satélite



Situação dos sistemas VTS no Brasil
Marcação em Azul – Sistemas VTS em operação
Marcação em Vermelho - Sistemas VTS em implantação

MARINHA DO BRASIL

CAPÍTULO 1

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Momento exato do lançamento do Torpedo MK-46 pela Fragata "Independência"

1.1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

QUEM SOMOS

A Marinha do Brasil (MB) é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(Art. 142 da Constituição Federal)

Além da missão constitucional reservada à MB, a legislação outorga à Força Naval atribuições subsidiárias de caráter geral, tais como cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República, bem como, além de outras ações pertinentes, e preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I. patrulhamento;
II. revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
III. prisões em flagrante delito.

(Art. 16, caput, e 16-A, caput, da Lei Complementar nº 97/1999)

Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares:

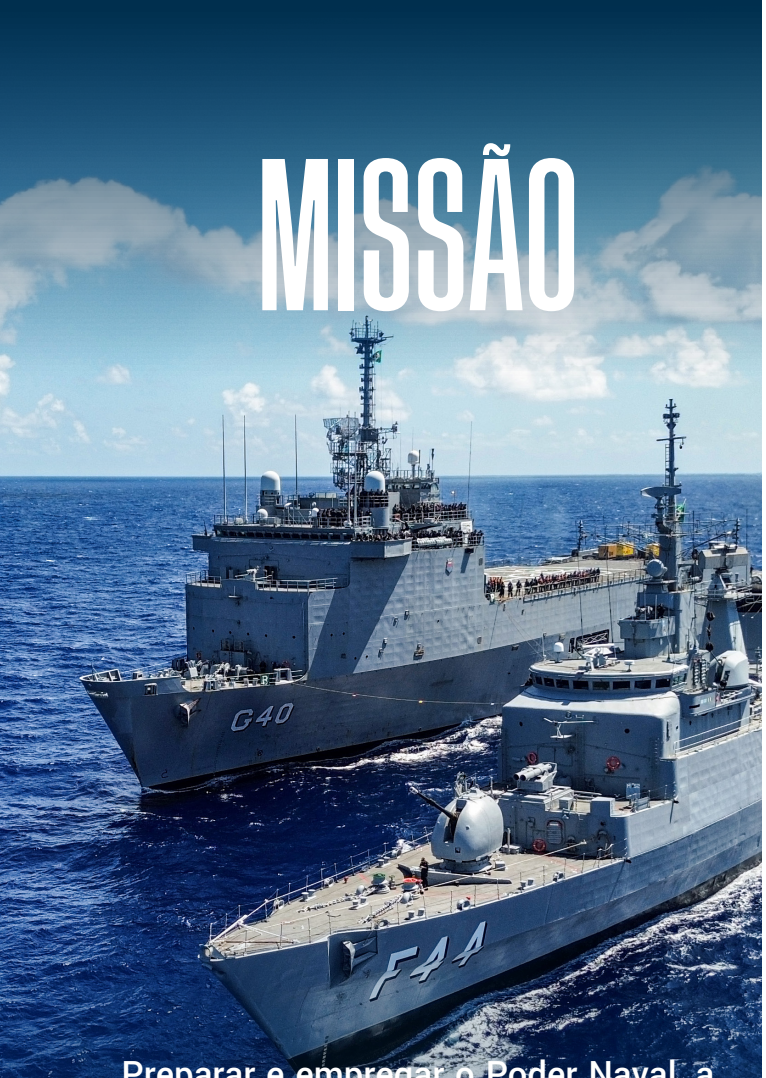
I. orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;
II. prover a segurança da navegação aquaviária;
III. contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;
IV. implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas; e
V. cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Pela especificidade dessas atribuições, o legislador infraconstitucional conferiu ao Comandante da Marinha a competência para atuar como Autoridade Marítima Brasileira e regular e fiscalizar a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar, a prevenção da poluição ambiental por embarcações, o ensino profissional marítimo e o ordenamento do tráfego aquaviário.

(Art. 17, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 97/1999)

A competência completa da MB e sua base jurídica estão disponíveis na página:
https://www.marinha.mil.br/base-juridica

MISSÃO



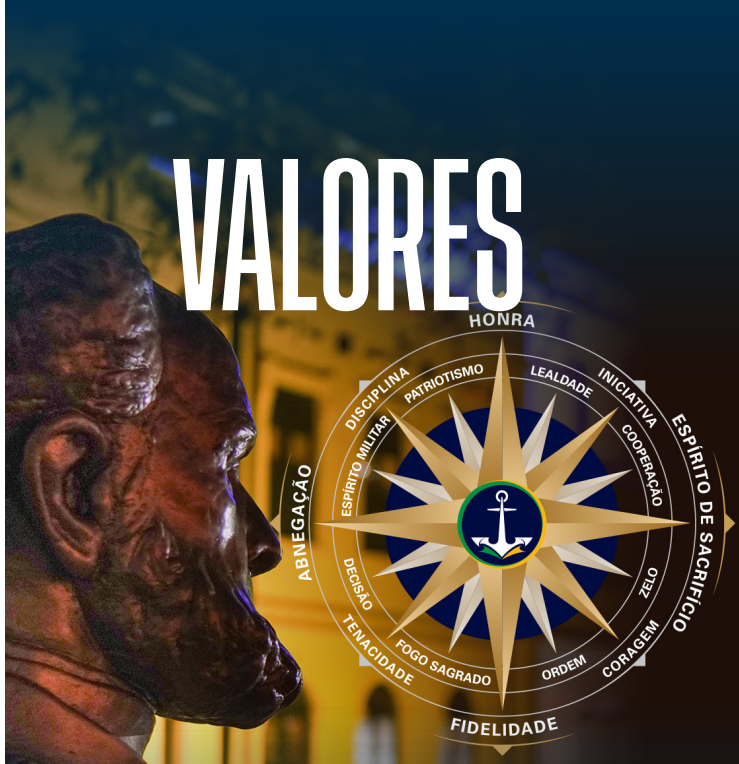
Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.

Acesse mais em: https://www.marinha.mil.br/missao-e-visao-de-futuro

VISÃO

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade.

VALORES



Os valores organizacionais representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta de colaboradores, gerentes e autoridades ligadas a uma instituição. Tais valores, na Marinha do Brasil, estão traduzidos por intermédio do conjunto de princípios e costumes expressos na “Rosa das Virtudes”. Mais do que uma simples declaração, os valores são revelados pelas reações que a instituição demonstra diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência.

1.2 AMBIENTE EXTERNO

O Ambiente Externo constitui variável estruturante para o planejamento, o preparo e o emprego da Marinha do Brasil, na medida em que expressa as condições sistêmicas que moldam a segurança internacional e influenciam diretamente o comportamento estratégico dos Estados. O sistema internacional atravessa um período de transição profunda, caracterizado pela intensificação da competição entre grandes potências, pela erosão relativa de mecanismos tradicionais de governança e pelo aumento da instabilidade, da incerteza e da imprevisibilidade no cenário geopolítico. Tal contexto impõe desafios crescentes às estruturas de defesa, exigindo permanente atualização das avaliações estratégicas e maior capacidade de adaptação institucional.

Nesse ambiente, observa-se a reafirmação da centralidade do domínio marítimo. O mar consolida-se simultaneamente como espaço vital para a circulação de fluxos econômicos globais, ambiente de exploração de recursos estratégicos e plataforma privilegiada de projeção de poder e influência. A crescente relevância das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), dos recursos energéticos offshore, dos minerais estratégicos e das infraestruturas críticas submarinas evidencia que o espaço marítimo transcende sua dimensão geográfica, assumindo papel central na dinâmica da competição estratégica contemporânea. A segurança e a estabilidade dos mares tornam-se, assim, elementos diretamente associados à resiliência econômica, à segurança energética e à autonomia política dos Estados.

O ambiente estratégico internacional recente demonstra que a previsibilidade e a estabilidade não podem mais ser presumidas. Conflitos regionais, disputas geopolíticas, sanções econômicas, disrupções logísticas e o emprego crescente de estratégias híbridas têm impactado de forma significativa o comércio internacional e a segurança da navegação. A interdependência das cadeias globais de suprimento amplia a sensibilidade dos Estados a perturbações externas, enquanto a ampliação do uso de instrumentos não convencionais de poder — incluindo pressões econômicas, cibernéticas e informacionais — torna cada vez mais complexa a natureza das ameaças. Nesse contexto, a proteção de fluxos marítimos e de infraestruturas estratégicas adquire caráter de interesse nacional prioritário.

O Atlântico Sul, historicamente percebido como região de relativa estabilidade interestatal, vem sendo progressivamente impactado por essas dinâmicas sistêmicas. A ampliação do interesse e da presença de atores extrarregionais, motivada por fatores econômicos, energéticos e geopolíticos, introduz novos vetores de complexidade ao ambiente regional. Ainda que não se configure, no presente, ameaça militar direta, a intensificação da competição estratégica global projeta efeitos indiretos sobre a região, elevando a relevância da dissuasão, da presença e da capacidade de resposta como instrumentos essenciais para a preservação da estabilidade regional e da autonomia estratégica dos Estados lindeiros.

Paralelamente às dinâmicas de natureza interestatal, o Atlântico Sul enfrenta desafios persistentes associados às ameaças não tradicionais. Fenômenos como a pirataria, o roubo armado no mar, o tráfico ilícito, a pesca ilegal, os crimes ambientais e outras modalidades de ilícitos transnacionais configuram um ecossistema de riscos cumulativos que impacta a governança marítima e desafia a autoridade dos Estados costeiros. Tais ameaças, embora frequentemente de natureza difusa e assimétrica, produzem efeitos estratégicos relevantes ao afetar a segurança da navegação, a exploração sustentável de recursos e a estabilidade institucional dos países da região.

O Brasil ocupa posição singular nesse ambiente. País de dimensões continentais, extensa linha de costa e vastos espaços marítimos sob jurisdição, apresenta elevada dependência estrutural do domínio

marítimo. A porção marítima das Águas Jurisdicionais Brasileiras — a denominada Amazônia Azul — concentra expressivo patrimônio de recursos biológicos, energéticos e minerais, além de infraestruturas críticas indispensáveis ao desenvolvimento nacional. A relevância estratégica desse espaço não se limita à dimensão econômica, abrangendo também aspectos relacionados com a soberania, a segurança, a ciência e a projeção internacional do País.

As LCM assumem nesse contexto um caráter vital. Por meio delas escoa parcela predominante do comércio exterior brasileiro, viabilizando a integração do País aos fluxos globais de comércio e assegurando o abastecimento de insumos essenciais à economia nacional. A segurança dessas rotas marítimas, portanto, constitui fator diretamente associado à estabilidade econômica, à segurança alimentar e à resiliência estratégica do Estado brasileiro. Eventuais perturbações nesses fluxos podem gerar impactos sistêmicos, ampliando a relevância da capacidade estatal de monitoramento, proteção e resposta.

No domínio das infraestruturas críticas, destaca-se a crescente densidade de ativos estratégicos no ambiente marítimo, incluindo instalações energéticas offshore, estruturas portuárias e redes de cabos submarinos responsáveis pela conectividade internacional do País. A

vulnerabilidade dessas infraestruturas, em um cenário global marcado pela expansão de riscos híbridos e pela maior contestação no domínio marítimo, reforça a necessidade de vigilância permanente, proteção efetiva e capacidade de pronta reação. A segurança física e informacional desses ativos passa a integrar de forma indissociável o escopo das preocupações estratégicas nacionais.

Diante desse conjunto de vulnerabilidades e desafios compartilhados, a cooperação regional adquire importância estratégica crescente. A preservação do Atlântico Sul como espaço de estabilidade, desenvolvimento e uso pacífico demanda esforços coordenados entre os Estados lindeiros, capazes de mitigar vulnerabilidades comuns e fortalecer mecanismos de confiança mútua. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) constitui, nesse sentido, importante instrumento político-estratégico, ao promover o diálogo, a cooperação e a convergência de interesses entre países sul-americanos e africanos com projeção sobre o oceano.

A atuação da Marinha do Brasil nesse espaço geopolítico amplia o alcance da diplomacia naval brasileira e reforça a lógica de segurança cooperativa no Atlântico Sul. Iniciativas de intercâmbio, treinamento e presença naval contribuem simultaneamente para a construção de confiança, o compartilhamento de boas práticas e o fortalecimento das estruturas de governança marítima. Essa vertente cooperativa complementa a dimensão dissuasória do Poder Naval, ao consolidar o Brasil como ator comprometido com a estabilidade e a previsibilidade regional.

A avaliação do ambiente estratégico contemporâneo permite identificar vetores principais de risco. O primeiro refere-se às pressões e aos potenciais constrangimentos associados à intensificação da presença extrarregional em áreas de interesse estratégico. O segundo relaciona-se à vulnerabilidade das LCM e das infraestruturas críticas, cuja integridade é essencial ao funcionamento do Estado e da economia. O

terceiro vetor associa-se à erosão incremental da autoridade estatal decorrente de ilícitos persistentes e de ameaças assimétricas. Em conjunto, tais vetores evidenciam que os desafios marítimos contemporâneos combinam dimensões geopolíticas, econômicas e de segurança, reforçando a necessidade de capacidades navais compatíveis com a proteção dos interesses marítimos nacionais e com a preservação da estabilidade regional.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Fundamentada no Decreto-Lei nº 200/1967, a estrutura é predominantemente hierárquica, embora apresente alguns traços de estrutura matricial. O referido dispositivo legal apresenta os princípios fundamentais que devem ser obedecidos na Administração Pública Federal e que são aplicados na MB: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle. A MB é uma instituição tradicional, composta por mais de quatrocentas Organizações Militares (OM), distribuídas por todas as regiões do território nacional, em nove Distritos Navais, que apresentam características específicas, influenciadas pela região onde se localizam, pelo porte das OM e pelas tarefas que executam.

Em 2025, com o propósito de ampliar sua eficiência operacional, a MB promoveu ajustes em sua estrutura organizacional, com destaque para a incorporação de novos meios navais e a criação de unidade de saúde. Nesse contexto, foram incorporados o Submarino "Tonelero" (STonelero), conforme a Portaria nº 108/ComOpNav, de 3 de dezembro de 2025; o Navio de Assistência Hospitalar (NAsH) Sargento Lima, conforme a Portaria nº 255/CM, de 24 de setembro de 2025; e o Aviso Hidroceanográfico (AvHo) Cananéia, conforme a Portaria nº 247/CM, de 15 de setembro de 2025. Ademais, foi criada a Policlínica Nossa Senhora da Penha (PNNSP), conforme a Portaria nº 214/CM, de 19 de agosto de 2025.

Mostra de Armamento do Submarino "Tonelero" e Lançamento ao Mar do Submarino "Almirante Karam"

No dia 26 de novembro de 2025 ocorreu a Cerimônia alusiva à Mostra de Armamento do Submarino "Tonelero" e Lançamento ao Mar do Submarino "Almirante Karam", no Estaleiro de Construções (ESC) no Complexo Naval de Itaguaí (CNI).

O evento contou com participação de cerca de 1.420 convidados, incluindo Ministros de Estado, Parlamentares, Comandante da Marinha (CM), membros do Almirantado, entre outros.

Batismo e lançamento ao mar do Submarino "Almirante Karam" (S43)

Submarino "Tonelero"

Mostra de Armamento do Aviso Hidroceanográfico “Cananéia”

Alpha Delphini foi o primeiro barco de pesquisa oceanográfica construído no Brasil e estava sob responsabilidade do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP). Em 2025, foi adquirido por oportunidade pela Marinha do Brasil para ser incorporado e subordinado ao Grupamento de Navios Hidroceanográficos (GNHo).

Assim, no dia 19 de setembro de 2025, no Píer Almirante Paulo Irineu Roxo Freitas (PIRF), no CNPA, ocorreu a cerimônia de Mostra de Armamento e Batismo do Aviso Hidroceanográfico “Cananéia” (AvHo-Cananéia), presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA). Cananéia é um município do estado de São Paulo, tombado pela UNESCO em 1999 como Patrimônio Natural da Humanidade. A Carta Náutica nº 1703 – Porto de Cananéia foi a primeira carta náutica impressa no Brasil, elaborada pela DHN, na Ilha Fiscal, em 31 de maio de 1939. Até então, as cartas eram confeccionadas no país, mas impressas nos Estados Unidos da América.

O Aviso Hidroceanográfico “Cananéia” tem por missão “efetuar a coleta de dados hidrográficos, oceanográficos, meteorológicos, geológicos e geofísicos, bem como apoiar a manutenção de auxílios à navegação, a fim de contribuir para o cumprimento das atividades relacionadas à Diretoria de Hidrografia e Navegação”.

Antigo Barco de Pesquisa “Alpha Delphini”

Aviso Hidroceanográfico “Cananéia”

Reestruturação do Corpo de Fuzileiros Navais em 2025

O CFN ocupa posição estratégica na Defesa do Brasil. Sua essência está na prontidão, a flexibilidade e na capacidade de atuar em múltiplos ambientes, seja no mar, nos rios ou em terra. O contexto internacional, marcado por instabilidade, competição entre Estados e avanços tecnológicos, exige das Forças Armadas uma postura dinâmica e adaptável.

A Estratégia Nacional de Defesa, atualizada em 2024, reforça o papel do CFN como Força de pronto emprego, capaz de responder rapidamente a ameaças convencionais e não convencionais, proteger a Amazônia Azul, garantir a segurança de infraestruturas críticas e apoiar operações humanitárias.

A estrutura modular do CFN permite integração com outras Forças, atuação conjunta e participação em missões internacionais, ampliando sua relevância no cenário global. Essa capacidade de adaptação e resposta imediata é o que consolida o CFN como instrumento essencial do Poder Naval brasileiro.

Contudo, alterações recentes no cenário geopolítico internacional e nacional demandaram a adoção, a partir de 2024, de um robusto processo de reestruturação do CFN, com o propósito de capacitá-lo para o enfrentamento das novas ameaças.

Estratégia Nacional de Defesa 2024

A **Marinha do Brasil** possuirá: ***Fuzileiros Navais*** em permanente condição de **PRONTO EMPREGO**

CARÁTER ANFÍBIO E EXPEDICIONÁRIO

OPERAÇÕES ANFÍBIAS	OPERAÇÕES RIBEIRINHAS	AÇÕES NO LITORAL	AÇÕES DE PROTEÇÃO

Os vetores da reestruturação

A reestruturação do CFN foi guiada por oito vetores estratégicos que refletem as demandas do ambiente contemporâneo:

1 - IV Simpósio do Corpo de Fuzileiros Navais;
2 - Situação Geoestratégica;
3 - Relações Internacionais;
4 - Recursos Humanos e Treinamento;
5 - Material e Inovação;
6 - Sistemas Autônomos e Inteligência Artificial;
7 - Parceria com Academia e Indústria; e
8 - Comunicação Estratégica.

Inicialmente, destaca-se o IV Simpósio do Corpo de Fuzileiros Navais, realizado em 2023. Esse evento reuniu líderes de dez principais Corpos de Fuzileiros Navais do mundo, promovendo um intercâmbio de experiências e tendências. As discussões reforçaram a importância da comunicação institucional, da integração entre ensino, treinamento e desenvolvimento doutrinário, e da incorporação de tecnologia, automação e inteligência artificial.

IV Simpósio do CFN x Reestruturação

Comunicação do Poder de Combate

Integração:
Ensino, Adestramento e Doutrina

Atuação em 4 Vertentes:
Anfíbia, Ribeirinha, Litorânea e de Proteção

Desenvolvimento Tecnológico:
Automação e Inteligência Artificial

Prioridades Absolutas Inalteradas:
Pronto Emprego, Capacidade Anfíbia e Capacidade Expedicionária

Principais Conclusões do IV Simpósio do CFN

O simpósio consolidou a atuação do CFN em quatro vertentes: anfíbia, ribeirinha, litorânea e de proteção, alinhando a força às melhores práticas internacionais.

Em segundo lugar, temos o contexto geoestratégico e as relações internacionais. A crescente instabilidade global, as disputas por recursos estratégicos e a necessidade de proteger áreas sensíveis, como a Amazônia Azul, exigem do CFN uma organização flexível e multifacetada. A capacidade de integrar operações conjuntas, combinadas e interagências fortalece o papel estratégico do CFN na dissuasão, na preservação da paz e na resposta a crises, tanto no território nacional quanto em missões internacionais.

Assuntos de notável relevância para o preparo dos Fuzileiros Navais, o investimento continuado na capacitação de seu pessoal, na atualização de equipamentos e na incorporação de novas tecnologias, garantirá que o CFN esteja sempre pronto para responder de forma ágil aos desafios atuais e futuros.

O avanço da automação e da Inteligência Artificial (IA) transforma o caráter dos conflitos e os processos decisórios militares, ao integrar essas tecnologias aos sistemas de comando e controle, acelerando respostas e ampliando a letalidade e a eficácia das operações em ambiente multidomínio.

A complexidade tecnológica e operacional demanda uma cooperação estreita entre o CFN, universidades e o setor produtivo fomentando, com isso, a parceria entre a academia e a indústria. O modelo da Tríplice Hélice, adotado pelo CFN, potencializa o desenvolvimento de capacidades militares, otimiza recursos e fortalece a Base Industrial de Defesa, garantindo autonomia e soberania tecnológica.

Por fim, a comunicação estratégica assume papel central. O CFN visualizou a necessidade de aprimorar a sua capacidade de comunicar objetivos, ações e resultados, especialmente, o seu real Poder de Com-

bate, fortalecendo sua imagem institucional e ampliando o vínculo com públicos internos e externos. Essa comunicação clara e consistente reforça a legitimidade da Força e sua relevância para o cumprimento das missões do Poder Naval.

As ações de reestruturação e vertentes de atuação

A reestruturação do CFN trouxe mudanças profundas na organização, no preparo e no emprego da Força. O objetivo foi alinhar as estruturas às novas demandas estratégicas, promovendo maior integração entre as vertentes de atuação e otimizando o uso dos recursos disponíveis.

No eixo do treinamento, foi criado o Comando de Treinamento e Desenvolvimento Doutrinário do CFN (CTDDCFN), que substituiu o antigo Comando de Desenvolvimento Doutrinário. Essa Unidade passou a integrar instrução, adestramento e atualização doutrinária, garantindo que o treinamento esteja diretamente vinculado às necessidades operativas das diferentes vertentes, da mesma forma que promove a melhoria contínua do ciclo de preparo, por meio de um processo de coleta, análise e divulgação de lições aprendidas.

Na vertente anfíbia, o CFN consolidou a Brigada Anfíbia como núcleo de planejamento, obtenção de pessoal e material, e desenvolvimento doutrinário. A aquisição do Navio-Doca Multipropósito "Oiapoque" representou um salto qualitativo nas capacidades anfíbias, permitindo o emprego de helicópteros, embarcações de desembarque e carros de combate, além de ampliar a capacidade de comando e controle. Essa estrutura reforça o caráter expedicionário e a prontidão operativa do CFN, tornando-o apto para atuar em todo o espectro das operações, desde ações de menor intensidade até grandes operações anfíbias.

Na vertente litorânea, o CFN ampliou sua presença com a criação de cinco Batalhões de Operações Litorâneas, localizados no Rio de

Transformação:
Comando do Treinamento e Desenvolvimento Doutrinário do CFN

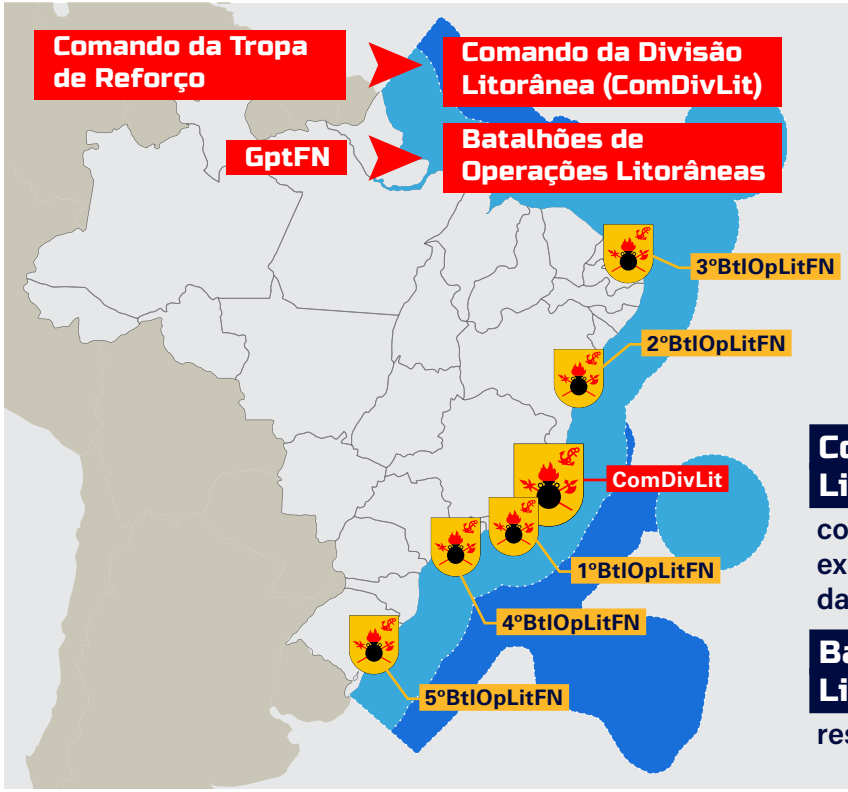
Mudança de Subordinação do CIASC
Centro de Operações de Paz e Humanitárias de Caráter Naval

Integração das Atividades de Ensino, Instrução, Adestramento e Desenvolvimento Doutrinário

Preparo e Organização do Corpo de Fuzileiros Navais

Janeiro, Salvador, Natal, Santos e Rio Grande. O Comando da Divisão Litorânea foi ativado para coordenar o reforço expedicionário da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) em ações litorâneas. A Bateria Litorânea de Mísseis Antinavio, equipada com tecnologia nacional, foi criada para lançar os mesmos mísseis das Fragatas Classe Tamandaré, ampliando a capacidade de defesa costeira. Foram incorporadas Embarcações de Desembarque Litorâneas de projeto nacional, capazes de realizar patrulhas, abordagens, desembarques, apoio de fogo e resgates. Os Batalhões de Operações Litorâneas também constituíram Grupos de Proteção e Segurança Litorânea, atuando na proteção de navios e equipes de inspeção naval.

Na vertente ribeirinha, o CFN reorganizou o antigo Comando da Tropa de Desembarque, criando



Criação de cinco Batalhões de Operações Litorâneas e ativação do Comando da Divisão Litorânea

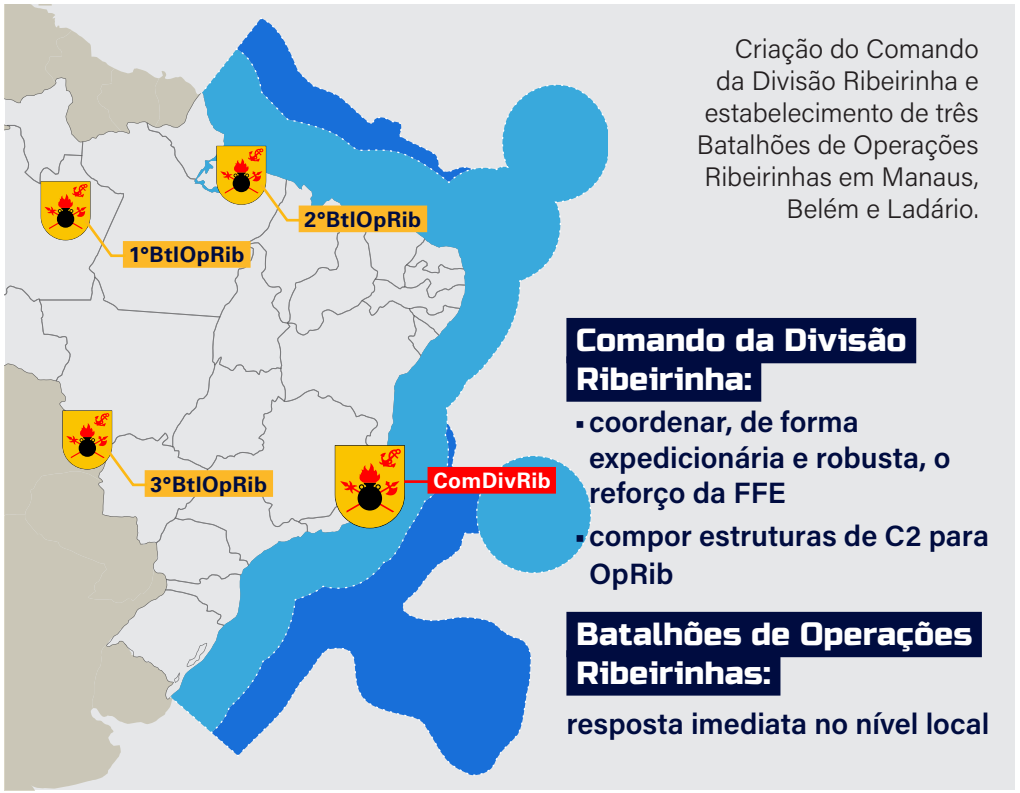
Comando da Divisão Litorânea:
coordenar, de forma expedicionária e robusta, o reforço da FFE no litoral

Batalhões de Operações Litorâneas:
resposta imediata no nível local

Meios operativos do CFN e a ampliação da letalidade

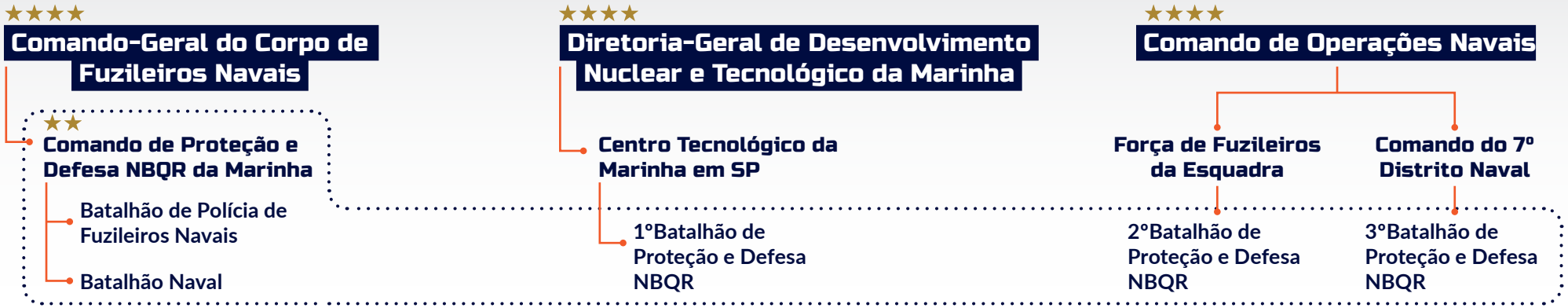
o Comando da Divisão Ribeirinha. Três Batalhões de Operações Ribeirinhas foram estabelecidos em Manaus, Belém e Ladário, garantindo resposta imediata no nível local. O Comando da Divisão Ribeirinha coordena o reforço expedicionário da FFE e compõe estruturas de comando e controle para operações ribeirinhas. A Base Aérea Expedicionária da Marinha em Furnas tornou-se laboratório de treinamento intensivo, consolidando a expertise do CFN em operações fluviais e ribeirinhas.

Na vertente de proteção, o CFN estruturou um sistema robusto de defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR), articulado em torno de três Batalhões de Proteção e Defesa NBQR, localizados em Aramar (SP), Rio de Janeiro e Brasília. O Comando de Proteção e Defesa NBQR (CProtDefNBQRM) foi criado para coordenar o sistema e integrar atividades tradicionais de proteção, como policiamento, escoltas, segurança de autoridades e representações diplomáticas. O Batalhão de Polícia de Fuzileiros Navais passou a integrar diretamente o sistema de proteção. Em 2025, foi ativada a Força de Resposta Imediata a Desastres Ambientais (FRIDA), que contribui para o Sistema de Defesa Civil e garante resposta rápida a calamidades públicas.



Criação do Comando da Divisão Ribeirinha e estabelecimento de três Batalhões de Operações Ribeirinhas em Manaus, Belém e Ladário.

Sistema articulado em três Batalhões de Proteção e Defesa NBQR e criação do Comando de Proteção e Defesa NBQR.



Estabelecimento do Centro de Operações de Paz e Humanitárias de Caráter Naval

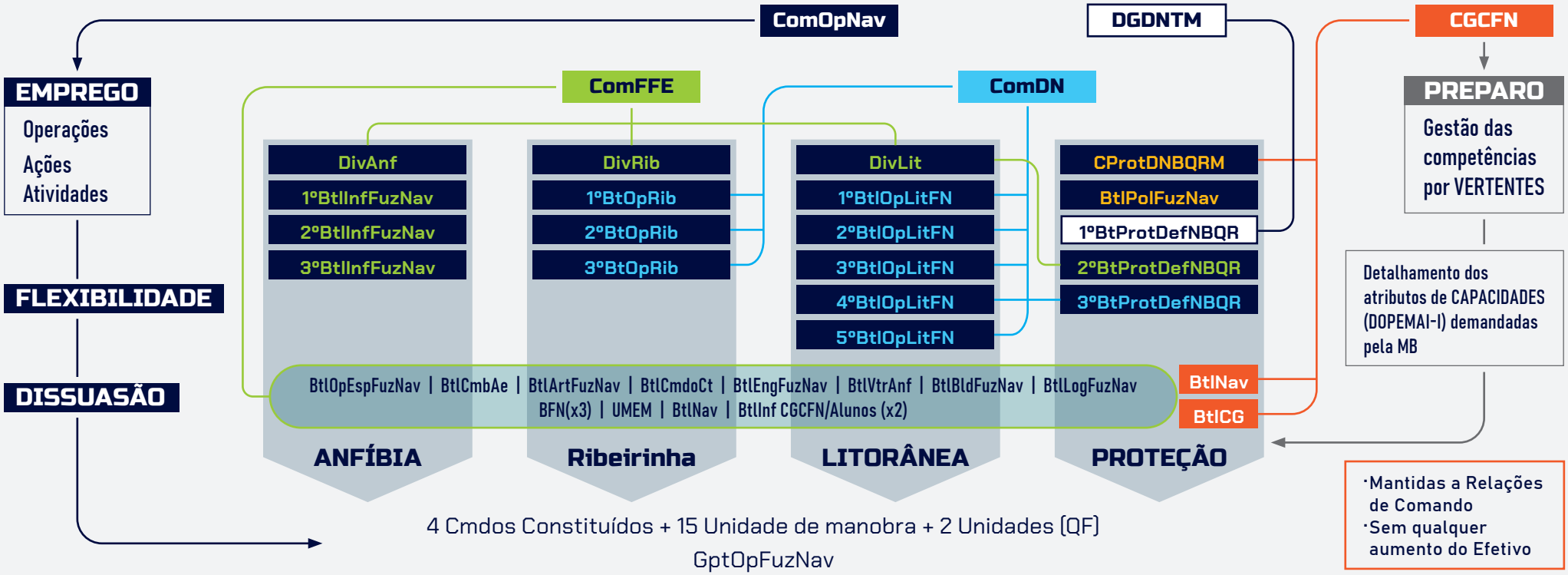
Evidenciando o compromisso do CFN com missões internacionais e Operações de Paz e Humanitárias, o estabelecimento do Centro de Operações de Paz e Humanitárias de Caráter Naval (COpPazNav), no ano de 2025, ampliou a sua capacidade de qualificação de militares e civis, nacionais e estrangeiros, para atuarem em cenários multinacionais e de cooperação global.

14° Curso Internacional de Operações de Paz para Mulheres (23 Países – 86 Alunas) - sequência de fotos de cima para baixo: alunas simulando a condução de água potável e Turma do Curso após atividades práticas.

A inovação tecnológica tornou-se prioridade absoluta. O Centro Tecnológico do CFN (CTecCFN) foi consolidado como instituição científica, tecnológica e de inovação, responsável pelo abastecimento do material específico do CFN. O Esquadrão de Drones Táticos de Esclarecimento e Ataque foi ativado, e a Escola de Drones criada, ampliando a capacidade operacional em todas as vertentes. Unidades Fabris Expedicionárias (UFEX) passaram a produzir drones e sobressalentes por impressão 3D, aumentando a autonomia logística e a capacidade de resposta em operações prolongadas ou em ambientes de difícil acesso. A linha de pesquisa em IA foi criada no Curso de Aperfeiçoamento Avançado de Oficiais, consolidando o CFN como força moderna, tecnologicamente apta e alinhada às melhores práticas internacionais. O uso de drones foi intensificado, com realização de *workshop* e campeonato militar, promovendo debates e testes práticos sobre emprego de sistemas não tripulados em operações reais.

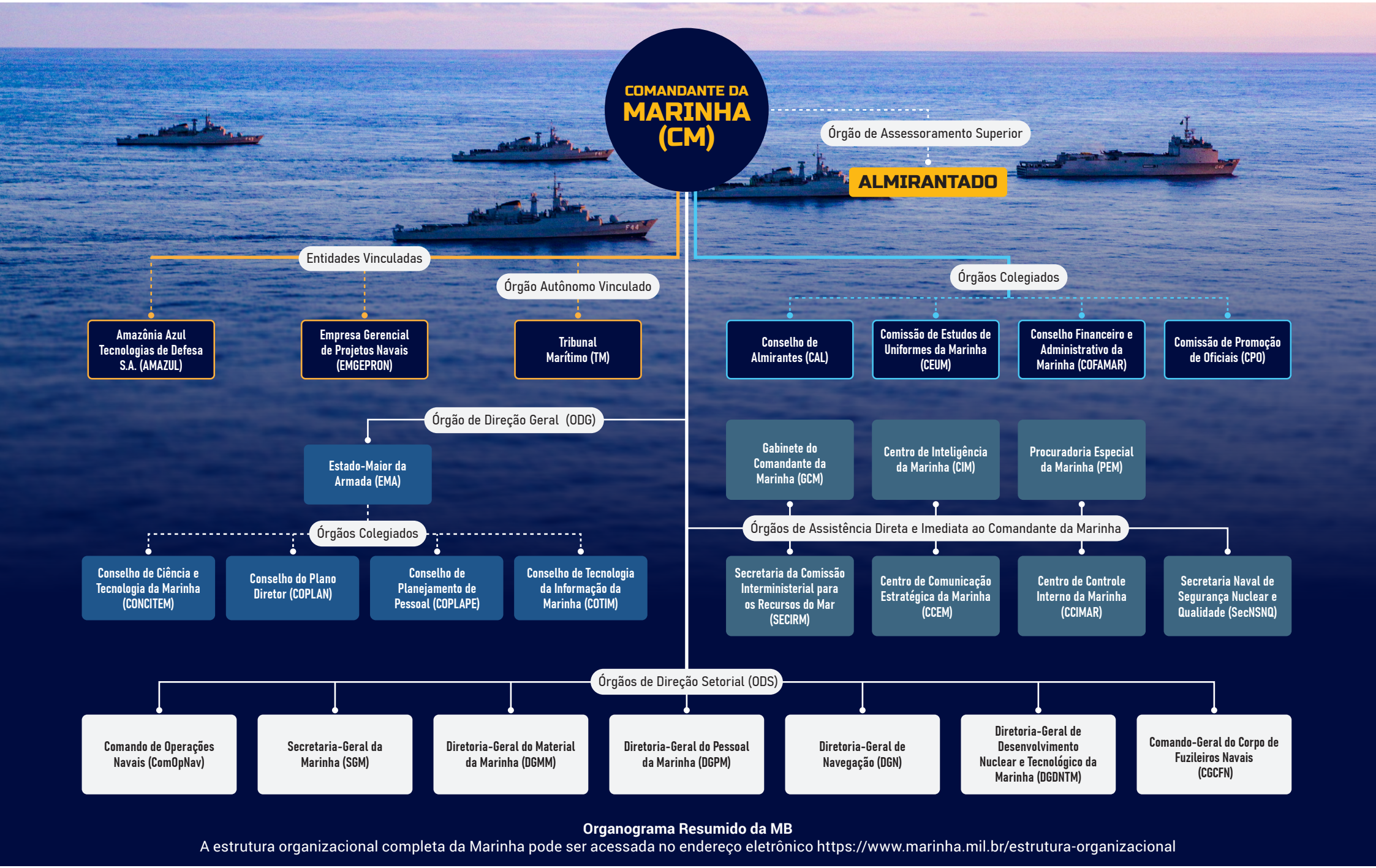
Essas ações, articuladas e complementares, garantem que o CFN esteja preparado para enfrentar os desafios do século XXI, mantendo sua essência como força estratégica de pronto emprego, de caráter anfíbio e expedicionário.

Atual Estrutura Organizacional do CFN à luz das vertentes



A reestruturação do CFN representa uma resposta estratégica às transformações do ambiente de segurança contemporâneo. Alinhada às diretrizes da Estratégia de Defesa Marítima e da Estratégia Nacional de Defesa, essa reestruturação fortaleceu a prontidão, a flexibilidade e a capacidade de emprego do CFN. A criação de novas Unidades, a modernização dos meios, o investimento em inovação tecnológica, automação e uso de drones consolidam o CFN como referência em adaptação, prontidão e eficácia.

Estando apto para atuar nas vertentes anfíbia, litorânea, ribeirinha e de proteção, o CFN evidencia amplitude e especialização de suas capacidades, facilitando a compreensão de seu emprego ao longo do contínuo de competição. Como instrumento essencial do Poder Naval, o CFN mantém-se apto a responder às demandas presentes e futuras da Defesa Nacional, no país ou no exterior, reafirmando seu papel estratégico e sua capacidade de reinventar-se diante dos desafios do século XXI.

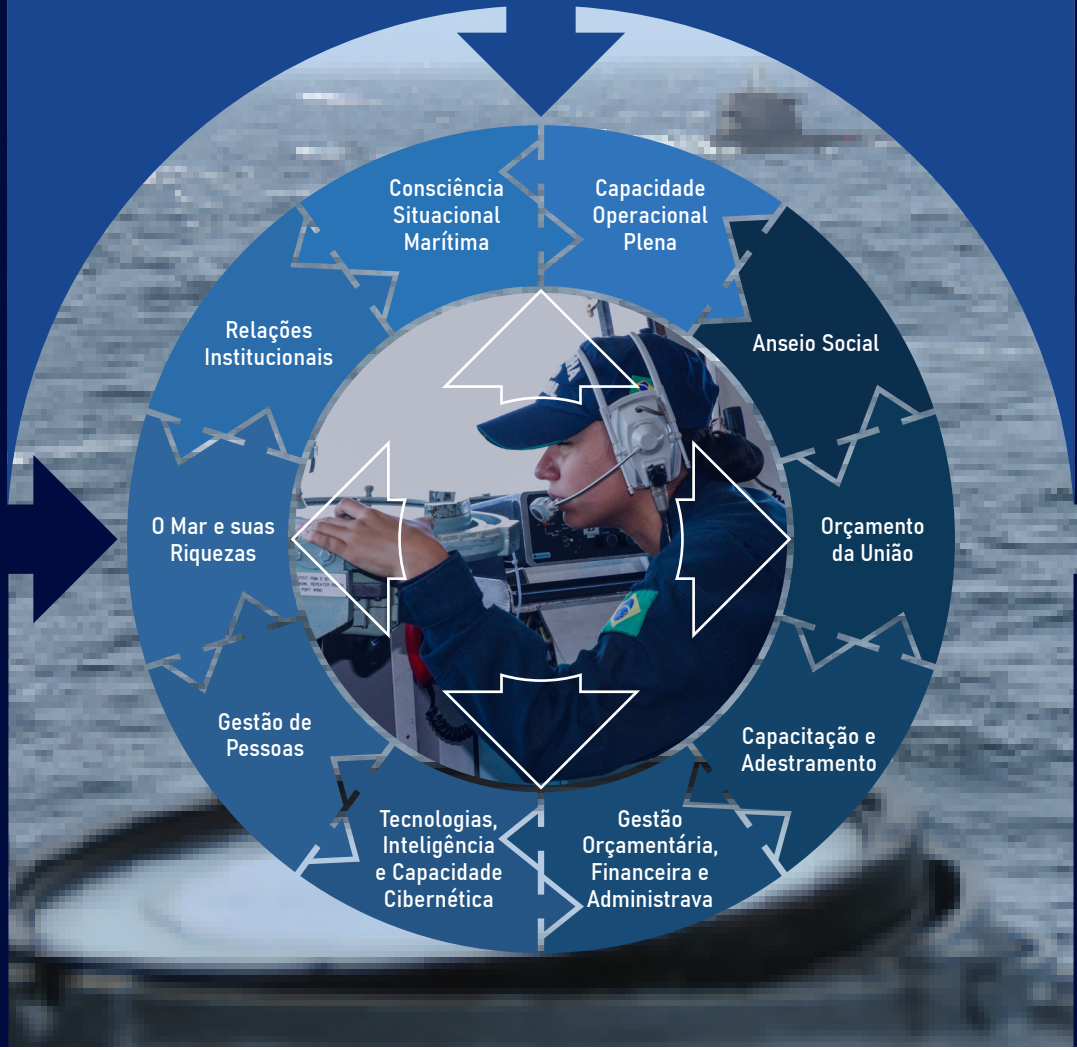


Organograma Resumido da MB

A estrutura organizacional completa da Marinha pode ser acessada no endereço eletrônico https://www.marinha.mil.br/estrutura-organizacional

1.4 MODELO DE NEGÓCIO

INSUMOS	PROCESSO	CRIAÇÃO DE VALOR
▪ Missão, Visão e Valores; ▪ Leis e Normas Vigentes; ▪ Vocação para o Combate no Mar; ▪ Pessoal Incorporado; ▪ Navios; ▪ Submarinos; ▪ Meios de Fuzileiros Navais; e ▪ Aeronaves	**INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA** Planejamento Estratégico, Integridade, *Compliance*, Gestão de Riscos, Prestação de Contas, Responsabilidade, Liderança e Integração.	▪ Contribuir para a Defesa da Pátria; ▪ Prover a Segurança Marítima; ▪ Contribuir para a Garantia dos Poderes Constitucionais da Lei e da Ordem; ▪ Cooperar com o Desenvolvimento Nacional; e ▪ Apoiar a Política Externa.



Adaptado de: RASCHENDORFER, 2019 e RASCHENDORFER; FIGUEIRAS; FURTADO, 2021 (WORKING PAPER)

1.5 CADEIA DE VALOR

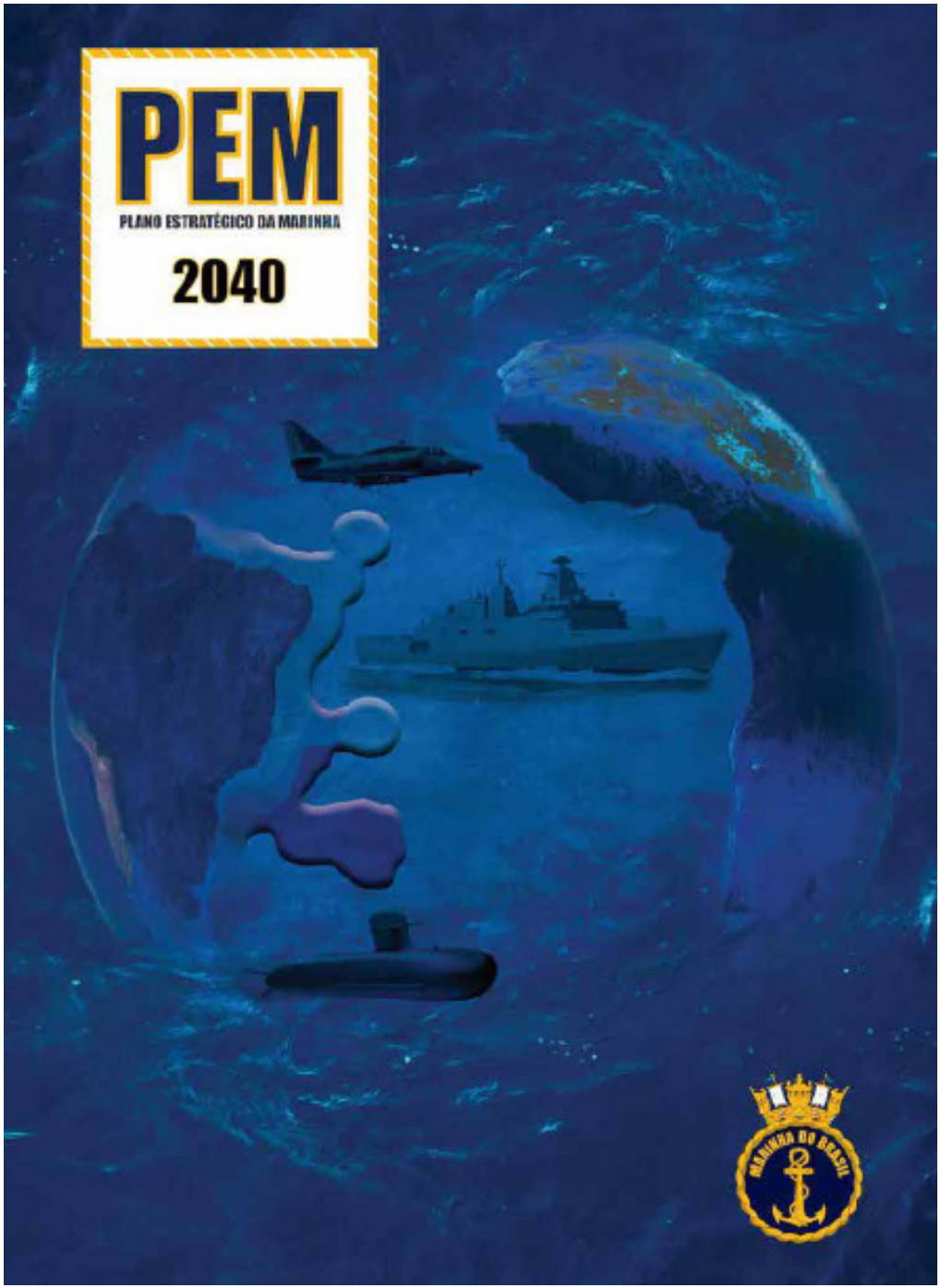
Na Marinha foram identificados e encadeados no modelo da Cadeia de Valor Agregado (CVA) os seus macroprocessos divididos por áreas de atuação, sob a responsabilidade do Estado-Maior da Armada, dos Órgãos de Direção Setorial e das Organizações Militares que prestam assessoramento direto ao Comandante da Marinha. Na definição da CVA da MB foram considerados a Missão, a Visão e o Mapa Estratégico já existente, reunindo desta forma os grandes processos da Instituição, visando entregar produtos e serviços à sociedade, além de refletir sua história, sua estratégia e a forma como é implementada.

1.6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA

Em setembro de 2020, foi aprovado o Planejamento Estratégico da Marinha (PEM 2040), documento de alto nível, que possui o propósito de orientar o planejamento de médio e longo prazo, por meio de Objetivos Navais (OBNAV) organizados em uma cadeia de valores, orientados pela Visão de Futuro da MB. A partir da análise desses objetivos são elaboradas as Ações Estratégias Navais (AEN), que contribuirão para o alcance da visão de futuro, cumprindo a sua missão.

As AEN são atuações concretas e adequadas à realidade do País em diversos aspectos, com destaque para o orçamentário, tecnológico, de disponibilidade de matéria prima e capacitação. Consistem no detalhamento das Estratégias Navais (EN) e a partir delas são derivados os Planos de Ação.

O Mapa Estratégico da Marinha é um recurso simples e eficaz, que desempenha o papel de instrumento visual da orientação de alto nível, para que a Marinha, no cumprimento de sua missão, busque atingir sua Visão de Futuro no horizonte de vinte anos (2020-2040). O Mapa Estratégico é composto pelos OBNAV, que são distribuídos em perspectivas interligadas, na qual as inferiores contribuem, de modo geral, com o atendimento das superiores. Essa distribuição tem o propósito de transmitir, de forma objetiva, a maneira como a Marinha processa os recursos a ela destinados, gerando resultados à sociedade.



Mapa Estratégico da Marinha

MISSÃO

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.

VISÃO DE FUTURO

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

OBNAV 1	OBNAV 2	OBNAV 3	OBNAV 4	OBNAV 5
Contribuir para a Defesa da Pátria	Prover a Segurança Marítima	Contribuir para a garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem (GLO)	Cooperar com o Desenvolvimento Nacional	Apoiar a Política Externa

PROCESSOS

OBNAV 6	OBNAV 7	OBNAV 8	OBNAV 9	OBNAV 10
Modernizar a Força Naval	Obter a Capacidade Operacional Plena	Desenvolver a Capacidade Cibernética na MB	Aprimorar as Inteligências Estratégica e Operacional	Ampliar a Consciência Situacional Marítima nas Áreas de Interesse da MB

INSTITUCIONAL

OBNAV 11	OBNAV 12
Aprimorar a Gestão de Pessoas	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária, Financeira e Administrativa

Vinculação do PEM com o PPA e o PESD

O PEM está alinhado aos conteúdos dos Programas 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional; 6012 – Defesa Nacional; e 6013 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica, contidos no Plano Plurianual (PPA) e Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD).

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o alinhamento entre os Programas 6011, 6012 e 6013, os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD), constantes do Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD), e os Objetivos Navais (OBNAV), evidenciando o esforço para cumprimento da missão e alcance da visão de futuro da MB.

PPA	OSD (PESD)	OBNAV	RESPONSÁVEIS
Programa 6011 - Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	OSD 2: Contribuir para o desenvolvimento sustentável, a coesão e unidade nacionais.	OBNAV 4: Cooperar com o Desenvolvimento Nacional.	O EMA é responsável pelo acompanhamento e efetividade dos OBNAV, no âmbito de suas Subchefias. As Ações Estratégicas Navais (AEN) são de atribuição dos ODS e Organização Militar Fornecedora (OMF).
	OSD 3: Incrementar o Apoio à Política Externa.	OBNAV 5: Apoiar a Política Externa.	
	OSD 8: Estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação de interesse da Defesa.	OBNAV 6: Modernizar a Força Naval.	
		OBNAV 7: Obter a Capacidade Operacional Plena (OCOP).	
		OBNAV 9: Aprimorar as Inteligências Estratégica e Operacional.	
		OBNAV 10: Ampliar a Consciência Situacional Marítima (CSM) nas áreas de interesse da MB.	

Programa 6012 - Defesa Nacional	OBJETIVO SÍNTESE: Contribuir para a dissuasão. Desenvolver, aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações.	OBNAV 1: Contribuir para a Defesa da Pátria.	O EMA é responsável pelo acompanhamento e efetividade dos OBNAV, no âmbito de suas Subchefias. As Ações Estratégicas Navais (AEN) são de atribuição dos ODS e OMF.
		OBNAV 2: Prover a Segurança Marítima.	
		OBNAV 6: Modernizar a Força Naval.	
	OSD 1: Aprimorar o preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	OBNAV 3: Contribuir para a Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem (GLO).	
		OBNAV 6: Modernizar a Força Naval.	
		OBNAV 7: OCOP.	
		OBNAV 8: Desenvolver a Capacidade Cibernética da MB.	
		OBNAV 9: Aprimorar as Inteligências Estratégica e Operacional.	
		OBNAV 10: Ampliar a CSM nas áreas de interesse da MB.	
		OBNAV 11: Aprimorar a Gestão de Pessoas.	
		OBNAV 12: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária, Financeira e Administrativa.	
	OSD 2: Contribuir para o desenvolvimento sustentável, a coesão e unidade nacionais.	OBNAV 6: Modernizar a Força Naval.	
	OSD 3: Incrementar o apoio à política externa.	OBNAV 5: Apoiar a Política Externa.	
		OBNAV 6: Modernizar a Força Naval.	

Programa 6012 - Defesa Nacional	OSD 8: Estimular o desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação de interesse da defesa.	OBNAV 6: Modernizar a Força Naval.	O EMA é responsável pelo acompanhamento e efetividade dos OBNAV, no âmbito de suas Subchefias. As Ações Estratégicas Navais (AEN) são de atribuição dos ODS e OMF.
		OBNAV 7: OCOP.	
		OBNAV 9: Aprimorar as Inteligências Estratégica e Operacional.	
		OBNAV 10: Ampliar a CSM nas áreas de interesse da MB.	
	OSD 4: Desenvolver os setores estratégicos de defesa.	OBNAV 6: Modernizar a Força Naval.	
	OSD 6: Preservar a efetividade dos sistemas de ensino das Forças Armadas.	OBNAV 11: Aprimorar a Gestão de Pessoas.	
	OSD 10: Fortalecer a dimensão humana.	OBNAV 11: Aprimorar a Gestão de Pessoas.	
	OSD 9: Compatibilizar os recursos orçamentários às necessidades do Setor de Defesa.	OBNAV 12: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária, Financeira e Administrativa.	
Programa 6013 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	OBJETIVO SÍNTESE: Contribuir para a dissuasão. Desenvolver, aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações.	OBNAV 2: Prover a Segurança Marítima.	
	OSD 1: Aprimorar o preparo das Forças Armadas para o cumprimento de sua destinação constitucional.	OBNAV 4: Cooperar com o Desenvolvimento Nacional.	
	OSD 2: Contribuir para o desenvolvimento sustentável, a coesão e unidade nacionais.		
	OSD 3: Incrementar o apoio à política externa.	OBNAV 10: Ampliar a CSM nas áreas de interesse da MB.	
	OSD 8: Estimular o desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação de interesse da defesa		

1.7 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

PROLIM

O Programa Olímpico da Marinha (PROLIM) visa o fomento do desporto nacional, fortalecendo a mentalidade marítima e projetando de maneira positiva a imagem da MB. O PROLIM está relacionado ao PEM - 2040 por meio do Objetivo Naval "OBNAV 11 – Aprimorar a Gestão de Pessoas".

PROFESP

Programa Forças no Esporte (PROFESP) é destinado ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens de ambos os sexos, a partir de seis até os dezoito anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, com a finalidade promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar, dentro de OM.

SOLDADO CIDADÃO

O Projeto "Soldado-Cidadão", por intermédio dos Comandos das Forças Singulares - Marinha, Exército e Força Aérea - destina recursos orçamentários para qualificar social e profissionalmente os jovens voluntários que prestam o Serviço Militar.

PROANTAR

O Programa Antártico (PROANTAR) Brasileiro tem como objetivo promover a pesquisa científica diversificada e de alta qualidade no Continente Antártico, contribuindo para o conhecimento daquela região e, por consequência, para o desenvolvimento do país.

Programa Olímpico da Marinha

PROLIM

Sargento Maria Clara Pacheco - Medalha de Ouro na categoria 57kg no Circuito Mundial de Taekwondo realizado na Cidade de Wuxi - China em 24 de outubro de 2025.

O Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR), integrante do Programa 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, contribui para a transformação do Brasil numa potência olímpica e está relacionado ao OBNAV 11 com a denominação de PROLIM.

O PROLIM já contemplou mais de 780 atletas, desde o ano de 2008, tendo como foco principal a preparação desses para integrarem equipes representativas do país em competições relacionadas ao Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e nos grandes eventos esportivos.

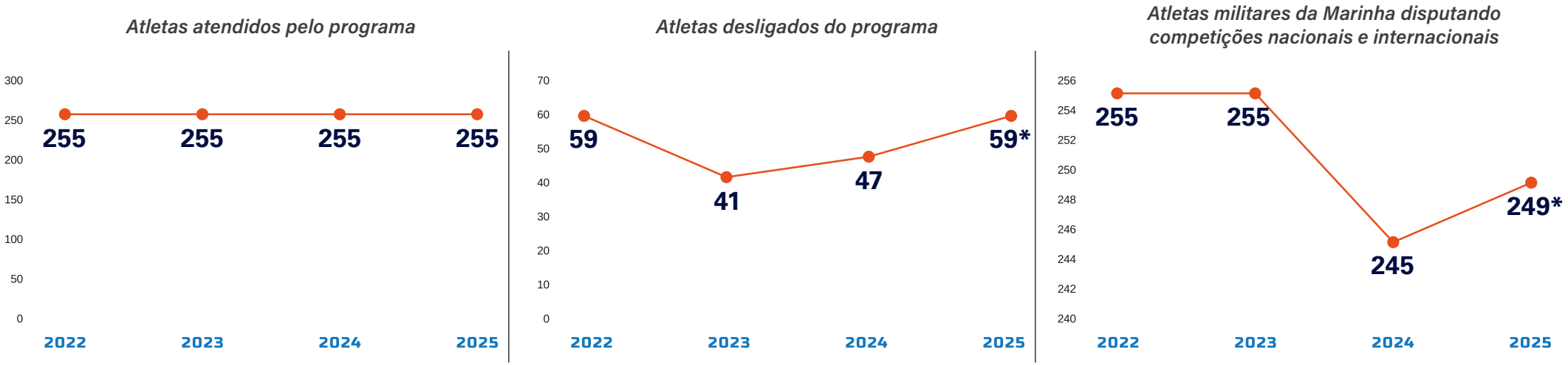
Integrantes/Premiados do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) no Prêmio Brasil Olímpico 2025

Destacam-se os seguintes propósitos do PROLIM:

- estímulo à prática da educação física e do esporte no âmbito da MB;
- captação, pela seleção e recrutamento, de atletas com desempenho excepcional, para fornecer-lhes formação militar-naval e incorporação à Marinha, visando a apoiá-los técnica e financeiramente como atletas militares de alto rendimento da MB;
- manutenção em nível adequado do controle da participação do pessoal da MB (atletas ou comissões técnicas) em eventos de natureza desportiva, de modo a preservar a imagem da Instituição que estará sempre relacionada à forma como seus integrantes a representam nos diversos eventos e competições;
- contribuição para a projeção da imagem da MB de forma positiva, no cenário desportivo nacional e internacional; e
- apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento na MB.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Gráfico das Mensurações nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025



De 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2025 os atletas do Programa participaram de 272 (duzentas e setenta e duas) competições nacionais e internacionais (44 países e 23 modalidades).

MODALIDADE	ATLETA	MEDALHA	DATA/PERIODO	LOCAL	NOME DO EVENTO
VÔLEI DE PRAIA	3° SG-RM2-EP CAROLINA HORTA MÁXIMO	OURO	16 a 20JAN2025	Chapadmalal/ Argentina	Etapa do Circuito Sul-Americano de Vôlei de Praia
VELA	3° SG-RM2-EP JULIANA MARTINS DUQUE	OURO	28JAN a 01FEV2025	Pernambuco/ Brasil	Campeonato Brasileiro da Classe SNIPE
ATLETISMO	3° SG-RM2-EP EDUARDO DOS SANTOS RODRIGUES DE DEUS 3° SG-RM2-EP ANA CAROLINA DE JESUS AZEVEDO	OURO (60m com barreiras) OURO (60m com barreiras)	01FEV2025	São Paulo/ Brasil	Campeonato Brasileiro de Atletismo de Provas SIMILARES
VELA	3° SG-RM2-EP MATEUS GHANNAM ISAAC	BRONZE	02 a 04FEV2025	Cadiz/Espanha	Campeonato Espanhol Cadiz Sailing Week

ATLETISMO	3° SG-RM2-EP FELIPE BARDI DOS SANTOS	PRATA (60m rasos)	22 e 23FEV2025	Cochabamba/ Bolívia	Campeonato Sul-Americano Indoor de Atletismo
	3° SG-RM2-EP EDUARDO DOS SANTOS RODRIGUES DE DEUS	OURO (60m com barreiras)			
	3° SG-RM2-EP ALMIR CUNHA DOS SANTOS	PRATA (Salto Triplo)			
	3° SG-RM2-EP ANA CAROLINA DE JESUS AZEVEDO	OURO (60m rasos)			
Levantamento de Peso Olímpico (LPO)	3º SG-RM2-EP MATHEUS DE SOUZA PESSANHA	OURO	04MAI2025	Lima/Peru	Campeonato Mundial Sub-20 de Levantamento de Peso Olímpico
ATLETISMO	3ºSG-RM2-EP ALISON BRENDOM ALVES DOS SANTOS	OURO (400m com barreiras)	04MAI2025	Miami/EUA	Grand Slam Track 2025
GINÁSTICA RÍTMICA	3ºSG-RM2-EP BARBARA DE KASSIA GODOY DOMINGOS	OURO (Conjunto Geral)	09 a 11MAI2025	Portimão/ Portugal	World Challenge Cup de Ginástica Rítmica
JUDÔ	3ºSG-RM2-EP LUANA OLIVEIRA DE CARVALHO	BRONZE	10 a 11MAI2025	Astana/ Cazaquistão	Grand Slam de Judô em Astana
	3ºSG-RM2-EP NATASHA PADILHA FERREIRA	BRONZE			
ATLETISMO	3ºSG-RM2-EP ALISON BRENDOM ALVES DOS SANTOS	OURO (200m com barreiras)	17MAI2025	Atlanta/EUA	Atlanta City Games
GOLFE	3º SG-RM2-EP LAUREN NUNES GRINBERG	OURO	03 a 06JUL2025	Brasília/Brasil	94º LATAM e Delta Amador de Golfe do Brasil
ATLETISMO	3ºSG-RM2-EP ALISON BRENDOM ALVES DOS SANTOS	OURO (400m com barreiras)	05JUL2025	Oregon/EUA	Diamond League Eugene
VELA	3° SG-RM2-EP MATEUS GHANNAM ISAAC	4º LUGAR	11JUL2025	Aarhus/ Dinamarca	Campeonato Mundial de iQFoil
LPO	3º SG-RM2-EP THIAGO FELIX DA SILVA	OURO	13 a 18JUL2025	Cali/Colômbia	Campeonato Pan-Americano Adulto de Levantamento de Peso Olímpico
	3º SG-RM2-EP MATHEUS DE SOUZA PESSANHA	PRATA			
	3º SG-RM2-EP LAURA NASCIMENTO AMARO	PRATA E BRONZE			
VÔLEI DE PRAIA	3º SG-RM2-EP ADRIELSON EMANUEL DOS SANTOS SILVA	OURO	16 a 20JUL2025	Mato Grosso/ Brasil	5ª Etapa do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia
	3º SG-RM2-EP ARTHUR DIEGO MARIANO LANCI	OURO			
	3º SG-RM2-EP THÂMELA CORADELLO GALIL	OURO			
	3º SG-RM2-EP VINICIUS REZENDE COSTA FREITAS	PRATA			

REMO	3º SG-RM2-EP JOÃO VINICIUS FERREIRA BATISTA	OURO	09AGO2025	Assunção/ Paraguai	Jogos Pan-Americanos Junior
GINÁSTICA RÍTMICA	3º SG-RM2-EP MARIA EDUARDA DE ALMEIDA ARAKAKI 3º SG-RM2-EP NICOLE PIRCIO NUNES DUARTE 3º SG-RM2-EP SOFIA MADEIRA PEREIRA	PRATA PRATA PRATA	22 a 24AGO2025	Rio de Janeiro/ Brasil	Campeonato Mundial de Ginástica Rítmica
TAEKWONDO	3º SG-RM2-EP MARIA CLARA LIMA PACHECO	OURO	31AGO2025	Muju/Coreia do Sul	Grand Prix Challenge II
BOXE	3º SG-RM2-EP YURI FALCÃO DOS REIS 3º SG-RM2-EP LUIZ GABRIEL DO N. CHALOT DE OLIVEIRA	PRATA PRATA	04 a 14SET2025	Liverpool/ Inglaterra	Campeonato Mundial de Boxe
ATLETISMO	3ºSG-RM2-EP ALISON BRENDOM ALVES DOS SANTOS	PRATA (400m com barreiras)	19SET2025	Tóquio/Japão	Mundial de Atletismo
VOLEI DE PRAIA	3° SG-RM2-EP CAROLINA HORTA MÁXIMO 3º SG-RM2-EP ARTHUR DIEGO MARIANO LANCI	BRONZE OURO	21SET2025	Paraíba/Brasil	Etapa de João Pessoa do Circuito Mundial de Vôlei de Praia
TAEKWONDO	3ºSG-RM2-EP SANDY CAMILA LEITE MACEDO 3ºSG-RM2-EP GABRIEL FABRE RAMOS	OURO OURO	11 e 12OUT2025	Podgorica/ Montenegro	Montenegro Podgorica Open
JUDÔ	3ºSG-RM2-EP GIOVANI HENRIQUE FERREIRA 3ºSG-RM2-EP JESSICA COUTO LIMA	OURO BRONZE	11 a 13OUT2025	Lima/Peru	Grand Prix Lima
TAEKWONDO	3ºSG-RM2-EP GABRIEL FABRE RAMOS	OURO	16 a 19OUT2025	Balkan/Bulgária	25th Balkan Taekwondo Championships
JUDÔ	3ºSG-RM2-EP KAILLANY VALENTIM RODRIGUES CARDOSO 3ºSG-RM2-EP MARCELO GOMES FRONCKOWIAK 3ºSG-RM2-EP GIOVANNA MELO DOS SANTOS	BRONZE PRATA BRONZE	17 a 19OUT2025	Guadalajara/ México	Grand Prix Guadalajara
PENTATLO NAVAL	3ºSG-RM2-EP MICHELLE CLERC DE MATOS 3ºSG-RM2-EP FERNANDA FERREIRA ÂNGELO GROSSI	BRONZE BRONZE	17 a 25OUT	Wuhan/China	54º Campeonato Mundial Militar de Pentatlo Naval do CISM

TAEKWONDO	3º SG-RM2-EP MARIA CLARA LIMA PACHECO	OURO	24OUT2025	Wuxi/China	Circuito Mundial de Taekwondo
	3ºSG-RM2-EP MILENA TITONELI GUIMARÃES	PRATA			
	3ºSG-RM2-EP HENRIQUE MARQUES RODRIGUES FERNANDES	OURO			
TAEKWONDO	3ºSG-RM2-EP SANDY CAMILA LEITE MACEDO	PRATA	25 e 26OUT2025	Bucareste/ Romênia	Drácula Open
NATAÇÃO	3ºSG-RM2-EP GUILHERME PEREIRA DA COSTA	OURO	28OUT a 01NOV2025	São Paulo/Brasil	Campeonato Brasileiro de Natação – José Finkel
	3ºSG-RM2-EP LORRANE CRISTINA VERSIANI FERREIRA	OURO			
	3ºSG-RM2-EP FERNANDA DE GOEIJ	OURO			
	3ºSG-RM2-EP STEPHAN ALEXANDER DE FREITAS STEVERINK	OURO			
	3ºSG-RM2-EP MARIA FERNANDA DE O. DA SILVA COSTA	OURO			
KARATÊ	3ºSG-RM2-EP ANA LETICIA DA SILVA	OURO (por equipe)	18 a 23NOV	Caucaia/CE	Campeonato Brasileiro de Karatê Sênior
	3ºSG-RM2-EP LAVINIA SOUZA DA COSTA	OURO (por equipe)			

Marinha é destaque no Prêmio Brasil Olímpico - Premiação da melhor atleta do ano

O Prêmio Brasil Olímpico celebrou no dia 11 de dezembro de 2025 os maiores destaques do esporte nacional, reconhecendo atletas e equipes que brilharam ao longo da temporada.

Nesta edição, 10 atletas do PROLIM e outros 3 ex-atletas foram eleitos os melhores do Brasil em suas modalidades. Destaque para a 3ºSG-RM2-EP Maria Clara Pacheco, do Taekwondo, escolhida Melhor Atleta do Ano, e para as militares atletas da ginástica rítmica, premiadas como Melhor Equipe.

Sargento Maria Clara Pacheco - Eleita melhor atleta do ano feminino no Prêmio Brasil Olímpico 2025

Projeto Paralímpico da Marinha

O “PARAPROLIM” visa a reinclusão dos participantes, por meio do esporte, na sociedade provendo-lhes atividades e atenção. O Programa não possui como finalidade direta a formação de atletas paralímpicos de alto rendimento.

Projeto Paralímpico da Marinha - Modalidade (Tiro com Arco)

CONEXÃO PARALÍMPICA – PARALIMPÍADAS MILITARES
SP - 01 a 04OUT2025

Organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).
Realizado nas instalações do CPB - SP.
Modalidades: Tiro Esportivo e Tiro com Arco.

CAMPEONATO BRASILEIRO SUB 17 E SUB 20 DE ATLETISMO
SP - 13 a 16OUT2025

Evento realizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro nas instalações do CPB -SP.
Modalidade: Atletismo

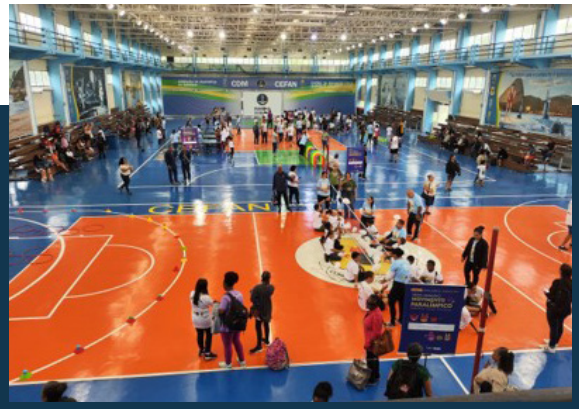
4º SEMINÁRIO PARALÍMPICO
RJ- CEFAN - 25OUT2025

Evento realizado em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro nas instalações do CEFAN. Aproximadamente 300 crianças participaram do evento.

REATECH + EXPO BRASIL - PARALÍMPICO

SP - 04 a 08NOV2025

Organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, foi realizado em São Paulo – SP.



5ª CLÍNICA DE TIRO ESPORTIVO

RJ - 11 a 21NOV2025

Evento realizado em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro nas instalações do CEFAN. Aproximadamente 31 Profissionais e Atletas participaram do evento.

FESTIVAL PARALÍMPICO – MARINHA DO BRASIL

RJ - CEFAN - 08NOV2025

Aproximadamente 500 crianças participaram do evento. Modalidades: Atletismo, Halterofilismo, Paraesgrima, Tiro com Arco, Tênis de Mesa, Taekwondo e Vôlei Sentad.

CAMPEONATO BRASILEIRO DE TIRO - ESPORTIVO

RJ - 13 a 16NOV2025

Organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Foi realizado nas instalações do Centro Nacional de Tiro Esportivo - RJ.
Modalidade: Tiro Esportivo.

PARALIMPÍADAS ESCOLARES

SP - 16 a 29NOV2025

Organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro. Foi realizado nas instalações do CPB - SP.
Modalidades: Atletismo e Natação.

CAMPEONATO BRASILEIRO LOTERIAS CAIXAS DE ATLETISMO

SP- 30NOV a 03DEZ2025

Organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro Foi realizado nas instalações do CPB - SP.
Modalidade: Atletismo.

Programa Forças no Esporte

PROFESP

Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) celebra formatura da Turma 2025 do PROFESP

O PROFESP consolida-se como uma das principais ações sociais conduzidas pelo Ministério da Defesa (MD), em parceria com os Ministérios da Cidadania, Educação, Mulher, Família e Direitos Humanos e, mais recentemente, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, refletindo uma abordagem integrada de políticas públicas. Contando com o apoio operacional das OM da Marinha, Exército e Aeronáutica. Criado como desdobramento do Programa Segundo Tempo, o PROFESP visa:

I. Promover o desenvolvimento de valores sociais e da cidadania;

II. Reduzir a exposição de crianças, adolescentes e jovens aos riscos sociais;

III. Desenvolver a capacidade física e a habilidade motora;

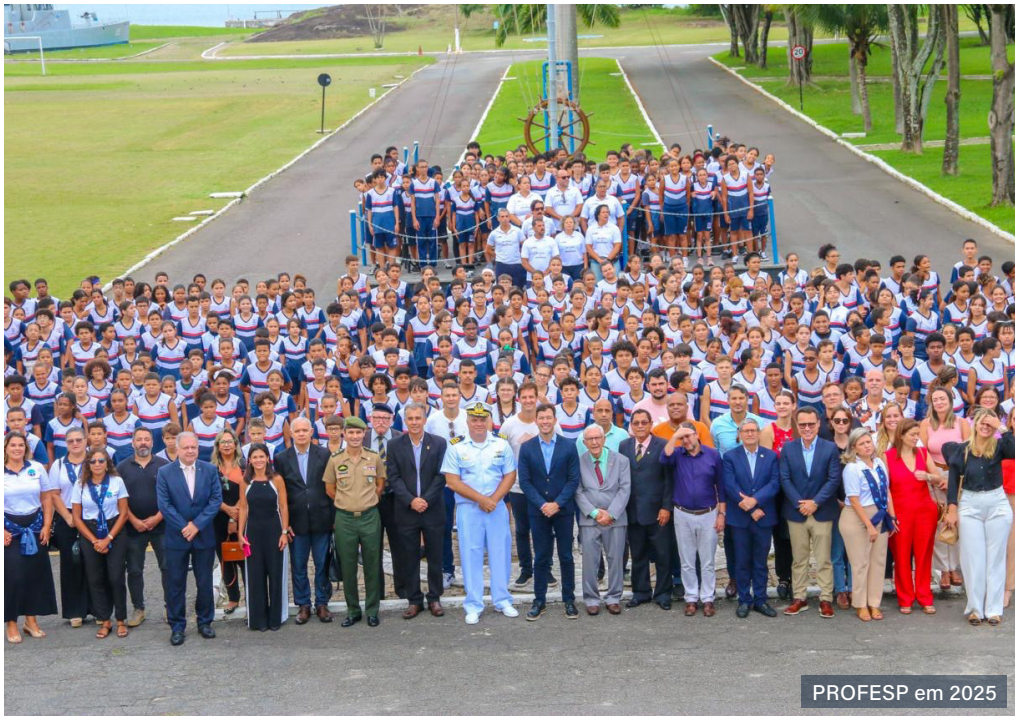
IV. Oferecer ações de reforço educacional, psicopedagógico, cultural e social realizados no contraturno escolar;

V. Fortalecer a segurança e a educação alimentar;

VI. Descobrir talentos para o esporte brasileiro.

Regulamentado pelo Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019, o Programa estabelece objetivos estratégicos que vão além da prática esportiva, englobando: o desenvolvimento de valores sociais e cívicos; a redução da exposição a riscos sociais; o reforço educacional e psicopedagógico; a garantia de segurança alimentar; e a descoberta de talentos esportivos.

Em 2025, a MB, por meio de suas Organizações Militares distribuídas pelo território nacional, reafirmou seu compromisso com a execução voluntária e dedicada do PROFESP, atuando não apenas como facilitadora de infraestrutura, mas também como agente transformador na vida de milhares de beneficiários. Alinhado ao Programa 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, especialmente à Ação 20IG (Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social), sob a responsabilidade da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa, o Programa evidencia o papel social das Forças Armadas na promoção da inclusão, da cidadania e do desenvolvimento nacional. Este relatório apresenta um panorama consolidado das atividades, resultados, parcerias e investimentos realizados ao longo do ano.



PROFESP em 2025

Objetivos permanentes do PROFESP					
o desenvolvimento de valores sociais e da cidadania	*a redução da exposição de crianças, de adolescentes e de jovens aos riscos sociais*	*o desenvolvimento da capacidade física e da habilidade motora*	*o desenvolvimento de ações direcionadas ao reforço educacional, psicopedagógico, cultural e social*	*o fortalecimento da segurança e da educação alimentar*	*a descoberta de talentos para o esporte brasileiro*

Um total de 39 Organizações Militares participaram do programa na MB, atendendo 5.410 alunos matriculados em 2025.

PRINCIPAIS DESTAQUES EM 2025

No Esporte:

- Sarah Oliveira, aluna do Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti (BFNRM) – Judô: Campeã nos Jogos Escolares do Estado do Rio de Janeiro (JERJ); Vice-campeã do Campeonato Brasileiro Regional de Judô; e Medalhista em competições nacionais e internacionais (Copa Internacional de Judô, Torneio Beneméritos).
- Equipes de Remo Escaler do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav): 2º lugar no Colégio Naval; e 3º lugar na Escola Naval.
- Competições de Karatê (CEFAN): 7 medalhas de ouro no Campeonato Brasileiro (Fortaleza); e 5 medalhas de ouro nos Jogos Universitários Brasileiros (Natal).

Campeonato Brasileiro de Karatê em Fortaleza - Ceará (Medalhistas de Ouro)

Na Inclusão Social - Projeto João do Pulo (PJP) - Pessoas com Deficiência:

- *Power Soccer* do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA): Octacampeonato Brasileiro consecutivo; e 6 atletas convocados para a Seleção Brasileira que disputou a *American Powerchair Football Confederation* (APFC) - *Americas Cup* nos EUA.
- Bocha Adaptada Paralímpica (CIAGA): Campeão Brasileiro na Classe BC1; e Medalha de prata nas Paraolimpíadas Escolares.

Na transformação de vidas:

- 6 alunos aprovados no Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais: 3 do PROFESP/BFNRM (Turma II/2025); 1 do BFNIG e 1 do BtlOpEspFuzNav (Turma I/2026); e Aprovação no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET): Aluna Gabriela Souza Vieira (2ºBtlInfFuzNav).
- Ex-alunos do PROFESP como futuros Oficiais na Escola Naval e no Exército Brasileiro.

Seu crescimento e expansão:

- Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE): 7 OM atendendo 1.022 alunos.
- Crescimento expressivo em núcleos-chave: BFNRM: de 153 para 260 alunos (+70%); 3ºBtlInfFuzNav: de 74 para 146 alunos (+97%); Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG): de 32 para 106 alunos (+231%).
- Comando do 6º Distrito Naval (Com6°DN): ampliação de 152 para 200 beneficiados.
- Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia (BAeNSPA): 180 concluintes em 2025.

Alunos do PJP em Treino de Power Soccer

Aspirante Calasans

Palestra educativa sobre a carreira na Marinha

Alunos do PROFESP em desfile alusivo ao aniversário da Divisão Anfíbia (DivAnf)

Na inovação em parcerias:

- Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES): Modelo integrado com Prefeitura de Vila Velha (transporte, alimentação, 9 professores).
- Cursos de tecnologia: Pensamento Computacional, Programação e Robótica com Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).
- Educação financeira: Curso "Escola Transformadora" com SEBRAE.
- Esporte de alto nível: Aulas de vela com Iate Clube do Espírito Santo.
- Saúde visual: Parceria da Base Aérea-Naval de São Pedro da Aldeia (BaeNSPA) com Ótica Khalil para exames e doação de óculos.

Na infraestrutura e investimentos:

- Inauguração do Auditório do PROFESP-BaeNSPA.
- Aplicação de emendas parlamentares para construção e reforma de instalações.
- Aquisição de equipamentos esportivos, computadores e módulos habitacionais.
- Distribuição de leite em pó via doações da Associação dos Servidores Municipais, Estaduais e Federais do RJ (ASSIST) para 120 crianças.

Nos eventos Institucionais voltados ao Programa:

- "Celebra Hidrografia" na Base De Hidrografia Da Marinha Em Niterói (BHMN): Integração lazer-cultura naval com passeio marítimo.
- Apresentações do Coral PROFESP em simpósios internacionais e cerimônias.
- Participação no Theatro Municipal via Passaporte Cultural – Batalhão Naval(BtlNav).

Parceria com a Ótica Khalil, com exames, avaliações e doações de óculos aos alunos

Recebimento de leite em Pó doados pela ASSIST.

Alunos do PROFESP e o Diretor de Hidrografia e Navegação no "Celebra Hidrografia"

Participação dos alunos na criação da horta comunitária

No reconhecimento da Comunidade:

- Depoimentos positivos de pais e professores sobre evolução física, intelectual e moral dos alunos.
- Aprimoramento do sentimento de grupo e desempenho cognitivo observado (BHMN).
- Impacto familiar: Distribuição de cestas básicas e campanhas que beneficiaram diretamente as famílias.

Na formação cívica e cidadã:

- Criação da Fanfarra e aprimoramento do Coral (Com6ºDN).
- Palestras da “Rosa das Virtudes” em múltiplas OM.
- Visitas a museus, navios e instituições culturais em todo o país.
- Participação em desfiles cívicos de 7 de Setembro e datas comemorativas.

Alunos do PROFESP em visita ao Museu do Amanhã

Alunos do PROFESP da Estação Radiogoniométrica da Marinha em Natal (ERMN) no desfile cívico no município de Parnamirim-RN

Soldado Cidadão

Comando do 2° Distrito Naval – Curso de Manutenção e instalação de condicionadores de ar do SENAI

O Projeto “Soldado-Cidadão”, por intermédio dos Comandos das Forças Singulares - Marinha, Exército e Força Aérea - destina recursos orçamentários para qualificar social e profissionalmente os jovens voluntários que prestam o Serviço Militar.

É uma política pública educacional do Governo Federal, cuja finalidade é oferecer cursos profissionalizantes aos militares licenciados por término do Serviço Militar Inicial Obrigatório (SMIO), possibilitando-lhes concorrer ao mercado de trabalho em melhores condições. Os cursos estão ligados às áreas de eletricidade, refrigeração, automobilística, comércio e varejo, alimentos, construção civil, conservação e zeladoria, informática, administração, saúde, e ensino profissional marítimo.

Executado em todo território nacional, o Projeto “Soldado-Cidadão” tem refletido positivamente na recolocação profissional dos militares temporários da MB no mercado de trabalho, fomentando, assim, melhores condições de ingresso.

No ano de 2025, além das capacitações oferecidas com o apoio das instituições do Sistema “S”*, destacaram-se também as parcerias mantidas diretamente com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM). Mediante intermediação do MD, outras entidades civis e públicas também cooperaram com as ações realizadas pela MB, que possibilitaram profissionalizar 3.763 jovens egressos do SMIO.

Dados computados até: 31DEZ2025.

BAeNSPA – Curso de Pintor de Edificações – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)

Com6°DN – Capacitação CNH Categoria D – CFC-CBM-MB

CIAB – Curso de Instalador de Sistema de Energia Fotovotaica – AVANTE BRASIL - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

CIAA – Técnica de Instalação e Manutenção de Aparelho de refrigeração Split – SENAI

*Instituições privadas paraestatais focadas em formação profissional. Ex: SENAI, SENAC, dentre outras.

Programa Antártico Brasileiro PROANTAR

Estação Antártica Comandante Ferraz

Relevância do PROANTAR para a sociedade – Ação da Presença Brasileira no Continente Austral

O Brasil é o sétimo país mais próximo do Continente Antártico e, por sua relativa proximidade, sofre a influência direta dos fenômenos naturais que lá ocorrem. Estes, por sua vez, podem afetar nosso clima e as condições meteoceanográficas e biológicas do Atlântico Sul, culminando por impactar a nossa economia e a segurança da população. Tais aspectos, por si só, justificam a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a região antártica. Além disso, cabe destacar que o Continente Antártico é 1,6 vez maior do que o Brasil, detém as maiores reservas de água doce (70%) do planeta e possui elevado potencial de riquezas minerais ainda não exploradas, principalmente por força do compromisso assumido pelos países aderentes ao Tratado da Antártica de não uso da região para fins econômicos. Em termos geográficos, sua margem continental defronta duas importantes rotas de navegação para o comércio marítimo internacional – a do Cabo e a do estreito de Drake, além de ser banhada pelas águas dos três oceanos, Pacífico, Atlântico e Índico.

Reconhecendo a relevância da Antártica e sua influência para o desenvolvimento nacional, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 1975, completando, em 2025, 50 anos de participação nesse regime internacional. Desde 1983, o País atua como Membro Consultivo do Sistema do Tratado Antártico (STA), com direito a voz e voto nas decisões relativas ao 'Continente Branco' e às águas circundantes do oceano Austral. Firmado em 1959 por doze países em plena Guerra Fria, o Tratado estabelece o regime jurídico que regula a governança da região ao sul do paralelo 60°S, promovendo o uso pacífico do continente, a liberdade de pesquisa científica, a cooperação internacional e a proteção ambiental, princípios reforçados pelo Protocolo de Madri e seus anexos.

Atualmente, o Tratado reúne 58 países-membros, dos quais 29 são Membros Consultivos, incluindo o Brasil, que atendem aos critérios de engajamento científico necessários para participar das decisões sobre o futuro da região. Nesse contexto, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) constitui o principal instrumento da presença nacional na Antártica, abrangendo a realização de pesquisas científicas essenciais para compreender os impactos daquele ambiente sobre o País, bem como a promoção da cooperação internacional, a proteção ambiental e o acompanhamento de interesses estratégicos e geopolíticos associados à região.

Ademais, a Política Nacional de Defesa incluiu a região antártica como área de interesse, dentro do conceito de "entorno estratégico", o que fortalece o apoio necessário à participação brasileira nos processos de decisão sobre o destino da região antártica, além de defender a exploração daquele continente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade.

Nos dias atuais, a ciência antártica torna-se cada vez mais importante, especialmente ao tentar responder as principais questões relacionadas às mudanças climáticas. Os processos atmosféricos, biológicos, criosféricos, ambientais e oceânicos que ocorrem naquela região, afetam diretamente o território brasileiro. O monitoramento das condições ambientais de regiões remotas como essa é essencial para o entendimento de variações climáticas e suas relações com o clima global. O avanço de massas de ar e de correntes marinhas interfere no regime das chuvas, inclusive no Brasil. Por isso, compreender a Antártica e o Oceano Austral nos ensina sobre o passado e nos ajuda a prever nos-

so clima e meio ambiente futuros, tanto em escala doméstica quanto global. As pesquisas são uma parte importante do trabalho realizado. A atuação envolve, entre outras ações, o estudo de microrganismos que vivem em ambiente extremo e tem potencial de produzir substâncias que contribuem para a cura de doenças graves, como o câncer. São realizados estudos com aves da região; coletas de algas, fungos e gelo; além de lançamentos de balões meteorológicos.

Somado a isso, a Antártica tem possibilitado o desenvolvimento de pesticidas e herbicidas menos tóxicos, a formulação de medicamentos veterinários mais eficientes, a criação de plantas geneticamente modificadas mais resistentes ao frio e à escassez de água e de nutrientes, o estudo das alterações no comportamento humano em ambientes extremos, o desenvolvimento tecnológico e diversos outros conhecimentos com aplicação efetiva em ramos tão distintos como na indústria, na medicina e no agronegócio. Os estudos de oceanografia permitem compreender a dinâmica da Corrente Circumpolar Antártica, que se encarrega de nutrir o oceano por meio das quatro correntes frias que dela derivam e costeiam a América do Sul, a África e a Austrália, propiciando a vida no mar.

A coleta e a aquisição de dados, além do processamento de amostras, acontecem na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), nos refúgios localizados na Península Antártica, em vários acampamentos montados em áreas de difícil acesso e em navios utilizados no programa durante uma Operação Antártica.

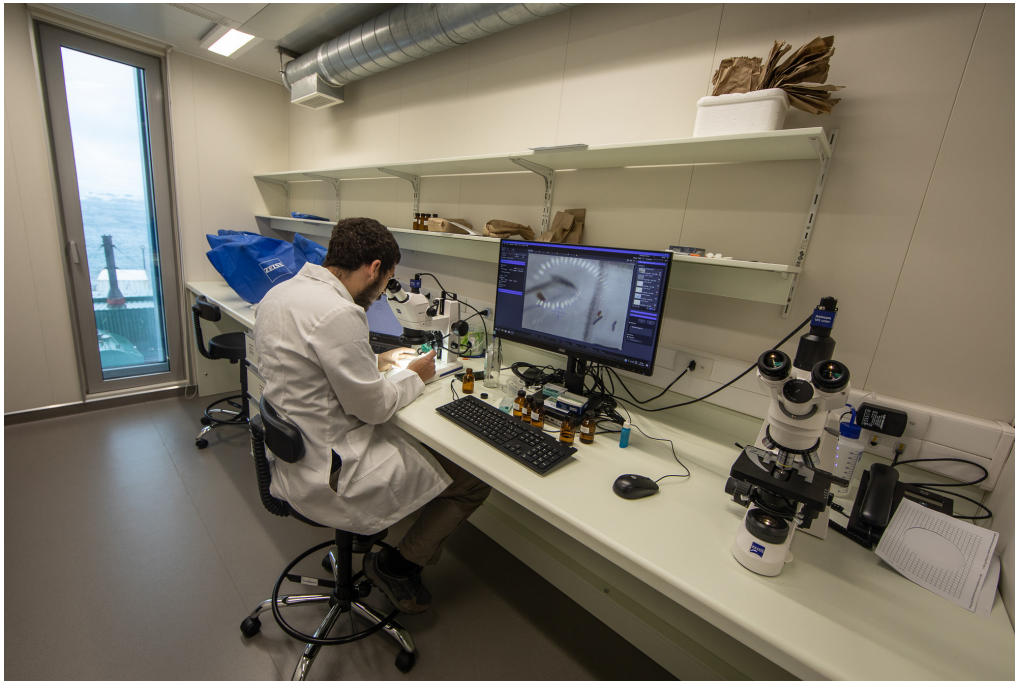
Operação Antártica (OPERANTAR)

A OPERANTAR é uma das mais complexas e extensas operações realizadas, anualmente, pela MB, e envolve um planejamento minucioso, para garantir a presença do país no continente gelado, por meio do PROANTAR. O planejamento das operações começa no ano anterior com o processo de seleção dos projetos de pesquisa, que envolve análise quanto ao mérito científico, impacto ambiental, disponibilidade financeira e meios para coleta de dados na região austral.

O PROANTAR planeja, coordena e executa as OPERANTAR, nas quais estão diretamente envolvidos o Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”; o Navio Polar “Almirante Maximiano”; a EACF; a Força Aérea Brasileira (FAB); e os diversos Projetos de Pesquisa selecionados pelo CNPq.

A OPERANTAR é dividida em atividades logísticas e de pesquisas realizadas de maneira simultânea em dois períodos distintos: um no verão antártico, entre os meses de outubro e março; e o outro no inverno antártico, entre os meses de abril e setembro.

As atividades logísticas envolvem diretamente os meios da MB e da FAB, sendo, normalmente, iniciadas no mês de outubro com o carregamento dos navios no porto do Rio de Janeiro. Nessa etapa, são embarcados todos os materiais, equipamentos e gêneros necessários para o funcionamento da EACF e para o desenvolvimento das atividades dos



Projetos de Pesquisa. Durante o inverno antártico, ocorrem lançamentos de carga para a EACF por aeronave da FAB, tais como suprimentos, sobressalentes e medicamentos.

As atividades de pesquisa são realizadas a bordo dos navios da MB, na EACF, nos módulos Criosfera 1 e 2, em acampamentos isolados e em estações estrangeiras, por meio de acordos de cooperação entre os países, durante o período de verão de uma OPERANTAR. Durante o inverno, os navios entram em fase de reparos e de preparação para a próxima operação, enquanto as atividades de pesquisa continuam a se desenvolver em suas instituições de origem.

Levantamento da Plataforma Continental

No âmbito do LEPLAC, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em março a submissão brasileira para a Margem Equatorial, encaminhada em 8 de setembro de 2017 e apresentada na reunião plenária da CLPC em março de 2018. Com a aprovação, foi incorporada à nossa Plataforma Continental (PC) uma área de cerca de 360 mil km², em uma região que se estende da foz do Rio Oiapoque (AP) ao litoral norte do Rio Grande do Norte, abrangendo as bacias sedimentares da foz do Rio Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. Esse marco fortalece a posição geopolítica do Brasil no Atlântico Sul, que exercerá soberania para fins de exploração e aproveitamento sustentável dos recursos naturais do solo e subsolo marinho na região, garantindo vantagens socioambientais e econômicas de impacto nacional. Ademais, ao longo do ano, também foram realizadas pelos navios da Marinha do Brasil, comissões científicas com o propósito de coletar dados que contribuam para fortalecer a Submissão Parcial Revista da Margem Oriental Meridional, em análise pela CLPC.

Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)

A EACF dispõe de amplas instalações que aliam tecnologia e sustentabilidade, com dezessete laboratórios equipados no estado da arte, sistemas automatizados que garantem maior segurança, conforto e melhores condições de trabalho. A realização das OPERANTAR anuais, utilizando os navios e helicópteros da MB, e aeronaves da FAB, asseguram o apoio logístico necessário à presença permanente do Brasil na Antártica.

O Brasil mantém a Estação Antártica para apoio às pesquisas desde 1984. A nova Estação, reinaugurada em 2020, proporciona as condições adequadas de habitabilidade e segurança, com capacidade para 64 pessoas, permitindo a sua utilização ao longo do ano e o desenvolvimento das pesquisas antárticas. As edificações ocupam uma área de 4.500 m², possuindo, além dos alojamentos (32 unidades) e dos laboratórios (14 no interior da Estação e mais 3 na área externa), um setor de saúde, biblioteca, academia e sala de estar, dentre outros compartimentos. A dimensão das atuais instalações é compatível com a importância que o Brasil conquistou no cenário Antártico, tanto como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, desde 1983, como, a partir de 1984, do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas – SCAR. A nova Estação atende às demandas de pesquisas nacionais e de cooperação internacional na área científica.

A MB mantém permanentemente na EACF 17 marinheiros e fuzileiros navais responsáveis pela manutenção e apoio às pesquisas.

Principais Resultados

- Condução com êxito das 4ª, 5ª e 6ª Fases da OPERANTAR XLIII, nos primeiros meses do ano, na qual foram realizadas atividades logísticas de abastecimento da EACF com gêneros, materiais e óleos combustíveis, por intermédio dos navios antárticos e três voos de apoio, que permitiram a continuidade das atividades de pesquisa e a prontificação da Estação para o início do período de inverno em abril de 2025;

- Durante o período de inverno na EACF, entre os meses de abril e setembro de 2025, foram realizados quatro voos de apoio logístico, pelos quais foram fornecidos medicamentos, gêneros, sobressalentes e itens pessoais ao Grupo-Base, bem como realizadas as manutenções preventivas e corretivas nos diversos equipamentos da Estação, fazendo uso dos sobressalentes e consumíveis recebidos durante o verão, finalizando a OPERANTAR XLIII; e

- Condução com êxito das 1ª, 2ª e 3ª Fases da OPERANTAR XLIV, a partir de outubro de 2025, na qual foram realizadas atividades de abastecimento de combustível, equipamentos, gêneros, sobressalentes e consumíveis à EACF, por meio dos navios antárticos e a realização de três voos de Apoio Logístico à EACF, pelos quais foram feitos os traslados de pesquisadores, militares e material para a Antártica.

A OPERANTAR XLIV apóia 26 projetos de pesquisa científica, dos quais participaram da chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 08/2023 (Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação relacionados à Antártica – PROANTAR), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa chamada segue as diretrizes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e os projetos aprovados contam com o financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). As atividades de campo dos projetos são realizadas a bordo dos navios antárticos, em acampamentos na região da Península Antártica e, também, na EACF.

No período de 27 de novembro de 2023 a 12 de fevereiro de 2025, houve a realização de atividades voltadas ao desmonte do heliponto da antiga estação. O planejamento para a execução dessas atividades foi submetido ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para análise de impacto ambiental e programa de gerenciamento de resíduos, sendo obtido parecer favorável à proposta enviada. Foram retiradas e transportadas para o Brasil cerca de 130 toneladas, por meio do Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e do Navio Polar Almirante “Maximiano”.

Informações Orçamentárias

2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica

Ano	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
2023	5.323.233,97	4.740.177,20	4.699.555,16
2024	3.010.561,30	2.213.247,80	2.208.309,08
2025	3.776.174,99	3.203.644,67	3.186.228,08

PROANTAR – Marinha do Brasil

Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)

O Plano Setorial para os Recursos do Mar tem como objetivo sistematizar as atividades de pesquisa para atender à demanda de informações sobre os recursos naturais e energéticos das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), ilhas oceânicas e áreas marítimas internacionais de interesse, propiciando condições para a exploração sustentável e o monitoramento efetivo da Amazônia Azul, que permita contribuir para o enfrentamento de situações emergenciais, como alterações climáticas significativas, e para o desenvolvimento e implementação da Economia Azul, gerando inúmeros benefícios para toda a sociedade brasileira. O PSRM é suportado diretamente pela Ação Orçamentária 2518, apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul, e está relacionado no âmbito do Planejamento Estratégico da Marinha ao OBNAV 4 “Cooperar com o desenvolvimento nacional” e ao OBNAV 10 “Ampliar a Consciência Situacional Marítima nas áreas de interesse da MB”.

Pesquisa nas Ilhas Oceânicas – Benefícios para a sociedade

Cabe à Marinha, por intermédio da SECIRM (Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar), coordenar o Programa de Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas (PROILHAS), o qual mantém Estações Científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) e na Ilha da Trindade. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do PROILHAS são dirigidas por renomados pesquisadores e envolvem a participação de estudantes das mais variadas fases do processo de formação acadêmica, desde a graduação até o pós-doutorado. Trata-se, portanto, de atividade que contribui significativamente com o processo de formação de recursos humanos nas mais diversas áreas do conhecimento, com ênfase naquelas associadas à área de Ciências do Mar.

No caso específico do ASPSP, por exemplo, encontra-se a rota migratória de peixes com elevado valor comercial, como algumas espécies de atum e afins do Atlântico. Neste contexto, as informações geradas pelas pesquisas em desenvolvimento naquele remoto local constituem um importante ativo de negociação, não apenas na ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico), mas também em outros fóruns internacionais, como a própria FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Além do potencial promissor no que concerne à captura de estoques com alto valor agregado, o ASPSP representa uma das mais importantes áreas de pesca do Nordeste, sendo bastante visitada por embarcações baseadas em portos nordestinos, principalmente Natal (RN).

A Ilha da Trindade, por sua vez, é a extremidade de uma cadeia de montanhas submarinas que atinge 5.500 metros do fundo oceânico. Possui um ecossistema peculiar e muitas espécies endêmicas, ou seja, que só existem lá. A Ilha de Trindade é o segundo maior sítio reprodutivo de tartarugas-verdes no Oceano Atlântico e o maior do Brasil e, por sua posição geográfica, constitui fonte de dados essenciais para previsão meteorológica.

Não obstante as peculiaridades citadas, a ocupação permanente tanto do ASPSP quanto da Ilha da Trindade proporciona ao Brasil o direito de consolidar uma extensa faixa marinha de exclusividade para exploração econômica dos recursos naturais vivos e não vivos, correspondente a uma área de aproximadamente 450.000 km² ao redor de cada ilha, o que equivale ao somatório das áreas dos estados do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina.

Presença nas Ilhas Oceânicas – Responsabilidade e Sustentabilidade

Foi assinado, em 2024, um Convênio entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Espirito-Santense de Tecnologia, vinculada a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), para desenvolver o projeto de uma nova Estação Científica a ser implantada no ASPSP. O respectivo projeto foi aprovado no dia 10 de outubro de 2025 e o processo de implementação foi iniciado ainda em 2025, com previsão de conclusão em 2026, usando recursos de compensação ambiental na ordem de R$ 7 milhões. Essa nova Estação proporcionará a incorporação de modernas soluções de engenharia voltadas para otimizar, ainda mais, a sustentabilidade na importante região do ASPSP.

Contribuindo para a conservação da Ilha da Trindade, um mutirão de limpeza foi realizado na Ilha em 20 de setembro 2025. Uma iniciativa envolvendo militares da Marinha, voluntários do ICMBio e do projeto

ONDA-ILOC (Observadores da Natureza para o Desenvolvimento Ambiental nas Ilhas Oceânicas) retirou aproximadamente 300 quilos de lixo das praias da Ilha da Trindade, distante cerca de 1.200 quilômetros da costa. Foi realizada a limpeza de duas praias: o Parcel das Tartarugas e a Praia dos Andradas. A área que recebe grande quantidade de lixo é, também, onde acontece a maior desova de tartarugas-verdes no Brasil. O principal material encontrado nas coletas foi o plástico. Apesar de ser uma região remota, habitada apenas por grupos de pesquisadores e militares da Marinha do Brasil, as praias da Ilha da Trindade sofrem com a poluição transportada pelas correntes marítimas.

Além desse mutirão de limpeza, em 2025, a Ilha da Trindade também recebeu um sistema híbrido de energia solar que substituiu os antigos geradores a diesel, reduzindo significativamente o uso de combustível fóssil no local. O projeto, resultado de uma parceria entre Itaipu, Itaipu Parquetec e a Marinha do Brasil, utiliza 480 painéis solares, baterias de lítio e um gerador a diesel de reserva, que é usado apenas em emergências.

Ilhas Oceânicas

O Arquipélago de São Pedro e São Paulo é formado por pequenas ilhas rochosas localizadas no hemisfério Norte, a cerca de 1.000 quilômetros do litoral do Estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de um local singular, onde há milhões de anos o magma se desprendeu do fundo marinho e deixou exposta uma rocha com mais de 4.000m de profundidade cravada na dorsal mesoatlântica.

A Ilha da Trindade está localizada na extremidade oriental da cadeia de montanhas submarinas Vitória-Trindade, a cerca de 1140km da cidade de Vitória (ES), e junto com o Arquipélago de Martin Vaz, constitui a fronteira leste brasileira. A ilha possui formação vulcânica recente, quando levado em conta os eventos geológicos, e eleva-se a 5.500 metros do fundo oceânico.

As ilhas oceânicas possuem relevante valor científico, socioeconômico e ambiental, em função da singularidade de seus ecossistemas, das espécies endêmicas, da constituição e evolução geológica, e da possibilidade de geração de dados essenciais para previsões meteorológicas, estudos geotécnicos, oceanográficos e biológicos, entre outros. Em termos estratégicos, ao mantê-las permanentemente ocupadas é garantido ao Brasil o direito de estabelecer Mar Territorial (MT) e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) ao redor das ilhas.

Em 2025, foram realizadas 32 expedições científicas para as ilhas oceânicas, as quais apoiaram a 222 pesquisadores, vinculados a projetos selecionados por editais publicados pelo CNPq.

Principais Resultados

O PROILHAS já viabilizou a participação de mais de 4.000 pesquisadores em expedições ao ASPSP e à Ilha da Trindade. Especificamente em 2025 foram alcançados os seguintes resultados:

- Realização de 24 expedições científicas em apoio ao ASPSP, com embarcações fretadas, e 4 expedições de caráter logístico/científico com o apoio de navios da Marinha, envolvendo a participação direta de 102 pesquisadores de 14 projetos científicos selecionados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e

- Realização de 10 expedições à Ilha da Trindade, com o apoio de navios da Marinha, envolvendo a participação direta de 147 pesquisadores de 16 projetos científicos selecionados pelo CNPq.

Informações Orçamentárias

2518 - Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul

Ano	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
2023	R$ 670.662,71	R$ 420.991,42	R$ 420.991,42
2024	R$ 951.691,78	R$ 662.486,42	R$ 656.033,65
2025	R$ 1.152.738,82	R$ 601.015,42	R$ 558.687,20

PROARQUIPÉLAGO:

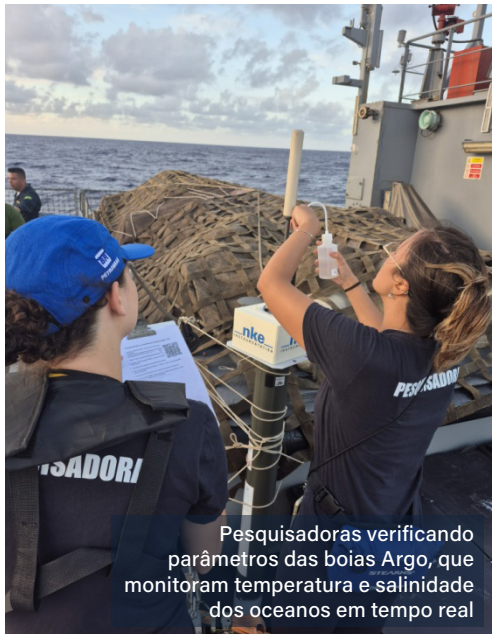
- realização de 24 expedições científicas em apoio a 16 diferentes projetos de pesquisa vinculados a universidades de todo o País;
- realização de 4 expedições de manutenção, voltadas para garantir a operacionalidade da estação científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e respectivos sistemas adjacentes; e
- implantação de uma nova estação científica em substituição à antiga, que já apresenta sinais acentuados de desgaste, fruto das severas condições
- ambientais observadas na remota região do arquipélago de São Pedro e São Paulo.

PROTRINDADE:

- realização de 11 expedições de cunho logístico e científico, provendo apoio a 16 diferentes projetos de pesquisa vinculados a universidades espalhadas por todo o País.

Preparação de amostras de pescado para análises laboratoriais

Manutenção de equipamentos de controle da dispersão de contaminantes na Ilha da Trindade



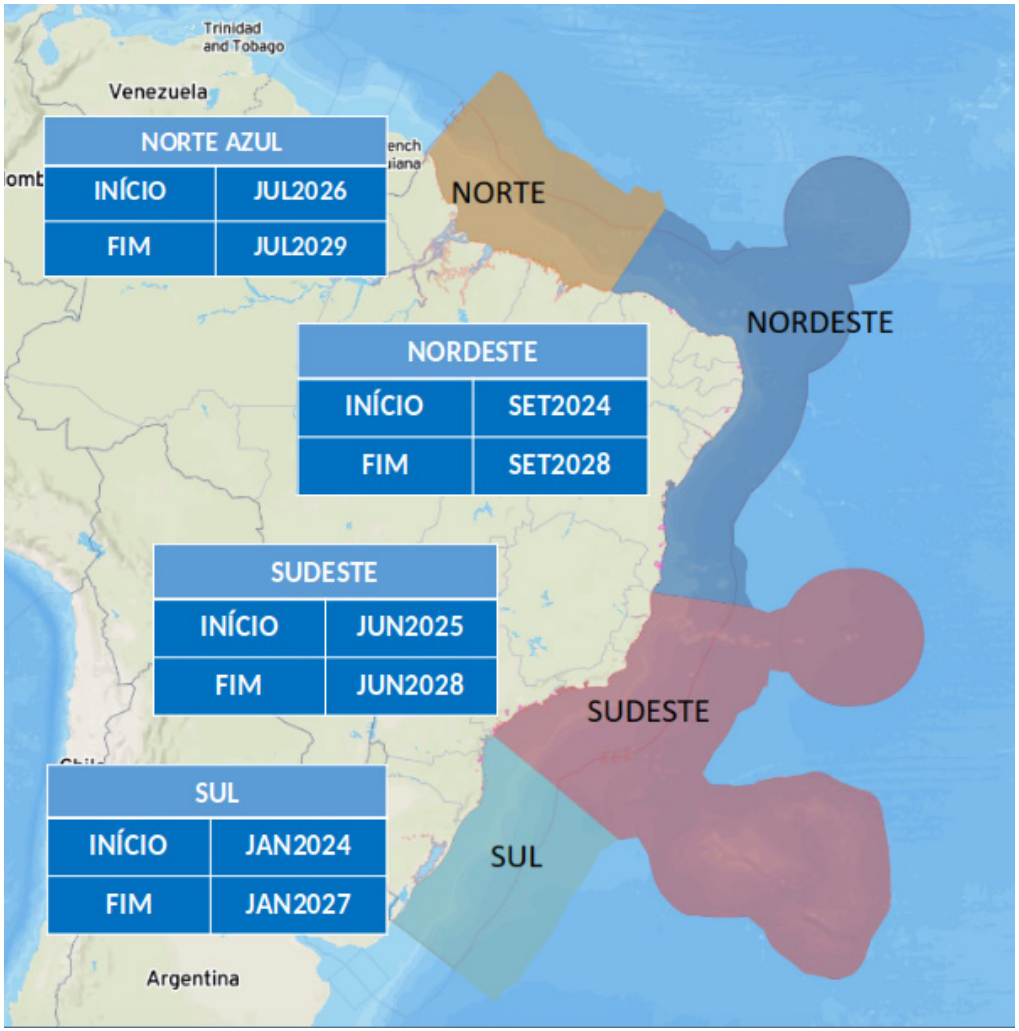
Pesquisadoras verificando parâmetros das boias Argo, que monitoram temperatura e salinidade dos oceanos em tempo real

Coleta subaquática de amostras em recife para monitoramento ambiental durante mergulho técnico

Planejamento Espacial Marinho

O Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um processo público de distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas, para alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais. Apresentado como compromisso voluntário na I Conferência da ONU para o Oceano, o PEM viveu em 2025 seu processo de amadurecimento no País, tendo sido reapresentado na III Conferência da ONU para o Oceano, em Nice, na França, confirmando sua implementação até 2030. Da mesma forma, este Planejamento foi instituído no País, pelo Decreto 12.491/2025, publicado em 5 de junho, tornando o processo ainda mais consolidado por meio de um marco legal.

Esse amadurecimento foi embasado, também, pelo avanço dos trabalhos nas Regiões Sul e Nordeste e o início do projeto na Região Sudeste. Como importante marco desse avanço, observa-se o efetivo incremento da participação social, contando com eventos de lançamento, oficinas setoriais e outras formas de engajamento. A participação social, com conhecimentos científicos e tradicionais, é essencial para o processo de legitimação da política pública em desenvolvimento, e esse contexto se deu com a ampliação do alcance aos diversos segmentos da sociedade, com destaque para a atuação mais ativa dos povos e comunidades tradicionais.



Região	Investimento em milhões de R$
Sul	7
Sudeste	10,65
Norte	13,3
Total	**42,95**

O Planejamento Espacial Marinho, durante sua implementação ou até mesmo após, trará benefícios nos campos econômico, social e ecológico, como por exemplo: a) Econômico: o mapeamento de atividades permite identificar as sinergias entre os diversos usos do mar e de forma análoga mitigar os eventuais conflitos que ocorram. Como resultado se espera que os investimentos atuais e futuros no mar venham revestidos da segurança jurídica necessária para garantir o sucesso dos empreendimentos; b) Social: a geração de emprego e renda decorrente do possível aumento de investimentos no mar; e c) Ecológico ou ambiental: por ser baseado no mapeamento de habitats e dos serviços ecossistêmicos, atenta para as regiões que sejam prioritárias para a conservação e visualiza como a utilização sustentável do oceano colabora para manutenção da sua saúde, e por consequência na adaptação necessária para combater às mudanças climáticas.

No decorrer de sua implementação, e especialmente ao ser consolidado como uma política pública, espera-se que o PEM se torne um instrumento capaz de permitir a utilização do ambiente marinho trazendo benefícios socioambientais para a população brasileira, nas gerações atuais e futuras.

1.8 CONTRATOS DE GESTÃO

A Marinha do Brasil não realizou contratos de gestão no exercício financeiro de 2025.

Fragata Constituição (F42) fundeada na enseada dos Portugueses na Ilha da Trindade durante a Comissão Científica

MARINHA DO BRASIL

PODER NAVAL | CAPACIDADE OPERACIONAL | PRONTO EMPREGO

Operação ATLAS Armas Combinadas – Formosa

Realizada no Campo de Instrução de Formosa, em Goiás, entre os dias 5 e 22 de setembro de 2025, a Operação Formosa integrou o calendário operativo do MD na modalidade de um Adestramento Conjunto Específico de Emprego Combinado de Armas (ACEECA). O exercício focou no adestramento de Medidas de Coordenação de Apoio de Fogo com munição real, combinando as capacidades de diversas unidades operativas. Seus objetivos principais foram a atualização e o nivelamento das técnicas, táticas e procedimentos para uma Operação Anfíbia do tipo Assalto, com ênfase na coordenação dos apoios de fogo orgânicos e aéreos e no fortalecimento dos laços de cooperação entre as nações participantes. O 1º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais (1ºBtlOpLitFN) participou com um Pelotão de Fuzileiros Navais, que foi integrado à Força de Desembarque durante as fases de Adestramento de Coordenação de Apoio de Fogos (CAF) e Desenvolvimento em um Cenário das Medidas de Coordenação de Apoio de Fogo (MCAF).

Paralelamente, no período de 02 a 20 de setembro, foi conduzida no mesmo local a Operação ATLAS Armas Combinadas – Formosa, sob coordenação da FFE. Esta operação de grande porte envolveu 2.184 militares de diversas unidades da MB e contou com o apoio da FAB. Seu objetivo central foi executar o emprego combinado das Armas de Apoio ao Combate e do Comando de um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais em um cenário tático realista, utilizando tiro real e integrando múltiplas capacidades operacionais.

Dentro desse contexto, entre 04 e 15 de setembro, ocorreu a fase específica FORMOSA-2025, dedicada ao adestramento de um Pelotão de Fuzileiros Navais, com foco na simulação de Operações Anfíbias e Operações Terrestres de caráter naval. Esta fase visou contribuir diretamente para a manutenção da capacidade anfíbia, expedicionária e do pronto emprego do 3º Batalhão de Proteção e Defesa NBQR.

As operações exercitaram um amplo espectro de capacidades de alto nível. Isso incluiu tiro real com armas orgânicas e apoio de fogo simulado (naval, aéreo e de artilharia); controle aerotático e defesa antiaérea, com tiro real de mísseis MSA Mistral e metralhadoras .50 contra alvos aéreos; a instalação e operação de uma Base Aérea Expedicionária em cenário anfíbio; deslocamentos em comboio e procedimentos de tiro com Carros Lagarta Anfíbios; e reconhecimento geográfico por Observadores Aéreos. A integração foi abrangente, envolvendo blindados, artilharia de 105 mm, viaturas logísticas e de engenharia, capacidades NBQR e aeronaves como UH-12, UH-15, AF-1 e o sistema remotamente pilotado RQ-1 ScanEagle. O controle do espaço aéreo foi garantido com apoio da Força Aérea Brasileira, assegurando a segurança das atividades com munição real. Unidades de operações especiais, ribeirinhas, controle de tráfego aéreo, comunicações, ciberdefesa e alunos do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) também participaram, ampliando a integração intercapacidades e interforças.

Os principais desafios enfrentados incluíram o planejamento e a condução do adestramento com emprego de munição real e meios blindados, bem como a execução de tarefas complexas de Reconhecimento, Descontaminação NBQR e Comando e Controle. Como entrega fundamental para a sociedade, essas operações conjuntas asseguraram a manutenção da capacidade operativa e do pronto emprego do 3º Batalhão de Proteção e Defesa NBQR e de outras unidades da FFE. Dessa forma, contribuíram para o fortalecimento da capacidade de defesa nacional em cenários anfíbios, expedicionários e de alta intensidade. A interoperabilidade exercitada entre infantaria, blindados, artilharia, engenharia, aviação naval, defesa antiaérea e capacidades NBQR consolidou a Marinha do Brasil como uma força integrada e permanentemente preparada para atuar em operações combinadas e conjuntas de elevada complexidade, em prol da soberania e da segurança do país.

Operação ATLAS-SEGMAR

A Operação Atlas é um exercício conjunto, coordenado pelo MD, que reúne Marinha, Exército e Aeronáutica em um esforço integrado para aprimorar a atuação das Forças Armadas no território amazônico. A Operação representa uma otimização em relação a operações semelhantes anteriores. Está alinhada ao calendário regular de treinamentos do MD e ao compromisso do Brasil com a proteção da Amazônia e a promoção da soberania nacional.

A Operação foi desenvolvida em três fases:

- Fase 1: Realização do planejamento conjunto, com definição de estratégias, integração de ações e ambientação dos participantes.
- Fase 2: Deslocamento estratégico de meios e efetivo para a Amazônia.

- Fase 3: Execução de atividades táticas em ambientes terrestre, aquático e aéreo, exigindo elevado desempenho logístico e capacidade de atuação em longas distâncias.

O Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) “Atlântico”, com uma aeronave SH-16, uma aeronave UH-12 e uma aeronave AH-15B, esteve adjudicado GT de Segurança Marítima (SEGMAR), no período de 13 de setembro a 04 de dezembro, cuja missão foi a realização de exercício de retomada o controle da Foz do rio Amazonas, por meio de uma operação de interdição marítima.

NAM "Atlântico"

Operação ATLAS–ATLAS–Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR)

O Submarino Humaitá foi designado para compor a Força-Tarefa Atlântica, de ações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR), no período de 02 de outubro a 05 de dezembro de 2025, tendo como missão detectar, reconhecer, identificar e determinar a posição de navios de interesse por meio de operações de esclarecimento, com o propósito de obter as informações necessárias para orientar o planejamento e emprego das forças, na área de Rio do Janeiro (RJ) até a foz do Rio Amazonas.

Ademais, participou do Exercício de Proteção de Cabos Submarinos da Operação Tridente, nas proximidades de Fortaleza (CE), no período de 11 a 13 de novembro de 2025, e também realizou exercício de Trânsito com Oposição de Submarino, nas proximidades de Itaóca (ES), em 29 de novembro de 2025.

Submarino “Humaitá” realiza operação inédita na margem equatorial durante a Operação Atlas

Operação ATLAS-APOLOGNORTE

No contexto da Operação Atlas 2025, coordenada pelo Ministério da Defesa, o Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) "Almirante Saboia" integrou o Grupo-Tarefa de Apoio Logístico (GT APOLOG), com a missão de transportar meios e pessoal para a região amazônica. A comissão ocorreu entre 24 de agosto e 28 de outubro de 2025, com a participação de 266 militares, tendo o navio atracado em Manaus (AM) em 18 de setembro, após iniciar a navegação fluvial pelo Rio Amazonas no dia 13 do mesmo mês. O deslocamento marcou o retorno de um navio subordinado ao Comando em Chefe da Esquadra a essa rota após mais de uma década, reforçando a presença das Forças Armadas em uma região estratégica e de difícil acesso.

No período de 1º a 12 de outubro de 2025, no âmbito da mesma operação, foram empregados também os Navios-Patrulha Fluviais "Raposo Tavares", "Rondônia" e "Roraima", uma aeronave UH-12 e uma Lancha de Operações Ribeirinhas Blindada. Durante a missão, foram conduzidas ações de proteção da Unidade de Maior Valor (UMV), representada pelo NDCC "Almirante Saboia", assegurando a manutenção do fluxo logístico fluvial no trecho do Rio Amazonas entre Manaus (AM) e Almeirim (PA). A operação contribuiu para o adestramento conjunto das Forças Armadas, testando a capacidade de mobilização rápida, projeção de poder e deslocamento de grandes contingentes em território nacional.

Operação ATLAS Anfíbia (DRAGÃO)

Realizada no período de 26 de novembro a 06 de dezembro de 2025, a Operação ATLAS Anfíbia foi conduzida na área compreendida entre o Rio de Janeiro (RJ) e Itaoca (ES), com foco na projeção de poder sobre terra em ambiente litorâneo de alta complexidade. A operação mobilizou um total de 2.419 militares, dos quais 1.500 eram fuzileiros navais,

NAM "Atlântico" realiza o *leap frog*, exercício de aproximação entre navios, com o Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) "Almirante Saboia"

integrando capacidades navais, aéreas e terrestres sob coordenação da 1ª Divisão de Esquadra e com o Comandante da FFE atuando como Oficial Coordenador do Adestramento (OCA).

Foram empregados importantes meios navais, incluindo o NAM "Atlântico", o Navio-Doca Multipropósito "Bahia", o Navio-Doca de Carga Geral "Almirante Saboia", as Fragatas "Liberal" e "Independência", a Corveta "Barroso", e os Navios de Desembarque de Carros de Combate "Marambaia" e "Camboriú". O componente aéreo contou com aeronaves UH-12 Esquilo, AH-15B, UH-15 Super Cougar, SH-16 Seahawk e AH-11B Super Lynx.

A operação teve como objetivo preparar e prover três Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais para atuarem como Força de Desembarque do Grupo-Tarefa DRAGÃO, além de desempenhar funções de Força Ribeirinha e Força de Defesa. As ações foram conduzidas na Área de Apoio Administrativo Almirante José Carlos Ribeiro da Silva, em Itaoca (ES), simulando o emprego do conjugado anfíbio em áreas litorâneas de difícil acesso.

Operação ATLAS Anfíbia 2025

Como parte do Plano de Trabalho Anual da Chefia de Operações Conjuntas do MD, a ATLAS Anfíbia integrou esforços de treinamento, qualificação e coordenação entre os diversos componentes da MB, reforçando a interoperabilidade, a prontidão e a capacidade de resposta em cenários anfíbios, ribeirinhos e de operações conjuntas. A operação consolidou o preparo da FFE e a capacidade da Marinha de projetar poder de forma coordenada e realista, em alinhamento com as diretrizes estratégicas de defesa nacional.

Operação Lançamento de Armas-I

A operação foi realizada na área compreendida entre Rio de Janeiro (RJ) e Cabo Frio (RJ), no período de 15 a 19 de fevereiro de 2025 e teve como unidades participantes a Fragata “Defensora”, com uma aeronave AH-11B, a Fragata “Independência”, com uma aeronave UH-12, a Fragata “União”, o NDM “Bahia”, com uma aeronave SH-16 e o NDCC “Almirante Saboia”, com uma aeronave SH-16.

A operação demonstrou-se uma iniciativa altamente benéfica para o aprestamento dos meios envolvidos, proporcionando uma oportunidade ímpar para o aprimoramento técnico e doutrinário dos militares do Estado-Maior do Comando da 2ª Divisão da Esquadra (ComDiv-2), bem como dos Comandantes, Destacamento de Mergulhadores de Combate (DstMEC) e tripulações. Além disso, possibilitou a extração de ensinamentos relevantes sobre o emprego dos mísseis ar-superfície Penguin e sobre a utilização prolongada dos canhões de 4.5”, consolidando os efeitos operacionais almejados e reforçando a capacidade combatente da MB.

Operação Lançamento de Armas-I/2025

Operação ADEREX-AERNAV/Lançamento de Armas-II

Foi realizada na área marítima compreendida entre o litoral do Rio de Janeiro e a área Moreia, no período de 28 de abril a 03 de maio de 2025 e teve como unidades participantes Fragata “Liberal”, com uma aeronave UH-12, a Fragata “Independência”, com uma aeronave AH-11B, a Fragata “União”, com uma aeronave UH-12, o NAM “Atlântico”, com uma aeronave IH-6B, uma aeronave AH-15B, uma aeronave UH-15 (N-7101) e uma aeronave SH-16.

A operação foi uma valiosa oportunidade de incremento do grau de adestramento dos meios navais e aeronavais da Esquadra, bem como do Estado-Maior do Comando da 2ª Divisão da Esquadra. A realização de exercícios complexos e diversificados, incluindo o lançamento real de munições e ações coordenadas entre os diversos meios, permitiu o fortalecimento da doutrina, a qualificação técnica dos militares envolvidos e o aprimoramento dos procedimentos operativos.

A operação evidenciou avanços na capacidade de operação entre meios navais e aeronavais, principalmente no que se refere ao emprego real de armamentos, com o MSA “ASPIDE” e tiros com canhões de 4,5” e de 40 mm. Destacou-se também a realização do casamento de rampas entre o A140 e a Embarcação de Desembarque de Carga Geral (EDCG) “Guarapari”, ampliando as capacidades da Esquadra para a realização de operações anfíbias.

Este adestratamento cumpriu plenamente seus objetivos, reforçando a prontidão operativa dos meios participantes e contribuindo para o contínuo aperfeiçoamento da capacidade dos meios navais e aeronavais da Esquadra, principalmente no que se refere à letalidade da Força. A condução da comissão reforça o compromisso com a excelência no preparo, a eficácia na condução dos diversos tipos de Ações e Operações Navais e a coleta de ensinamentos obtidos para a evolução nas futuras operações.

Operação ADEREX-AERNAV/ Lançamento de Armas-II/2025

Operação ADEREX-SUP-SUB/ Lançamento de Armas-III

Realizada entre 13 e 19 de julho de 2025 na área marítima entre o litoral do Rio de Janeiro e a região da Moreia, a Operação ADEREX teve como objetivo principal aprimorar o adestramento operacional e a interoperabilidade entre os diversos meios navais, aéreos e de Fuzileiros Navais, com foco no emprego real de armamentos e na integração tática em cenários de combate naval e operações especiais.

Durante o exercício, foram executados lançamentos de torpedos MK-46 e do míssil antiaéreo ASPIDE, além de disparos com munição real dos calibres 4.5", 40 mm, 20 mm e .50. Essas ações permitiram validar procedimentos de tiro, aumentar a proficiência das tripulações e testar a eficácia dos sistemas de armas em ambiente operacional simulado.

Paralelamente, o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais conduziu exercícios de infiltração marítima e ribeirinha, integrando-se aos meios navais para aperfeiçoar táticas de inserção e ação em ambientes litorâneos e de águas interiores. Essa atuação reforçou a coordenação entre as unidades de superfície, a aviação naval e as forças especiais, elevando a prontidão e a capacidade de resposta em missões que exigem sigilo, precisão e sincronismo.

A operação ADEREX consolidou-se como uma importante oportunidade de adestramento conjunto, contribuindo para o incremento da capacidade de guerra naval antissuperfície e antiaérea, a otimização do emprego de armamentos e a interoperabilidade entre os diversos componentes da MB. Os conhecimentos e experiências adquiridos reforçam a preparação da Força para atuar em cenários reais de defesa, assegurando a prontidão operacional e a eficácia nas missões atribuídas.

Operação ADEREX-SUP-SUB/ Lançamento de Armas-III/2025

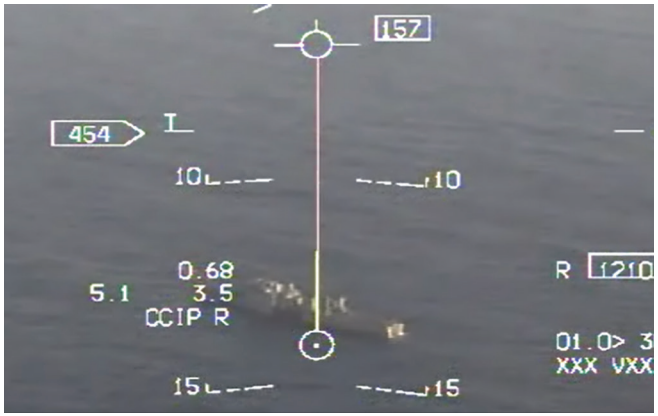
Lançamento de Armas-IV

A operação foi realizada na área compreendida entre Rio de Janeiro (RJ) e Cabo Frio (RJ), no período de 07 a 12 de dezembro de 2025 e teve como unidades participantes a Fragata “Defensora”, lançando o protótipo do Míssil Superfície-Superfície (MSS) Míssil Antinavio Nacional de Superfície (MANSUP), com cabeça de combate e a Fragata “Independência”, lançando o MSA Aspide em modo superfície, com suas respectivas aeronaves AH-11B. A Fragata “Liberal” e a Corveta “Barroso”, participaram como navios assistentes. Uma aeronave AF-1 lançou bomba sobre casco; um SH-16 lançou míssil Penguin e uma aeronave P-3 da FAB lançou MAS Harpoon. O NApOc “Purus” rebocou o casco do Ex-NDCC “Mattoso Maia” até a área do exercício. A operação demonstrou-se uma iniciativa altamente benéfica para o aprestamento dos meios envolvidos, proporcionando uma oportunidade ímpar para o aprimoramento técnico e doutrinário dos militares do Estado-Maior do ComDiv-2, bem como dos Comandantes, DstMEC e tripulações. Além disso, possibilitou a extração de ensinamentos relevantes sobre o emprego dos mísseis ar-superfície Penguin e sobre a utilização prolongada dos canhões de 4.5”, consolidando os efeitos operacionais almejados e reforçando a capacidade combatente da MB.

Operação ASPIRANTEX

Realizada no período de 10 a 31 de janeiro de 2025, na área compreendida entre o Rio de Janeiro (RJ) e Natal (RN), com a participação de cerca de 2.096 militares, incluindo 216 Aspirantes da Escola Naval e Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras e da Academia da Força Aérea. O Grupo- Tarefa contou com os seguintes meios navais e aeronavais: NDM “Bahia”, NDCC “Almirante Saboia”, Fragata “Defensora”, Fragata “Constituição”, Fragata “Liberal”, Fragata “Independência”, Fragata “União”, Corveta “Júlio de Noronha”, Submarino “Tikuna”, além das aeronaves de asa rotativa UH-12 “Esquilo”, UH-15/AH-15B “Super-Cougar”, SH-16 “Seahawk”, AH-11B “SuperLynx” e aeronave de asa fixa AF-1 “Skyhawk”.

A Operação teve como missão realizar exercícios no mar, de caráter estritamente militar, concernente às tarefas básicas do Poder Naval, por meio de Operações de Esclarecimento, Operações de Guerra Antissubmarino, Ações de Superfície, Defesa Aeroespacial e Guerra Eletrônica, além de familiarizar os futuros Oficiais com a vida no mar, a fim de contribuir para a orientação dos Aspirantes do 2° ano da Escola Naval na escolha da área de habilitação e incrementar o grau de adestramento dos meios navais e aeronavais da Esquadra.



Lançamento de Armas-IV/2025

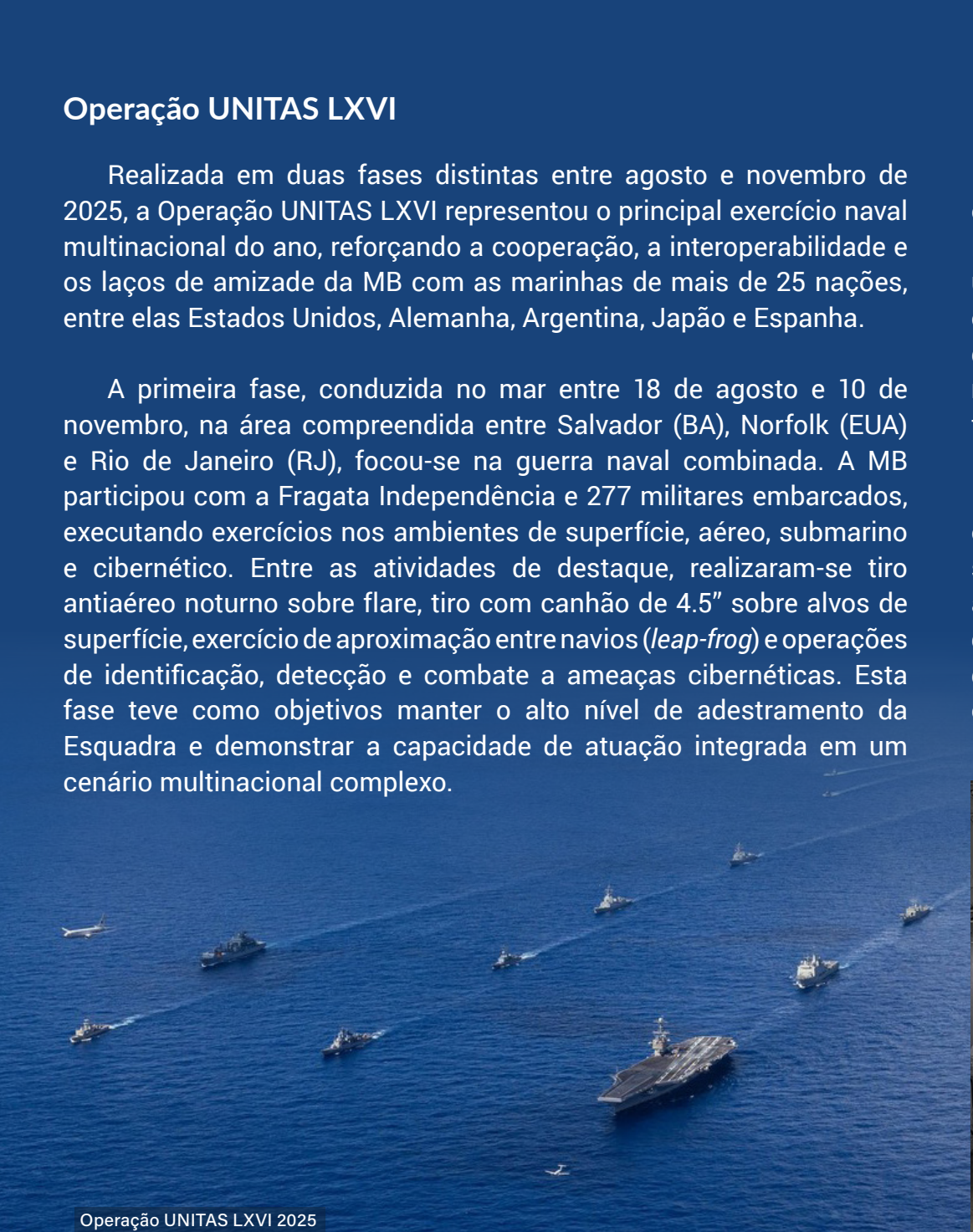
Dentre as principais atividades realizadas, cabe ressaltar: exercícios de navegação em baixa visibilidade, navegação em canal varrido, qualificação e requalificação de pilotos para pouso a bordo diurno/noturno, operações aéreas, exercícios de avarias operacionais, exercícios inopinados, tiro sobre alvo de superfície à deriva, tiro antiaéreo sobre granada iluminativa, trânsito sob ameaça aérea, exercícios de transferência de carga no mar entre navios, de abordagem cooperativa e não cooperativa de navios em alto-mar e manobras táticas em proveito do adestramento das equipes operativas dos meios.

Operação ASPIRANTEX-2025

Operação UNITAS LXVI

Realizada em duas fases distintas entre agosto e novembro de 2025, a Operação UNITAS LXVI representou o principal exercício naval multinacional do ano, reforçando a cooperação, a interoperabilidade e os laços de amizade da MB com as marinhas de mais de 25 nações, entre elas Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Japão e Espanha.

A primeira fase, conduzida no mar entre 18 de agosto e 10 de novembro, na área compreendida entre Salvador (BA), Norfolk (EUA) e Rio de Janeiro (RJ), focou-se na guerra naval combinada. A MB participou com a Fragata Independência e 277 militares embarcados, executando exercícios nos ambientes de superfície, aéreo, submarino e cibernético. Entre as atividades de destaque, realizaram-se tiro antiaéreo noturno sobre flare, tiro com canhão de 4.5" sobre alvos de superfície, exercício de aproximação entre navios (*leap-frog*) e operações de identificação, detecção e combate a ameaças cibernéticas. Esta fase teve como objetivos manter o alto nível de adestramento da Esquadra e demonstrar a capacidade de atuação integrada em um cenário multinacional complexo.



Operação UNITAS LXVI 2025

A segunda fase, voltada às operações anfíbias, ocorreu entre 15 e 29 de setembro, em Camp Lejeune, Carolina do Norte (EUA). A FFE participou com um Pelotão de Infantaria de Fuzileiros Navais, um Elemento de Comando Anfíbio (ECANf) e sete militares integrando o Estado-Maior da FFE. As atividades concentraram-se no treinamento de desembarque anfíbio e combate em ambiente urbano, com ênfase no aprimoramento da interoperabilidade e na integração tática com os fuzileiros navais das outras nações participantes.

A UNITAS LXVI reafirmou a importância da diplomacia naval e da cooperação militar internacional. O exercício permitiu uma significativa troca de conhecimentos e experiências, fortaleceu a prontidão operacional conjunta e demonstrou a capacidade da MB de atuar, de forma profissional e integrada, em operações combinadas de alta complexidade, contribuindo para a segurança marítima regional e global.

Operação Jeanne d'Arc

Realizada entre 14 de março a 2 de abril de 2025, a Operação Jeanne d'Arc consistiu em um exercício combinado de elevada complexidade entre a MB e a Marinha Nacional da França. O exercício se desenrolou em duas fases principais: uma fase naval, conduzida entre o Rio de Janeiro e Fortaleza, e uma fase anfíbia e terrestre, executada nos municípios de Fortaleza, Maranguape e São Gonçalo do Amarante, no Ceará. A missão central foi realizar um adestramento combinado de Evacuação de Não Combatentes (ENC) por meio de uma Operação Anfíbia, além de apoiar a formação de cadetes franceses, fortalecendo a cooperação e a interoperabilidade entre as duas marinhas.

A operação mobilizou 736 militares, sendo 536 brasileiros e 200 franceses. A MB empregou o Navio-Doca Multipropósito (NDM) "Bahia", um NPaOc, aeronaves UH-15 Super Cougar, oito viaturas blindadas anfíbias, uma viatura ASTROS LMU e uma ampla gama de meios terrestres e de engenharia da FFE. A Marinha Nacional da França participou com o Porta-Helicópteros Anfíbio "Mistral", a Fragata "Surcouf", um destacamento da Legião Estrangeira e 200 Guarda-Marinhas oriundos da *École Navale* (Escola Naval).

As atividades incluíram o adestramento combinado de cadetes franceses em técnicas de combate e sobrevivência no Campo de Instrução General Manoel Theophilo; a execução de uma complexa Operação Anfíbia de Evacuação de Não Combatentes no Porto do Mucuripe, envolvendo planejamento, desembarque e controle de área; a integração de forças em simulações de crise com coordenação interagências; o emprego coordenado dos navios "Bahia" e "Mistral"; a montagem de uma Base Expedicionária completa com toda a infraestrutura logística e de apoio; e uma experimentação doutrinária por meio de um Jogo de Guerra focado no desenvolvimento de conceitos futuros para Operações Litorâneas.

Operação Jeanne d'Arc-2025

A Jeanne d'Arc 2025 reafirmou a parceria estratégica entre Brasil e França, resultando em um significativo avanço na interoperabilidade, no intercâmbio de conhecimentos e no adestramento conjunto para operações anfíbias e de assistência humanitária. A operação consolidou a capacidade de ambas as marinhas atuarem de forma coordenada em cenários internacionais complexos, contribuindo para a segurança regional e para o aprofundamento dos laços de amizade entre os dois países.

Operação Antártica – OPERANTAR XLIII e XLIV (2025-2026)

A MB, como gestora do PROANTAR, conduziu durante o ano de 2025 duas edições da Operação Antártica (OPERANTAR), com o objetivo de garantir a presença contínua do Brasil na Antártica, assegurar o suporte logístico à pesquisa científica e manter operacional a EACF.

A OPERANTAR XLIII foi executada entre janeiro e abril de 2025, marcando o início das atividades anuais. Já a OPERANTAR XLIV teve início em 05 de outubro de 2025 e estenderão até 11 de abril de 2026. Ambas as operações contaram com o emprego integrado dos navios polares da Marinha: o Navio Polar "Almirante Maximiano", focado prioritariamente na coleta de dados oceanográficos e no apoio a pesquisas científicas embarcadas; e o Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel", responsável pelo abastecimento logístico da EACF, transporte de pessoal, carga e apoio a acampamentos avançados.

OPERANTAR XLIV – 2025

As operações mobilizaram mais de 300 militares e incorporaram dois helicópteros UH-17 para apoio às atividades. A FAB complementou o esforço logístico com doze voos estratégicos, realizados por aeronaves KC-390 e C-105, que permitiram o transporte de 165 pesquisadores brasileiros, além de suprimentos e equipamentos essenciais.

No âmbito científico, a OPERANTAR XLIV deu suporte a 26 projetos de pesquisa selecionados por meio de edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrangendo áreas como ciências atmosféricas, oceanografia, geociências, biologia, mudanças climáticas, biodiversidade e impactos ambientais.

A presença brasileira na Antártica, sustentada por essas operações, é estratégica não apenas para a pesquisa, mas também para a compreensão dos processos climáticos globais que impactam diretamente o território nacional, influenciando a agricultura, a pecuária, a pesca e os eventos meteorológicos extremos. Além disso, a OPERANTAR reforça a atuação do Brasil no Sistema do Tratado da Antártica, consolida a soberania científica nacional e evidencia a capacidade da Marinha em planejar e executar missões complexas em ambientes extremos.

Assim, as operações OPERANTAR XLIII e XLIV reafirmam o compromisso do Brasil com a ciência, a cooperação internacional e a governança antártica, projetando o país como ator responsável e atuante na preservação e no uso pacífico do continente austral.

Apoio logístico para a EACF

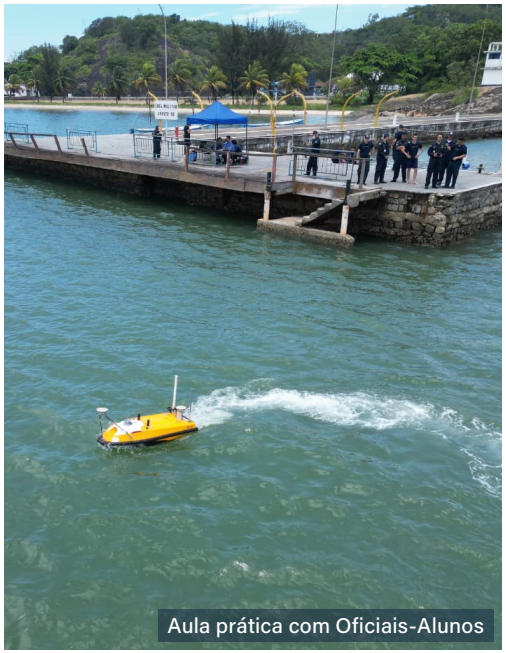
Lançamento de balão meteorológico por pesquisadores

Apoio Logístico e Instrucional - APOINST XXII/ XXIII/XXIV

Entre 3 de novembro e 5 de dezembro, foi realizada a Comissão APOINST XXII/XXIII/XXIV, com o objetivo de prestar apoio logístico e instrucional ao Centro de Instrução e Adestramento Almirante Radler de Aquino (CIAARA), no Levantamento Hidroceanográfico de Fim de Curso (LHFC) e nas atividades de Sinalização Náutica Aplicada (SNA) da Prática de Fim de Curso em Manutenção de Auxílios à Navegação.

O LHFC é requisito para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Hidrografia para Oficiais (CAHO) e do Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia e Navegação (C-Ap-HN), para Praças. Consiste em um conjunto de atividades interdisciplinares destinadas a desenvolver, nos participantes, as competências necessárias ao planejamento, execução, processamento e análise de levantamentos hidrográficos, em conformidade com os requisitos e prescrições estabelecidos pela MB. De forma análoga, o Curso de Aperfeiçoamento de Faroleiro (C-Ap-FR) prevê a realização da Prática de Fim de Curso em Manutenção de Auxílios à Navegação como etapa essencial para a consolidação dos conhecimentos técnicos e operacionais adquiridos ao longo da formação.

Em 2025, o LHFC/SNA foi realizado nas proximidades do Porto de Vitória (ES), com a participação dos Oficiais-Alunos do CAHO/2025 e dos Sargentos-Alunos do C-Ap-HN/2025 e do C-Ap-FR/2025. A comissão contou com o apoio do Navio Hidroceanográfico "Cruzeiro do Sul", do Aviso de Pesquisa Hidroceanográfico "Aspirante Moura" e do Navio Hidroceanográfico Faroleiro "Almirante Graça Aranha". Adicionalmente, foi realizado o abastecimento de óleo combustível dos Faróis de Castelhanos e de Macaé, em prol das atividades de sinalização náutica conduzidas pelo CAMR, e efetuado o lançamento de uma boia ODAS SPOTTER, em apoio ao Centro de Hidrografia da Marinha (CHM). Durante a comissão foram executadas, ainda, as seguintes atividades científicas e operacionais: realização de estações oceanográficas, lançamento de batitermógrafos descartáveis (XBT - *Expendable Bathythermograph*) e sondagens monofeixe e multifeixe.


Aula prática com Oficiais-Alunos

A comissão revelou-se fundamental para a formação prática e o aperfeiçoamento profissional dos militares envolvidos, reafirmando o compromisso da MB com a capacitação de seus recursos humanos, a excelência técnica e o apoio às atividades estratégicas de hidrografia e navegação, evidenciando a elevada capacidade operacional dos meios navais empregados.

Levantamento Hidrográfico COGESN/Sinalização Náutica Sudeste VI

Entre 8 e 16 de dezembro, o Aviso de Pesquisa Hidroceanográfico "Aspirante Moura" realizou a Comissão LH COGESN/SINALIZAÇÃO NÁUTICA SUDESTE VI, com o objetivo de executar levantamento hidrográfico no canal de acesso do Complexo Naval de Itaguaí (CNI), bem como nas áreas da bacia de manobra e da região não aterrada da Base de Submarinos da Ilha da Madeira (BSIM), em apoio à Coordenadoria-Geral do programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN). Adicionalmente, em proveito da comissão, foi efetuado o abastecimento de óleo combustível do Farol de Castelhanos, em apoio às atividades de sinalização náutica conduzidas pelo CAMR.

Bote largando para a sondagem

A Comissão LH COGESN/SINALIZAÇÃO NÁUTICA SUDESTE VI contribuiu de forma significativa para a atualização dos dados hidrográficos do canal de acesso e das áreas adjacentes ao CNI, fortalecendo a segurança da navegação e o planejamento das operações navais na região. Além disso, a ação de abastecimento do Farol de Castelhanos reforçou a confiabilidade do sistema de auxílios à navegação, evidenciando o compromisso da MB com a manutenção da sinalização náutica, a eficiência operacional e o apoio às atividades estratégicas de hidrografia e navegação no litoral sudeste.

Operação Redentor – Reunião da Cúpula do BRICS

Em 1º de janeiro de 2025, o Brasil assumiu a presidência do BRICS, grupo integrado por onze países-membros: África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, China, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos, Irã, Índia, Indonésia e Rússia. A Reunião de Cúpula do BRICS ocorreu nos dias 6 e 7 de julho de 2025, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, nos moldes da reunião do G20, contando com a presença de dezenas de Chefes de Estado, suas delegações e ampla cobertura da mídia nacional e internacional.

Diante da concentração de lideranças mundiais e da permeabilidade das fronteiras e pontos de entrada, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um terreno propício para a atuação de grupos radicais e células de terror. Nesse contexto, foi ativado o Comando Operacional Conjunto Redentor (C Op Cj REDENTOR), nucleado pelo Comando Militar do Leste, com a missão de planejar e executar operações, ações e atividades de segurança e apoio ao evento em GLO, em situações que esgotassem a capacidade de resposta dos Órgãos de Segurança Pública.

O C Op Cj REDENTOR estruturou-se com Comandos de Forças Componentes, incluindo a Força Naval Componente (FNC), nucleada pelo Comando do 1º Distrito Naval; Força Terrestre Componente; Força Aérea Componente; Força Conjunta de Operações Especiais; Força Conjunta de Coordenação de Escolta; Força Conjunta de Defesa Antiaérea; e uma Reserva.

A Força Naval Componente atuou no período de 2 a 9 de julho de 2025, organizada em dois Grupos-Tarefa:

- GT Marítimo: responsável por ações nas Águas Jurisdicionais Brasileiras de interesse da Cúpula, incluídas as águas interiores;
- GT Litorâneo (GTLit): responsável por ações nos locais dos eventos, vias de deslocamento das comitivas e áreas de hospedagem das delegações.

O GTLit foi composto por elementos de Comando, Combate Terrestre, Combate Aéreo, Apoio de Serviços ao Combate e Defesa NBQR, envolvendo destacamentos do Comando da Divisão Anfíbia, Comando da Divisão Litorânea, Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais, Batalhão de Combate Aéreo, Batalhão Logístico, Batalhão de Engenharia, 2º Batalhão de Proteção e Defesa NBQR, meios de Polícia Naval e viaturas blindadas e anfíbias da Força de Fuzileiros da Esquadra.

No total, foram empregados 24 meios navais e 111 meios de Fuzileiros Navais, envolvendo 2.038 militares e percorridos 16.639 km em patrulhas terrestres.

As principais atividades realizadas incluíram:

- organização, nucleação e adestramento dos Componentes do GTLit;
- planejamento e execução de deslocamentos motorizados de meios e pessoal para a Área de Operações;
- ações de coordenação com a Força Conjunta de Defesa Antiaérea, Força Conjunta de Operações Especiais e Força Conjunta de Defesa NBQR;

Marinha do Brasil participa da GLO durante cúpula do BRICS no Rio de Janeiro – 2025

- emprego de meios anfíbios, blindados e de polícia naval em patrulhamento, vigilância e segurança de áreas sensíveis;
- apoio à instalação e operação de capacidades NBQR;
- adestramentos de Comando e Controle, comunicações e integração interagências no contexto do evento internacional.

A Operação Redentor contribuiu significativamente para o incremento da capacidade de pronta resposta das Forças Armadas em ambiente urbano e litorâneo, reforçando a integração entre os diversos Componentes da Força Conjunta e a atuação coordenada com órgãos civis, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comando Conjunto Redentor.

Exercício Geral de Emergência Nuclear

Anualmente, é realizado o Exercício de Resposta às Emergências na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Angra dos Reis (RJ), coordenado pelo Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SIPRON-GSI/PR). Em 2025, o exercício ocorreu de 28 de setembro a 3 de outubro, na modalidade de Resposta Integrada à Emergência e Segurança Física Nuclear, com o emprego de tropas e meios no terreno.

Militares da Marinha durante simulação de descontaminação de pessoas

A MB executou essa Operação com o propósito de apoiar, com os meios operacionais adjudicados, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e órgãos e agências integrantes do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).

Desenvolvido sob a coordenação do GSI/PR, o Exercício permitiu a integração e sinergia entre os militares do 2ºBtlProtDefNBQR e os agentes da PRF, do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, bem como com militares oriundos do BtlPolFuzNav e do 1ºBtlOpLitFN, no que tange às atividades de Polícia.

Operação Furnas

Realizada no período de 19 de outubro a 1º de novembro de 2025, na região de São José da Barra, Minas Gerais, a Operação Furnas foi conduzida pela MB por intermédio da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE). A operação teve como objetivos principais manter a capacidade de uma Companhia de Reação Rápida (*Quick Reaction Force Company - QRF Coy*) de nível 3 e estabelecer a capacidade de uma Companhia de Eliminação de Artefatos Explosivos (*Explosive Ordnance Disposal Company - EOD Coy*) de nível 2 no sistema de prontidão de capacidades para Operações de Paz das Nações Unidas (UNPCRS).

Foram executados três adestramentos coordenados: Adestramento de Operação de Paz (de 21 a 30 de outubro), Adestramento Ribeirinho (de 21 a 25 de outubro) e Adestramento de Apoio à Defesa Civil (de

Operação Furnas 2025

27 a 30 de outubro). Sob a direção do Comandante da FFE, com apoio de oficiais coordenadores específicos para cada atividade, a operação preparou a Força de Emprego Rápido-I (FER-I) para assumir a prontidão como FER-II a partir da segunda quinzena de dezembro de 2025, focando em atuações nos Campos de Atuação do Poder Naval relacionados à Diplomacia Naval e Apoio às Ações do Estado.

A operação contou com a participação do 1ºBtlOpLitFN que destacou um pelotão para os exercícios. Este ciclo integrado de atividades reforçou a prontidão operacional da FFE e aprimorou as capacidades de resposta da Marinha do Brasil em diversos cenários, incluindo operações de paz, assistência humanitária e ações ribeirinhas, consolidando a capacidade de projeção de poder e apoio ao Estado em múltiplos ambientes operacionais.

POIT I a VI/PROTRINDADE

Ao longo de 2025, a MB, por meio da SECIRM/CIRM, conduziu uma série de comissões logísticas e científicas em apoio ao Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT), no âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE). As ações foram realizadas de forma contínua, com seis missões periódicas (POIT I a VI), assegurando o transporte regular de pessoal, materiais e mantimentos para a ilha, essenciais à manutenção das atividades de pesquisa e da presença nacional no arquipélago.

Destaque para as comissões PROTRINDADE II e III, executadas pelo Navio Hidroceanográfico Faroleiro “Almirante Graça Aranha” entre 17 de março e 02 de abril e 19 de maio a 03 de junho. Nestas etapas, o navio prestou apoio logístico direto a 15 projetos de pesquisa de instituições como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Fundação Liberato, garantindo as condições de habitabilidade e operação do POIT, além de transportar materiais e pessoal para a ilha.

Além do apoio científico, o navio contribuiu para a infraestrutura da ilha, apoiando o delineamento técnico de um futuro quebra-mar e cais, realizando a manutenção corretiva do Farolete Ponta do Valado e instalando a logomarca “Marinha do Brasil” em faroletes locais. Apoiou ainda a inspeção e reconhecimento dos Faróis Escalvada e Ilha do Francês, realizada pelo Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego (CAMR), reforçando a segurança da navegação na área.

Durante os períodos de trânsito, foram cumpridas também missões de Patrulha Naval (PATNAV), com foco na fiscalização de embarcações suspeitas e na vigilância de áreas estratégicas, como as proximidades

NHoFAlteGAranha fundeado na Ilha da Trindade

das praias e a Bacia de Campos (RJ). Esta atuação reforçou a proteção da "Amazônia Azul" e a presença dissuasória da Marinha, prevenindo atividades ilícitas nas águas jurisdicionais brasileiras.

A Operação PROTRINDADE consolidou o papel da Marinha como instituição fundamental para a soberania, a ciência e a segurança marítima nacional, integrando apoio logístico remoto, pesquisa científica de ponta e vigilância contínua de um ponto estratégico do Atlântico Sul.

Operação Parintins

Foi realizada, no período de 23 de junho a 05 de julho de 2025, a Operação Parintins. Considerada uma das maiores e mais importantes manifestações culturais do Brasil, o Festival Folclórico de Parintins demanda um alto aprestamento de meios para fiscalização e segurança das mais de 1.500 embarcações que trafegam na região. Com isso, a MB contribuiu para a segurança do tráfego aquaviária com o emprego de 3 NPaFlu, um NAsH, uma aeronave UH-12, além de 23 outras embarcações de menor porte. Somado a isso, mais de 250 militares foram empregados durante a operação, contribuindo sobremaneira para o cumprimento da missão.

Operação ADERIB

No período compreendido entre 05 e 09 de maio de 2025, foi realizada a Operação ADERIB, com o emprego dos NAsH "Oswaldo Cruz" e "Soares de Meirelles", dos NpaFlu "Raposo Tavares", "Roraima" e "Rondônia", 1 aeronave UH-12, quatro Lanchas de Operações Ribeirinhas Blindadas, sendo duas pertencentes ao 1ºBtlOpRib e duas ao GrEOpRibAM. A operação reforçou a importância da atuação em conjunto do trinômio Navio – Helicóptero – Fuzileiros Navais, além da importância da manutenção e atualização do adestramento referente às Operações Ribeirinhas na região amazônica.

Lancha de Operação Ribeirinha (LaOp)

Operação DEPORTEX (TEMADRE)

No período de 04 a 08 de agosto, a MB realizou o Exercício de Defesa Naval de Porto (DEPORTEX) no Terminal Marítimo de Madre de Deus (TEMADRE) e na área marítima adjacente, no interior da Baía de Todos os Santos (BA).

O exercício simulou um ambiente de conflito e crise com o objetivo principal de adestrar as tripulações em operações de defesa naval de porto, visando impedir ou neutralizar possíveis ataques contra instalações portuárias, seus acessos e áreas de fundeio.

Foram empregados 369 militares e um conjunto diversificado de meios operacionais, totalizando 13 embarcações — incluindo navios, embarcações miúdas e LANCH —, além de um avião de patrulha, veículos terrestres especializados (como os modelo Atego, Marruá e IVECO) e outros equipamentos de apoio logístico e de comunicações.

Além do aspecto puramente operacional e de treinamento, a DEPORTEX teve um relevante impacto social e estratégico. Ao assegurar a proteção do TEMADRE, a operação contribuiu diretamente para a garantia do abastecimento de gás natural e derivados de petróleo para as regiões Norte e Nordeste do país, reforçando a segurança energética e logística nacional em um terminal marítimo de grande importância econômica.

A operação reforçou a capacidade da Marinha em atuar de forma integrada, utilizando meios navais, aéreos e terrestres para defender infraestruturas críticas, assegurando a prontidão e a eficácia das forças em cenários reais de ameaça.

Operação DEPORTEX

Operação RETREX

Entre os dias 17 e 22 de outubro, o Comando do 2º Distrito Naval realizou o Exercício de Resgate e Retomada (RETREX) no TEMADRE. O cenário simulado envolveu a infiltração de Causadores de Evento Crítico (CEC) no navio petroleiro simulado (“NP MADRE”), representado pela Corveta “Caboclo”, fundeado próximo ao terminal, com a tomada de reféns.

O objetivo central foi adestrar os meios do Com2°DN para operações de resgate de pessoal e retomada de instalações de interesse da MB, assegurando prontidão e interoperabilidade em situações de crise. A operação envolveu 230 militares e empregou diversos meios navais, aéreos e terrestres, incluindo o navio Corveta “Caboclo”, uma Lancha de Inspeção Naval Blindada (LINB), três lanchas da Capitania dos Portos da Bahia, uma Motolancia de Apoio, um Destacamento do 2º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais (2ºBtlOpLitFN), um

Mergulhador de Combate em ação

Destacamento do Grupamento de Embarcações de Resgate, Reboque e Rastreamento, uma aeronave UH-15 e um Destacamento do Comando de Operações Navais Especiais.

Além do treinamento tático e da validação de procedimentos, a RETREX gerou uma entrega concreta para a sociedade: uma Força Distrital pronta e capacitada para atuar em cenários reais de ameaça, assegurando a capacidade de resgate de pessoal e a retomada de infraestruturas críticas, essenciais para a segurança energética e portuária do país. O exercício reforçou a capacidade da MB de atuar de forma integrada e eficaz na proteção de vidas, ativos estratégicos e infraestruturas sensíveis no ambiente marítimo nacional.

Operações ARAMUSS e MINEX

A MB conduziu, em sequência coordenada, as operações ARAMUSS e MINEX, eventos estratégicos que combinaram inovação tecnológica com adestramento operacional avançado no âmbito da Guerra de Minas. A ARAMUSS foi realizada na Base Naval de Aratu entre 10 e 14 de outubro de 2025, configurando-se como um marco inédito no país ao focar na demonstração, avaliação e integração de sistemas marítimos não tripulados. Com participação de navios como a Corveta “Caboclo”, os Navios Varredores “Atalaia” e “Aratu”, o Navio Hidrográfico Balizador “Tenente Boanerges” e o Aviso-Patrulha “Dourado”, além de embarcações de apoio, a operação promoveu a interação entre a MB, a indústria de defesa, instituições acadêmicas e centros de pesquisa. Seu objetivo central foi estimular o desenvolvimento de soluções nacionais e ampliar a capacidade operacional no uso de meios autônomos e remotamente operados, com ênfase em monitoramento marítimo e inovação aplicada.

Em continuidade, a MINEX, realizada de 17 a 19 de novembro, direcionou-se ao adestramento prático em Operação de Minagem, Contramedidas de Minagem (CMM) e Desativação de Artefatos Explosivos. Com a participação das mesmas unidades navais, a operação incluiu também o emprego de um Veículo de Superfície Não Tripulado (VSNT) do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) e de um equipamento autônomo subaquático (LAUV) do Instituto de Pesquisa da Marinha (IpqM). O Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) atuou na fase de desativação de minas, assegurando realismo e segurança nos exercícios.

No total, foram mobilizados 171 militares, empregados 4 navios, 1 LINB, 1 avião de patrulha (AviPa), 4 embarcações miúdas, 1 VSNT e 1 destacamento do Grupamento de Embarcações de Resgate, Reboque e Rastreamento (DstGERRR/Mec).

Operações ARAMUSS e MINEX

Os desafios incluíram adestrar as tripulações em procedimentos complexos de minagem e contramedidas, implementar doutrina de emprego de sistemas de minagem e integrar tecnologias não tripuladas às operações navais. Como entregas para a sociedade, as operações reforçaram a interação entre Marinha, indústria e academia, incentivaram o desenvolvimento de tecnologias nacionais e ampliaram a capacidade operacional da MB em cenários de defesa marítima, contribuindo para a proteção de águas jurisdicionais e infraestruturas portuárias estratégicas.

Em conjunto, a ARAMUSS e a MINEX representam um avanço significativo na modernização e no preparo da MB, alinhando inovação tecnológica, cooperação institucional e elevado padrão de adestramento para a defesa dos interesses nacionais no mar.

Operação BINACIONAL

Durante o período de 22 de abril e 11 de maio de 2025, houve a Operação BINACIONAL, com a participação da MBl sendo realizada com os NAsH “Carlos Chagas” e NPaFlu “Roraima”, enquanto que pela Marinha de Guerra do Peru (MGP), pelos Buque Armada Peruana “Marañon” e Buque Armada Peruana “Río Yavari”. Durante a missão, foram realizadas Inspeções/Patrulhas Navais e Assistências Hospitalares, em coordenação com a MGP, na área da tríplice fronteira, especialmente ao longo da calha do rio Javari, que intensificou a presença da Marinha e do Estado brasileiro naquela região, prestou atenção primária de saúde à população ribeirinha e povos originários, incrementou a capacidade de ação coordenada entre os meios participantes e o intercâmbio de conhecimento entre os dois países, o que aprimorou o estreitamento de laços, com fulcro no Campo de Atuação do Poder Naval (CAPN) Diplomacia Naval.

Operação APOIEX

Trata-se de uma comissão em Apoio à Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP), por meio da qual a MB, com emprego dos meios sediados na área de Jurisdição do Comando do 3º Distrito Naval, sediado em Natal (RN), e militares da Base Naval de Natal, presta apoio logístico. Em 2025, o Navio-Patrulha Oceânico (NPaOc) "Araguari" transportou materiais e militares e conduziram diversas manutenções preventivas e corretivas na Estação Científica, garantindo a continuidade de atividades essenciais à segurança dos militares e pesquisadores que permanecem por longos períodos no arquipélago. Ao todo, foram realizadas 4 comissões APOIEX no ano de 2025.

Operação Tridente

É um exercício de proteção de cabos submarinos em áreas marítimas e terrestres relacionadas às suas estruturas de operação, por meio do qual a MB, com emprego de meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, coordenados pelo Comando do 3° Distrito Naval, sediado em Natal (RN), simula um ataque e aprimora a doutrina para a defesa dos cabos submarinos, que são considerados infraestruturas críticas para a segurança e economia do país. O exercício aconteceu na costa cearense, contou com a participação de empresas de telecomunicações, órgãos governamentais e simulou uma interferência ilegal nos cabos (no mar com a operação ilegal de um Veículo Operado Remotamente (ROV - *Remotely Operated Vehicle*) e terrestre por sabotagem e sequestro de funcionários).

Navio-Patrulha Oceânico Araguari (P122)

NSS Guillobel simulou um navio em atividade ilícita no mar territorial brasileiro; dele foi lançado um ROV para sabotar um cabo submarino

Operação CARIBEX

Realizada entre os dias 13 de março a 31 maio de 2025, a MB, por meio do Navio-Patrulha (NPa) “Bocaina” e do Navio de Apoio Oceânico “Iguatemi”, estreitou os laços de cooperação com Marinhas Amigas. Foram realizados exercícios no mar de caráter estritamente militar, visita aos portos de Caiena, Paramaribo, *Willemstad* e *Fort de France*, ações de Patrulha Naval, por oportunidade, a fim de contribuir para o adestramento dos meios participantes e para a fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos em vigor nas AJB.

Durante a passagem pela Guiana Francesa, Suriname, Curaçao e Martinica, o NPa “Bocaina” e o Navio de Apoio Oceânico “Iguatemi” receberam autoridades civis e militares a bordo, tais como ministros de estado, embaixadores, parlamentares e comandantes de Forças. Desse modo, a CARIBEX-2025 possibilitou o aprimoramento da interoperabilidade e o estreitamento de laços diplomáticos e militares com autoridades estrangeiras dos países visitados, resultando em grandes expectativas para a manutenção dos acordos de cooperação entre países.

Navio de Apoio Oceânico Iguatemi

Operações Ágata

Ao longo de 2025, a MB participou de diversas operações integradas no âmbito da Operação Ágata, atuando em diferentes regiões do país com o propósito de intensificar a presença do Estado, combater crimes transfronteiriços, coibir ilícitos ambientais e reprimir a pesca ilegal. As ações foram conduzidas em estreita cooperação com órgãos federais e estaduais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Receita Federal e autoridades de meio ambiente e segurança pública.

No Comando do 4º Distrito Naval, foram realizadas três edições da Operação Ágata Singular Norte, nos meses de março, abril e agosto, com o emprego de meios como o Navio-Patrulha “Guanabara”, o Aviso Auxiliar “Breves” e embarcações do Grupo de Embarcações de Operações Ribeirinhas do Norte. As ações resultaram na apreensão de cerca de 2,2 toneladas de pescado e 2 mil metros cúbicos de madeira ilegal, evidenciando a importância da fiscalização ambiental e da atuação conjunta na proteção da biodiversidade e da soberania nacional.

No Comando do 5º Distrito Naval, quatro operações trimestrais foram realizadas ao longo do ano, com foco no combate à pesca ilegal e à criminalidade ambiental nas águas do sul do País. As ações abrangeram áreas como a região de Rio Grande e a Lagoa dos Patos, além do litoral sul, com destaque para a Operação Ágata Mugil, voltada ao enfrentamento da pesca predatória da tainha. Foram empregados meios

como o Rebocador de Alto-Mar “Tritão”, o Navio-Patrulha “Babitonga” e o Navio-Patrulha Oceânico “Apa”, além da realização de patrulhamentos e inspeções navais na região de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em coordenação com órgãos de segurança pública.

Na área do Comando do 9º Distrito Naval, foram conduzidas operações conjuntas voltadas ao fortalecimento da presença do Estado nos rios da Amazônia e na faixa de fronteira. Entre 12 de maio e 2 de junho de 2025, ocorreu a Ágata Conjunta, com a participação dos Navios de Assistência Hospitalar “Oswaldo Cruz”, “Carlos Chagas” e “Soares de Meirelles”, dos Navios-Patrulha Fluviais “Raposo Tavares”, “Roraima”, “Rondônia” e “Amapá”, além de lanchas de operações ribeirinhas blindadas e do Grupamento de Mergulhadores de Combate. A operação contou ainda com a participação do EB, da FAB e de diversos órgãos governamentais, como ABIN, ANP, CENSIPAM, DSEI, Força Nacional, FUNAI, ICMBio e MAPA, concentrando ações nos eixos dos rios Negro, Japurá e Solimões e em seus afluentes, com foco na repressão a atividades ilícitas e no combate ao garimpo ilegal.

Posteriormente, entre 22 de novembro e 13 de dezembro de 2025, foi realizada a Operação Ágata do 4º Trimestre na mesma área, com o emprego do Navio-Patrulha Fluvial “Raposo Tavares” e apoio de lanchas de operações ribeirinhas blindadas. A missão compreendeu ações preventivas e repressivas contra crimes transfronteiriços e ambientais, incluindo patrulhamento, inspeção naval e patrulhamento naval (PATNAV), em coordenação com a Polícia Federal, o IBAMA e a FUNAI. A atuação interagências ampliou o poder de dissuasão do Estado e contribuiu para a manutenção da soberania e da presença estatal na região de fronteira.

De modo geral, as operações Ágata realizadas em 2025 evidenciaram a capacidade da MB de atuar de forma integrada, preventiva e repressiva na proteção do território nacional, na preservação ambiental e na garantia da segurança nas áreas marítimas, fluviais e de fronteira do País.

Operação Apoema – Ágata Amazônia

Entre os dias 7 de abril e 14 de junho, o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais participou da Operação Apoema, cuja finalidade é contribuir para a manutenção da soberania nacional, o enfrentamento dos crimes transfronteiriços e ambientais e a proteção dos povos originários e das comunidades amazônicas.

Com desafios logísticos significativos, as Forças Armadas atuaram de forma integrada, incluindo o Exército, Marinha e Força Aérea. O Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais mobilizou 35 militares, realizando patrulhamentos em áreas remotas e de intensa atividade criminosa.

Operação Ágata Amazônia - 2025

Operação Marajoara

Realizada no período de 13 de setembro a 11 de dezembro de 2025, a Operação Marajoara (COP30), na região de Belém (PA), como parte das ações das Forças Armadas em apoio à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima COP30. A operação contou com a participação de efetivos da FFE, OM da área e agências de segurança pública, em coordenação com os demais órgãos federais envolvidos no evento.

No contexto desta operação, a FFE realizou patrulhamento ostensivo de vias e proteção de Infraestruturas Críticas na área de responsabilidade da Força Naval Componente (FNC), em estreita coordenação com os órgãos de Segurança Pública. Foram conduzidas ações de prevenção, defesa, contramedidas e gerenciamento de consequências relacionadas às ameaças NBQR, em articulação com a Força Componente de Operações Especiais Conjuntas (FCjOpEsp) e com o emprego dos meios de Mergulho de Defesa e de Tachografias Operativas (MdtO). Adicionalmente, a FFE atuou na resposta tática a incidentes de segurança, em coordenação com o Departamento de Polícia Federal e com a FCOpEsp, bem como na realização de Escoltas Terrestres destinadas à proteção de autoridades, delegações e cargas sensíveis.

Essas ações tiveram por finalidade contribuir para a segurança das atividades inerentes à COP30, assegurando um ambiente estável e controlado para a realização do evento, reforçando a presença do Estado brasileiro e a capacidade de atuação integrada entre as Forças Armadas e os órgãos civis.

Operação Marajoara

Apoio à 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) e à Rede de Modelagem e Observação Oceanográfica (REMObs)

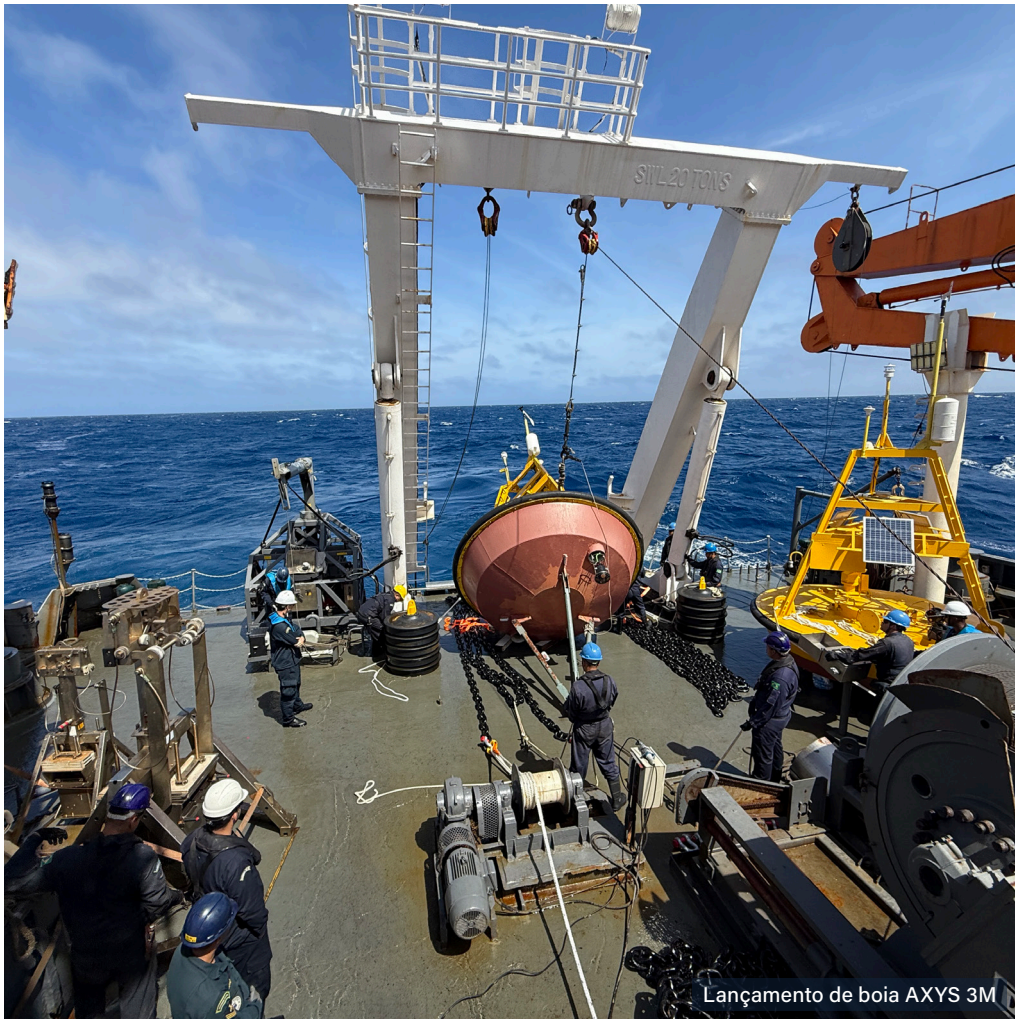
Entre 17 de setembro e 3 de dezembro de 2025, o Navio de Pesquisa Hidroceanográfico “Vital de Oliveira” realizou a Comissão COP30/REMO Observacional (REMObs), com o objetivo de apoiar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Belém (PA), e ampliar a coleta de dados científicos relacionados ao ambiente marinho. Durante a comissão, o navio atracou nos portos de Fortaleza (CE), Santana (AP) e Belém (PA), conduzindo atividades como lançamento de boias oceanográficas do projeto BMO-BR, emprego do veículo autônomo Sailbuoy, sondagens multifeixe em águas profundas, perfilagem sísmica de subfundo, aquisição de dados gravimétricos e realização de estações oceanográficas com lançamentos de XBT, contribuindo para o Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO) e para a atualização de cartas hidrográficas.

A comissão também contemplou atividades de interação institucional e divulgação científica. Durante a atracação em Santana, o navio recebeu a visita de 120 alunos de cursos de formação e adaptação para aquaviários ministrados pela Capitania dos Portos do Amapá. Em Belém, foram realizadas visitas de autoridades nacionais e internacionais e visitação pública, que reuniu cerca de 1.400 pessoas,

Atracação do NAM “Atlântico” para apoio à COP30

reforçando o papel da MB na pesquisa oceanográfica, na proteção ambiental e no apoio a iniciativas científicas de relevância internacional.

No período de 2 a 24 de novembro de 2025, no contexto da realização da COP30 em Belém, a Marinha do Brasil empregou 13 navios e 27 embarcações em ações de Patrulha Naval, Inspeção Naval, patrulhamento ostensivo de vias navegáveis, proteção de infraestruturas críticas — como no Porto do Outeiro, no Porto de Miramar e na Estação das Docas — além de atividades de escolta, imageamento e levantamentos batimétricos, em coordenação com órgãos de segurança pública, com o objetivo de garantir a segurança do tráfego aquaviário e das áreas relacionadas ao evento.



Lançamento de boia AXYS 3M

Destacou-se o apoio logístico do Navio-Auxiliar "Pará" às tropas empregadas no Distrito de Outeiro, além da presença de navios-patrulha em todo o Teatro de Operações, especialmente o Navio-Patrulha "Bracuí", responsável pela segurança dos transatlânticos MSC Seaview e Costa Diadema, utilizados como hospedagem para delegações participantes da conferência. Também foram empregados os Navios-Patrulha "Guanabara" e "Pampeiro", além de diversas embarcações, na segurança da comitiva presidencial durante visita a comunidades quilombolas na região da Ilha do Combú.

Operação DIPLOMEX

Realizada no período de 11 a 19 de novembro de 2025, a Operação DIPLOMEX foi uma iniciativa de diplomacia naval conduzida pela MB em conjunto com a Armada da República Oriental do Uruguai (AROU). A operação mobilizou cerca de 136 militares brasileiros, que atuaram a bordo do NPa "Benevente" e

Navio Patrulha Benevente

do NApOc “Mearim”, na área marítima entre Rio Grande (RS) e Montevidéu (URU).

Com o objetivo de estreitar os laços de amizade e cooperação com a AROU, a DIPLOMEX permitiu a realização de exercícios operacionais conjuntos, ações de presença naval e intercâmbios culturais e profissionais entre as duas marinhas. Além disso, a operação buscou elevar o nível de adestramento das tripulações e aprimorar a interoperabilidade.

Integrada a uma agenda diplomática mais ampla desenvolvida entre outubro e novembro de 2025, a missão reforçou o compromisso do Brasil com a segurança regional, com destaque para o combate ao narcotráfico na Bacia do Prata e a fiscalização de rotas marítimas de importância logística e comercial. A operação também evidenciou o engajamento brasileiro na proteção da “Amazônia Azul” — sua ZEE de cerca de 5,7 milhões de km² — e na promoção de uma presença naval dissuasória e cooperativa no Atlântico Sul.

Alinhada à Estratégia Nacional de Defesa, a DIPLOMEX 2025 reafirmou o papel da MB como ator fundamental na construção de confiança mútua, na integração regional e na manutenção de um ambiente marítimo seguro e estável na América do Sul.

Operações Guinex-V/Obangame Express

Realizada no período de 03 a 09 de maio de 2025, a Operação Obangame Express, conduzida pelos Estados Unidos da América, tem o propósito de operar com os países africanos da costa ocidental e central para fortalecimento da segurança marítima na região do Golfo da Guiné, por meio de adestramentos de simulação de combate à pesca ilegal, à poluição no mar, à pirataria, ao terrorismo, e de busca e salvamento.

A Operação Guinex-V, realizada entre 16 de maio e 25 de junho, a MB participou com a Fragata “Defensora” e 262 militares. Durante a comissão, foram conduzidos exercícios que simularam cenários de pesca ilegal, tráfico de drogas, pirataria e busca e salvamento (SAR), além da realização de *workshops* voltados ao adestramento e à cooperação com marinhas da região.

A operação teve como objetivo fortalecer os laços de amizade, ampliar a presença do Brasil no Atlântico Sul e contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos países africanos na manutenção da soberania sobre suas águas jurisdicionais e ZEE. Também

Operações Guinex-V-2025/Obangame Express

buscou articular e coordenar atividades com atores extrarregionais interessados em cooperar para a segurança marítima, consolidando a MB como parceira estratégica na estabilização do ambiente marítimo e no apoio à Política Externa Brasileira no Golfo da Guiné.

Operação "Impávido" – Navegação Exploratória no Rio Tocantins

A Operação "Impávido" foi realizada no Rio Tocantins, entre as cidades de Paraná (TO) e Palmas (TO), com o objetivo de conduzir atividades de inspeção naval, Capitania Itinerante e ações cívico-sociais, visando garantir a segurança da navegação e reforçar a presença institucional em áreas ribeirinhas.

Para sua execução, foram mobilizados 35 militares e diversos meios operacionais, incluindo três Embarcações de Combate Ribeirinhas (duas do Comando de Flotilha da Amazônia Oriental e uma do Comando do Grupamento de Operações Ribeirinhas), entre outros.

Durante a operação, foram enfrentados desafios logísticos e operacionais, como a necessidade de flexibilidade para transitar entre ambientes terrestres e fluviais, as condições de trafegabilidade do terreno e a coordenação de comando e controle para apoiar as ações cívico-sociais.

Como resultado, a "Impávido" entregou à sociedade uma série de benefícios, como a realização de Ações Cívico-Sociais (ACiSo) que levaram assistência às comunidades ribeirinhas, serviços de Capitania Itinerante para regularização da documentação naval, Inspeções Navais que aumentaram a segurança do tráfego fluvial, e palestras educativas sobre segurança na navegação. Além disso, a operação permitiu a coleta de informações essenciais para o planejamento futuro de ações de fiscalização e ordenamento do ambiente aquaviário na região.

Dessa forma, a Operação "Impávido" reforçou a capacidade da MB em atuar de maneira integrada e próxima à população, promovendo segurança, cidadania e desenvolvimento social nas regiões fluviais do Tocantins.

Operação "Impávido"

Exercício PASSEX

O Exercício PASSEX 2025, abreviação de "*Passing Exercise*", é uma manobra naval conjunta realizada pela MB com forças navais amigas, com o objetivo de aprimorar a interoperabilidade, comunicação e táticas operacionais em cenários de passagem marítima. Diferentemente de exercícios mais complexos como a UNITAS, o PASSEX foca em manobras básicas de navegação conjunta, sinalização, escolta e simulações de ameaça assimétrica, promovendo a confiança mútua e a prontidão para operações multinacionais. Realizado em novembro de 2025, no litoral de Santos (SP), sob coordenação do 8º Distrito Naval (DN), o evento alinhou-se à Estratégia Nacional de Defesa, enfatizando a defesa da "Amazônia Azul" e a cooperação no Atlântico Sul, em meio a desafios como o aumento do tráfego comercial no Porto de Santos – o maior da América Latina – e ameaças à segurança marítima regional.

Exercício PASSEX 2025

Operação Travessia Segura

A Operação Travessia Segura 2025, promovida pela MB por meio da Diretoria de Portos e Costas (DPC), é uma campanha nacional anual dividida em três fases, com foco na segurança do tráfego aquaviário, especialmente no transporte de passageiros e turismo náutico durante o verão. Iniciada em janeiro de 2025 (fase 1, de 1º a 25 de janeiro, integrada à Operação "Navegue Seguro" em regiões como o Amapá e Amazonas), a ação visou fiscalizar embarcações, conscientizar condutores e passageiros sobre normas de segurança (como uso de coletes salva-vidas, capacidade máxima e documentação válida) e prevenir acidentes em rios, litorais e travessias fluviais.

Operação Travessia Segura 2025

Operação Cerco Azul

A Operação Cerco Azul 2025 representa uma iniciativa conjunta de grande envergadura entre a MB e o IBAMA, com apoio de órgãos como a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal, visando intensificar a fiscalização e repressão à pesca ilegal na "Amazônia Azul" – a vasta zona econômica exclusiva brasileira no Atlântico Sul. Lançada em março de 2025 e estendendo-se até dezembro, a operação adotou o nome "Cerco Azul" para simbolizar o cerco tático às frotas de pesca predatória, especialmente as que utilizam redes de cerco para capturas excessivas de espécies como tainha (Mugil liza), sardinha e lagosta, durante períodos de defeso reprodutivo. Alinhada à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Recursos Pesqueiros, a ação buscou proteger a biodiversidade marinha, combater o crime ambiental organizado e salvaguardar a soberania sobre recursos pesqueiros estimados em bilhões de reais anualmente.

Operação Cerco Azul 2025

Operação BRACOLPER

Realizada desde 1974, a BRACOLPER ocorreu entre os meses de julho e setembro de 2025, com a finalidade de aprimorar o nível de adestramento de unidades fluviais brasileiras, colombianas e peruanas,

desenvolver a interoperabilidade entre as nações participantes para a defesa da região amazônica e, por oportunidade, participar das comemorações da Independência da Colômbia e do Peru. Durante sua execução, a MB realizou atividades de Assistência Hospitalar no Rio Negro e participou das solenidades cívico-militares do Brasil junto às unidades navais fluviais da Armada Nacional da Colômbia e Marinha de Guerra do Peru. Adicionalmente, foram realizados exercícios a fim de aumentar a percepção da presença do Estado Brasileiro nas águas interiores, elevar o grau de aprestamento dos meios navais do Comando da Flotilha do Amazonas, incrementar a interoperabilidade entre as Marinhas do Brasil, da Colômbia e do Peru, ampliar e consolidar medidas de confiança mútua e estreitar os laços de amizade com aqueles países.

Operação BRACOLPER-2025

Neste ano, a Operação BRACOLPER chegou a sua 51ª edição, com uma série de exercícios conjuntos, além de desfiles militares, paradas navais e eventos protocolares. Dentre os exercícios, foi realizado um Assalto Fluvial, que consiste no desembarque coordenado de tropas em áreas ribeirinhas, com o apoio de meios navais e aeronavais, visando conquistar ou controlar posições estratégicas.

Também foram realizados exercícios de comunicação, inclusive no idioma espanhol, como o de comunicação por bandeiras e por lampejos. Os navios também coordenaram manobras táticas simuladas, *Leap Frog* (ou *Light Line*), e atracação Sob Ameaça Assimétrica.

Para a realização dessa operação a MB mobilizou dois Navios-Patrulha Fluviais, 01 Navio de Assistência Hospitalar, 01 aeronave UH-12, além de destacamento de Fuzileiros Navais.

Operação FRATERNO XXXVIII

A operação foi realizada na área compreendida entre Rio de Janeiro (RJ) e Salvador-BA, no período de 11 a 15 de agosto de 2025. Contou com a participação da Fragata "Independência", com uma aeronave AH-11B e a Corveta "Espora" da Armada Argentina. Foram realizados exercícios de Trânsito com Oposição de Superfície, Tiro de Superfície com Canhão de 4,5", Operações de Minagem e de Contramedida de Minagem, Operações de Esclarecimento e diversos outros exercícios militares.

Operação FRATERNO XXXVIII

A operação executada em coordenação com a Armada Argentina revelou-se uma oportunidade singular para o fortalecimento dos mecanismos de cooperação bilateral e a disseminação de práticas operacionais avançadas em múltiplos cenários.

Destaca-se que a interlocução entre as equipes envolvidas foi de elevada importância para o incremento do acervo técnico-profissional dos militares, promovendo a assimilação de novos procedimentos, a padronização de protocolos e a consolidação de uma cultura institucional orientada à interoperabilidade, à sinergia entre forças e ao contínuo aprimoramento das capacidades operacionais.

Operação XXXIX Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM)

Realizada entre 02 de agosto e 21 de dezembro de 2025, a XXXIX Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM) teve como propósito complementar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos pelos Guardas-Marinha da Escola Naval, consolidando a formação profissional no ambiente marítimo e fortalecendo os laços de amizade com os países visitados. A missão também visou estreitar relações diplomáticas e promover o Brasil no cenário internacional.

O Navio-Escola"Brasil", operou durante 139 dias, dos quais 79 foram passados no mar. A tripulação foi composta por 450 militares, que navegaram um total de 20.883 milhas náuticas, visitando 17 portos em 14 países. Os portos incluíram: Natal (RN), Valencia (ESP), Civitavecchia (ITA), Toulon (FRA), Antuérpia (BEL), Le Havre (FRA), Oslo (NOR), Lisboa (PRT), Gotemburgo (SUE), Hamburgo (DEU), Londres (GBR), Jacksonville (EUA), Baltimore (EUA), Cozumel (MEX), Cartagena (COL) e Belém (PA).

Durante a viagem, os Guardas-Marinha participaram de atividades que aplicaram na prática os ensinamentos adquiridos na Escola Naval, incluindo manobras navais, navegação astronômica e exercícios de operação marítima. Essas atividades foram complementadas por vivências diplomáticas, com os Guardas-Marinha representando o Brasil em cerimônias oficiais, recepções e visitas institucionais.

O Navio-Escola "Brasil" atuou como embaixada flutuante, promovendo a cultura brasileira e destacando os valores da Marinha do Brasil. Entre as atividades realizadas, destacaram-se eventos protocolares e recepções diplomáticas com autoridades locais, exposições sobre a importância estratégica e as capacidades operacionais da Marinha do Brasil, além de promover intercâmbios culturais com as nações anfitriãs.

Operação Imperial Marinheiro

Realizada no período de 12 de dezembro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025, no entorno do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), a Operação Imperial Marinheiro contou com o emprego de 3 contingentes com 381 militares cada, de diversas Organizações Militares da FFE e unidades diretamente subordinadas ao Comando da Tropa de Reforço e ao Comando Naval de Operações Especiais (CoNavOpEsp). O esforço operacional foi conduzido com o objetivo de reforçar a segurança orgânica no Complexo Naval Marcílio Dias, em decorrência de recentes ocorrências de segurança na região.

O dispositivo empregado reuniu meios de infantaria, carros blindados, viaturas logísticas e especializadas, além de equipes cibernéticas dedicadas à Exploração de Guerra Cibernética (GCiber). Dentre os principais meios empregados, destacam-se: viaturas leves L200 Triton, veículos SsangYong e Land Rover 3/4 Comando; viaturas blindadas especiais PIRANHA TP (incluindo versão com Dozer Blade); viaturas anfíbias CLANF AAVP - RAM/RS; retroescavadeira, minicarregadeira e BASC do Batalhão de Engenharia; viaturas logísticas UNIMOG, 5 Ton CIST, 5 Ton mecânicas e 7 Ton SOC; viaturas tipo prancha, ambulâncias UTI e outras viaturas para transporte de tropa.

A Operação teve como missão recebida realizar ações de Exploração de Guerra Cibernética (GCiber) e ações de presença e patrulhamento na área, a fim de contribuir para o reforço da segurança dos militares e usuários do Complexo, bem como apoiar o exercício do direito de servidão militar pela MB.

No âmbito cibernético, o CoNavOpEsp foi apoiado por uma Equipe de Exploração e Ataque (EqExpAtq), que conduziu *Open Source Intelligence* (OSINT) para identificar informações relativas à área de servidão, realizou Mapeamento do Domínio Técnico Operacional (MdtO) e conduziu ações ofensivas no Espaço Cibernético, com vistas à exfiltração de dados de interesse.

Operação Imperial Marinheiro

Dentre as principais atividades realizadas, destacam-se:

- ações de patrulhamento ostensivo e controle de acesso ao Complexo Naval Marcílio Dias;
- presença preventiva de tropas e meios blindados em pontos sensíveis da área de servidão;
- verificação de rotinas de segurança e reforço da vigilância em áreas de maior vulnerabilidade;
- levantamento e identificação de ameaças potenciais por meio de OSINT;
- exploração de serviços e softwares utilizados por possíveis alvos no ambiente cibernético;
- preparação e manutenção de condições para exfiltração de dados relevantes; e
- coordenação entre os diversos batalhões da FFE para emprego articulado de meios logísticos, operacionais e especializados.

Operação Imperial Marinheiro

A Operação Imperial Marinheiro contribuiu significativamente para o incremento do nível de prontidão do ComFFE, para o aprimoramento das ações de segurança orgânica e para a consolidação da capacidade integrada de emprego simultâneo de meios terrestres, blindados, logísticos e cibernéticos em ambiente urbano sensível.

Adestramento ProtDefNBQR ARAMAR

Entre os dias 1º e 7 de novembro de 2025, o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais realizou o adestramento dos protocolos de resposta para a proteção das instalações e para emergências NBQR, no âmbito de *Safety* e *Security*. As atividades contemplaram a verificação da coordenação do Sistema de Defesa NBQR da Marinha do Brasil (SisDefNBQR-MB), em apoio ao Centro de Estudos Avançados (CEA). Também foi avaliada a integração entre os meios orgânicos do CEA e da FFE, além da atualização, quando necessária, dos protocolos de resposta a emergências NBQR.

Adestramento ProtDefNBQR ARAMAR

O adestramento contribuiu para o aprimoramento da prontidão operativa e para o fortalecimento da capacidade de resposta da Força em situações envolvendo agentes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos, reafirmando o compromisso da MB com a segurança e a eficiência em suas operações.

Adestramento de Equipes da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE)

Realizado na Ilha da Marambaia (RJ), de 21 de março a 17 de abril de 2025, o Adestramento de Equipes da FFE (ADST-EQ/FFE/2025) foi conduzido pelo Comando da Divisão Anfíbia em três fases sucessivas, nucleadas pelo 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (21 a 31 de março), 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (31 de março a 8 de abril) e 1º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (8 a 17 de abril). O exercício reuniu militares do 1º, 2º e 3º Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais, do Batalhão de Blindados, Batalhão de Comando e Controle, Batalhão de Combate Aéreo, Batalhão de Engenharia, Batalhão Logístico, Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador, Companhia de Polícia, Esquadrão HU-1, Unidades Médica Expedicionária da Marinha e elementos do próprio Comando da Divisão Anfíbia, contando com a participação de aproximadamente 1300 militares, com o propósito de elevar o grau de prontidão da FFE para ativação de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais em 2025. No campo do aprestamento, a chegada antecipada do Suporte Logístico Integrado (ILS - *Integrated Logistic Support*), do Estado-Maior e da Equipe de Instrução permitiu a prontificação das áreas de adestramento, a montagem das instalações de comando, dos locais de pernoite e das áreas de estacionamento, além da implementação de sistemas de comando e controle em terra, com emprego de antena 292 em VHF, rádios PCR-930 nas redes táticas e logísticas, rádios SEPURA para a coordenação de segurança, câmeras de vídeo em pontos sensíveis do acampamento e Terminal SISCOMIS em apoio às comunicações.

O Adestramento propriamente dito teve foco progressivo, do nível individual até formações de combate abaixo de subunidade, nas tarefas inerentes ao “Fuzileiro Naval”, com ênfase nas especialidades de Infantaria, Blindados, Artilharia e Comando e Controle. Foram conduzidos

exercícios de atendimento pré-hospitalar em ambiente tático, armadilhas, navegação por GPS e carta-bússola, natação utilitária e técnicas de conduta em patrulha, bem como intenso treinamento de manuseio e operação do armamento orgânico (pistola, fuzil e metralhadora MAG) por meio de ataques noturnos, tiro de combate e fogo em movimento em diferentes condições de luminosidade. Adicionalmente, desenvolveram-se atividades voltadas à liderança e à tomada de decisão, incluindo do tiro institivo e emprego de *banner* cognitivo do ciclo O.O.D.A. (Observar, Orientar, Decidir, Agir) em nível de esquadra de tiro, além de marchas extenuantes entre áreas de instrução e a pista multipropósito. O ADST-EQ-FFE/2025 consolidou padrões de preparo, padronizou técnicas, táticas e procedimento e contribuiu de forma significativa para a manutenção e a elevação do nível de prontidão da FFE.

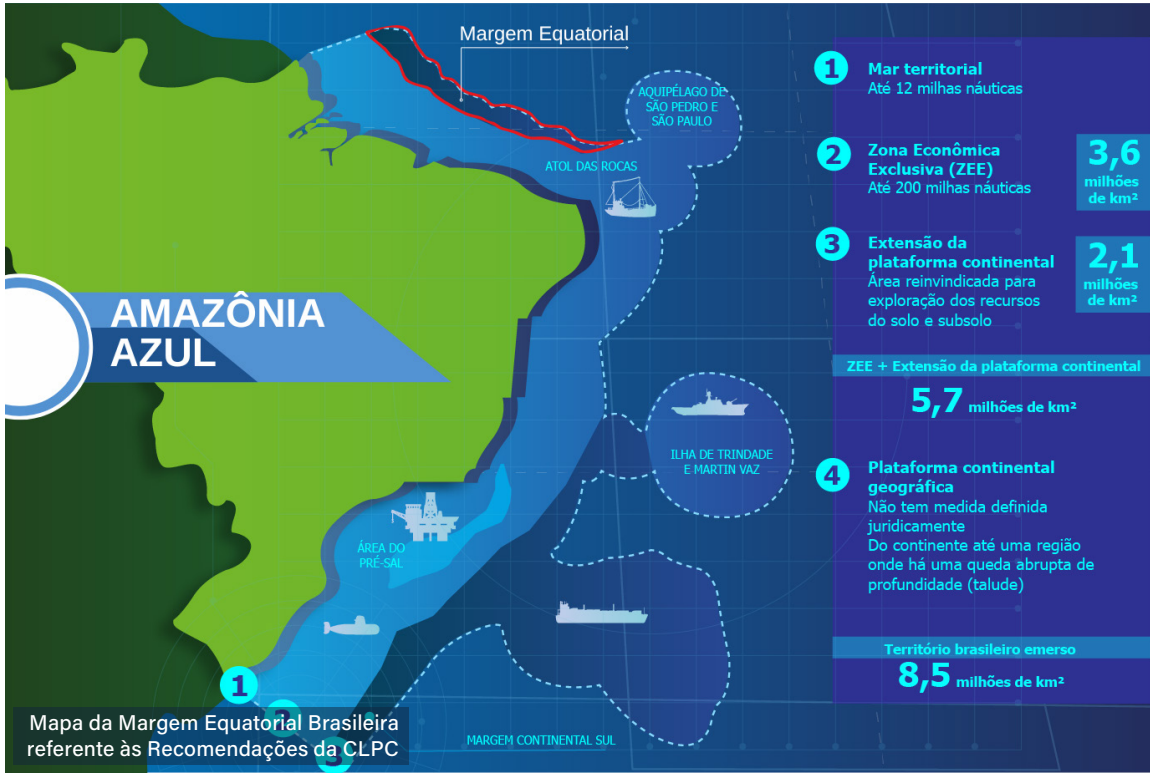
Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC)

Ao longo de 2025, o Brasil realizou atividades essenciais para a ampliação e consolidação dos limites de sua plataforma continental, por meio do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), coordenado pela MB. O esforço concentrou-se tanto na coleta de dados técnicos no mar quanto na atuação diplomática junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU.

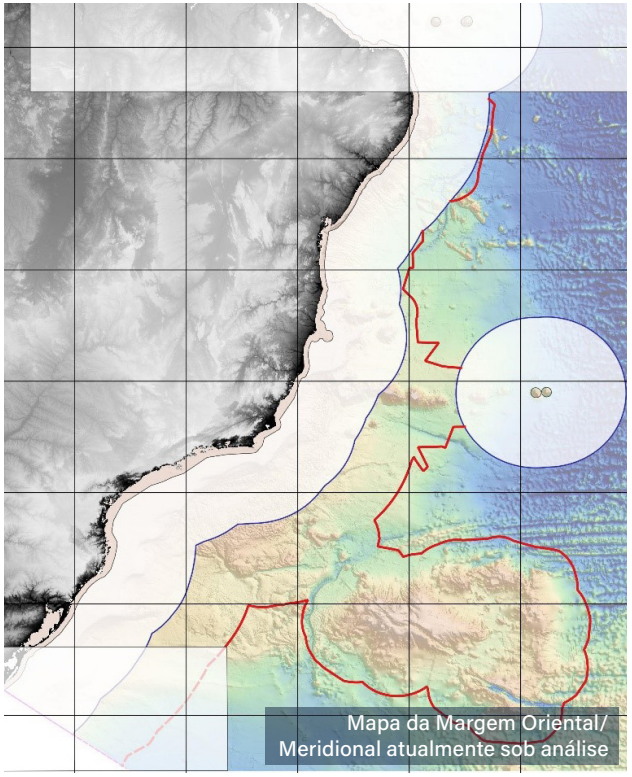
Duas comissões oceanográficas foram conduzidas pelo Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" em 2025. A primeira, denominada LEPLAC ERG, ocorreu de 21 de janeiro a 28 de fevereiro, na região da Elevação do Rio Grande, com a sondagem de 3.600 milhas náuticas (aproximadamente 6.666 km) e o mapeamento de 55.257 km². A segunda, LEPLAC NORDESTE, realizada entre 19 de maio e 11 de julho, atuou na área entre o Monte Submarino Paraíba e os montes submarinos da Bahia, percorrendo 5.860 milhas náuticas (cerca de 10.850 km) e mapeando mais de 101.777 km². Esses levantamentos tiveram como objetivo fornecer dados hidrográficos e geofísicos para fundamentar a Submissão Parcial Revista da Margem Oriental Meridional, então em análise pela CLPC.

No plano diplomático, 2025 foi um ano de conquistas e avanços significativos. Em fevereiro, durante a 63ª Sessão da CLPC em Nova Iorque, foi concluída a análise da Margem Equatorial e iniciada a apreciação da Margem Oriental/Meridional. Em 26 de março, a publicação das Recomendações da ONU oficializou a aprovação da Margem Equatorial, garantindo ao Brasil direitos de soberania sobre cerca de 360 mil km² de área marítima além das 200 milhas náuticas. As sessões seguintes da CLPC, realizadas em julho e novembro, dedicaram-se à análise técnica detalhada da Margem Oriental/Meridional, com discussões sobre a definição da Base do Talude Continental (BOS), um parâmetro crítico para a delimitação. Embora tenham sido registrados progressos, especialmente na região dos Cânions da Bahia, a CLPC apontou a necessidade de complementação de dados e ajustes em outras áreas.

Adestramento de Postos de Abandono



Mapa da Margem Equatorial Brasileira referente às Recomendações da CLPC


Mapa da Margem Oriental/ Meridional atualmente sob análise

Em novembro de 2025, foi firmado um Acordo de Cooperação técnico-científica entre a MB, por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), e a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) de Portugal. O acordo prevê o desenvolvimento conjunto de mapeamento geológico, aquisição de dados geofísicos, coleta de amostras do mar profundo, capacitação de pessoal e realização de campanhas oceanográficas no Atlântico Sul. Um dos pontos de destaque é o emprego do ROV Luso, um veículo de operação remota adaptado para ciência e capaz de mergulhar até 6.000 metros de profundidade. O LEPLAC consolida, portanto, um legado de soberania, desenvolvimento científico e projeção internacional para o Brasil, assegurando direitos fundamentais sobre o patrimônio marítimo nacional para as gerações futuras.

Radiofaróis Costa Sul/Levantamento Hidrográfico RIO GUAÍBA

Entre 29 de janeiro e 26 de fevereiro, o NHoFAlteGAranha realizou a Comissão Radiofaróis Costa Sul I / LH Rio Guaíba, tendo como principal tarefa apoiar a manutenção do Radiofarol Santa Marta, Radiofarol Chuí e Farol Queimada Grande, dentro do Plano de Trabalho de Auxílios à Navegação (PTAN). O navio efetuou, ainda, o lançamento de Boia Spotter em apoio ao Programa Nacional de Boias (PNBOIA), e reocupou as estações fluviométricas, visando à realização do levantamento hidrográfico (LH) do Rio Guaíba. O PNBOIA foi implementado para monitoramento e previsão do tempo, assim como dos fenômenos meteorológicos e oceanográficos e regimes climáticos observados no Brasil.

Lagoa dos Patos

Entre 01 de abril e 29 de maio de 2025, o Aviso de Pesquisa Hidroceanográfico “Aspirante Moura” (AvPqHoAspMoura) realizou sondagem batimétrica com ecobatímetro monofeixe na Lagoa dos Patos, para produção da carta náutica 2131 – Barra do Rio Guaíba, que integra o Plano de Trabalho de Cartografia da DHN.

Nivelamento em Itapuã-RS

PROAMAZÔNIA Azul

Durante a Comissão PROAMAZÔNIA AZUL I, realizada de 09 a 25 de abril de 2025, o NHoFAlteGAranha realizou pesquisas e coletas de dados oceanográficos na Amazônia Azul e, por oportunidade, apoiou a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) na manutenção do Farol Bom Abrigo e do Farolete Laje da Conceição. Ademais, efetuou a manutenção da Boia Spotter Alcatrazes, pertencente ao Projeto REMObs, que visa à elaboração de um sistema de monitoramento das condições meteorológicas e oceanográficas ao longo de toda a costa brasileira e região oceânica adjacente.

Radiofaróis Costa Nordeste I/Expedição Costa NE (INVERNO)

Entre 11 de julho e 09 de setembro de 2025, o NHoFAlteGAranha realizou a Comissão Radiofaróis Costa Nordeste I / Expedição Costa NE (Inverno), com a tarefa principal de prestar apoio logístico para a manutenção bienal do Radiofarol Abrolhos e da Estação Rádio de Caravelas-BA, combinada com a coleta de dados oceanográficos na região costeira Nordeste, em cumprimento ao Plano de Trabalho de Meteorologia e Oceanografia da DHN.

Na oportunidade, foi instalada uma estação maregráfica no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) e efetuada a manutenção do marégrafo do Arquipélago de Fernando de Noronha (AFN), em conformidade com as ações do projeto GOOS-Brasil. O GOOS-Brasil (do inglês “*Global Ocean Observing System*”) é um sistema nacional de observação dos oceanos e clima que visa coletar e disponibilizar dados oceanográficos, climáticos e meteorológicos do Atlântico Sul e tropical.

NHoFAlteGAranha no Arquipélago de São Pedro e São Paulo

Durante a comissão, ainda ocorreram os lançamentos de boia Spotter e de XBT (batitermógrafo descartável utilizado para medir o perfil de temperatura da água do mar em função da profundidade), e de boia de Sinalização Cardinal Leste na Baía de Todos os Santos, e um levantamento hidrográfico no Porto de Natal-RN, em área estabelecida pelo Plano de Trabalho de Hidrografia (PTHidro) da DHN, em apoio ao Serviço de Sinalização Náutica do Leste (SSN-2). Com esse extenso roteiro, o NHoFAlteGAranha totalizou 41 dias de mar e 6.422 milhas navegadas, reforçando seu protagonismo na área de sinalização náutica, hidroceanografia e monitoramento ambiental da Região Nordeste.

Levantamento Hidrográfico Taquari

Por meio da Comissão LH Taquari, no período de 22 de julho a 17 de agosto, o ex-Navio Hidroceanográfico "Amorim do Valle" (NHoAValle) realizou o restabelecimento, manutenção e a ocupação da Estação Maregráfica localizada na Estação Naval do Rio Grande (ENRG).

NHoAValle durante Comissão LH Taquari

Outrossim, foi realizada a sondagem batimétrica monofeixe no canal de acesso à Lagoa dos Patos, com o objetivo de subsidiar a atualização da carta náutica nº 2101.

Entre as atividades da referida comissão, destacam-se os rastreios estáticos e os nivelamentos geométricos realizados na régua de maré da ENRG e na Estação da Praticagem, garantindo a continuidade da coleta de dados de nível do mar com elevado padrão de precisão e confiabilidade. Tais informações constituem subsídios essenciais para o monitoramento da costa brasileira, permitindo análises mais precisas das variações costeiras e contribuindo diretamente para a segurança da navegação e o planejamento de atividades portuárias.

Ao cumprir a missão que lhe foi atribuída, com o apoio do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta), o navio reforçou a importância estratégica da Estação Maregráfica para o litoral sul do Brasil, consolidando o papel da MB na segurança da navegação e no monitoramento das águas brasileiras.

O antigo NHoAValle foi reclassificado, quanto ao emprego, para Navio Caça-Minas (NCM) de 3ª Classe, por meio da Portaria Nº 333, de 3 de dezembro de 2025, do Comandante da Marinha. O NCM "Amorim do Valle" (NCMAValle), cuja subordinação foi transferida da Diretoria-Geral de Navegação (DGN) para o Comando de Operações Navais (ComOpNav), está agora diretamente subordinado ao Comando da Força de Minagem e Varredura (ComForMinVar), no Comando do 2º Distrito Naval.

Levantamento Hidrográfico Combinado Rio Javari

No período de 19 de fevereiro a 27 de março de 2025, foi realizado o Levantamento Hidrográfico combinado no Rio Javari, o que contribuiu

para a manutenção da cooperação, em questões relacionadas a estudos hidrográficos e sinalização fluvial, entre os Serviços Hidrográficos da Região Amazônica da Marinha do Brasil (MB) e da Marinha de Guerra do Peru (MGP), além de atualizar o croqui naquela região de fronteira dos países. A comissão contou com a participação do AvHoFlu "Rio Solimões", em parceria com o B.A.P "Stiglich", pertencente à MGP.

Expedição VIII (N)/Costa Norte (Primavera)/ Radiofarol Costa N I

Entre 25 de setembro e 29 de novembro de 2025, o Navio Oceanográfico "Antares" (NOcAntares) realizou a Comissão EXPEDIÇÃO VIII (N)/COSTA NORTE (Primavera)/RADIOFAROL COSTA N I, tendo como principal objetivo a coleta de dados oceanográficos em cumprimento ao PTMETOC da DHN, na região oceânica norte.

A comissão também contemplou o lançamento de boias meteoceanográficas do PNBOIA e do REMO Observacional na Margem Norte Equatorial (Poço do Morpho), bem como a execução de atividades relacionadas à infraestrutura de auxílios à navegação, incluindo o restabelecimento do Radiofarol de Salinópolis, a desmobilização do Radiofarol de São Marcos, o reconhecimento do futuro Radiofarol de Araçagi e a manutenção corretiva da Estação Rádio Ponta do Mel.

Durante a comissão, o navio realizou atracações nos portos de Fortaleza (CE), Santana (AP) e Cabedelo (PB), além de executar as seguintes atividades científicas e operacionais:

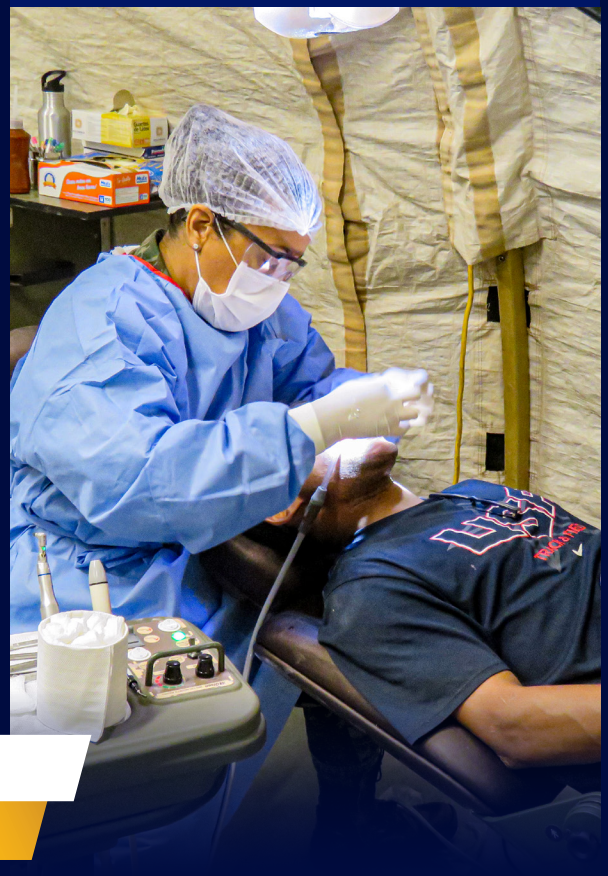
- realização de estações oceanográficas em profundidades variando entre 100m e 1.000m;
- lançamento de XBT entre as estações oceanográficas; e
- recolhimento de veículo autônomo Sailbuoy, em apoio ao CHM.

A comissão contribuiu de forma significativa para o monitoramento meteoceanográfico da região oceânica norte, fortalecendo a base de dados técnicos utilizados em atividades de previsão ambiental, segurança da navegação e apoio às operações navais. Além disso, as ações voltadas à manutenção e adequação dos auxílios à navegação reforçaram o compromisso da MB com a segurança do tráfego aquaviário, a eficiência dos sistemas de sinalização náutica e o desenvolvimento de pesquisas oceanográficas estratégicas, evidenciando a elevada capacidade operacional do NOcAntares no cumprimento de missões de caráter científico e institucional.

NOcAntares durante comissão na região oceânica norte

MARINHA DO BRASIL

CUIDANDO DE NOSSA GENTE



Operações de Busca e Salvamento (SAR) e ações de Combate ao Lixo no Mar

O Serviço de Busca e Salvamento (conhecido como SAR, do inglês *Search and Rescue*), gerenciado no Brasil pela MB conforme diretrizes internacionais como a Convenção SOLAS de 1974, tem como missão primordial a salvaguarda da vida humana no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores. Sua estrutura operacional é baseada nos Centros de Coordenação de Salvamento (Salvamar) distribuídos pelos Distritos Navais, sob a supervisão do Salvamar Brasil, sediado no Rio de Janeiro. Este sistema integrado conta com o apoio fundamental de órgãos como a Força Aérea Brasileira, os Corpos de Bombeiros e a Defesa Civil e opera por meio de uma rede avançada de monitoramento que inclui o Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), o Sistema Marítimo Global de Socorro e Segurança (GMDSS), o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

Em 2025, a MB demonstrou uma expressiva capacidade de resposta em todo o litoral e águas interiores. Os dados consolidados do ano registram a realização de 264 eventos SAR, com um alto índice de resgates bem-sucedidos, salvando 692 vidas em rios, lagos e no mar. Para o cumprimento dessas missões, foram empregados de forma significativa 84 meios navais, 7 meios aeronavais e 75 viaturas em operações coordenadas. Um desempenho notável foi o do SALVAMAR SUESTE, que, atuando de forma isolada, atendeu a 47 incidentes e foi responsável pelo resgate de 206 pessoas, destacando a eficácia da capilaridade do sistema.

Dentre as operações realizadas, destacou-se o complexo resgate do catamarã “Morro de São Paulo”, coordenado pelo Serviço de Salvamento Marítimo do Leste (SALVAMAR LESTE) do Com2ºDN. Esta operação, que tinha como objetivo salvar 103 pessoas em situação de emergência, mobilizou 52 militares e uma força-tarefa multimodal. Foram empregados os meios próprios da MB – Cv “Caboclo”, NPa “Guaratuba”, AviPa “Dourado”, LAEP-7 “Valença” e LAEP-10 “Barracuda” –, com apoio externo de uma aeronave do Grupamento Aéreo da Polícia Militar da Bahia (GRAER/PMBA) e das lanchas civis “Turistando” e “Viva Morro”. A operação exigiu superar o desafio de garantir a segurança de um grande número de vidas, reafirmando o compromisso público da Marinha com a salvaguarda da vida humana no mar.

Além das operações costeiras, a Marinha mantém uma presença ativa e vital em rios e lagos. Um exemplo dessa atuação foi o emprego de 28 militares, 4 viaturas e 7 embarcações em um evento específico

Operações de Busca e Salvamento

em águas interiores. O desafio contínuo nestes ambientes diversos é manter a plena capacidade operativa dos meios para assegurar a salvaguarda da vida humana nos rios e lagos das Áreas de Jurisdição.

Paralelamente às missões de salvamento, a MB atua de forma integrada na proteção do meio ambiente, alinhando-se ao Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar. Em 2025, esta vertente de atuação materializou-se em ações concretas como mutirões de limpeza em praias, rios e lagos, coleta de resíduos subaquáticos, campanhas de conscientização e distribuição de materiais educativos. Para estas atividades, foram envolvidos militares utilizando-se de viaturas administrativas e de embarcações. Os principais desafios enfrentados foram promover uma conscientização para um uso adequado dos recursos hídricos e conciliar estas ações com outras demandas operacionais prementes, como as inspeções navais. Como entrega para a sociedade, a Marinha proporciona um bem tangível – rios, lagos e praias mais limpos, que servem de base para subsistência, turismo e lazer – e um bem intangível de valor inestimável: a introdução de valores de preservação ambiental na população.

O ano de 2025 reafirmou, portanto, a MB, como agente fundamental na segurança e proteção do ambiente aquático nacional. Por meio de uma atuação dual e complementar, a Força não apenas salvou centenas de vidas por meio de operações SAR complexas e eficientes, mas também promoveu ativamente a conservação do patrimônio ambiental, educando a sociedade e atuando diretamente na limpeza dos ecossistemas. A integração de sistemas de monitoramento, a coordenação interagências e o emprego ágil de meios adequados consolidam o Serviço de Busca e Salvamento brasileiro como um serviço público essencial, gratuito e de alto impacto social.

Ações de Combate ao Lixo no Mar

Ações Cívico-Sociais (ACiSo)

Ao longo de 2025, a MB demonstrou seu compromisso com a assistência humanitária e a cidadania por meio de uma expressiva série de Ações Cívico-Sociais. As operações, conduzidas por quatro Distritos Navais, levaram serviços essenciais de saúde, odontologia e documentação civil a milhares de brasileiros, tanto em contextos urbanos quanto, de forma marcante, nas regiões ribeirinhas e de difícil acesso da Amazônia e do Centro-Oeste.

No âmbito do Com2ºDN e do Com4ºDN, as ações ocorreram em pontos específicos, como Salvador, Trancoso e localidades na Amazônia Oriental. Essas operações resultaram em mais de 4.500 pessoas atendidas, com destaque para a emissão de 1.065 certidões de nascimento, um passo fundamental para a garantia de direitos civis.

Outras operações ficaram a cargo dos Comandos do 6º e 9º Distritos Navais, que empregaram navios de assistência hospitalar e meios fluviais especializados para alcançar comunidades isoladas.

No Com6ºDN, quatro comissões atenderam localidades como Corumbá, Porto Murtinho, Barão de Melgaço e Cáceres. Foram realizados 982 procedimentos médicos, 544 odontológicos, 2.972 de enfermagem, 1.312 exames e a distribuição de 21.157 medicamentos.

No Com9ºDN, a mobilização foi ainda mais abrangente, com 25 comissões percorrendo diversos polos da região (como Solimões, Rio Negro, Tapajós e Juruá). As equipes de saúde realizaram 21.297 procedimentos médicos, 6.012 odontológicos, 21.721 de enfermagem e 100.156 procedimentos laboratoriais, somando um total de 149.186 atendimentos e procedimentos nos rios da Amazônia.

Ações Cívico-Sociais

De forma consolidada, as ACISO de 2025 demonstraram a capilaridade e a capacidade logística da Marinha do Brasil em levar o Estado a regiões remotas. As iniciativas não apenas mitigaram carências imediatas de saúde com a distribuição de dezenas de milhares de medicamentos, mas também fortaleceram o vínculo entre a instituição e a sociedade, promovendo inclusão, saúde e dignidade a milhares de brasileiros.

Navio de Assistência Hospitalar Doutor Montenegro

Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano

Assistência Hospitalar (AssHop) I, II, III e IV

Em 2025, com a incorporação do Navio de Assistência Hospital "Sargento Lima", iniciaram-se as Operações de Assistência Hospital (AssHop) na região da Amazônia Oriental. Foram realizadas quatro Operações "AssHop", sendo realizados 424 atendimentos médicos, nas comunidades da Ilha do Combu, Ilha de Cotijuba e o distrito de Outeiro.

Navio de Assistência Hospital Sargento Lima

Operação "Chance Para Todos"

Nos meses de janeiro, julho, agosto e dezembro de 2025, a Marinha do Brasil conduziu a operação cívico-social "Chance Para Todos" na região da Amazônia Oriental, empregando o Navio-Auxiliar Pará. A iniciativa teve como objetivo levar assistência integral a comunidades ribeirinhas e municípios de difícil acesso, promovendo saúde, cidadania e apoio humanitário em localidades remotas dos estados do Pará e Amapá, como São Sebastião da Boa Vista, Breves, Santana, Afuá, Santarém e Porto de Moz, entre outras.

A operação atuou em três eixos principais: saúde, distribuição de insumos e emissão de documentos civis. Nos atendimentos de saúde, foram realizados 2.022 atendimentos médicos, 461 atendimentos odontológicos, 11.754 procedimentos de enfermagem, 857 exames diversos, 1.028 mamografias e 407 vacinações, consolidando um expressivo impacto na prevenção e no cuidado básico da população atendida.

No campo da cidadania, a emissão de documentos civis revelou-se de grande relevância social: foram emitidas 1.065 certidões de nascimento, 346 CPF e realizados 92 atendimentos da Justiça Itinerante, garantindo acesso a direitos fundamentais para centenas de pessoas historicamente distantes dos serviços públicos.

Foram distribuídos 11.894 medicamentos, 242 itens odontológicos, 6 coberturas de eixo e materiais de prevenção ao escalpelamento. Destaque especial para as 1.028 mamografias realizadas, ação que reforça o compromisso da Marinha com campanhas de saúde preventiva, em especial o combate ao câncer de mama.

A operação reforça a capacidade da MB de projetar assistência humanitária e presença do Estado em áreas remotas, promovendo inclusão social, acesso à saúde e fortalecimento da cidadania. Através de ações como essa, a instituição cumpre seu papel estratégico não apenas na defesa, mas também na promoção do desenvolvimento social e do bem-estar das populações mais isoladas do território nacional.

AssHop Juruá B e C – Operação Acre XXV

Foi realizada, no período de 21 de janeiro a 21 de maio de 2025, a Comissão Acre XXV, com a participação do Navio de Assistência Hospitalar (NAsH) “Doutor Montenegro”. A missão consistiu na execução de Ações de Assistência Hospitalar (AssHop) nos Polos Juruá “B” e “C”, com o objetivo de levar atenção primária à saúde às populações ribeirinhas e aos povos originários, além de reforçar a presença da Marinha e do Estado brasileiro na região.

Ao longo dos quatro meses de comissão, o navio prestou atendimento em 46 localidades, alcançando a marca expressiva de 8.445 pessoas beneficiadas por serviços médicos e odontológicos. Ademais, foram realizados atendimentos laboratoriais, de enfermagem e exames diversos, bem como a distribuição de medicamentos, ampliando o impacto das ações de saúde junto às comunidades assistidas.

Operação Oftalmologia Humanitária

Foi realizada, de 01 a 19 de junho de 2025, a Operação Oftalmologia Humanitária, com o emprego do NAsH “Doutor Montenegro”. Durante o período, o navio realizou ações de Assistência Hospitalar (AssHop) nos Polos PURUS “A” e “B” e apoiou, logisticamente, os profissionais

Navio de Assistência Hospitalar Doutor Montenegro

do Projeto Oftalmologia Humanitária, havendo assim atenção primária de saúde à população ribeirinha e povos originários da região, além de ter intensificado a presença da Marinha e do Estado brasileiro naquela região e contribuiu para a realização dos atendimentos oftalmológicos do Projeto.

AssHop Cueiras/Outubro Rosa

No período de 21 a 31 de outubro de 2025, com a participação dos NAsH "Doutor Montenegro" e "Oswaldo Cruz", houve a comissão AssHop Cueiras/Outubro Rosa, com o intuito de realizar AssHop na calha dos rios Negro e Cueiras, alusiva ao "Outubro Rosa", e prestar apoio à comunidade indígena Nova Esperança. Além dos médicos da Marinha do Brasil, diversos médicos da Região de Manaus e alguns residentes foram empregados na missão, contribuindo para o sucesso desta. Além disso, devido ao período de estiagem e sinuosidade do Rio Cueiras, houve o emprego de meios para realização de Sondagem Operativa do local.

AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O PESSOAL MILITAR

As ações da Assistência Social integram a estratégia de recursos humanos e têm como propósito principal contribuir para a prevenção e o atendimento de demandas socioassistenciais que podem se constituir em ameaças ao pronto emprego do contingente.

Assim, de acordo com o Plano Estratégico da Marinha (PEM), a missão da Assistência Social é executar ações de apoio ao núcleo familiar de militares e servidores civis, buscando minimizar as interferências de situações sociais, psicológicas e jurídicas adversas que possam comprometer os recursos humanos da Marinha do Brasil (MB) no desempenho de suas tarefas, destacando a importância do alinhamento da Assistência Social com os documentos estratégicos da MB, de forma que as ações empreendidas pelo Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM) possam, efetivamente, ser utilizadas como ferramentas de liderança para contribuir com a manutenção do poder combatente da nossa Força.

Os resultados esperados do SiASM, derivam do alinhamento estratégico delineado pela Administração Naval desde o PEM, passando pelo Plano de Direção Setorial do Setor de Pessoal (PDS - Pessoal), até o Planejamento Estratégico Organizacional (PEO) da DASM.

Programas preventivos voltados para a promoção e proteção de qualidade de vida no trabalho e na família e de saúde são desenvolvidos pelos Serviços de Assistência Social e de Saúde, não só no ambiente de trabalho, como também para a Família Naval, aumentando a resiliência e a prontidão dos componentes da Força. Militares bem apoiados, estarão melhor preparados para servir à Sociedade.

Os dados ora apresentados focam nos resultados dos objetivos estratégicos referentes à Promoção à Saúde Mental, Equidade entre Sexos, Preparação para a Reserva e Educação Financeira estabelecidos no Plano de Assistência Social da Marinha (PASM) 2025-2028 que visa promover a unidade de direção e a integração das atividades socioassistenciais destinadas à promoção da qualidade de vida dos militares e servidores civis, ativos e veteranos, seus dependentes e pensionistas da Marinha– nossa "Família Naval".

Promoção à Saúde Mental

As ações realizadas visam a prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, prevenção do suicídio e integralidade no cuidado e implementação de ações de orientação e conscientização sobre saúde mental, em parceria com os profissionais do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), incluindo temáticas vinculadas aos Transtornos de Ansiedade, Transtornos Depressivos, dentre outros.

Ação de saúde mental no Com6ºDN

No ano de 2025, atingimos os seguintes resultados por meio de palestras, rodas de conversas e outras dinâmicas de interação:

Número de Atividades Desenvolvidas	Número de Usuários Atendidos
370	27.334

Equidade entre os Sexos

As ações realizadas visam contribuir com a prevenção de condutas atentatórias contra a pessoa e discriminação por razão de sexo por meio de atividades socioeducativas e socioassistenciais voltadas para promoção da qualidade de vida no ambiente organizacional no tocante o assédio moral e sexual e discriminação, valorização do trabalho em equipe e da igualdade de oportunidades entre os sexos, fomentando a ética e a conduta militar que se espera perante à Sociedade.

Roda de conversa sobre equidade no ComDivLit

Em 2025, os seguintes resultados alcançados foram:

Número de Atividades Desenvolvidas	Número de Usuários Atendidos
131	11.267

Educação Financeira

As ações realizadas visam aprimorar a mentalidade de Educação Financeira da Família Naval e a promoção de atividades que contribuam com a reinserção dos dependentes no mercado de trabalho, especialmente nos casos de movimentação com mudança de sede auxiliando na reinserção de dependentes no mercado de trabalho, estimulando a economia local. A dificuldade financeira é um marcador de vulnerabilidade social que se destaca na realidade brasileira e também na MB.

Palestra no HNMD "Consciência Financeira Começa em Casa"

Resultados de 2025:

Número de Atividades Desenvolvidas	Número de Usuários Atendidos
114	8.082

Ao minimizar situações sociais ou psicológicas adversas, a Marinha garante que seu contingente esteja na condição de "pronto emprego", assegurando a defesa e a segurança nacional de forma ininterrupta, ademais o fortalecimento do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM) transcende o bem-estar interno, consolidando-se como um investimento direto na qualidade do serviço prestado à Nação.

Ao garantir que o militar e o servidor civil estejam plenamente apoiados em suas necessidades psicossociais e jurídicas, a Marinha assegura a manutenção de sua prontidão e do seu "poder combatente", resultando em profissionais melhor preparados para servir à sociedade.

O retorno social se materializa na entrega de cidadãos éticos, saudáveis e financeiramente responsáveis que, seja na ativa ou ao retornarem à vida civil na reserva, atuam como agentes de estabilidade e desenvolvimento para o país.

Eixo Estratégico	Atividade Interna	Retorno para a Sociedade
Saúde Mental	Prevenção ao uso de álcool/ drogas e ao suicídio.	Indivíduos mais resilientes e redução da sobrecarga nos sistemas públicos de saúde.
Equidade	Combate ao assédio e promoção da igualdade de oportunidades.	Promoção de valores éticos e conduta exemplar perante a sociedade civil.
Reserva e Aposentadoria	Planejamento pessoal e parcerias de capacitação (SENAC/SEBRAE).	Devolução de profissionais qualificados e planejados para suprir demandas do mercado civil.
Educação Financeira	Combate ao superendividamento e apoio à reinserção no mercado.	Mitigação de vulnerabilidades sociais e fomento à economia através de famílias estáveis.

APOIO À DEFESA CIVIL

Terra Indígena “Yanomami” - CATRIMANI II

No período de 21 a 26 de junho de 2025, o Aviso Hidroceanográfico Fluvial “Rio Solimões” realizou sondagem operativa no rio Catrimani com o objetivo de delimitar um canal navegável que possibilitasse o acesso seguro dos Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) à Terra Indígena Yanomami, considerando as características do rio, marcado por trechos estreitos, sinuosos e de baixa profundidade.

No segundo semestre do mesmo ano, no âmbito da Operação Catrimani II, foram empregados meios subordinados ao Comando do 9º Distrito Naval, incluindo o AvHoFlu “Rio Solimões”, os Navios-Patrulha Fluviais “Roraima”, “Rondônia”, “Amapá” e “Raposo Tavares”, os Navios de Assistência Hospitalar “Doutor Montenegro” e “Carlos Chagas”, além de embarcações do Grupo de Embarcações de Operações Ribeirinhas do Amazonas. As ações abrangeram atividades de Patrulha Naval em áreas com elevada incidência de garimpo ilegal, bem como assistência hospitalar às comunidades da população indígena Yanomami.

Aviso Hidroceanográfico Fluvial Rio Solimões

Marinha, FAPERJ e Governo do Estado unem forças na resposta a desastres naturais no Rio de Janeiro

Com o objetivo de identificar e apoiar soluções para os principais desafios enfrentadospelos municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (SECTI), lançou em 30 de outubro de 2025, o “Programa Prioridade RJ 2025”, em cerimônia realizada no Teatro Cesgranrio, no Rio de Janeiro.

Lançamento do “Programa Prioridade RJ 2025”

A MB integra o Comitê de Desenvolvimento Estratégico do edital “Prioridade RJ 2025”, por meio do qual o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) participará com projetos sobre resposta a desastres ambientais, incluindo a prevenção à rabdomiólise.

Em relação aos desastres naturais, os Fuzileiros Navais possuem as experiências adquiridas ao longo de missões recentes em grandes catástrofes, como furacões e terremoto no Haiti; terremoto no Chile; chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro, na Baixada e Sul Fluminense, no Sul da Bahia, em Recife e em São Sebastião, Litoral Norte de São Paulo; enchente no Rio Grande do Sul e o desabamento de uma ponte que ligava os estados do Maranhão e Tocantins.

Nos últimos anos, a MB tem desenvolvido importantes iniciativas na área de resposta a desastres, como a pós-graduação em Gerenciamento de Crises, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o Acordo de Cooperação Técnica com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), voltado a estudos em Assistência Humanitária e Apoio à Defesa Civil (2023); a pós-graduação em Inteligência Artificial, com a FGV (2024); o II Workshop Interagências de Cooperação com a Defesa Civil de Minas Gerais, realizado nas regiões de Furnas e do Capitólio, com a participação de mais de 30 agências, incluindo representantes internacionais; e o desenvolvimento do Projeto de Força de Resposta Imediata a Catástrofes Ambientais, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Marinha, BNDES e CEMADEN firmam Protocolo de Intenções

A MB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) firmaram, no dia 7 de novembro de 2025, em Belém (PA), a bordo do Navio-Aeródromo Multipropósito "Atlântico" por ocasião da COP30, um protocolo de intenções com o objetivo de ampliar a cooperação entre as instituições na gestão de riscos de desastres.

O protocolo visa fortalecer a resiliência climática do País e incentivar ações e pesquisas voltadas à redução de riscos. Neste contexto, a MB colocará à disposição seus meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais (Tropa de Pronto Emprego, Anfíbia, Expedicionária e 100% profissionalizada), caracterizados pela flexibilidade, versatilidade e mobilidade, aptos a atuar com rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento de diversas missões, em variados ambientes operacionais, con-

Cerimônia de Assinatura do Protocolo de Intenções.

jugando-se as competências da Marinha com as do CEMADEN (órgão de excelência técnica) e de um banco de fomento - BNDES, em prol da assistência à população.

Seminário Internacional de Operações Humanitárias e Resposta a Desastres do Programa PRÓ-DEFESA

O seminário recebeu 360 inscritos, sendo 250 deles da academia, entre 29 instituições de ensino distintas, com o propósito de fomentar o intercâmbio de ideias e fortalecer a cooperação no enfrentamento de emergências climáticas cada vez maiores e mais frequente. O Seminário ocorreu no CIASC nos dias 13 e 14 de novembro de 2025.

A abertura foi realizada pelo Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais que destacou a importância da parceria com o BNDES, com agências internacionais como a OCHA (pertinente a Coordenação de Assuntos Humanitários) e com universidades e ressaltou a importância de manter o preparo das tropas e suas características de pronto emprego e capacidades anfíbias e expedicionárias. Isso faz com que sejam possíveis as intervenções em operações humanitárias.

Do lado de fora do auditório do CIASC, o CFN montou um mostruário com os principais meios utilizados tanto no combate quanto nas operações humanitárias. Havia desde veículos blindados, passando pelo Hospital de Campanha, até a mais nova aquisição dos Fuzileiros Navais: a Embarcação de Desembarque Litorâneo.

O seminário, que foi gratuito, aberto ao público e patrocinado pelo BNDES, teve como objetivo apresentar e discutir a participação da MB e das Forças Auxiliares em operações humanitárias; proporcionar subsídios e oportunidades de pesquisa à academia; divulgar o Centro de Operações de Paz e Humanitárias de Caráter Naval (COpPaz-Nav) como *hub* de conhecimento acerca das operações humanitárias; e promover o *networking* humanitário em níveis nacional e internacional por meio da participação de representantes de entidades governamentais, Forças Armadas, Forças Auxiliares, organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), representada pela Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), Organizações Não Governamentais (ONG) humanitárias e comunidade acadêmica.

Estudantes e Militares presentes no auditório do CIASC para as apresentações

Nessa ocasião, foram destacadas as características da Força de Resposta Imediata a Desastres Ambientais da Marinha do Brasil, também chamada de FRIDA.

Uma tropa de pronto-emprego, anfíbia e expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais, especialmente concebida para atuar em situações emergenciais, capaz de prestar auxílio humanitário e executar operações altamente qualificadas, utilizando seu treinamento especializado em logística, resgate e segurança.

Principais meios utilizados tanto no Combate como nas Operações Humanitárias(o Hospital de Campanha encontra-se no centro da foto).

Embarcação de Desembarque Litorâneo no centro da foto

FRIDA: emprego da Embarcação de Desembarque Litorâneo - ampliação da capacidade de resgate e acesso a locais isolados

MARINHA DO BRASIL

OUTRAS ENTREGAS AO PODER MARÍTIMO

Rio *Ocean Week*

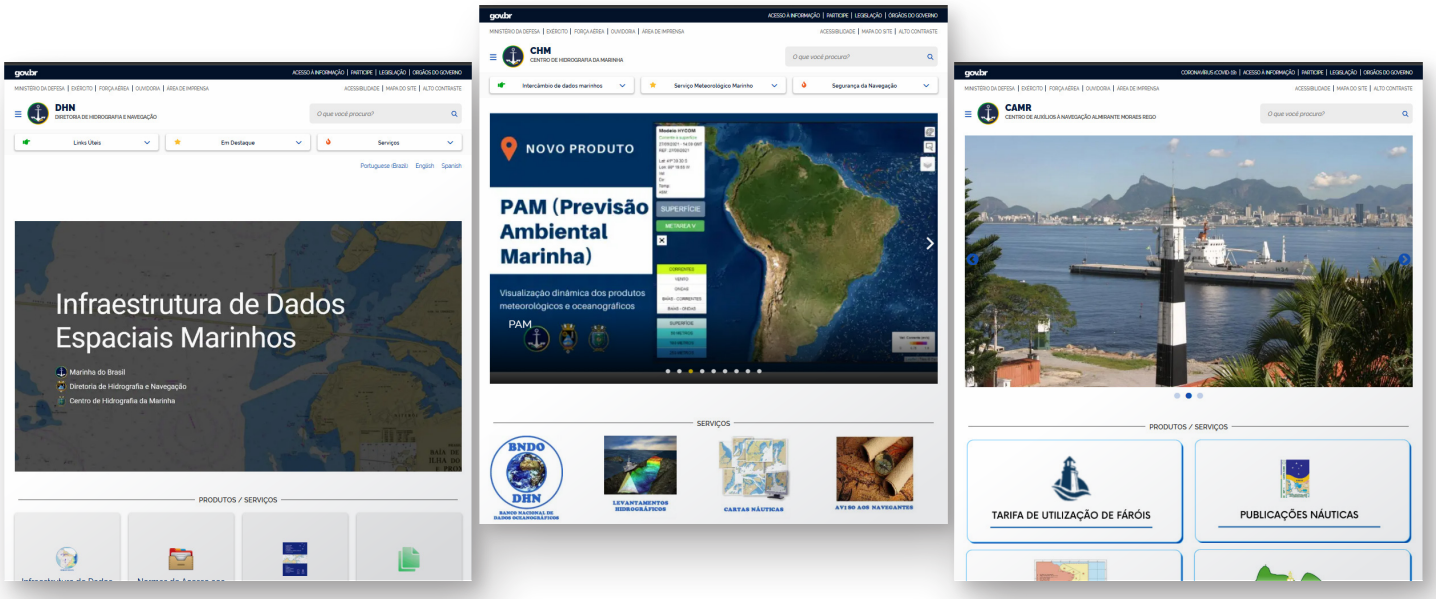
A primeira edição da Rio Ocean Week aconteceu de 22 a 26 de outubro, no Museu do Amanhã, representando o maior movimento de sustentabilidade e cultura oceânica da América Latina. Chamada de "semana do mar", a *Ocean Week* uniu ciência, arte, cultura, educação e mobilização social em prol da sustentabilidade marinha.

Além dos espaços expositivos, oficinas, exibição de filmes e outras atrações, ganhou destaque a visitação ao Navio Hidroceanográfico "Cruzeiro do Sul" (NHoCSul) que permaneceu atracado no Píer do Museu do Amanhã de 21 a 27 de outubro, tendo recebido 3.886 visitantes. O navio realiza levantamentos hidrográficos, oceanográficos, geodésicos, meteorológicos e serviços de sinalização náutica. Durante o evento, transformou-se em um espaço de aprendizado, permitindo a aproximação do público com o conhecimento científico sobre os oceanos.

Visitação Pública no Navio Hidroceanográfico "Cruzeiro do Sul"

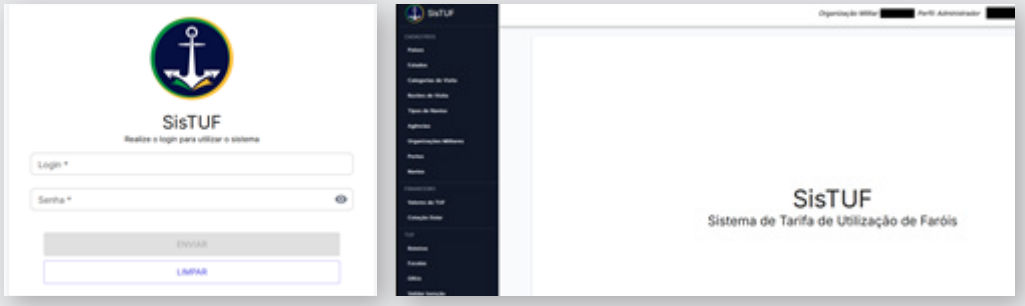
Migração do Novo Site Drupal

Em janeiro de 2025, foi lançada a nova versão das páginas na internet da DHN, do CHM e do CAMR, decorrente da migração do *framework* Drupal 10, ação essencial para manter a segurança, eficiência e qualidade dos serviços digitais da DHN. O novo sistema oferece maior proteção contra ataques cibernéticos por meio de atualizações regulares de segurança, uma interface mais intuitiva, melhor desempenho e ferramentas avançadas para gerenciamento de conteúdo.



Atualização do SISTUF

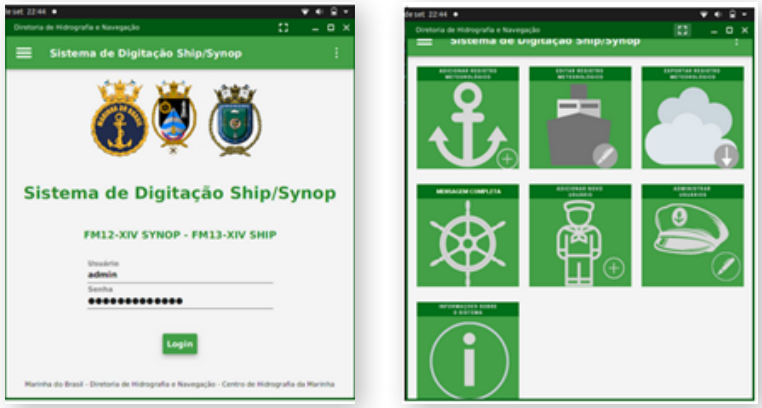
A nova versão em desenvolvimento do Sistema de Tarifa de Utilização de Faróis (SISTUF) tem o objetivo de mitigar os riscos de segurança da versão anterior e oferecer uma interface gráfica mais intuitiva para os usuários. Não obstante, a mudança vai proporcionar a integração de serviços com o Governo Federal e também permitirá a integração com os Registros de Referência da Infraestrutura Nacional de Dados, para a utilização de dados como CPF, CNPJ, CEP e informações sobre municípios, de forma automática e interoperável.



Sistema SISTUF

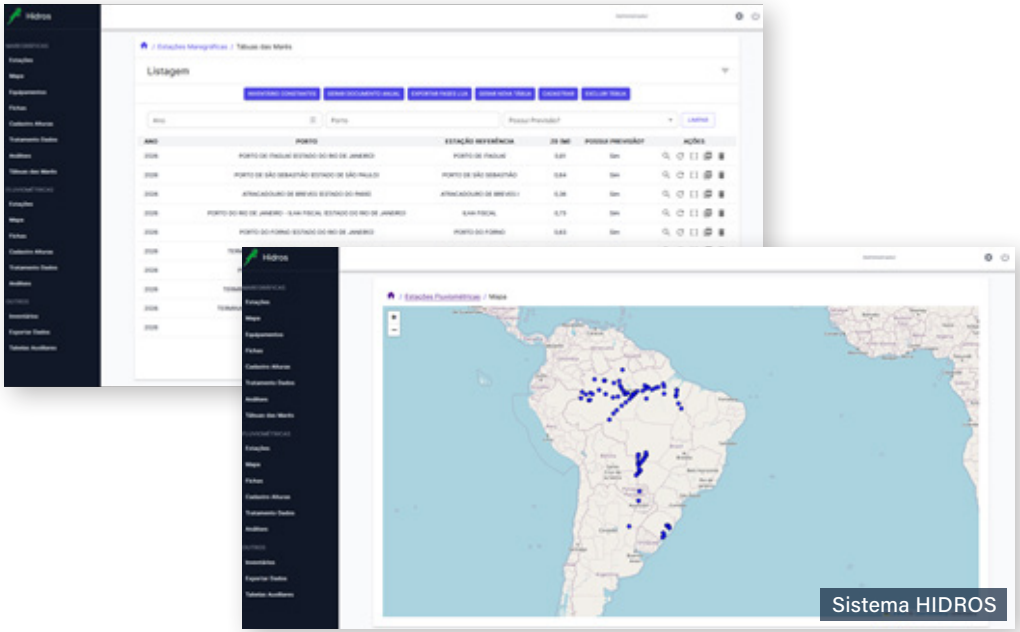
Aprovação de processos de conformidade pela DGN e DCTIM

Foi aprovado o desenvolvimento do sistema *Ship Synop Web*. Esse sistema tem o propósito de informatizar a aquisição e o envio dos dados meteorológicos, atualmente feitos em papel no modelo DHN-5934, para oferecer maior confiabilidade e agilidade ao recebimento e importação dos dados no BNDO, contribuindo de modo efetivo para a segurança da navegação.



Sistema Ship Synop Web

A DGN e a DCTIM também aprovaram a conformidade do sistema HIDROS que permite maior agilidade e confiabilidade nas atividades de cadastro, análise e processamento de dados maregráficos e fluviométricos, geração das tábuas de maré e a disponibilização de tais informações no BNDO.



Sistema HIDROS

Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO)

O BNDO, estabelecido pelo Decreto de 05 de janeiro de 1994, constitui o repositório oficial de dados oceanográficos do Brasil. Sua gestão foi delegada à DHN que, por sua vez, incumbiu o CHM das atividades operacionais.

O BNDO atua como um Centro Nacional de Dados Oceanográficos (NODC) e Centro Depositário da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), sendo responsável por cadastrar, verificar, analisar e disseminar uma vasta gama de dados oceanográficos, cartográficos, hidrográficos, meteorológicos, geológicos, maregráficos e geofísicos. Esses dados são coletados por meio de viagens realizadas por navios da MB, pela comunidade científica nacional, por navios estrangeiros em águas sob jurisdição brasileira e pelo LEPLAC.

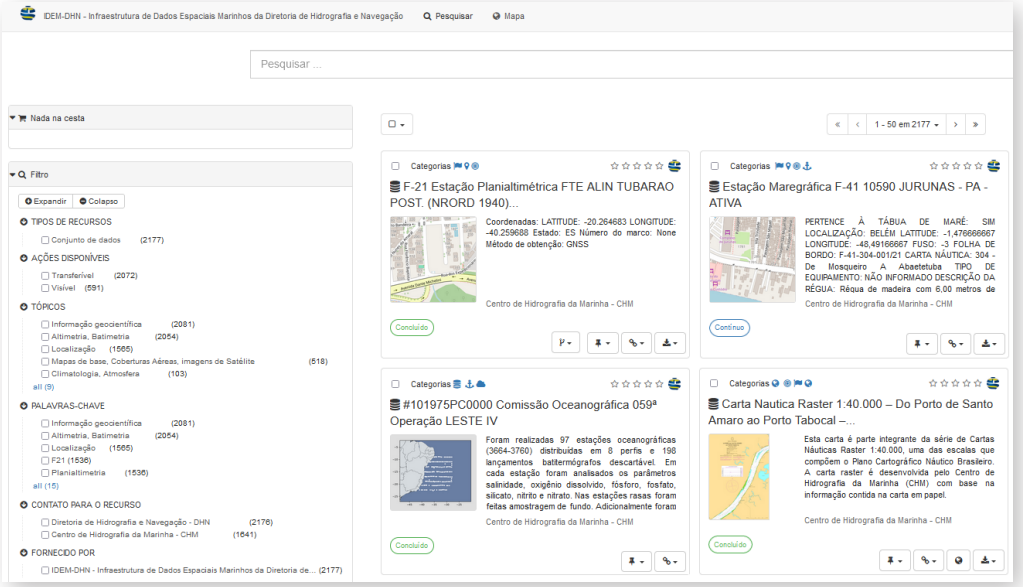
O acesso aos dados pode ser feito diretamente via *download* no site do CHM, por meio da Infraestrutura de Dados Espaciais Marinhos da DHN (IDEM-DHN), ou mediante solicitação por e-mail para chm.bndo@marinha.mil.br.

Infraestrutura de Dados Espaciais Marinhos da DHN (IDEM-DHN)

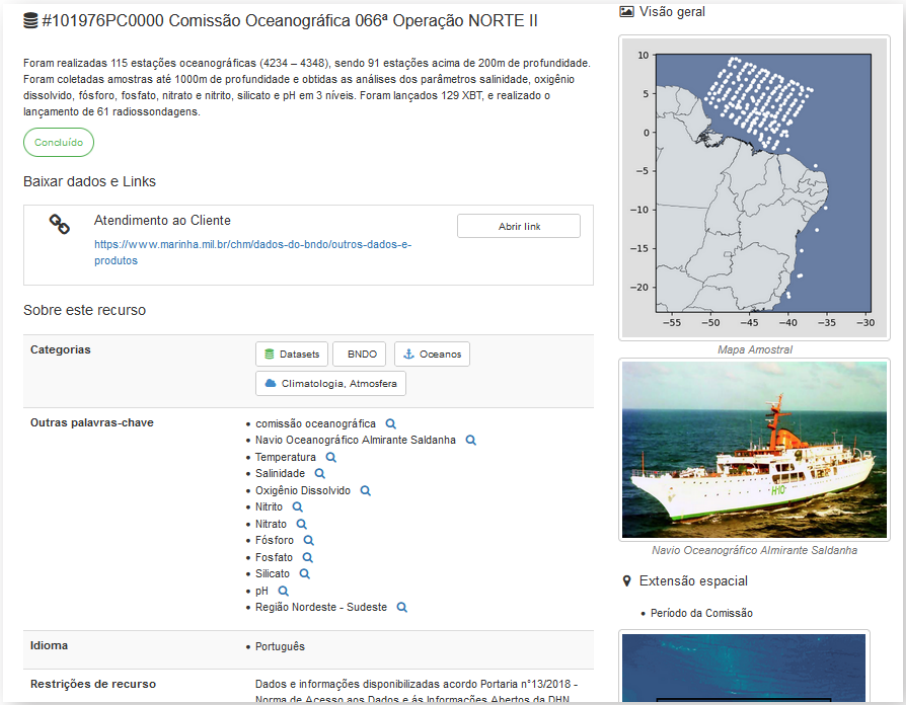
A IDEM-DHN foi concebida com o propósito de catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais abertos produzidos ou mantidos pela DHN, tornando-os facilmente localizáveis e acessíveis para diversos fins via internet. Atuando como uma interface estratégica, a IDEM-DHN não substitui o BNDO mas o complementa ao aplicar padrões e boas práticas de governança para aumentar a acessibilidade, interoperabilidade e explorabilidade dos seus dados.

Dentre os objetivos da IDEM-DHN, destacam-se o cumprimento de compromissos nacionais e internacionais de intercâmbio de dados ambientais marinhos, como os do Plano de Ação para Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), o Planejamento Espacial Marinho (PEM) da Amazônia Azul, e os requisitos do Programa Internacional de Intercâmbio de Dados e Informações Oceanográficas (IODE) da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e da Organização Hidrográfica Internacional (OHI).

A implementação da IDEM-DHN segue em contínuo aprimoramento, buscando maximizar o valor dos dados e serviços hidrográficos.



Novidades na IDEM-DHN: Metadados de Comissões Oceanográficas e Cartas Históricas



Em 2025, a IDEM-DHN passou por importantes atualizações que expandiram significativamente seu catálogo. Houve uma notável incorporação de metadados sobre comissões oceanográficas, bem como estações planialtimétricas e maregráficas. Tal expansão aprimora a visibilidade e acessibilidade aos dados do BNDO, permitindo buscas avançadas por parâmetros, áreas de interesse e períodos, o que otimiza as solicitações de dados e acelera o atendimento.

O processo de integração dessas comissões baseou-se em uma metodologia rigorosa que incluiu a consulta a acervos históricos e a verificação da consistência dos dados, alinhando-se aos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*). Adicionalmente, foi lançado o projeto “Mares e Memórias”, que integra cartas náuticas históricas da DHN na IDEM-DHN. Essas cartas, inicialmente disponíveis apenas para consulta presencial, foram digitalizadas, georreferenciadas e podem ser acessadas visualmente por meio do visualizador da IDEM-DHN. Iniciativas como essas reforçam o compromisso da DHN com a preservação da memória e a inovação tecnológica na disseminação de informações.

Meteorologia e Oceanografia

No ano de 2025, no âmbito do Projeto REMObs, foram realizadas duas campanhas de coleta de dados com veículos autônomos *glider* e *sailbuoy*. A primeira ocorreu na Bacia de Campos e a segunda contemplou as regiões das Bacias de Santos e Campos, além da Margem Equatorial. Ao todo, foram 111 dias de coleta de dados com *sailbuoy* e 39 dias com *glider*. As informações obtidas contribuíram para o aprimoramento das previsões do Serviço Meteorológico Marinho (SMM) e para o apoio às operações *offshore* da PETROBRAS.

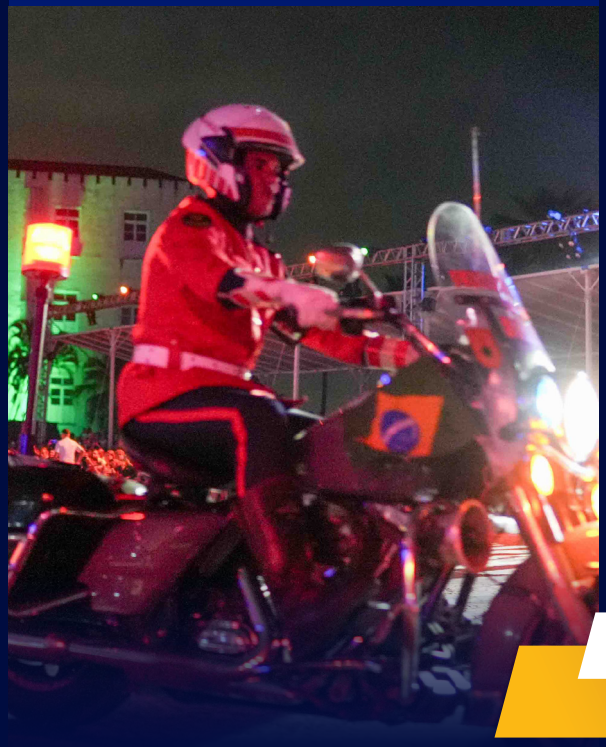
Ainda no contexto do REMObs, foram fundeadas três boias meteoceanográficas na profundidade de 2.000 metros: uma na Bacia de Santos, uma na Bacia de Campos e, de forma inédita, uma boia na Margem Equatorial.

Veículo autônomo *sailbuoy* em operação de coleta de dados

Veículo autônomo *glider*

MARINHA DO BRASIL

APOIO AOS VETERANOS E LICENCIADOS DA MARINHA



Reposicionamento profissional

Preparação para a Reserva e Aposentadoria

As ações realizadas visam contribuir com a o planejamento pessoal e profissional de militares e servidores civis para o momento da reserva/aposentadoria devolvendo para a sociedade profissionais capacitados dentro da demanda social existente.

Palestra no Com6ºDN projeto Preparando para Reserva

No ano de 2025 atingimos os seguintes resultados por meio de palestras com voluntários da MB e civis e parcerias com SENAC e SEBRAE:

Número de Atividades Desenvolvidas	Número de Usuários Atendidos
38	1.253

Projeto Jovens do Futuro

A Diretoria de Assistência Social da Marinha por meio do Serviço de Assistência Social da Marinha, em parceria com a Associação Abrigo do Marinheiro, desenvolve o Projeto Jovens do Futuro que visa contribuir para a reinserção dos jovens recém-transferidos para a reserva não remunerada no mercado de trabalho. A iniciativa busca ampliar oportunidades e reduzir o índice de desemprego dos marinheiros de 2ª classe, soldados e cabos (Fuzileiros Navais) que prestaram relevantes serviços à Nação e foram submetidos ao Licenciamento do Serviço Ativo da Marinha (LSAM).

O projeto teve início em 2023 e atua por meio de parcerias institucionais, oferecendo suporte, qualificação e orientação profissional, com vistas ao fortalecimento da trajetória profissional desses jovens no período pós-carreira militar.

Projeto Jovens do Futuro

Projeto Jovens do Futuro
Curso de higiene bocal na Odontoclinica central da Marinha

Em 2025, o projeto atendeu a 226 militares, no Rio de Janeiro, por meio da oferta dos seguintes cursos:

Cursos oferecidos	Número de Usuários Atendidos
Curso de Atendente de Farmácia	98
Cursos de Servente de Obras	3
Curso de Eletricista de Manutenção Industrial	45
Curso de Hidráulica Industrial	
Curso de Soldagem com Eletrodo Revestido	
Curso de Modelagem para Impressão em 3D	
Curso de Tubulação Industrial	
Curso de Mecânica Básica de Refrigeração	
Curso de Corretor de Imóveis	74
Curso de Auxiliar em Saúde Bucal	6

Para 2026, a expectativa é ampliar as ações do projeto por meio do estabelecimento de novas parcerias institucionais, como com a Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar.

Programa “ADSUMUS Sempre”

O que é o Programa “ADSUMUS Sempre”?

O programa denominado “ADSUMUS Sempre” destina-se àqueles que vivenciaram algum tempo no Corpo de Fuzileiros Navais, comprometidos com seus ideais, defendendo coletivamente seus valores inegociáveis (Honra, Competência, Determinação e Profissionalismo) e compartilhando o sentimento de pertencimento com todos aqueles que usam nosso uniforme.

Qual o propósito do Programa “ADSUMUS Sempre”?

O Programa “ADSUMUS Sempre” possui cinco pilares:

- Manutenção do vínculo com o CFN;
- Recolocação Profissional;
- Atividades Esportivas e Recreativas;
- Acesso a Serviços de Empresas parceiras; e
- Participação em Ações Sociais.

O Programa ADSUMUS Sempre é destinado aos Cabos e Soldados Fuzileiros Navais após o seu honroso tempo no serviço ativo da Marinha do Brasil. Por meio de seus cinco pilares fundamentais, ajudará o militar da reserva na recolocação profissional na área civil, manterá o ex-militar atualizado das atividades do CFN, facilitará o seu acesso a serviços de empresas parceiras, permitirá a prática de atividades esportivas e recreativas e viabilizará a sua participação em ações sociais.

Destacam-se as seguintes ações realizadas:

a) Identificação e Cadastro de Veteranos em Cargos Públicos – levantados até 31DEZ2025:

Situação	Quantidade
Veteranos em Cargos de Segurança Pública Estadual (Polícia Militar, Civil, Penal e Corpo de Bombeiros).	1.386
Veteranos em Cargos no Executivo (INFRAERO, PF, PRF, EB, FAB, MB, RFB, Detran, Correios, Prefeituras e Secretarias Estaduais).	734
Veteranos em Cargos no Judiciário (MPF, MPE, TJ, TCE, TRT, Defensoria Pública e OAB).	68
Veteranos em Cargos no Legislativo (Vereadores, Chefes de Gabinetes, Analistas, Assessores e Assistentes e Técnicos Legislativos).	32
Veteranos na área acadêmica no Setor Público	149
Veteranos na área acadêmica no Setor Privado	573
TOTAL	**2.942**

b) Projeto “De volta às Origens” (Encontro de Veteranos):

Eventos	2025
Cerimônia do 40º Aniversário do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas.	05NOV
Cerimônia do 30º Aniversário das Turmas I e II de 1995 formadas no 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas.	25NOV
Cerimônia do 33º Aniversário das Turmas I e II de 1992 formadas no 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas.	
Cerimônia do 36º Aniversário das Turmas I e II de 1989 formadas no 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas.	
Murph (treino desafiador do Crossfit)TONELERO realizado no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais.	29NOV
Encontro dos Comandos Anfíbios no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais.	05DEZ

A vertente relacionada ao pilar Recolocação Profissional é executada pelo Programa de Recolocação Profissional do Corpo de Fuzileiros Navais (PReP-CFN).

Aplicativo ADSUMUS SEMPRE

O aplicativo ADSUMUS SEMPRE O aplicativo ADSUMUS SEMPRE foi desenvolvido para proporcionar um acesso simplificado a diversas funcionalidades essenciais para os Fuzileiros Navais da Ativa, para os Veteranos e para os Licenciados do Serviço Ativo da Marinha (LSAM), com programas de recolocação profissional e encontros de veteranos, facilitando a vida dos militares em todos os estágios de suas carreiras.

A vertente relacionada ao pilar Recolocação Profissional é executada pelo Programa de Recolocação Profissional do Corpo de Fuzileiros Navais (PReP-CFN).

QRCode do Aplicativo ADSUMUS SEMPRE

Programa de Recolocação Profissional do Corpo de Fuzileiros Navais (PReP-CFN)

Formalização e definição do PReP-CFN

O PReP-CFN foi formalizado por meio da publicação da Portaria CGCFN/MB n° 27, de 30 de março de 2022, que aprovou esta inovação na Gestão de Pessoal do Corpo de Fuzileiros Navais.

O PReP-CFN é uma iniciativa voltada à empregabilidade, cujo propósito é facilitar a inserção dos Fuzileiros Navais LSAM no mercado de trabalho, disponibilizando os militares cadastrados para a iniciativa privada ou órgãos públicos.

Público-alvo do PReP-CFN

Os Cabos e Soldados do Corpo de Fuzileiros Navais em processo de LSAM constituem o público-alvo desta iniciativa. A inscrição desses militares interessados neste Programa ocorre por meio do preenchimento de formulário disponibilizado no sítio eletrônico www.marinha.mil.br/cpesfn/prep.

Instituições com as quais foram assinados Protocolos de Intenções no decorrer do ano de 2025:

a) com a empresa Porto Seguro do Brasil, atuante na área de logística, localizada na Baía de Sepetiba, Itaguaí, RJ;

b) com a Empresa Assis International, sediada na Cidade e Estado de São Paulo, que tem por objetivoprincipal prover organização de segurança corporativa, por meio da capacitação na área da vigilância patrimonial;

c) com o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística do Rio de Janeiro (SINDICARGA). Protocolo de Intenções assinado no dia 24 de julho de 2025 com vistas a participar de processo seletivo a postos de trabalho disponibilizados pelo SINDICARGA;

d) com o Instituto Mar e Portos (IMAPOR). Protocolo de Intenções assinado no dia 14 de agosto de 2025, visando à capacitação e a empregabilidade para atuar no setor marítimo; e

e) com o Instituto Paulo Apóstolo (IPA). Protocolo de Intenções assinado no dia 1º de outubro de 2025, com vistas à capacitação e qualificação profissional como, por exemplo, Técnico em Segurança do Trabalho, Edificações, Transações Imobiliárias, dentre outros e inserção no mercado de trabalho de militares do Corpo de Fuzileiros Navais – cabos e soldados – em processo de transição para a vida civil, podendo estender-se às demais graduações e postos, bem como militares da reserva, em proveito do Programa de Recolocação Profissional do Corpo de Fuzileiros Navais (PReP-CFN).

Capacitação em números

Capacitação - Síntese

PReP-CFN - Capacitação - Síntese - 2025	
PERÍODO	**Quantidade de militares capacitados**
1° Trimestre de 2025	182
2° Trimestre de 2025	188
3° Trimestre de 2025	54
4° Trimestre de 2025	233
TOTAL	**657**

Curso de Eletricista de Alta Tensão

Curso de *Offshore*

Capacitação - Detalhamento - 2025

O Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN), OM diretamente subordinada ao CGCFN, concentrou as informações pertinentes aos militares que iniciaram e concluíram a capacitação conforme descrito nos quadros a seguir:

PReP-CFN – Mensuração – 4º Trimestre de 2025	
Capacitação	**Quantidade de militares que iniciaram a Capacitação**
oportunidades de capacitação nos cursos de: Tecnólogo em Refrigeração/Climatização, Tecnólogo em Energias Renováveis, Proteção e Defesa Civil, Formação de Vigilantes, Offshore, Bombeiro CivileInstalação de Sistema Fotovoltaico.	165

PReP-CFN – Mensuração – 4º Trimestre de 2025	
Capacitação	**Quantidade de militares capacitados**
17 capacitações concluídas pertinentes a: Guardião de piscina, Qualificação para Tripulante de Embarcações, Elétrica Residencial de Baixa Tensão, Brigadista, Auxiliar Administrativo, Mecânico de Motocicleta, Mecânico de Manutenção em Motores Ciclos OTTO, Vigilante Patrimonial, Refrigeração Residencial, Eletricista Veicular, Atendente de Farmácia, Motorista Profissional CNH "D", Operador de Costura Industrial, Auxiliar de Saúde Bucal, Mecânico de Auto, Padeiro e Soldador Mecânico.	182 (1° Trimestre)
15 capacitações concluídas pertinentes a: Vigilante Patrimonial, Fibra Ótica, Eletricista Veicular, Instalação de Sistema Fotovoltaica, Guardião de Piscina, Preenchimento de Currículo, Qualificação para Tripulante de Embarcações, Curso de Pizzaiolo, Refrigeração e Climatização, Eletricista de Obras, Brigadista/Piscineiro, Corretor Imobiliário, Carteira Nacional de Habilitação CAT 'D, Qualificação para Tripulante de Embarcações, e Programador Full Stack.(aplicado a desenvolvimento de software).	188 (2° Trimestre)
8 capacitações concluídas pertinentes a: Ciência da Computação (Manaus-AM), Operador de Sonda – Petróleo e Gás, Mecânica de Motocicletas (Manaus-AM), Segurança patrimonial (Belém-PA), Mecânica de Refrigeração e Climatização Residencial (Manaus-AM), Barbeiro (Natal – RN), Padeiro/Confeiteiro (Natal – RN) e Operador de Sistemas Computacionais em Rede.	54 (3° Trimestre)
9 capacitações concluídas pertinentes a: Técnico de Segurança do Trabalho, Eletricista de Alta Tensão, Soldador Mecânico, Aplicador de Revestimento Cerâmico, Operador de Sonda – Petróleo e Gás, Mecânico de Refrigeração, Formação de Vigilantes, Offshore eBombeiro Civil.	233 (4° Trimestre)

Militares empregados/recolocados - PReP-CFN

Síntese pertinente aos Militares empregados/recolocados - PReP-CFN

Militares empregados/recolocados - PReP-CFN		
SITUAÇÃO	**PERÍODO**	**QUANTIDADE**
Relacionados à Capacitação	1° Trimestre de 2025	11
Diferentes Situações	1° Trimestre de 2025	29
Relacionados à Capacitação	2° Trimestre de 2025	18
Diferentes Situações	2° Trimestre de 2025	35
Relacionados à Capacitação	3° Trimestre de 2025	46
Diferentes Situações	3° Trimestre de 2025	68
Relacionados à Capacitação	4° Trimestre de 2025	10
Diferentes Situações	4° Trimestre de 2025	291
TOTAL		**657**

Quadros Detalhados pertinentes aos Militares empregados/recolocados - PReP-CFN

Estão detalhadas a seguir as quantidades de militares empregados utilizando a capacitação recebida e militares empregados/recolocados em atividades diferentes das capacitações recebidas:

1º Trimestre de 2025		2º Trimestre de 2025	
Capacitação – Cidade - Estado	**Quantidade**	**Capacitação – Cidade - Estado**	**Quantidade**
Vigilante - São Paulo -SP	3	Vigilante - Rio de Janeiro - RJ	1
Atendente Brasília - DF	1	Eletricista - Manaus - AM	1
Controlador de Acesso – Rio Grande – RS e Rio de Janeiro - RJ	2	Mecânico de Manutenção em Motocicleta - Belém - PA	1
Auxiliar de Produção - São Gonçalo - RJ	1	Vigia - Vitória - ES	1
Técnico em Eletroeletrônica – Rio de Janeiro - RJ	1	Eletricista de Automóvel - Rio de Janeiro / Belford Roxo / Duque de Caxias / Petrópolis - RJ	4
Operador de Monitoramento – Niterói - RJ	1	Manutenção de Refrigeradores Residenciais Manaus - AM	1

Porteiro - Rio de Janeiro - RJ	1	Porteiro - Rio de Janeiro - RJ	1
Técnico de Refrigeração - São Gonçalo - RJ	1	Tecnólogo em Refrigeração/Climatização Abreu e Lima - PE	1
-	-	Eletricista Predial São Gonçalo / Maricá / Araruama - RJ	3
-	-	Barbeiro - Natal - RN	1
-	-	Mecânico de Motores Marítimos Castanhal / Icoaraci - PA	2
-	-	Mecânico de Manutenção em Motores Ciclo Otto Ananindeua - PA	1
SUBTOTAL Nº 1	**11**	**SUBTOTAL Nº 2**	**18**

SUBTOTAL do 1º e 2º Trimestres de 2025 (capacitação recebida e militares empregados) = **29**

1º Trimestre de 2025		2º Trimestre de 2025	
Capacitação – Cidade - Estado	**Quantidade**	**Capacitação – Cidade - Estado**	**Quantidade**
Vigilante Ferroviário - Rio de Janeiro - RJ	2	Vigilante - Rio de Janeiro - RJ	5
Mecânico de Motores a Diesel com Elétrica – Rio de Janeiro - RJ	1	Controlador de acesso- Rio de Janeiro - RJ	1
Mecânico de Manutenção em Motocicleta – Rio de Janeiro - RJ	2	Escolta Armada - Rio de Janeiro - RJ	1
Eletricista Predial - Rio de Janeiro - RJ	16	Eletricista (ENEL) - Rio de Janeiro - RJ	1
Eletricista de Automóvel - Rio de Janeiro - RJ	8	Porteiro - Rio de Janeiro - RJ	2
Mecânico de Manutenção e Instalação de Aparelhos de Climatização e Refrigeração - Rio de Janeiro - RJ	11	-	-
Padeiro - Rio de Janeiro - RJ	6	-	-
SUBTOTAL Nº 3	**46**	**SUBTOTAL Nº 4**	**10**

SUBTOTAL do 3ºe 4º Trimestres de 2025 (capacitação recebida e militares empregados) =**56**

TOTAL do 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 2025 (capacitação recebida e militares empregados) =**85**

1º Trimestre de 2025		2º Trimestre de 2025	
Diferentes Situações	**Quantidade**	**Diferentes Situações**	**Quantidade**
Concurso Público	27	Concurso Público	20
Micro Empreendedores Individuais (MEI) não especificados. – Rio de Janeiro – RJ	1	Micro Empreendedores Individuais (MEI) (Manutenção de Aparelhos Eletrônicos e Vendas de Acessórios) - Nova Iguaçu - RJ	1
Motorista – UBER - SP	1	Área de Serviços no: Rio de Janeiro (01) / Belford Roxo (01) / São Gonçalo (01) / Nova Iguaçu (01) – RJ e Vitória (02) - ES	6
-	-	Área de Segurança no: Rio de Janeiro (02) / Duque de Caxias (01) – RJ e em Recife (01) – PE.	4
-	-	Área de Indústria no: Rio de Janeiro (01) e São Gonçalo (01) - RJ	2
-	-	Área de Comércio no Rio de Janeiro (01) / São Gonçalo (01) – RJ.	2
SUBTOTAL N° 1	**29**	**SUBTOTAL N° 2**	**35**

SUBTOTAL do 1° e 2° Trimestres de 2025 (Diferentes Situações e militares recolocados) = **64**

3º Trimestre de 2025		4º Trimestre de 2025	
Diferentes Situações	**Quantidade**	**Diferentes Situações**	**Quantidade**
Concurso Público	28	Concurso Público	35
Micro Empreendedores Individuais (MEI) (Entregador no Ifood, Pintor, Porteiro, Motoristas (empresa de transportes e UBER) e Auxiliar em Clínica de Fonoaudiologia) – Rio de Janeiro – RJ.	6	Micro Empreendedores Individuais (MEI) (Entregador no Mercado Livre (02)e de entregas rápidas (01), Vendas (01), Segurança Particular (01), Obras e Instalações (01) - Rio de Janeiro – RJ / Vendas (Nova Iguaçu – RJ (01) e Belém – PA (01)) / Transportes e Auxiliar de Escritório (Ananindeua – PA (02)) / Comércio (Marituba – PA (01) / Entregador da "99" (Manaus – AM (01) / Agente Imobiliário (Duque de Caxias – RJ (01) / Barbeiro (Maricá – RJ (01)).	14
Área de Serviços: Rio de Janeiro (06) / Duque de Caxias (02) / Macaé (01) / Araruama (01) – RJ e Manaus – AM (04).	14	Área de Serviços: Rio de Janeiro (42) / Duque de Caxias (03) / Nova Iguaçu (03) / Niterói (05) / São Gonçalo (03) / Nilópolis (03) / Belford Roxo (02) / Mesquita (02) / Magé (01) / Paty de Alferes (01) / Casimiro de Abreu (01) / Queimados (01) / Paracambi (01) – RJ; Manaus – AM (06); Belém (03) e Ananindeua – PA (01); São Paulo e Sorocaba – SP (03)	81

Área de Segurança: Rio de Janeiro (10) – RJ e Porto Velho – RO (01).	11	Área de Segurança: Rio de Janeiro (25) /Araruama (01) /Belford Roxo (02) / Casimiro de Abreu (01) / Duque de Caxias (02) / Magé (02) /Nilópolis (01) / Nova Iguaçu (03) /Rio das Ostras (01) / Saquarema (01) /São Gonçalo (04) /Três Rios (01) - RJ;Manaus (05) - AM;Salvador-BA (01) / Cametá (01) -PA;Trancunhaém (01) -PE;São Bernardo do Campo (01) / Sorocaba (01) – SP São Luís – MA (01); eRio Grande-RS (01).	56
Área de Transporte: Rio de Janeiro (04) / Nova Iguaçu (01) – RJ e Manaus – AM (01).	6	Área de Transporte: Rio de Janeiro (29) / São Gonçalo (01) / São João de Meriti (02) /Niterói (01) / Araruama (RJ) (03) /Duque de Caxias (04) / Nova Iguaçu (05) /Itaboraí (02) /São Pedro da Aldeia (01) / Cabo Frio (01) /Nilópolis (02) / Magé (02) / Maricá (01) /Rio das Ostras (01) /Teresópolis (01) / Belford Roxo (02) /Queimados (01) (RJ);Manaus (AM) (03); Goiânia (GO) (01);Corumbá e Ladário-MS (02);Ananindeua-PA (01);Natal-RN (01); Guarulhos e Iperó-SP (02);e Recife-PE (01).	70
Área de Comércio: Rio de Janeiro (02) – RJ e Manaus – AM (01).	3	Área de Comércio: Rio de Janeiro (07) / Mangaratiba (01) / Valença (01) / Niterói (01) / Maricá (01) /Cabo Frio (01) - RJ; Natal-RN (01) / Pacajá e Marituba-PA (02) / Manaus-AM (01); eSalvador-BA (01).	17
-	-	Área de Indústria no: Rio de Janeiro (04) / Mesquita (01) / Duque de Caxias (01) – RJ.	6
-	-	Área de Logística: Rio de Janeiro (04) / Mendes (01) / Nova Iguaçu (01) - RJ e São Paulo - SP (01).	7
-	-	Área de Saúde: Rio de Janeiro (02) / Mendes (01) / Japeri (01) - RJ; e Santos-SP(01).	5
SUBTOTAL Nº 3	**68**	**SUBTOTAL Nº 4**	**291**

SUBTOTAL do 3º e 4º Trimestres de 2025 (Diferentes Situações e militares recolocados) = **359**

TOTAL do1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 2025 (Diferentes Situações e militares recolocados) =**423**

MARINHA DO BRASIL

PRESERVANDO NOSSA HISTÓRIA E FOMENTANDO A MENTALIDADE MARÍTIMA

Visando contribuir para a formação de uma mentalidade marítima que desperte na sociedade a compreensão sobre a importância do mar para nosso país e da necessidade de sua defesa e preservação, a Marinha destina parte de seus recursos para manutenção de museus, bibliotecas e apresentações culturais em alinhamento ao Objetivo Naval 4 – Cooperar com o Desenvolvimento Nacional. São os principais:

MUSEU NAVAL

Localizado em um prédio centenário e tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC) no centro da cidade do Rio de Janeiro, o Museu Naval possui, em seu acervo, modelos navais, obras de arte, canhões resgatados de navios naufragados, figuras de proa, medalhas e documentos históricos. A exposição de longa duração "O Poder Naval na Formação do Brasil" ocupa sete salas do pavimento térreo do museu e destaca a importância do poder naval na história do país. O Museu possui, ainda, duas salas para exposições temporárias, além de um espaço de arte-educação, para as atividades de educação museal.

A plataforma digital do "Projeto Escola", disponível no site: https://oprojetoescola.com.br/ permite, por meio de visita em 360º a possibilidade de desfrutar, mesmo à distância, do Museu Naval e dos demais equipamentos culturais museológicos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), como o Espaço Cultural da Marinha que apresenta entre outros, o Navio-Museu Bauru, que participou da Segunda Guerra Mundial, o Submarino-Museu Riachuelo e o Caça AF-1 Skyhawk, que atuou na Guerra do Golfo, bem como as exposições da Ilha Fiscal.

Em 2025, no Museu Naval, foram apresentadas as seguintes exposições temporárias "Belov: Uma Vida Inteira de Amor ao Mar", "A Segunda Guerra Mundial pelo Arquivo da Marinha: Memórias em Documentos Arquivísticos" e "Restos, recortes e retalhos: a arte revisitada de Marcos Lanzieiro", tendo recebido um total de 18.665 visitantes presenciais.

Foram também realizados diversos eventos relacionados às atividades do Museu Naval, como: "Todo dia é dia do Autista"; Dia Internacional de Museus – Museus espaços de Aprendizado"; Seminário comemorativo ao Dia da Cultura da Marinha "O Futuro dos Museus – Gestão, Públicos, Acessibilidade e Sustentabilidade"; em comemoração ao dia do museólogo, o seminário "Profissão Museólogo – experiências entre a teoria e a prática" e Oficina de Sinais de Cumprimentos em LIBRAS.

Além disso, por meio da Divisão de Educação em Museus, foram realizadas oficinas de teatro voltadas para crianças de 7 a 11 anos. As atividades, realizadas às sextas-feiras, foram estruturadas em jogos teatrais, criação de histórias inspiradas nas exposições do Museu Naval e apresentações cênicas das histórias desenvolvidas pelos próprios participantes.

Destaca-se também a celebração de um acordo de cooperação com a Secretaria de Energia e Economia do Mar (SEENEMAR), onde nos equipamentos culturais museológicos da DPHDM são realizadas atividades educativas e de interação, além de duas aulas na Ilha Fiscal, com alunos do curso de Arquitetura da UERJ e entrevista no Programa Vox Populi sobre o roteiro cultural da Marinha.

Rebocador "Laurindo Pitta"

Construído na Inglaterra, em 1910, por encomenda do Governo do Brasil, o "Laurindo Pitta" é o único navio brasileiro remanescente da Primeira Guerra Mundial. Com o apoio da Liga dos Amigos do Museu Naval, foi restaurado a partir de 1998, recebendo assentos para 90 passageiros. Foi integrado ao Serviço de Documentação da Marinha, atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), em outubro de 1999. Convertido em um tipo de navio-museu, um de seus compartimentos foi adaptado para receber a exposição permanente "A participação da Marinha na Primeira Guerra Mundial". Desde então, vem sendo empregado na realização dos Passeios Marítimos pela Baía de Guanabara.

Nos Passeios Marítimos, o "Laurindo Pitta" passa ao largo das Ilhas das Cobras, Fiscal e das Enxadas. O visitante tem a oportunidade de conhecer a história de cada ilha e suas utilizações pela Marinha. Outros pontos turísticos como os morros do Pão de Açúcar e da Urca, além do Museu de Arte Contemporânea (MAC), na cidade de Niterói, também podem ser avistados durante o trajeto.

Destaca-se no ano de 2025, após quase 8 anos sem fazer uma grande manutenção, a realização de uma docagem de oportunidade no Dique Almirante Régis do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), ocasião em que o Rebocador "Laurindo Pitta" realizou diversos reparos necessários à sua segurança, conforto e navegabilidade, estando pronto para realizar os famosos Passeios Marítimos na Baía de Guanabara que em muito encantam a todos que visitam o Navio.

BIBLIOTECA DA MARINHA

A Biblioteca da Marinha teve origem no Depósito de Escritos da Real Academia dos Guardas-Marinha de Portugal, em 1802, o qual foi transferido para o Brasil com a Academia, em 1808. Em 17 de outubro de 1846, passou a chamar-se Biblioteca da Marinha, pelo Decreto nº 479/1846. Com um acervo de aproximadamente 110 mil exemplares, entre livros, folhetos, periódicos e mapas, a Biblioteca da Marinha é especializada nas áreas de História Geral, História do Brasil, História Naval, História Militar e Cartografia.

A Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM), composta por 45 bibliotecas, é gerenciada pela Biblioteca da Marinha por meio do software Pergamum. Seu principal objetivo é integrar e trocar informações entre os acervos das bibliotecas no âmbito da Marinha, reunindo tudo em uma única base de dados. Além disso, a Biblioteca da Marinha é a gestora do Repositório Institucional da Produção Científica da MB (RI-MB), desenvolvido com uso do software DSpace que engloba toda produção científica na MB, promovendo o acesso aberto, facilitando a disseminação de pesquisas entre diferentes áreas do conhecimento e interoperando com bases de dados nacionais e internacionais. A biblioteca também coordena o Portal de Periódicos da MB (PP-MB), desenvolvido com uso do software OJS - *Open Journal Systems* que abriga 55 revistas, garantido suporte, visibilidade, acessibilidade, gestão e preservação dos periódicos científicos, culturais e de divulgação institucionalmente ligados à Marinha do Brasil.

No ano de 2025, a Biblioteca da Marinha contou com 3.012.749 visitas presenciais e virtuais.

DESTAQUES 2025

DPHDM celebra assinatura de convênio com a Finep

A DPHDM foi contemplada com R$ 1,9 milhão na Chamada Pública "Identidade Brasil – Recuperação e Preservação de Acervos 2024", lançada em conjunto entre a Finep e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sendo aprovada com o projeto "Por uma mentalidade marítima: conservação, guarda e divulgação de acervo".

Os recursos serão destinados à preservação e difusão, por meio digital, da coleção de obras raras da Biblioteca da Real Academia

de Guardas-Marinhas, composta por 314 títulos e 623 exemplares, entre livros, atlas, cartas náuticas e mapas dos séculos XVI ao XIX. Os objetos digitais estarão disponíveis em plataformas de pesquisa de alcance nacional e internacional, ajudando a minimizar a distância entre o material e o pesquisador.

Biblioteca da Marinha recebe alunos universitários para oficina de confecção de acondicionamento de obras raras

Entre os dias 07 de outubro e 18 de novembro, a Biblioteca da Marinha recebeu sete alunos de graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), para a capacitação na técnica de confecção de caixas em cruz para o acondicionamento de obras raras por meio do Projeto “Aprender, Criar e Conservar”.

O projeto foi estruturado para promover a qualificação dos voluntários para as atividades práticas por meio da participação na elaboração de acondicionamento para a conservação do acervo da Biblioteca da Marinha. Ao longo das aulas, sob supervisão dos profissionais, os alunos confeccionaram 84 caixas em cruz para proteger o acervo.

Parceria cultural: Fundação Biblioteca Nacional doa livros para a Rede BIM

No dia 19 de setembro de 2025, a Biblioteca da Marinha recebeu, na sede da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Centro do Rio de Janeiro, a doação de exemplares publicados pela FBN destinados a compor o acervo das bibliotecas integrantes da Rede BIM.

A iniciativa faz parte de um intercâmbio de publicações entre as instituições e reforça o compromisso comum de incentivo à leitura e à difusão cultural, especialmente no contexto do programa Rio Capital do Livro. A escolha dos títulos ficou a cargo da Biblioteca da Marinha, a partir de uma lista previamente disponibilizada pela FBN, com o objetivo de enriquecer e diversificar o acervo disponível aos leitores da Rede BIM.

A parceria contribui para ampliar o acesso da comunidade naval e do público às obras de relevância literária e histórica, fortalecendo a missão da MB de preservar e promover a cultura marítima em sintonia com demais instituições congêneres de referência.

Biblioteca da Marinha recebe visita da Biblioteca Nacional da França e especialistas da área de cartografia

No dia 4 de novembro, a DPHDM, por intermédio da Divisão de Materiais Especiais da Biblioteca da Marinha (BM), abriu suas portas para um intercâmbio científico com renomadas pesquisadoras da Biblioteca Nacional da França (BNF) e de outras instituições acadêmicas.

As atividades incluíram a exposição de documentos raros e cartográficos, encerrando um ciclo iniciado em 29 de outubro, no qual pesquisadores e curadores de diferentes países se reuniram para compartilhar suas experiências em torno dos acervos históricos.

CAPÍTULO 2

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Operação Aspirantex 2025 - Grumec realizando *fast rope*

2.1 GESTÃO DE RISCOS NA MB

A Gestão de Riscos, no âmbito da Marinha do Brasil, representa pilar estruturante do sistema de governança, integridade e controles internos, alinhando-se às boas práticas preconizadas pelos órgãos de controle e pelas normas vigentes da Administração Pública. Seu emprego sistemático promove maior previsibilidade, transparência e confiabilidade nos processos organizacionais.

Assim, diante de um ambiente operacional e administrativo cada vez mais complexo e sujeito a incertezas, a Marinha do Brasil tem na Gestão de Riscos uma ferramenta fundamental para assegurar a prontidão, a continuidade das operações e o uso responsável dos recursos públicos. A adoção sistemática dessa prática contribui para a antecipação de ameaças, a mitigação de vulnerabilidades e o apoio à tomada de decisão em todos os níveis de comando.

Destarte, a Marinha do Brasil procedeu à atualização de sua Política de Gestão de Riscos, em consonância com o cenário atual e com as crescentes demandas por transparência, eficiência e boa governança. A revisão do documento reflete a necessidade de permanente adaptação às mudanças do ambiente interno e externo, fortalecendo os mecanismos de prevenção, mitigação e monitoramento de riscos, de modo a assegurar o cumprimento da missão institucional com efetividade e responsabilidade.

Não se pode perder de vista que toda instituição está sujeita a riscos e oportunidades que impactam seus objetivos estratégicos e que devem ser gerenciados. É importante destacar que esses riscos, quando não tratados adequadamente, podem prejudicar o atingimento dos objetivos, o cumprimento dos prazos e o controle dos custos e da qualidade de um programa, projeto ou entrega de serviços. O estabelecimento de uma Gestão de Riscos em nível institucional amplia a capacidade da organização de lidar com incertezas, assim como promove a transparência na MB e contribui para o uso eficiente, eficaz e efetivo dos recursos, reforçando a credibilidade da instituição.

Na MB, a gestão de riscos tem por propósito identificar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos que possam interferir, positivamente ou negativamente, na execução dos objetivos, a fim de garantir o cumprimento eficaz e eficiente de sua missão constitucional.

Neste contexto, o desenvolvimento de planos estratégicos claros e viáveis pode ajudar a prever e preparar-se para possíveis mudanças no ambiente da organização. Considerando que uma referência importante é o Plano de Gerenciamento de Riscos Estratégicos, a MB está promovendo a atualização de seu Plano visando ao alinhamento às boas práticas de governança e às diretrizes vigentes.

O gerenciamento de riscos está consolidado em todos os níveis, como por exemplo, aplicado nos Planos de Segurança Orgânica e nos Planos de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, dentre outros, No contexto institucional, a Política de Gestão de Riscos da Marinha, tem como propósito orientar a gestão dos riscos na Marinha do Brasil (MB) e atender a necessidade fundamental de estabelecer orientações, por meio do estabelecimento de critérios claros e padronizados, que permitam realizar a análise dos riscos que possam afetar os objetivos constantes nos documentos estratégicos de mais alto nível da MB.

Na MB, os riscos são classificados quanto:

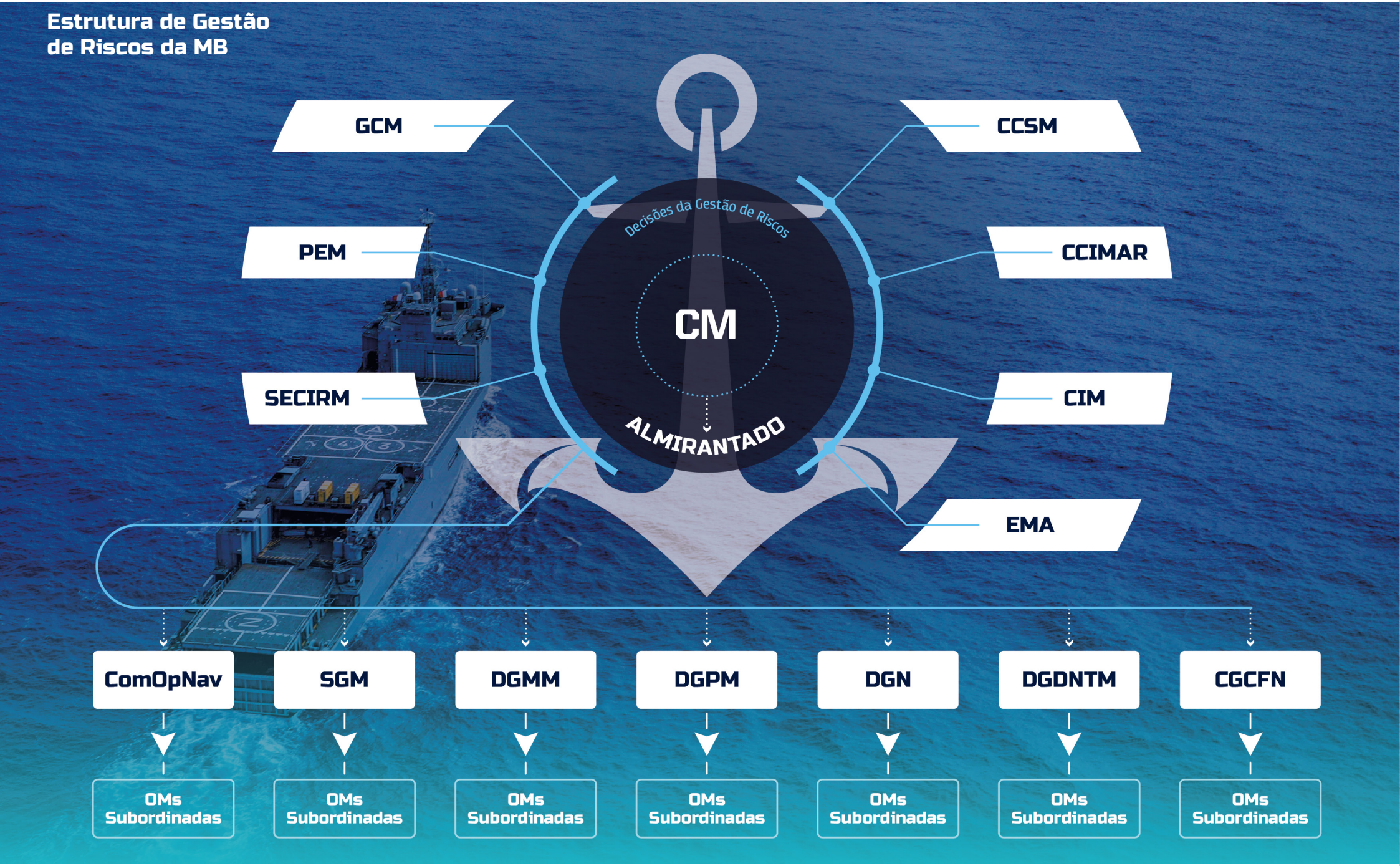
a. À ORIGEM (Externos ou Internos);
b. AO TIPO (Legais, Financeiros/Orçamentários, Reputacionais, de Pessoal, dos Processos, Tecnológicos, à Integridade); ou
c. AO NÍVEL DE ANÁLISE (Estratégicos, Setoriais ou Organizacionais).

Neste relatório, serão abordados os Riscos de Nível Estratégicos, uma vez que os objetivos estratégicos da MB estão descritos no Plano Estratégico da Marinha, o PEM 2040, materializados por meio dos Objetivos Navais (OBNAV) e Ações Estratégicas Navais (AENAV) que tem por finalidade garantir o cumprimento eficaz e eficiente da Gestão Estratégica. Cabe frisar que os critérios definirão como devem ser mensuradas as probabilidades, os impactos dos eventos de risco e as naturezas de suas causas e consequências.

Tendo em vista a complexidade do tema e o impacto no Comando da Marinha, as decisões referentes ao gerenciamento dos riscos são de competência do Comandante da Marinha, sob o planejamento, coordenação, fiscalização e controle do EMA. Os Riscos Estratégicos são submetidos ao Almirantado para o assessoramento do Comandante da Marinha.

O processo de Gestão de Riscos na MB está estruturado em sete fases: Estabelecimento do Contexto e Critérios, Identificação de Riscos, Análise e Avaliação de Riscos, Tratamento de Riscos, Monitoramento e Análise Crítica de Riscos, Comunicação e Consulta com Partes Interessadas e Registro de Melhorias, que estão detalhados na atual Política de Gestão de Riscos da MB.

Estrutura de Gestão de Riscos da MB



Classificação dos Riscos na MB

QUANTO À ORIGEM DOS EVENTOS

INTERNOS	EXTERNOS

QUANTO AO NÍVEL DE TRATAMENTO

RISCOS ESTRATÉGICOS:
IMPACTAM DIRETAMENTE OS OBNAV

RISCOS SETORIAIS:
IMPACTAM NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL

RISCOS ORGANIZACIONAIS:
IMPACTAM OS OBJETIVOS CONTIDOS NOS PEO DAS OMs

Diagrama de *bow tie*

Relevante destacar a fase de tratamento de riscos, cujo propósito é selecionar e implementar as opções para abordar o risco. Inclui a formulação das respostas aos riscos, de forma a aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças. As ações tomadas pela MB para tratar os riscos são denominadas Ações de Controle. O tratamento ao risco não se destina apenas aos riscos negativos (ameaças), mas também aos riscos positivos (oportunidades). Nestes casos, de maneira similar às ameaças, as opções de tratamento de riscos não são, necessariamente, mutuamente exclusivas ou apropriadas em todas as circunstâncias, podendo envolver uma ou mais ações.

Nesse contexto, foram identificadas as seguintes oportunidades e perspectivas:

- Atração de investimentos privados;
- Parcerias estratégicas com Academias e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT);
- Fomento da Indústria Nacional;
- Retomada da Construção Naval;
- Desenvolvimento da Indústria Nuclear Nacional;
- Domínio da tecnologia de gestão e fiscalização de construção de submarinos;
- Maior capacidade industrial para construção e manutenção de submarinos;
- Maior nível técnico operacional do sistema de defesa;
- Construção de Produtos Especiais de Defesa com propriedade intelectual da Marinha;

- Aplicação de novas Tecnologias relacionadas aos Auxílios à Navegação; e
- Desenvolvimento da mentalidade marítima como impulsionador do progresso da Economia Azul sustentável.

Cada vez mais a MB tem buscado uma melhor capacidade adaptativa na promoção de políticas que possam preparar o setor para esse novo cenário, possibilitando a continuidade dos programas e projetos estratégicos e o suporte necessário às ações de modernização e manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, além do incremento da capacitação de recursos humanos necessários à condução desses programas, projetos e ações prioritárias.

Em um mundo onde há incertezas surgindo a cada instante, saber como tratá-las é uma competência essencial para as Organizações e não somente para uma área especializada. A MB tem buscado a excelência no processo como um todo e não apenas na área de Gestão de Riscos, pois os riscos sempre estarão inseridos nos processos decisórios, no desenvolvimento de produtos, sistemas e processos da cadeia de valor e nas iniciativas de mudança.

2.2 PRINCIPAIS RISCOS ESTRATÉGICOS

Ao apresentar os riscos estratégicos aos quais a MB está exposta, a instituição buscou estabelecer aqueles de níveis mais altos. Assim, os principais riscos estão relacionados à insuficiência ou contingenciamento de recursos, a defasagem tecnológica e de sistemas e a redução da eficiência de sua força de trabalho, bem como a perda de prioridade dos programas estratégicos.

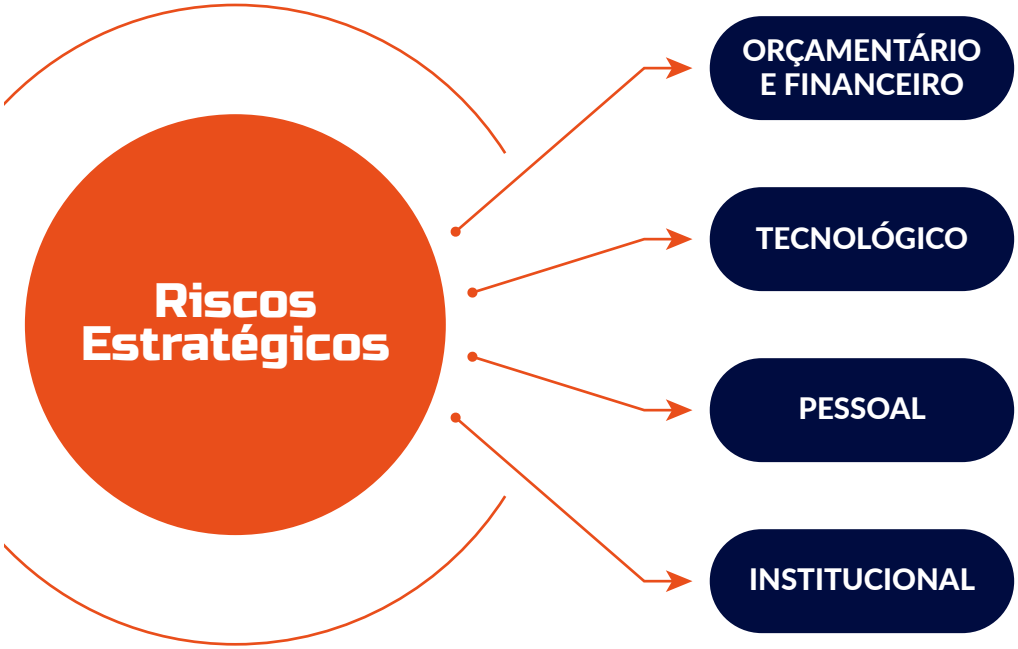
FONTE DO RISCO	RISCO	RESPOSTA AO RISCO
ORÇAMENTÁRIO/ FINANCEIRO	Ocorrências de eventos que afetem a economia nacional ou internacional que causem impactos orçamentários e financeiros na Administração Pública, tais como, no cenário internacional que afete a variação cambial e no âmbito nacional, eventuais contingenciamentos ou cortes de recursos orçamentários*, oriundos do não cumprimento das metas de arrecadação pelo Governo, que podem acarretar atrasos nos retornos esperados, bem como necessidades de ajustes nos programas estratégicos.	Manter o acompanhamento do cenário macroeconômico nacional e internacional, bem como potenciais implicações nos limites orçamentários e financeiros da MB. - Prospectar fontes de financiamento alternativas para os projetos e atividades da MB, com soluções previstas na legislação aplicável; - Apresentar ao Governo Federal uma pauta econômica de forma a priorizar os investimentos em Defesa; - Reavaliar os estudos de viabilidade econômica; - Adequar os escopos e/ou cronogramas dos programas; e - Renegociar contratos com a Base Industrial de Defesa e/ou empresas internacionais.
	O contingenciamento de recursos orçamentários poderá prejudicar a operacionalidade da Força e também como o apoio para a execução de projetos de assistência às populações em risco social.	
	O contingenciamento de recursos orçamentários implica prejuízos à operacionalidade da Força e ao apoio para a execução de projetos de assistência às populações em risco social.	Manter o acompanhamento e análise dos ambientes externo e interno, bem como demonstrar ao Governo Federal a importância da priorização de recursos orçamentários destinados aos investimentos em Defesa, cuja falta possa comprometer a prontidão da Força Naval.
TECNOLÓGICO	Surgimento de novos materiais de defesa que causem obsolescência tecnológica antecipada de materiais de defesa em produção ou em desenvolvimento, o que poderá levar a falta de continuidade da viabilidade técnica dos processos de aquisição ou de desenvolvimento para entregas de projetos de defesa específicos.	Buscar articulação nas esferas dos Poderes Constitucionais para a implementação de incentivos de ordem fiscal à industrial nacional para as atividades de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego em defesa; Alcançar parceria com países fornecedores e investimento no desenvolvimento interno para garantir o acesso contínuo a materiais de defesa avançados, que atendam às necessidades de transformação da indústria de defesa nacional; Efetuar gestões com universidades e centros de pesquisa do País para o desenvolvimento de materiais de aplicação em defesa; e Buscar soluções internacionais, com vistas a pactuar com países fornecedores para internalização de tecnologias disponíveis.
	As capacidades operativas conquistadas pela Força Naval não satisfazem às capacidades militares de defesa pretendidas pelo MD.	Buscar soluções internacionais, com vistas a pactuar com países fornecedores para internalização de tecnologias disponíveis. Buscar o equilíbrio entre o cumprimento das missões de Defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas em termos de missões subsidiárias, priorizando a manutenção e desenvolvimento das capacidades diretamente relacionadas à Defesa.
PESSOAL	Perda de conhecimento e capacidades em função da rotatividade de pessoal, civil e militar, seja em face de aposentadoria/reserva e término do tempo de serviço de militares temporários.	dimensionamento da Força de Trabalho e da Gestão do Conhecimento.

INSTITUCIONAL	Perda de prioridade, no âmbito do Governo Federal, dos programas estratégicos da Força consignados no Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa.	Efetuar gestões junto ao Governo Federal e à sociedade, reforçando a importância e divulgando as entregas dos programas estratégicos, envidando esforços para transmitir sua importância, evidenciando as potenciais consequências em não resguardar os interesses nacionais.

Nota:

* As ações tomadas pela Marinha do Brasil para tratar os riscos são denominadas "ações de controle". As respostas planejadas devem ser adequadas à relevância do risco, levando em consideração seus custos e benefícios. As respostas aos riscos podem envolver uma ou mais das seguintes ações: mitigar, transferir, eliminar e aceitar. Quando os riscos se materializam produzem consequências que afetam os objetivos estratégicos e dessa forma planos contingentes entram em ação, tais como os recolhimentos de créditos dos diversos Setores da Marinha para cumprir as metas de contingenciamentos e cortes orçamentários.

A figura a seguir ilustra a relação entre as principais fontes de riscos, os riscos estratégicos decorrentes, sua magnitude e os OBNAV impactados, demostrando como estes riscos afetam a capacidade da instituição de gerar valor para as partes interessadas.



RISCO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Contingenciamento, Restrição Orçamentária ou Variação Cambial
Magnitude: Alto
OBNAVS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12

- Atrasos na Obtenção de benefícios dos Programas Estratégicos da MB;
- Limitação à Obtenção da Capacidade Operacional Plena;
- Dificuldade na coordenação dos recursos e ações de Guerra Cibernética;
- Restrições para Manutenção dos Auxílios à Navegação; e
- Dificuldade para representação junto aos órgãos e instituições internacionais.

RISCO TECNOLÓGICO

Hiato Tecnológico - falta de Acesso às Tecnologias de Defesa
Magnitude: Alto
OBNAVS: 1, 6, 7, 8, 9, 10 e 12

- Indisponibilidade de Materiais de Defesa dotados de tecnologias compatíveis com as necessidades;
- Inviabilidade técnica nos processos de aquisição ou desenvolvimentos de produtos de defesa; e
- Limitação da capacidade de interceptação de comunicações por satélite.

RISCO DE PESSOAL

Redução de Pessoal - Perda de pessoal qualificado
Magnitude: Alto
OBNAVS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12

- Prejuízo à Operacionalidade da Força nas suas diversas vertentes.

RISCO DE INSTITUCIONAL

Perda de Prioridade dos Projetos Estratégicos de Defesa
Magnitude: Alto
OBNAVS: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11 e 12

- Impacto nos interesses nacionais de Defesa.

Panorama Orçamentário do ano de 2025

O exercício financeiro de 2025 foi marcado por desafios decorrentes da conjuntura econômica, exigindo da Administração Naval a adoção de medidas de gestão voltadas ao alinhamento do planejamento às disponibilidades de crédito, visando ao cumprimento de sua missão constitucional e atribuições subsidiárias. A sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA-2025 – Lei nº 15.121/2025), ocorrida em 10 de abril, impôs, até a publicação do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), a condução das atividades sob o regime de duodécimos, conforme preconizado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2025 – Lei nº 15.080/2024).

As divulgações bimestrais dos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) e, subsequentemente, dos respectivos DPOF — em virtude do não cumprimento da meta de resultado primário prevista na LDO — limitaram os fluxos de desembolsos a 1/18 da dotação, com a integralização do Limite de Movimentação e Empenho (LME) ocorrendo apenas em dezembro. Esse escalonamento prolongado do LME impactou severamente o ritmo da execução das despesas discricionárias, resultando na necessidade de inscrição em Restos a Pagar de 50% da dotação final (considerando RP 2 e 3).

Nesse contexto, ainda que a dotação de 2025 tenha sido superior à de 2024, a Força, devido a sucessivas restrições fiscais, operou com uma programação orçamentária aquém de suas necessidades, o que ampliou o passivo da Marinha do Brasil (MB).

No que tange às Despesas Discricionárias (RP 2), a dotação prevista no PLOA foi de R$ 1,578 bilhão, sendo aprovada na LOA a quantia de R$ 1,549 bilhão. Tal montante já não contemplava o atendimento mínimo das necessidades de recursos para combustível, preparo e emprego da Força, despesas de funcionamento, manutenção e reparo de meios operativos e manutenção do poder de combate. Ademais, um corte subsequente de R$ 150 milhões reduziu a dotação final para R$ 1,399 bilhão. Esse cenário impactou as despesas de funcionamento das Organizações Militares, o Programa Geral de Manutenção de Meios (PROGEM) e a preservação de níveis adequados de combustíveis essenciais ao cumprimento das missões de vigilância das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Foram afetadas, sobretudo, a proteção das fronteiras marítimas, o combate a atividades ilícitas (pesca ilegal, contrabando e tráfico de drogas), as operações de busca e salvamento, a resposta a ameaças, bem como a proteção da infraestrutura crítica do país (plataformas de petróleo e gás) e das linhas de comunicações marítimas.

No tocante às despesas discricionárias do Novo PAC (RP 3), a despeito de não ter havido redução entre o PLOA e a LOA, a dotação inicial de R$ 2,260 bilhões destinada ao Programa de Obtenção de Navios-Patrulha (PRONAPA), ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e ao Programa Nuclear da Marinha (PNM) permaneceu aquém das necessidades desses programas estratégicos, vitais para a defesa da soberania nacional. A insuficiência de recursos, somada ao corte de R$ 91 milhões, resultou em uma dotação final de R$ 2,169 bilhões. Ressalte-se, ainda, o recebimento de R$ 1 bilhão a título de adiantamento do exercício de 2026, conforme a Lei Complementar nº 221/2025. Todavia, diante do cenário de restrições, novas renegociações contratuais foram necessárias, gerando custos adicionais e atrasos na entrega de meios destinados a substituir aqueles com vida útil estendida e em vias de baixa.

Não obstante o aporte de R$ 1 bilhão, a título de adiantamento, ocorrido no final do exercício por força da Lei Complementar nº 221/2025, a demanda por recursos permanece superior à

disponibilidade. A manutenção do fluxo financeiro é imperativa para evitar a desmobilização de força de trabalho altamente especializada, a perda de conhecimento adquirido por transferência de tecnologia (PROSUB/PNM) e o comprometimento da credibilidade junto à base industrial de defesa.

Quanto às Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo (OCF), observou-se uma evolução orçamentária decorrente de sucessivas suplementações que totalizaram R$ 121 milhões ao longo do exercício. Tais recursos — provenientes de instrumentos como a Portaria GM/MPO nº 148/2025 e ajustes posteriores ao DPOF de novembro — foram destinados precipuamente ao reforço das dotações de Saúde e Benefícios (incluindo Auxílio-Transporte, Assistência Pré-Escolar e indenizações no exterior), abrangendo tanto o Comando da Marinha quanto a AMAZUL. Após as suplementações citadas, as despesas OCF encerraram o exercício no montante de R$ 3,222 bilhões.

Dessa forma, o exercício de 2025 caracterizou-se, em sua maior parte, por desembolsos inferiores ao duodécimo. Soma-se a isso a redução do LME em dezembro, conforme a Portaria GM/MPO nº 554, de 26 de dezembro, o que configurou um cenário onde a MB detinha dotação orçamentária, porém sem lastro de LME para a execução financeira. O LME das Despesas Discricionárias e das Discricionárias do Novo PAC encerrou o exercício em R$ 1,367 bilhão e R$ 3,112 bilhões, respectivamente.

Apesar do cenário adverso, a MB empreendeu esforços de readequação e priorização interna, visando preservar a capacidade operativa e a honra dos compromissos contratuais, pautando-se sempre pela busca da eficiência no emprego dos recursos públicos.

Operação Antártica – Navio de Apoio
Oceanográfioc Ary Rongel – H-44

CAPÍTULO 3

Governança, Estratégia e Desempenho

Operação Aspirantex - 2025

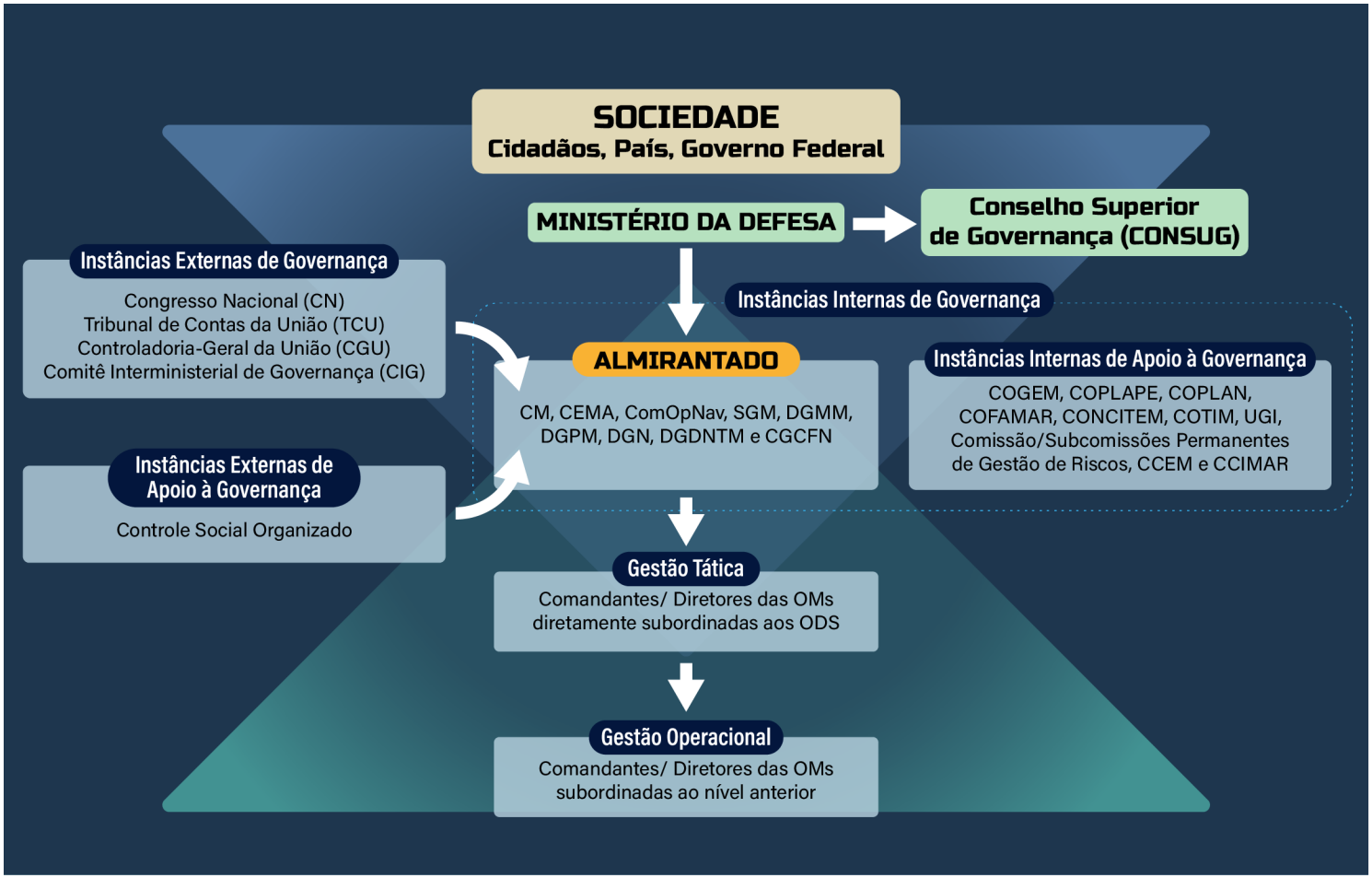
3.1 GOVERNANÇA NA MARINHA DO BRASIL

A estrutura de governança é fundamental na condução da política e dos objetivos, e busca o constante aprimoramento institucional e o fortalecimento da confiança da sociedade. No Brasil, a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional encontra-se disciplinada no Decreto nº 9.203/2017.

Na MB, a governança é direcionada pelo Comandante da Marinha (CM) com o assessoramento superior do Almirantado, que acompanha os resultados de sua política, busca soluções para a melhoria de desempenho e embasa o processo decisório em evidências. A governança na Marinha do Brasil é subsidiada e apoiada por Conselhos, Comitês e por Organizações Militares com tarefas específicas de apoio às atividades de governança.

Convém registrar que a MB fortalece a governança por meio de mecanismos e práticas em todas as áreas institucionais, com base em um sistema de governança estabelecido por meio das Normas e da elaboração de documentos norteadores da estratégia da Força, como a Estratégia de Defesa Marítima (EDM), o Plano de Configuração de Força (PCF) e o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040). Adicionalmente, há a atuação da liderança na promoção da integridade, por meio de um Plano de Integridade e de um Código de Ética Militar e o contínuo reforço do controle interno, com incremento da transparência, prestação de contas institucional e auditorias internas.

A seguir apresentamos a estrutura de governança na MB.



Serão apresentados abaixo, o propósito dos Conselhos/Comitês/Comissões/Unidade que figuram como instâncias internas de apoio à Governança da MB e assessoram o Comandante da Marinha e o Almirantado em todos os processos de tomada de decisão, cada um na sua área de conhecimento e atuação:

Conselho do Plano Diretor (COPLAN)	Assessorar o CM no trato dos assuntos relacionados à gestão orçamentária e com o Ciclo de Planejamento do Sistema do Plano Diretor (SPD).
Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha (COFAMAR)	Assessorar o CM nos assuntos administrativo-financeiros, exercendo o mais elevado nível de controle do Plano de Ação (PA), estando presente no mais alto nível de controle interno da Administração Naval.
Conselho do Planejamento de Pessoal (COPLAPE)	Assessorar o CM nos assuntos relacionados como Planejamento de Pessoal da Marinha.
Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha (CONCITEM)	Assessorar o CM no trato dos assuntos de alto nível relacionados à CT&I no âmbito da estrutura de CT&I da MB.
Conselho de Tecnologia da Informação da Marinha (COTIM)	Assessorar o Comandante da Marinha no trato dos assuntos relacionados à Governança da Tecnologia da Informação (TI) na MB.
Unidade Setorial da Integridade (USI)	Coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da MB.
CCEM	Órgão diretamente subordinado ao CM, sendo a Unidade de Monitoramento e Gestão (UMG) do Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Marinha do Brasil (SIC-MB) e o responsável pela gestão do processo de comunicação de riscos.
CCIMAR	Órgão de assistência direta e imediata do CM, com competência para executar as atividades de Auditoria Interna Governamental, a fim de aprimorar o controle interno, preservar e agregar valor à gestão da Marinha do Brasil.

Em complemento, é importante destacar a atuação da Assessoria de Governança da MB (AGMB), como elemento voltado para o aprimoramento das atividades de governança da instituição, inserida na estrutura do Estado-Maior da Armada, com o propósito de cumprir os requisitos normativos do Governo Federal e contribuir para otimizar o processo decisório da Força.

3.2 TRANSPARÊNCIA E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas de ofício pelos órgãos públicos, espontânea e proativamente, independentemente de solicitações – a chamada Transparência Ativa. A LAI prevê, ainda, em seu art. 8º, um rol mínimo de dados que os órgãos e entidades devem, obrigatoriamente, divulgar nas suas páginas oficiais na internet, no menu "Acesso à Informação". Nesse sentido, as orientações da Controladoria-Geral da União (CGU) acerca da Transparência Ativa são atendidas e constam no sítio oficial da MB por meio do link www.marinha.mil.br.

A informação também pode ser buscada pelo próprio cidadão/usuário – por meio da chamada Transparência Passiva, por intermédio do sítio institucional da MB, na aba "Acesso à Informação" > "Serviço de Informação ao Cidadão". O ícone disponível na página direciona o cidadão para o sistema de Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação "Fala.BR" onde é possível realizar sua manifestação. O sistema é administrado e supervisionado pela CGU, sendo sua operacionalização, no âmbito da MB, de responsabilidade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-MB). Uma vez recebido o pedido, o SIC-MB tem a função de promover junto à(s) OM responsável(eis) pelo dado solicitado o atendimento às demandas dos usuários.

https://www.marinha.mil.br/

Captura de tela do sítio oficial da MB feita em 09MAR2026

Além dos canais de comunicação direta com o cidadão, a MB produz e divulga conteúdos em veículos de comunicação próprios visando aproximar a Instituição da sociedade. Nesse contexto, o sítio da Força na Internet (www.marinha.mil.br) permite o acesso a vários produtos de comunicação social, como a Rádio Marinha, Mídias Sociais, a revista Nomar, vídeos, publicações em versão digital e hotsites temáticos.

O Portal da Marinha na internet registrou, em 2025, cerca de 47 milhões de visualizações, reafirmando seu papel como ferramenta essencial para a divulgação de informações institucionais e dos serviços prestados pela Marinha.

Em 2025, a Agência Marinha de Notícias publicou 544 matérias, mantendo a média de 45 por mês. O volume de acessos dobrou em comparação com o ano anterior, superando 3 milhões. Entre os conteúdos mais procurados, destacaram-se as notícias sobre divulgação de editais e abertura de inscrições para processos seletivos e concursos públicos, que somaram mais de 1,2 milhão de acessos.

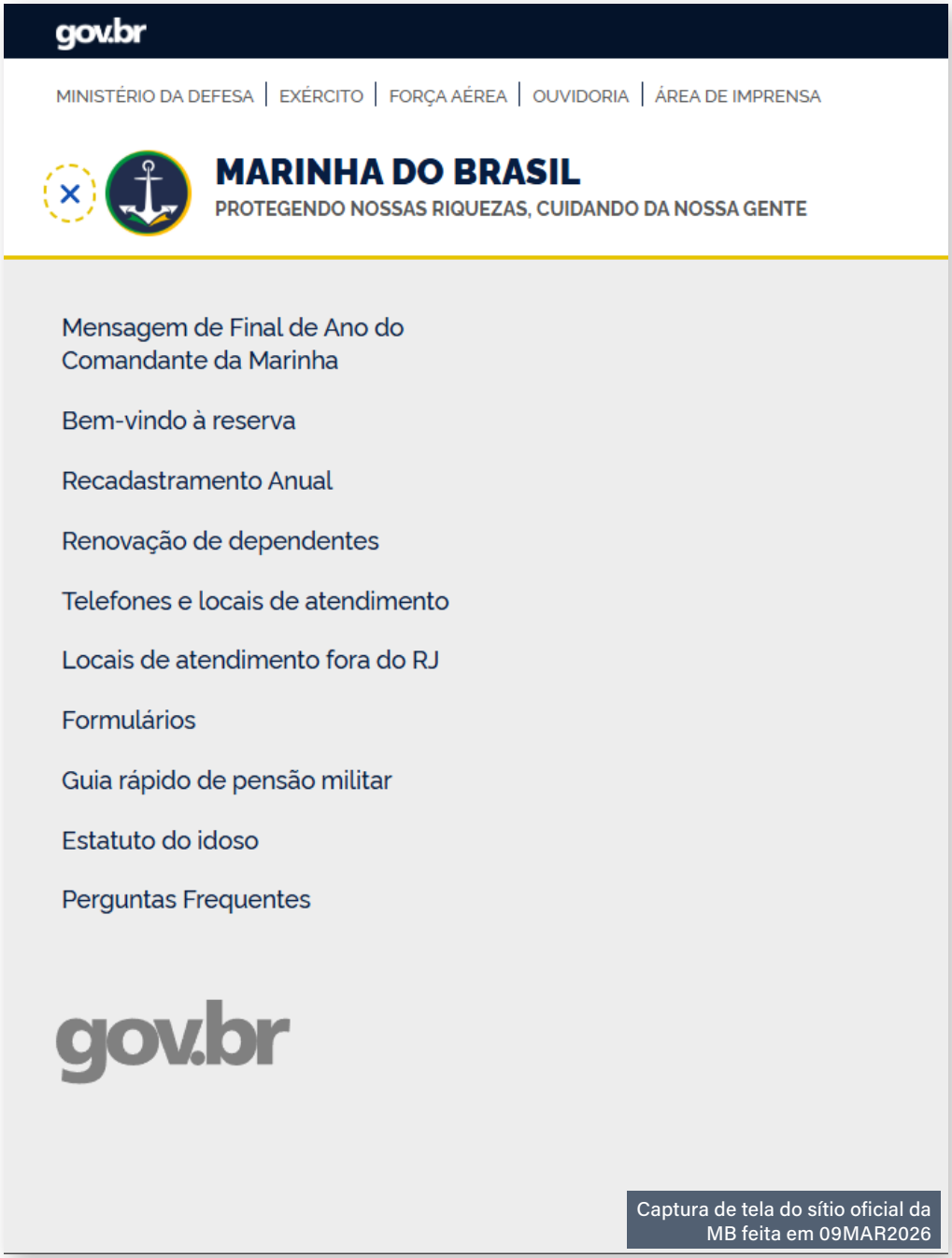
Nas Mídias Sociais, a Força Naval mantém presença constante com publicações diárias. Para isso, faz uso de seus perfis no “Facebook”, “Instagram”, “X”, “YouTube” e “TikTok”.

A Rádio Marinha está presente na faixa de FM em sete cidades, em todas as regiões do País, com alcance sobre uma população estimada em 7.000.000 habitantes. A programação da Rádio também é transmitida via internet, tendo registrado, em 2025, mais de 3.000.000 acessos.

Relacionamento com o público interno e externo

O público interno, que inclui militares da ativa, servidores civis, veteranos e seus familiares, dependentes e pensionistas, tem acesso a diversos canais de comunicação com a MB:

- **Nomar Online:** é um veículo de comunicação institucional, para o público interno, cujo objetivo é divulgar notícias diárias sobre atividades desenvolvidas pela Força;
- **Portal da Marinha na Intranet:** visa dirimir dúvidas e contribuir com informações de interesse, assim como divulgar vídeos e matérias do Nomar, podendo ser acessado a partir de qualquer estação de trabalho conectada à Rede de Comunicações Integradas da Marinha;
- **Canal do WhatsApp:** tem o objetivo de manter os públicos interno e externo atualizados com as últimas notícias da Força e informações em tempo real das ações da Marinha. O canal possui mais de 220.000 seguidores (https://whatsapp.com/channel/0029VaGEJnOFcow91ZhNMs3V);
- **Grupos de WhatsApp:** têm como finalidade promover maior interação com o público interno, fornecer notícias e esclarecimentos em primeira mão, bem como, informações de cunho estratégico, operativo e social relacionados à Instituição;
- **Canal Telegram:** meio de comunicação no qual os públicos interno e externo podem tomar conhecimento das principais notícias e periódicos da MB, usufruindo em tempo real das informações relativas à Força, contando com cerca de 2.019 inscritos (https://t.me/nossobarconossaalma);
- **Mailing:** comunicação compartimentada via e-mail para grupos de distribuição, com assuntos relevantes e de grande noticiabilidade, como comunicados oficiais, ações sociais de grande vulto, entre outros; e
- **Navega Reserva:** criado com o objetivo de aproximar e fortalecer a comunicação com os veteranos da Marinha, é um canal de interação e relacionamento eficaz, no qual são disponibilizadas informações e publicações de interesse (https://www.marinha.mil.br/navega-reserva).



Captura de tela do sítio oficial da MB feita em 09MAR2026

Serviço de Informações ao Cidadão

O SIC-MB é responsável pelo atendimento e monitoramento, no âmbito da MB, do cumprimento da legislação vigente sobre acesso à informação. O serviço monitora a divulgação de informações da Força efetuadas por meio do sítio oficial na internet, bem como é responsável pelo processamento dos Pedidos de Acesso à Informação que, por sua vez, são realizados por meio do “Fala.BR”.

No ano de 2025, foram recebidos 923 Pedidos de Acesso à Informação, volume aproximadamente 58,4% superior ao registrado em 2024. Entre os temas mais demandados destacaram-se: Documentos Desclassificados, Gestão de Pessoal e Documentos Pessoais.

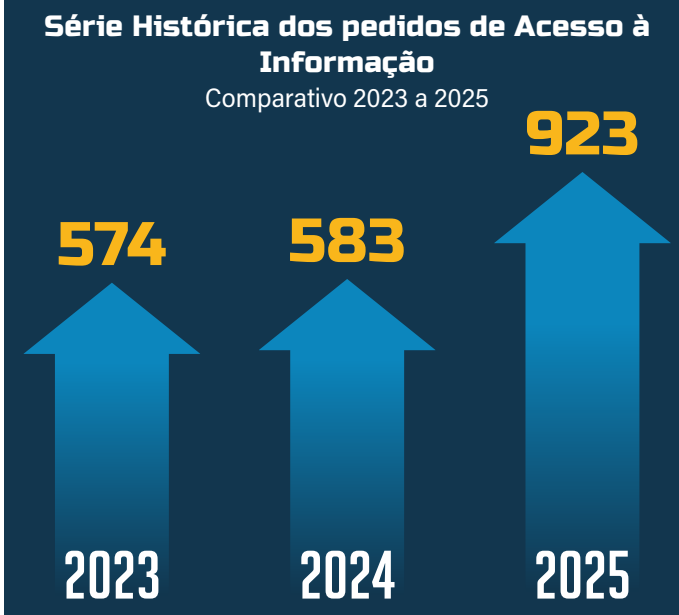
Serviço de Ouvidoria

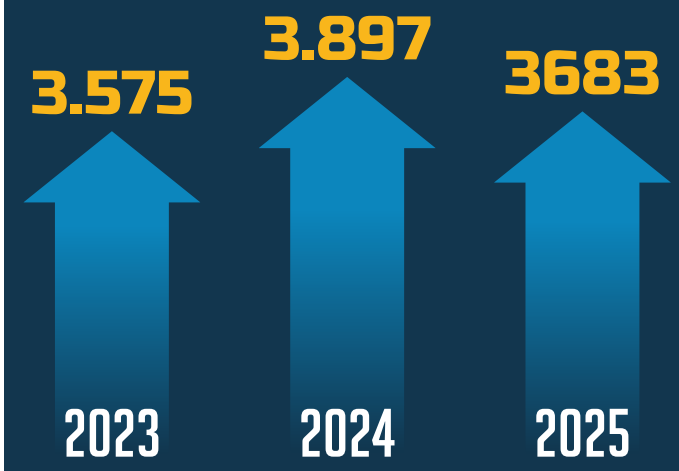
A Ouvidoria da Marinha do Brasil (OUV-MB) articula-se com todas as OM da Força, com a finalidade de atender às demandas dos usuários e fornecer subsídios para o aprimoramento dos serviços prestados e atendimento ao público. Os militares integrantes da OUV-MB capacitam-se constantemente na área por meio de cursos oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, além da participação em workshops e seminários promovidos, principalmente, pela Ouvidoria-Geral da União.

Em 2025, a OUV-MB recebeu 3.683 manifestações, volume cerca de 5,5% inferior ao registrado em 2024, quando foram contabilizadas 3.897. Os assuntos mais demandados foram: serviços em Capitanias, Delegacias e Agências; documentos pessoais; e ingresso na MB.

A Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto nº 9.094, de 2017, constitui prática consolidada em diversas organizações públicas, no Brasil e no exterior, ao reconhecer o cidadão como agente central na avaliação e no aprimoramento dos serviços públicos. Por meio desse instrumento, a MB reafirma seu compromisso com a prestação de atendimento de qualidade e com o fortalecimento de sua relação de transparência e responsabilidade perante a sociedade brasileira.

O conteúdo da carta, em modo interativo, pode ser acessado por meio do endereço: https://www.gov.br/pt-br/orgaos/comando-da-marinha.



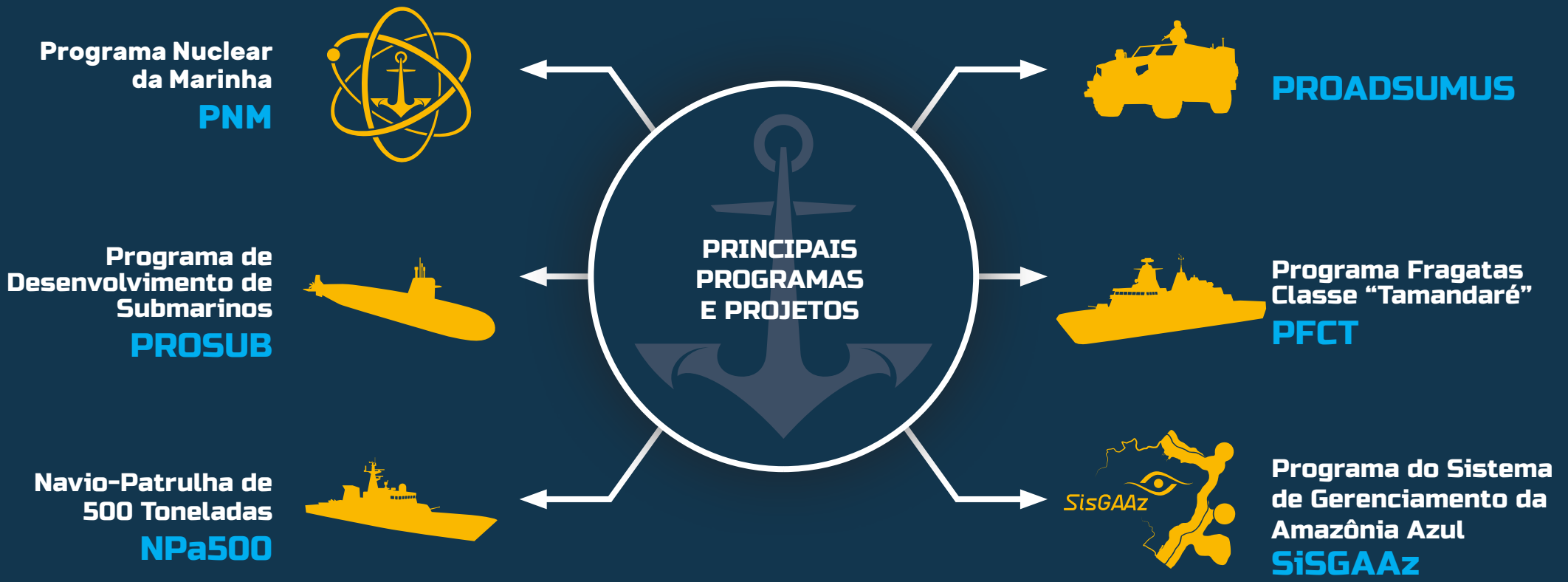


3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS

Serão abordados neste item os programas de maior relevância da Marinha, em razão de suas dimensões estratégicas para a Defesa Nacional e dos valores aportados nos empreendimentos, acompanhados dos respectivos indicadores de suas Ações Estratégicas Navais (AEN), uma vez que tratam de projetos de grande impacto e que contribuem diretamente para o alcance de resultados para a sociedade.

Serão apresentados, após a abordagem dos programas a seguir, aspectos relacionados ao Programa Fragatas Classe "Tamandaré" (PFCT), bem como à obtenção por oportunidade do futuro Navio Doca Multipropósito "Oiapoque".

Cumpre registrar que as informações completas sobre os objetivos, metas, indicadores e resultados estão disponíveis em https://www.marinha.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas.



Programa Nuclear da Marinha

PNM

O prédio do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE)

Visão Geral do Programa

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) é um programa estratégico do MD, desenvolvido pela MB, que está dividido basicamente em dois grandes empreendimentos: o desenvolvimento de tecnologia nuclear na área de reatores e o domínio do Ciclo do Combustível Nuclear. Esses são os pilares para o desenvolvimento, a obtenção e a operação do protótipo em terra de uma Planta Nuclear Embarcada (PNE) — o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) — bem como da própria planta destinada ao Submarino Nuclear Convencionalmente Armado (SNCA).

Na estrutura organizacional do Comando da Marinha, a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) é o Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pela condução do PNM, cabendo ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) coordenar e apoiar o desenvolvimento do programa, bem como as atividades de suas OM subordinadas no que concerne a recursos financeiros, de pessoal, de materiais e de serviços.

Projetos e ações complementares

O LABGENE é parte integrante do PNM, focado em aprimorar tecnologias e sistemas relevantes para o Setor.

Ao final da década de 80, a MB dominou a tecnologia de enriquecimento de urânio em condições laboratoriais, conquista de elevado conteúdo tecnológico e de domínio de poucos países. Ressalta-se que estão em curso ações de melhoria do processo de enriquecimento, de forma a garantir a produção de Elementos Combustíveis (EC) para o LABGENE e para o SNCA.

A evolução do PNM requer, de forma intrínseca, investimentos contínuos em pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias específicas do setor nuclear e de engenharias correlatas, essenciais ao avanço do Programa. Para tanto, faz-se necessária a manutenção de adequada infraestrutura técnica e de apoio, que possibilite às OM envolvidas o pleno cumprimento de suas respectivas missões.

O PNM permitirá que o País detenha elevada competência técnica para o desenvolvimento de reatores do tipo *Pressurized Water Reactor* (PWR) e o domínio de toda a cadeia de produção do combustível nuclear. Essas tecnologias permitirão que outras áreas se beneficiem do conhecimento obtido por meio do PNM, tais como: energia, medicina, agricultura e outras aplicações industriais, trazendo assim substantivo ganho para o Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

Impactos Socioeconômicos

O PNM permite que o Brasil esteja inserido na restrita lista de países que dominam a tecnologia nuclear, atualmente, com o domínio das etapas do ciclo do combustível e, futuramente, com a capacidade de projetar, construir e operar reatores nucleares de potência do tipo PWR. Em complemento ao interesse de Defesa Nacional que trata do desenvolvimento da propulsão naval para o 1º SNCA, convém destacar os benefícios duais para a sociedade, tais como:

fortalecimento da Base Industrial no País por meio da nacionalização de componentes, materiais e equipamentos, formação de profissionais especializados para atuar no setor nuclear, expansão da matriz energética e sua cadeia de suprimentos, aumento da capacidade produtiva de radiofármacos por meio do desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e a viabilização de outros projetos voltados à melhoria da agricultura, segurança hídrica e alimentar inseridos no PNB.

Benefícios para a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira:

a. Criação e ampliação de empresas do setor nuclear para fornecimento de equipamentos e sistemas para atender demandas oriundas do LABGENE, do ciclo do combustível nuclear, CME (Complexo de Manutenção Especializada), PNE, entre outras;
b. Ampliação da expertise na fabricação de reatores nucleares pela indústria nuclear brasileira;
c. Desenvolvimento de tecnologias duais (militar e civil);
d. Poderá ser referência futura para outros projetos de reatores nucleares e do tipo PWR no Brasil; e
e. Arrasto tecnológico e nacionalização de processos e equipamentos.

Informações Orçamentárias

AO: 14T7 acumulado no exercício 2025

Ação	Dotação Final 2025	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Restos a pagar inscritos	Restos a pagar pagos
14T7	R$ 1.442.170.948,00	R$ 1.436.845.172,88	R$ 1.359.149.845,11	R$ 1.353.195.851,67	R$ 18.643.650,21	R$ 9.346.942,84

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) em 31/12/2025.
NOTA: O montante contido na Dotação Final de 2025 foi integralmente empenhado, ainda que figure valor diferente na coluna 'Despesas Empenhadas'. Tal variação decorre da variação cambial, uma vez que parte dos empenhos é realizada em moeda estrangeira.

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO NO ANO*
2008	R$ 111.361.414,79	R$ 111.039.835,48	R$ 111.202.001,11
2009	R$ 181.265.486,23	R$ 142.273.154,66	R$ 139.617.343,94
2010	R$ 118.627.065,40	R$ 89.284.803,80	R$ 84.739.419,61
2011	R$ 188.417.985,73	R$ 238.825.125,44	R$ 226.921.763,14
2012	R$ 299.816.216,61	R$ 237.999.099,34	R$ 249.629.261,45
2013	R$ 371.049.999,00	R$ 308.437.071,13	R$ 233.108.525,06
2014	R$ 347.635.675,71	R$ 256.962.215,85	R$ 309.338.354,18
2015	R$ 254.013.314,06	R$ 239.118.406,80	R$ 209.004.960,93
2016	R$ 160.369.766,16	R$ 328.327.766,25	R$ 353.753.776,93
2017	R$ 388.099.495,72	R$ 279.582.251,39	R$ 306.744.413,15
2018	R$ 304.213.790,68	R$ 226.370.854,00	R$ 233.229.417,03
2019	R$ 251.630.328,82	R$ 262.235.194,93	R$ 261.824.680,22
2020	R$ 134.783.366,74	R$ 78.816.538,90	R$ 242.123.784,80
2021	R$ 214.022.987,82	R$ 122.745.650,84	R$ 197.809.775,03
2022	R$ 371.137.246,29	R$ 266.514.467,19	R$ 374.316.981,68
2023	R$ 221.567.016,28	R$ 202.157.517,38	R$ 307.260.852,81
2024	R$ 280.964.221,74	R$ 273.464.220,00	R$ 298.872.999,70
2025	R$ 1.436.845.172,88	R$ 1.359.149.845,11	R$ 1.362.542.794,51
TOTAL	**R$ 5.635.820.550,66**	**R$ 5.023.304.018,49**	**R$ 5.502.041.105,28**

Fonte: Tesouro Gerencial – Posição de 31DEZ2025.
NOTA: 1. As colunas de despesas empenhadas, despesas liquidadas e pagas apresentam variação cambial, tendo em vista que alguns empenhos são emitidos em moeda estrangeira;
2. * Inclui valores de Restos a Pagar;
3. No período de 2008 a 2012, o PNM foi atendido por outras AO (11TC, 1421 e 2D66); e
4. A atual configuração do PNM vincula-se à AO 14T7, a qual iniciou sua execução orçamentária em 2013.

Indicadores de Desempenho

Ação Estratégica Naval – FORÇA NAVAL - 1		
Indicador de desempenho Avanço Físico do Ciclo do Combustível	**Meta 2025** 1,5%	**Realizado** 0,5%
Objetivo da AEN OBNAV 6 – MODERNIZAR A FORÇA NAVAL	**Desempenho** Regular	**Responsável** DGDNTM
Ação decorrente do indicador Para o ciclo do combustível, pontua-se a complexidade associada à qualificação de fornecedores para a montagem eletromecânica da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) que impactou o avanço planejado, cujo atraso se revelou no não atingimento de metas impactando o desempenho do indicador. Ademais, as atividades das outras instalações do Ciclo mantiveram as suas atividades dentro do previsto para o ano. - Depósito Intermediários de Rejeitos do Ciclo do Combustível (DIRCC): Avanço na elaboração dos capítulos do Relatório Parcial de Análise de Segurança (RPAS).		

Ação Estratégica Naval – FORÇA NAVAL - 1		
Indicador de desempenho Avanço Físico do LABGENE	**Meta 2025** 1,5%	**Realizado** 1,7%
Objetivo da AEN OBNAV 6 – MODERNIZAR A FORÇA NAVAL	**Desempenho** Excelente	**Responsável** DGDNTM
Ação decorrente do indicador - Obras Civis e Infraestrutura: No Prédio Auxiliar Controlado (PAC), houve a continuidade das obras civis de acabamento, culminando na conclusão das obras,incluindo tratamento de concreto, pintura/primer epóxi das paredes e avanço na pintura/primer epóxi dos pisos. No Prédio da Sala de Controle (PANC), registrou-se a evolução da prontificação dos painéis e sistemas associados. - Licenciamento: Foram mantidas tratativas junto à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear relativas à Licença Parcial de Construção 6 (LPC6), atinente à Sala de Controle. Houve a elaboração de nova revisão do Relatório Parcial de Análise de Segurança (RPAS), com previsão de envio no primeiro trimestre de 2026, além de atendimento a algumas exigências junto ao órgão regulador. - Pessoal: registro de avanço proporcionado pela incorporação de militares e pela conclusão do Curso de Treinamento Básico do LABGENE		

Acompanhamento do Projeto

Produto: Instalações Construídas
Meta Física Prevista x Realizada (%)

Meta Física	Até 2022	2023	2024	2025	2026	2027	Pós 2027	Total
Prevista	59,4%	4%	5,5%	1,5%	2,5%	4%	23,1%*	100%
Realizada	59,4%	3,5%	2,8%	1,1%				66,8%

Obs.: Os percentuais de 2025 se referem à média aritmética dos percentuais referentes aos dois indicadores de desempenho (Avanço Físico do Ciclo do Combustível e Avanço Físico do LABGENE).
* Para atingir valor previsto na coluna "pós 2027", a diferença em porcentagem entre o que foi previsto e o efetivamente realizado, até 2025, deverá ser compensado nos anos seguintes.

Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo

Programa de Desenvolvimento de Submarinos

PROSUB

Cerimônia de Lançamento ao Mar do Submarino Alte KARAM (S43) – 26 de novembro de 2025

Visão Geral do Programa

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) insere-se na parceria estratégica estabelecida entre o Brasil e a França, em 2008, quando foram firmados os seguintes acordos de nível Político e Técnico/Comercial:

- Plano de Ação de Alto Nível, a fim de aprofundar a cooperação em diversas áreas, incluindo o Setor de Defesa, firmado pelos respectivos Presidentes da República;
- Acordo na área de submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa;
- Ajuste Técnico relativo à concepção, construção e comissionamento de submarinos, firmado pelo Comandante da MB e pelo Chefe de Estado-Maior da Marinha Nacional Francesa; e
- Contratos comerciais, firmados entre a MB e os parceiros industriais: Consórcio Baía de Sepetiba (CBS), *Naval Group*, Itaguaí Construções Navais (ICN) e Odebrecht Engenharia e Construção (OEC), atinentes à construção de quatro submarinos convencionais diesel-elétricos tipo *Scorpene* (os S-BR na MB denominados submarinos Classe Riachuelo), a obtenção de uma infraestrutura industrial e de apoio, em Itaguaí (RJ), capaz de construir, manter e apoiar submarinos convencionais e nucleares e, como objeto precípuo, a obtenção do primeiro SNCA brasileiro. Além disso, o Programa possui um robusto processo de transferência de tecnologia e prestação de serviços técnicos especializados, destinados a capacitar a MB em projeto e construção de Submarinos, tanto convencionais como nucleares.

A gestão do PROSUB está a cargo da DGDNTM e suas OM subordinadas, responsáveis pela condução e execução dos contratos e pela gestão eficiente dos recursos destinados ao programa, concernente a recursos financeiros, de pessoal, de materiais e de serviços.

Projetos e ações complementares

O PROSUB tem como objetivo principal a obtenção, por construção no país, do SNCA, mormente por meio da aquisição de conhecimento. O projeto visa aumentar a autonomia nacional na construção naval e no gerenciamento de tecnologias avançadas. As metas incluem aprimorar as competências no projeto e construção de submarinos, especialmente o de propulsão nuclear, e na gestão de seu ciclo de vida, com ênfase na nacionalização de componentes. As atividades vão desde capacitação tecnológica até o desenvolvimento e testes de sistemas críticos, garantindo a evolução das capacidades navais do País.

Principais entregas de 2025

Em 2025, o PROSUB avançou nas fases de construção e teste, O Submarino “Tonelero” realizou sua primeira imersão dinâmica em janeiro de 2025 e a primeira imersão em profundidade em março de 2025. Realizou lançamento de armas em julho de 2025. O S. “Tonelero” foi entregue ao setor operativo em 26 de novembro de 2025. No mesmo dia, foi realizado o lançamento ao mar do S. “Almirante Karam” que já havia concluído o embarque das baterias em junho e a primeira carga completa em julho daquele ano.

Na infraestrutura de apoio e manutenção, as entregas na Base de Submarinos da Ilha da Madeira (BSIM) incluíram o Prédio do Comando da Base de Submarinos, a Subestação dos Cais 3 e 4, a Estação de Tratamento de Efluentes com algumas pendências. As obras dos

Tanques de Óleo Combustível da BSIM e o Prédio Administrativo Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA) estão em fase de finalização. Em andamento, estão as obras da Garagem de Viaturas da BSIM e da Subestação dos Cais 5 e 6.

No Estaleiro de Manutenção da Ilha da Madeira (EMIM), foi entregue a Oficina de apoio à manutenção de Motores Diesel e está em andamento a montagem e o comissionamento das bancadas da Sala Limpa da Oficina de Apoio à Manutenção de Submarinos. No Complexo de Manutenção Especializada (CME) foram concluídos o Projeto Conceitual da Fase 3 – Prédio Principal e os sistemas (DDNM) e o Projeto Básico Civil e Eletromecânico dos Cais (com exceção das planilhas orçamentárias, pois as composições de preços unitários ainda se encontram em discussão com a contratada). Em andamento, estão a contratação de Estudos de Engenharia dos Sistemas Eletromecânicos Fase 2 (Offset) e a celebração do termo aditivo para iniciar o Projeto Básico da Fase 2 (Diques, Centrais de Utilidades e Subestações Elétricas).

O projeto e as obras referentes à construção do SNCA avançaram em 2025, tendo como destaque a assinatura dos Contratos de Compra e Venda do lote 1 do Pacote de Material Importado para o SNCA (Partes A e B) em 04 de junho de 2025. A Parte A, doravante denominado Contrato 10, se refere à aquisição de material para a estrutura de todo o casco resistente do SNCA, de ferramentas especiais (JIGs e *connecting pieces*), procedimentos e consumíveis de soldagem e o projeto de sete equipamentos críticos. No que diz respeito à Parte B, doravante denominado Contrato 12, seu escopo refere-se ao projeto e à aquisição de duas turbinas ao sistema do turbo-gerador (TGset). O Contrato 12 encontra-se já em operação desde a efetivação de seu *downpayment* em 27 de junho de 2025.

Impactos socioeconômicos

O PROSUB se destaca por fomentar o desenvolvimento do Brasil, estabelecendo parcerias com indústrias e com diversos setores da sociedade, como a academia e Institutos de pesquisa. Seus principais benefícios incluem:

a. Transferência de Tecnologia: O PROSUB é um projeto estratégico de longo prazo, estruturado na Transferência de Tecnologia e na Assistência Técnica especializada do *Naval Group*.

b. Participação da Indústria Brasileira: O Programa envolveu, nas suas diversas fases, mais de 600 empresas.

c. Benefícios Sociais: O PROSUB implementa ações sociais para promover o equilíbrio social, econômico e ambiental em Itaguaí (RJ). Exemplos incluem programas de incentivo à agricultura familiar, qualificação técnica e gestão ambiental rigorosa. O Programa "Alimento Justo" apoia a renda familiar por meio da produção agrícola local e fomenta a formação da Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí (COOPAFIT). O PROSUB-EBN compra produtos de agricultores locais, impactando positivamente a economia da região e aquecendo o setor terciário. A contratação de serviços no EBN prioriza fornecedores locais que apresentem condições equivalentes às de fornecedores externos.

Benefícios para a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira:

Como já mencionado anteriormente, no contexto dos benefícios para a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, o PROSUB destaca-se por impulsionar o desenvolvimento nacional ao fomentar parcerias

estratégicas com a indústria e com diversos segmentos da sociedade, como universidades e institutos de pesquisa.

Entre os principais resultados, evidencia-se a formação de mão de obra altamente qualificada para a construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares, abrangendo áreas como mecânica, elétrica, eletrônica, engenharia nuclear, naval, mecatrônica, civil e logística, entre outras.

Com a participação ativa da Indústria Nacional de Defesa, empresas brasileiras foram capacitadas a produzir e fornecer, em território nacional, componentes, equipamentos e sistemas estratégicos, por meio de processos de transferência de tecnologia e incorporação de *know-how*. Atualmente, cerca de quarenta empresas empregam milhares de colaboradores, dentre as quais se destacam a Omnisys, a Adelco e a WEG.

Destaca-se, ainda, o fortalecimento e o estreitamento da relação entre o Setor de Defesa e o setor produtivo nacional, com a geração de empregos diretos e indiretos nas empresas envolvidas no Programa de Nacionalização e em toda a cadeia de subfornecedores, assim como, os benefícios dos impactos socioeconômicos anteriormente mencionados.

Programa de Gestão Ambiental

O Setor, sob coordenação da empresa ICN, mantém as atividades a seguir relacionadas, com vistas ao cumprimento da legislação ambiental vigente:

d. Tratamento de efluentes industriais e/ou domésticos;
e. Tratamento de água;
f. Gerenciamento de riscos ambientais;
g. Gerenciamento de resíduos;
h. Monitoramentos ambientais;
i. Licenciamento para supressão vegetal; e
j. Atendimento às demandas da comunidade.

Informações Orçamentárias

Ação	Dotação final	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Restos a pagar inscritos	Restos a pagar pagos
123G	R$ 570.000.000,00	R$ 569.999.999,61	R$ 559.835.999,66	R$ 559.831.178,37	R$ 2.597.791,95	R$ 2.597.119,62
123H	R$ 615.119.334,00	R$ 606.981.826,79	R$ 596.993.169,68	R$ 596.058.341,54	R$ 39.644.790,43	R$ 31.307.365,28
123I	R$ 471.078.983,00	R$ 424.669.206,03	R$ 391.877.454,31	R$ 391.840.507,98	R$ 55.770.796,76	R$ 54.583.248,41

Fonte: Tesouro Gerencial - Posição 31DEZ2025.
NOTA: 1. Os valores das colunas apresentam variação cambial, exceto a coluna "Dotação Final", tendo em vista que alguns empenhos são emitidos em moeda estrangeira; valores em real convertidos a taxa cambial de R$ 5,5024 X USD 1,00, posição DEZ2025; e 2. Posição "Restos a Pagar inscritos" corresponde ao total de restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos de 2024 e de anos anteriores.

PROGRAMA 6012 - AO 123G			
ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO NO ANO*
2009	R$ 608.925.293,85	R$ 608.925.293,85	R$ 554.282.916,97
2010	R$ 1.050.889.139,04	R$ 1.064.980.711,74	R$ 1.103.110.183,00
2011	R$ 832.396.415,53	R$ 832.426.698,05	R$ 832.482.379,31
2012	R$ 1.222.177.494,17	R$ 1.192.143.570,80	R$ 1.190.545.150,80
2013	R$ 1.365.926.470,14	R$ 1.323.125.434,53	R$ 952.878.038,94
2014	R$ 1.251.901.136,47	R$ 1.279.160.430,65	R$ 1.540.494.951,98
2015	R$ 684.692.574,12	R$ 553.259.456,60	R$ 351.843.413,84
2016	R$ 340.685.870,47	R$ 396.618.814,07	R$ 707.699.987,46
2017	R$ 376.297.028,84	R$ 408.678.096,19	R$ 409.771.223,45
2018	R$ 483.532.044,20	R$ 536.767.816,88	R$ 536.847.415,92
2019	R$ 380.537.176,21	R$ 377.672.568,07	R$ 373.118.016,62
2020	R$ 434.053.229,19	R$ 459.365.169,45	R$ 444.039.859,37
2021	R$ 259.211.588,00	R$ 266.730.447,38	R$ 286.576.794,41
2022	R$ 356.391.307,62	R$ 321.306.961,02	R$ 321.341.861,02
2023	R$ 338.000.000,00	R$ 372.520.188,89	R$ 372.520.188,89
2024	R$ 354.979.550,06	R$ 352.502.326,52	R$ 355.016.701,14
2025	R$ 569.999.999,61	R$ 562.409.020,31	R$ 562.428.297,99
TOTAL	**R$ 10.910.596.317,52**	**R$ 10.908.593.005,00**	**R$ 10.894.997.381,11**

Fonte: Tesouro Gerencial - Posição 31DEZ2025. *incluiu valores de Restos a Pagar.
Obs.: A coluna que apresenta os valores liquidados dos exercícios de 2020 a 2023 foi ajustada fim de contemplar, da mesma forma, os Restos a Pagar (RP) liquidados.

PROGRAMA 6012 - AO 123H			
ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO NO ANO*
2009	R$ -	R$ -	R$ -
2010	R$ 398.600.239,81	R$ 283.823.402,64	R$ 283.719.629,77
2011	R$ 209.670.649,36	R$ 296.234.383,88	R$ 296.253.887,35
2012	R$ 186.464.194,07	R$ 179.490.254,37	R$ 179.289.954,37
2013	R$ 242.379.509,37	R$ 126.250.062,00	R$ 94.897.520,15
2014	R$ 458.650.923,31	R$ 299.460.678,98	R$ 331.096.189,77
2015	R$ 128.896.714,08	R$ 497.053.030,84	R$ 426.836.168,69
2016	R$ 242.298.172,75	R$ 258.780.065,66	R$ 324.070.440,48
2017	R$ 377.331.959,77	R$ 366.198.985,95	R$ 365.441.879,16
2018	R$ 449.882.693,17	R$ 413.494.711,18	R$ 415.348.076,38
2019	R$ 405.337.255,57	R$ 499.314.316,54	R$ 499.557.553,82
2020	R$ 309.745.720,06	R$ 342.608.557,25	R$ 340.648.158,84
2021	R$ 487.677.458,80	R$ 481.152.215,30	R$ 482.567.150,86
2022	R$ 541.421.676,11	R$ 396.149.718,57	R$ 396.741.347,76
2023	R$ 185.350.028,51	R$ 317.724.935,30	R$ 317.701.869,95
2024	R$ 309.644.220,97	R$ 277.657.011,18	R$ 288.999.690,90
2025	R$ 606.981.826,79	R$ 627.433.872,25	R$ 627.365.706,81
TOTAL	**R$ 5.540.333.242,50**	**R$ 5.662.826.201,89**	**R$ 5.670.535.225,06**

Fonte: Tesouro Gerencial - Posição 31DEZ2025. *Incluiu valores de restos a pagar.
Obs.: A coluna que apresenta os valores liquidados dos exercícios de 2020 a 2023 foi ajustada fim de contemplar, da mesma forma, os Restos a Pagar (RP) liquidados.

Submarino Tonelero (S42) em primeiro plano e Submarino Alte KARAM (S43) em segundo plano - 2025

PROGRAMA 6012 - AO 123I			
ANO	**EMPENHADO**	**LIQUIDADO***	**PAGO NO ANO***
2009	R$ -	R$ -	R$ -
2010	R$ 1.631.070.977,83	R$ 1.488.471.404,71	R$ 1.488.471.404,71
2011	R$ 1.118.580.506,15	R$ 859.592.259,18	R$ 855.423.825,66
2012	R$ 634.426.032,91	R$ 642.536.378,98	R$ 646.571.849,26
2013	R$ 762.168.286,08	R$ 568.529.105,32	R$ 539.109.997,57
2014	R$ 343.499.912,59	R$ 927.980.717,47	R$ 892.105.935,74
2015	R$ 264.590.334,49	R$ 542.677.151,86	R$ 473.776.063,35
2016	R$ 486.440.895,97	R$ 495.738.825,31	R$ 611.523.735,71
2017	R$ 961.058.038,37	R$ 917.866.853,85	R$ 918.016.749,56
2018	R$ 953.778.853,21	R$ 898.948.578,71	R$ 898.948.578,71
2019	R$ 512.844.298,66	R$ 490.820.998,21	R$ 490.716.435,73
2020	R$ 687.224.687,20	R$ 692.113.387,36	R$ 684.382.575,73
2021	R$ 637.259.534,30	R$ 725.542.809,09	R$ 730.032.928,05
2022	R$ 749.691.211,09	R$ 664.676.632,42	R$ 667.577.855,32
2023	R$ 943.272.451,62	R$ 1.104.498.063,36	R$ 1.104.527.033,80
2024	R$ 1.011.813.016,59	R$ 956.408.146,66	R$ 962.895.927,27
2025	R$ 424.669.206,03	R$ 446.211.389,92	R$ 446.423.756,39
TOTAL	**R$ 12.122.388.243,09**	**R$ 12.422.612.702,41**	**R$ 12.410.504.652,56**

Fonte: Tesouro Gerencial - Posição 31DEZ2025. *Incluiu valores de restos a pagar.
Obs.: A coluna que apresenta os valores liquidados dos exercícios de 2020 a 2023 foi ajustada fim de contemplar, da mesma forma, os Restos a Pagar (RP) liquidados.

Indicadores de Desempenho

Ação Estratégica Naval – FORÇA NAVAL - 2		
Indicador de desempenho Indicador de Avanço da Construção dos 4 Submarinos Convencionais	**Meta 2025** 2,69%	**Realizado** 1,14%
Objetivo da AEN FORÇA NAVAL 2 – Executar o Programa de Submarinos (PROSUB)	**Desempenho** Insuficiente	**Responsável** DGDNTM
Ação decorrente do indicador - Com o avanço do projeto, a construção dos S-BR alcançou o patamar de 96,62% ao final do ano de 2025. - O uso intensivo da mão de obra para tratamento de pendências e chamados de garantia, bem como as complexidades técnicas fizeram com que o cronograma não tenha sido cumprido integralmente.		

Dados computados até: 31DEZ2025.

Acompanhamento do Projeto

Produto: Avanço da Construção dos Submarinos Convencionais
Meta Física Prevista x Realizada (%)

Meta Física	Até 2022	2023	2024	2025	Pós 2025	Total
Prevista	89,65	2,19	3,64	2,69	1,83	100
Realizada	89,65	2,19	3,65	1,14	-	96,62

Dados computados até: 31DEZ2025

Obs.: Indicador de previsão atualizado com assinatura do TA13 em MAI2025. Durante a execução do Programa, os Termos Aditivos promoveram a atualização da Linha de Base, resultando em mudanças estruturais nas metas e indicadores. Em função dessas atualizações entre o escopo original e o atual, a apresentação dos valores planejados e realizados, referentes aos anos anteriores, foi ajustada.

Ação Estratégica Naval – FORÇA NAVAL - 2		
Indicador de desempenho Indicador de Avanço do Projeto e Construção do Submarino Nuclear Convencionalmente Armado	**Meta 2025** 0,44%	**Realizado 2025** 0,37%
Objetivo da AEN FORÇA NAVAL 2 – Executar o Programa de Submarinos (PROSUB)	**Desempenho** Insatisfatório	**Responsável** DGDNTM
Ação decorrente do indicador Com o avanço do projeto, o projeto e a construção do Submarino Nuclear Convencionalmente Armado (SNCA) alcançaram o patamar de 9,24% ao final do ano de 2025. As atividades do Marco 6.32, referentes ao Contrato 6.2, as obras da Seção de Qualificação e Seção C Preliminar e o licenciamento avançaram. Os valores foram alterados com o propósito de se obter um indicador com valores mais próximos da realidade atual do PROSUB. Foi observado ainda o Acórdão nº 1125/2025 do TCU, o qual afirmou que os recursos empenhados na Transferência de Tecnologia (ToT) no âmbito do PROSUB devem ser considerados como despesas do exercício e não como ativos do Programa, o que justificou a retirada do ToT e reduziu os valores do indicador. As restrições orçamentárias, a complexidade técnica e o ineditismo do projeto fazem com que o cronograma não tenha sido cumprido integralmente.		

Dados computados até: 31DEZ2025

Acompanhamento do Projeto

Produto: Avanço do Projeto e Construção do Submarino Nuclear Convencionalmente Armado
Meta Física Prevista x Realizada (%)

Meta Física	Até 2022	2023	2024	2025	Pós 2025	Total
Prevista	7,52	0,43	1,02	0,44	90,59	100
Realizada	7,31	0,42	1,14	0,37	-	9,24

Dados computados até: 31DEZ2025

Ação Estratégica Naval – FORÇA NAVAL - 2		
Indicador de desempenho Indicador de Avanço Físico da Infraestrutura do Complexo Naval em Itaguaí	**Meta 2025** 2,30%	**Realizado 2025** 0,76%
Objetivo da AEN FORÇA NAVAL 2 – Executar o Programa de Submarinos (PROSUB)	**Desempenho** Insuficiente	**Responsável** DGDNTM
Ação decorrente do indicador JUSTIFICATIVA: Houve alteração no cálculo, pois a partir de setembro de 2025 a mensuração do avanço físico do Projeto, previsto e realizado, passou a não considerar mais os indicadores do contrato de Transferência de Tecnologia, passando a ser baseado, apenas, o indicador de avanço da construção do Estaleiro e Base Naval (EBN). A alteração visa atender ao item 9.11.2 do acórdão do TCU nº 1125/2025, que orientou a MB no sentido de que a Transferência de Tecnologia (Assistência Técnica e Treinamento), no âmbito do PROSUB, seja considerada como despesa no exercício e não como ativos do Programa. Para além disso, em NOV25, o indicador de avanço das obras passou a ser baseado no novo escopo definido pelo TA33 ao Contrato 4, que promoveu alteração na linha de base do cronograma, com a extensão do prazo das obras em função basicamente das restrições orçamentárias impostas ao PROSUB, assim sendo, o valor calculado com base no novo termo aditivo é de 85,84% e não de 88,05%. Com o avanço do projeto, a construção da infraestrutura do Complexo Naval de Itaguaí (CNI) alcançou o patamar de 83,13%.		

Dados computados até: 31DEZ2024.

Acompanhamento do Projeto

Produto: Avanço da Construção dos Submarinos Convencionais
Meta Física Prevista x Realizada (%)

O escopo do projeto foi revisado em novembro de 2025, no TA33, resultando em mudanças significativas nas metas e indicadores. Os dados históricos permanecem conforme reportados originalmente e todas as análises consideram o escopo ajustado. Essa abordagem garante transparência e alinhamento com os novos objetivos.

Meta Física	Até 2022	2023	2024	2025	Pós 2025	Total
Prevista	79,41%	1,21%	1,71%	3,51%	14,16%	100%
Realizada	79,41%	1,21%	1,61%	0,90%		83,13%

Dados computados até: 31DEZ2025

Obs.: Em função dos Termos Aditivos firmados durante a execução do Programa, houve atualização da Linha de Base, com alterações estruturais nas metas e nos indicadores. Em decorrência dessas mudanças entre o escopo original e o atual, os valores planejados e realizados referentes aos anos anteriores foram ajustados para alinhamento ao novo referencial estabelecido pela atualização da Linha de Base.

Complexo Naval de Itaguaí (CNI) novembro de 2025

Navio-Patrulha de 500 Toneladas

NPa500

Navio-Patrulha Maracanã (P72)

Visão Geral do Programa

O Programa de Obtenção de Navios Patrulha (PRONAPA), incluído no Novo PAC do Governo Federal (eixo de "Inovação para Indústria da Defesa"), prevê a retomada da construção de três Navios-Patrulha da Classe "Macaé" (NPa 500), no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), e a obtenção, por construção em estaleiro nacional selecionado, de oito Navios-Patrulha de 500 toneladas BR (NPa 500BR), sendo três com capacidade de Contramedidas de Minagem (CMM).

O Projeto de engenharia dos NPa500BR é de propriedade da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), concebido pelo Centro de Projetos de Sistemas Navais (CPSN) da MB.

Esses navios serão empregados na melhoria das ações de apoio às atividades afetas à inspeção naval e à fiscalização do Mar Territorial (MT), da Zona Contígua (ZC) e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), realizando operações de defesa das plataformas de exploração e explotação de petróleo e gás no mar; patrulha naval; apoio às atividades de salvaguarda da vida humana no mar; e apoio às ações de Defesa Civil.

Principais entregas em 2025:

Navio-Patrulha "Mangaratiba":

- Prosseguimento da construção do NPa "Mangaratiba", com avanços significativos na propulsão, elétrica e estruturas/acabamento;
- Propulsão – fabricação e instalação de chapas nos tubos telescópicos, fabricação dos lemes, fabricação e instalação das bases hidráulicas e do tanque de armazenamento de óleo hidráulico; fabricação e instalação do timão, eixo, espaçador e acionamento local dos lemes; revisão dos Motores de Combustão Auxiliares (MCA) – MTU;
- Elétrica – instalação da rota principal dos caminhos mecânicos; fabricação e instalação das bases dos equipamentos do sistema de iluminação para auxílio à navegação; e
- Estrutura/acabamento – fabricação e montagem da base do guindaste; fabricação e instalação do tanque elevado de óleo combustível.

Navio-Patrulha "Miramar":

- Início da construção do casco em blocos – bloco 1 e bloco 6.

NPa500BR:

- Finalização do Design Preliminar; e
- Solicitação de Proposta Comercial à Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) para a construção do primeiro lote.

Impactos socioeconômicos

O PRONAPA possui potencial para geração de 25.100 empregos, sendo 2.600 diretos, 8.200 indiretos e 14.300 induzidos. O programa contribui para o desenvolvimento de uma infraestrutura modernizada de manutenção e construção de meios navais, para o incremento do potencial científico-tecnológico e intelectual e para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

A alteração nos impactos socioeconômicos em relação a 2024, deveu-se à perspectiva de início do projeto para futura construção dos NPa 500BR.

Informações Orçamentárias

Ação	Dotação Final	Despesas empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas pagas	Restos a pagar inscritos	Restos a pagar pagos
1N47	R$61.992.465,45	R$61.991.050,43	R$25.825.240,16	R$ 25.618.714,15	R$47.558.106,34	R$38.199.753,78

Fonte: Tesouro Gerencial – Posição 31DEZ2025.
Obs.: A dotação inicial do programa foi de R$ 150Mi, tendo sido o valor final provisionado/empenhado R$ 61.991.050,43. Tal diferença se refere aos bloqueios orçamentários sofridos no período, sendo o último da ordem de R$ 14Mi (4o Trimestre), o qual provocou cancelamentos de notas de empenho pelo AMRJ. Por conta disso, o valor informado no PCA do 3º Trimestre de "despesas empenhadas" (R$70.820.130,94) foi inferior ao efetivamente praticado.

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO NO ANO
2019	R$ 4.003.041,00	R$ 4.003.041,00	R$ 4.000.000,00
2020	R$16.292.768,69	R$ 15.417.410,90	R$ 15.420.451,90
2021	R$ 53.643.036,00	R$ 52.726.725,70	R$ 52.726.725,70
2022	R$ 25.164.335,82	R$ 23.323.545,72	R$ 24.129.806,59
2023	R$ 24.740.204,44	R$ 18.558.997,86	R$ 24.858.658,13
2024	R$ 80.645.418,62	R$ 32.960.077,51	R$ 38.496.269,23
2025	R$61.991.050,43	R$ 25.825.240,16	R$ 63.818.467,93
TOTAL	**R$266.479.855,00**	**R$ 172.815.038,85**	**R$ 223.450.379,48**

Dados computados até 31DEZ2025

Ação Estratégica Naval – Força Naval - 4		
Indicador de desempenho O indicador apresenta o andamento do Projeto de construção do Navio-Patrulha "Mangaratiba" e NPa "Miramar"	**Meta 2025** 37,11%	**Realizado 2025** 35,01%
Objetivo da AEN Obter Navios-Patrulha a serem empregados na proteção da Amazônia Azul	**Desempenho** Regular	**Responsável** DGMM

Ação decorrente do indicador

(1) Tendo em vista o contingenciamento e redução de recursos aportados para o Programa, a meta física prevista de 2025 para o "NPa Mangaratiba" no RG 2024 foi reduzida de 36,39% para 25,56% e, no 4o Trimestre, reduzida para 25,42% (ver campo "Meta Física Prevista x Realizada (%)");

(2) A soma da meta física prevista para o NPa "Mangaratiba" (25,42%) com a do NPa "Miramar" (11,69%) perfaz a meta que foi perseguida em 2025 no Programa (37,11%). A soma do efetivamente realizado em 2025 do NPa "Mangaratiba" (26,30%) com a do NPa "Miramar" (8,72%) pefaz 35,01%, obtendo um desempenho que poderia ser classificado como "muito bom".

(3) Esse fato, porém, contrasta com o real resultado do programa, ao se considerar a meta cumulativa que os meios deveriam alcançar em 2025, com as metas efetivamente alcançadas (ver campo "Meta Física Prevista x Realizada (%)"). Por conta desta situação, o desempenho foi considerado "regular", estando o projeto "atrasado".
- Meta prevista 2025: 76,5% - NPa "Mangaratiba" / 11,69% - NPa "Miramar"; e
- Meta alcançada 2025: 66,85% - NPa "Mangaratiba" / 8,72% - NPa "Miramar",

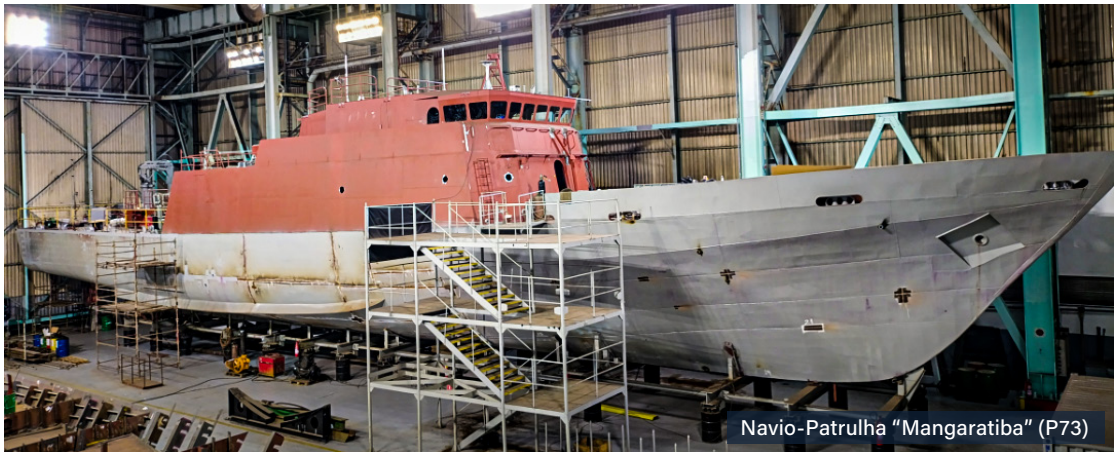
A partir de 2026, será considerado como indicador as metas cumulativas de resultados, por retratar melhor o resultado real do Programa.

O cronograma e as metas físicas futuras foram revistos, com ênfase no caminho crítico, nos processos e no replanejamento dos recursos alocados, a fim de identificar atividades que estejam consumindo mais tempo do que o planejado e verificar atividades críticas que possam ser aceleradas com menor alocação de recursos adicionais.

Informação complementar

Em relação ao PRONAPA como um todo (construção de onze navios), o avanço considerado foi de 6,9%.

Dados computados até: 31DEZ2025



Navio-Patrulha "Mangaratiba" (P73)

Acompanhamento do Projeto

Produto: NPa - Navio construído.
Meta Física Prevista x Realizada (%)

Tendo em vista a inclusão do PRONAPA no novo PAC, as metas físicas previstas para a construção do Navio-Patrulha "Mangaratiba" foram ajustadas, desde o ano de 2024, aos novos patamares orçamentários, alterando a previsão de finalização do projeto para 2026.

Meta Física – NPa "Mangaratiba"	Até 2024	2025	2026	Total
Prevista	51,08	25,42 (1) / 76,5 (2)	23,5	100,00
Realizada	40,55	26,30	0,00	66,85 (3)

Fonte: Comando da Marinha

NOTAS: (1) A meta física prevista para 2025 para este Navio, devido aos contingenciamentos, foi reduzida de 36,39% para 25,56% e, no 4º Trimestre, reduzida para 25,42%, devido a acertos nas linhas de base do projeto, tendo em vista os contingenciamentos / bloqueios;
(2) A meta física prevista cumulativa (realizado "até 2024" e em "2025"), perfaz 76,5%; e
(3) A meta física realizada, cumulativa (realizado "até 2024" e em "2025"), perfaz 66,85% ("Total").

Meta Física – NPa "Miramar"	2025	2026	2027	2028	Total
Prevista	11,69	37,33	46,22	4,76	100,00
Realizada	8,72	0,00	0,00	0,00	8,72

Fonte: Comando da Marinha

Viatura Blindada Leve Sobre Rodas
4x4 (JLTV)

Visão Geral do Programa

O PROADSUMUS é um subprograma do Programa de Modernização do Poder Naval de caráter estratégico, que visa à obtenção de meios de Fuzileiros Navais, com reflexo no aumento da capacidade operacional da MB para o atendimento de sua missão constitucional. Destarte, proporciona ao CFN condições de pronto emprego operacional, manutenção do caráter expedicionário e da capacidade de projeção de poder que lhe possibilitem contribuir com a atuação do Poder Naval na execução de um amplo espectro de operações militares, conforme previsto na Doutrina Militar Naval. Esses meios assegurarão ao CFN a capacidade de atuar: na proteção da Amazônia Azul; em Operações Ribeirinhas; em Operações Litorâneas; na defesa de instalações navais, portuárias, ilhas e arquipélagos; na garantia da lei e da ordem; em ações de cooperação com a Defesa Civil; em apoio à Política Externa, especialmente por meio da participação em Operações de Paz e de Assistência Humanitária; e demais situações que demandem o seu pronto emprego.

No processo de execução do PROADSUMUS, destacam-se as seguintes obtenções:

Viaturas Blindadas Leves Sobre Rodas 4x4 (JLTV), que visa atender à crescente demanda de utilização de blindados em ambientes urbanos, bem como prover a proteção blindada aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) em operações de Manutenção da Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO);

Viaturas Pesadas UNIMOG (*off-road*);

Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf), que já se encontram em operação no CFN; e

Sistema de Armas Leves, que renovará parte do acervo das armas do CFN.

Após estudos realizados em 2024, ocorreu uma reestruturação do PROADSUMUS em apenas quatro metas (Comando e Controle, Mobilidade, Combate e Equipagens), de modo a assegurar que estes projetos se mantenham dentre as prioridades da MB.

Principais entregas em 2025

Foram entregues os seguintes meios/sistemas no ano de 2025:

Viaturas Operativas Não Blindadas Pesadas SR Tipo I 5 Ton 4X4 UNIMOG U5000

Foram recebidas 10 Viaturas Operativas Não Blindadas Pesadas SR Tipo I 5 Ton 4X4 UNIMOG U5000, conforme abaixo, junto do quarto pacote de sobressalentes das viaturas:

- VtrTNE 5 Ton 4x4 UNIMOG U5000 - 9 unidades; e
- VtrTE 5 Ton 4x4 CIST A UNIMOG U5000 - 1 unidade.

Informações financeiras

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - AÇÃO INTERNA Y.370						
Ação	**Provisão Recebida**	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**	**Restos a Pagar Inscritos**	**Restos a Pagar Pago**
21CL	R$ 30.706.321,70	R$ 30.706.321,70	R$ 11.285.306,85	R$ 11.285.306,85	R$ 12.785.027,73	R$ 12.952.324,68
21A0	R$ 1.804.524,08	R$ 1.804.524,08	R$ 929.341,46	R$ 929.341,46	R$ 3.413.360,25	R$ 13.346,51
219D	0,00	0,00	0,00	0,00	R$ 1.340.000,00	R$ 3.176.751,04
2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157N	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial - Posição 31DEZ2025.

Taxa Cambial: R$ 5,478 – Posição 31DEZ2025.

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO NO ANO*
2020	0,00	0,00	0,00
2021	R$ 73.054.801,44	R$ 43.070.612,50	R$ 43.052.432,50
2022	R$ 75.104.065,86	R$ 17.303.919,10	R$ 40.728.444,20
2023	R$ 29.359.239,24	R$ 7.974.156,99	R$ 61.746.249,24
2024	R$ 46.274.722,28	R$ 29.184.981,13	R$ 48.489.510,95
2025	R$ 32.510.845,78	R$ 12.214.648,31	R$ 28.357.070,54
TOTAL	**R$ 256.303.674,60**	**R$ 109.748.318,03**	**R$ 222.373.707,43**

Fonte: Tesouro Gerencial.
Dados computados até: 31DEZ2025.
NOTA: *Inclui valores de Restos a Pagar.

Indicadores de Desempenho

Objetivo Naval Modernizar a Força Naval - OBNAV 6	**Estratégia Naval** EN 6.2 - Construção do Núcleo do Poder Naval	**Ação Estratégica Naval** AEN FORÇA NAVAL 7 - Garantir o poder de combate necessário para o emprego do Poder Naval por meio de aquisição de material para atendimento da Dotação do Corpo de Fuzileiros Navais (PROADSUMUS).
Indicador de desempenho Grau de atendimento ao PROADSUMUS e de disponibilidade das viaturas operativas leves, viaturas operativas pesadas e dos meios blindados das Unidades do CFN.	**Meta** Percentagem de atendimento ao PROADSUMUS das viaturas operativas leve, viaturas operativas pesadas, CLAnf, M113, JLTV e Vtr PIRANHA do CFN, no período de 2022 a 2025.	**Realizado** AtdMeioCFN= 69,84% / 31DEZ2025; e DispMeioCFN= 56,93% / 31DEZ2025.
Objetivo da AEN Ampliar e modernizar os equipamentos do CFN, de modo a assegurar as capacidades operativas esperadas pela MB.	**Desempenho** Classificação por faixa de medição Excelente: de 81% a 100%; Ótimo de 61% a 80%; Bom: de 41% a 60%; Regular: de 21% a 40%; e Insuficiente: de 0% a 20%. AtdMeioCFN: Ótimo; e DispMeioCFN: Bom.	**Responsável** CGCFN/CMatFN
Ações decorrentes dos indicadores: **AtdMeioCFN – Indicador de atendimento (Ótimo): a incorporação de 04 viaturas blindadas JLTV e 10 viaturas pesadas UNIMOG U5000 em 2025, contribuiu para atenuar as lacunas observadas na manutenção e melhorar a capacidade operacional no médio e longo prazo. Particularmente a incorporação da VtrP UNIMOG U5000 em substituição aos UNIMOG U2500, propiciam alta mobilidade nos mais diversos terrenos e uma versatilidade de emprego.** **DispMeioCFN - Indicador de disponibilidade (BOM): observa-se que, particularmente, a disponibilidade das viaturas reboque e semi-reboques continuam com disponibilidade ruim (considerando a dotação), em virtude de sua obsolescência, o que pode comprometer a capacidade de pronta resposta do CFN em algumas possibilidades de emprego.** **Apesar dos desafios inerentes à manutenção e ampliação da frota, as aquisições e doações recentes têm promovido avanços na capacidade operacional, ampliando a prontidão e disponibilidade dos meios de transporte.**		

Acompanhamento do Projeto

Produto: Meios recebidos.
Meta Física Prevista x Realizada (%)

META FÍSICA	ATÉ 2021	2022	2023	2024	2025	PÓS 2025	TOTAL
Prevista	9,09	10,61	31,82	9,09	12,88	26,52	100,00
Realizada	0,00	9,09	36,36	10,61	7,58	0,00	63,64

Dados computados até: 31DEZ2025.

Programa do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

SisGAAz

Visão Geral do Programa

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) foi concebido com a missão de monitorar e proteger continuamente as áreas marítimas de interesse e as águas interiores, seus recursos vivos e não vivos, seus portos, embarcações e infraestruturas, em face de ameaças, emergências, desastres ambientais, hostilidades ou ilegalidades, a fim de contribuir para a segurança e a defesa da Amazônia Azul e para o desenvolvimento nacional.

O Sistema é composto por centros de comando e controle e por diversos sistemas e sensores que recebem, em tempo próximo ao real, as informações de interesse nacional, com objetivo de proteger o patrimônio nacional e as linhas de comunicações marítimas, além de aprimorar a segurança marítima.

O robustecimento do SisGAAz está em curso por meio do desenvolvimento de módulos escaláveis que permitam sua implantação em fases, obedecendo as prioridades estabelecidas pela Alta Administração Naval, em função das áreas a serem monitoradas e das tecnologias a serem empregadas. Os módulos do SisGAAz serão desenvolvidos a partir das tecnologias utilizadas para o SisGAAz Fase Rio, coordenado pelo Setor Operativo e com o concurso de empresas da BID, que permitam a implantação gradual, por fases, de sensores, sistemas de telecomunicações, sistema integrador e analítico, bem como a capacidade de Comando de Controle que, em conjunto, ampliem a Consciência Situacional Marítima (CSM) nas AJB.

A primeira fase do sistema, denominada Fase Rio, consiste na implantação de uma Unidade de Vigilância na área do Rio de Janeiro, com o propósito de estabelecer suas capacidades iniciais. Essa unidade será responsável por prover a detecção ativa, a identificação e o acompanhamento contínuo do tráfego marítimo na área de interesse, por meio da integração de sensores, sistemas de comando e controle e meios de comunicação. A Fase Rio visa também validar a arquitetura operacional do SisGAAz, testar conceitos de emprego e servir como base para a expansão gradual do sistema para outras regiões da Amazônia Azul.

Projetos e ações complementares

Visando atender tanto as necessidades do Setor Operativo quanto as necessidades estruturantes decorrentes da natureza modular e escalável do SisGAAz, o Programa foi dividido em duas iniciativas, sendo a primeira o SisGAAz GOLD, composta pelas necessidades do Setor Operativo, ou seja, projetos de desenvolvimento do SISTRAM V (Analítico) e do SCUA- 2 [Camada de Comando e Controle do SisNC2 e integrador dos dados dos sistemas de VTS (*Vessel Traffic Service*) de portos] e da integração de sistemas contratados para o incremento da CSM.

A segunda iniciativa, o SisGAAz BLUE, composta pelas necessidades estruturantes, atende às necessidades de construção, com a participação da BID, dos módulos e capacidades que permitam a implantação gradual, por fases, dos sensores de monitoramento e da integração dos dados necessários para as atividades de vigilância e análise do tráfego marítimo. A BID participará por meio de uma Encomenda Tecnológica (ETEC) para o desenvolvimento do Centro Regional de Processamento de Dados (CRPD), Unidade de Vigilância e arquitetura para o e-Navigation. A ETEC estudará o melhor arranjo de sensores e o Plano de Gerenciamento Ciclo de Vida do Sistema. O modelo de negócios da ETEC envolve a construção da Base de conhecimentos, Mapa de Riscos e Estudo de Mercado, Edital de Manifestação de Interesse, Termo de Referência e Mínimos Produtos Viáveis. Durante o desenvolvimento da ETEC estima-se estudar e desenvolver os elementos doutrinários e a Estrutura Organizacional do Setor Operativo.

Principais Entregas em 2025

1. Unidade de Vigilância (UV) de Castelhanos: realização de site surveys, condução da 2ª *Preliminary Design Review* (PDR), em 18 de fevereiro, avanço das obras de infraestrutura e progressos na obtenção de equipamentos e sistemas da Unidade de Vigilância do Farol de Castelhanos;
2. Governança do SisGAAz: estruturação do modelo de governança do Programa SisGAAz, com destaque para a realização de reuniões presenciais periódicas envolvendo os setores operativo, material e de ciência e tecnologia, voltadas ao desenvolvimento e amadurecimento dos temas relacionados ao Programa;
3. Fornecimento de dados do radar OTH 0-100 – Farol do Albardão: continuidade do fornecimento de dados do radar OTH 0-100, disponibilizando ao setor operativo informações essenciais para a consciência situacional marítima na área do Com5ºDN;
4. *Workshop* do Programa SisGAAz: realização do 1º Workshop do Programa SisGAAz, nos dias 6 e 7 de maio, com participação de diversas OM do setor Operativo, Material e CT&I, além de empresas de alta tecnologia no setor de Defesa;
5. Licenças para o Setor Operativo: obtenção dos recursos necessários para a renovação das licenças de uso do sistema COMPAAz.

Impactos Socioeconômicos

Emprego em apoio às atividades de fiscalização do tráfego marítimo, controle e prevenção da poluição hídrica, dentre outras, realizadas pela Marinha do Brasil. Geração de empregos, desenvolvimento regional e desenvolvimento da BID por meio dos contratos e termos atuais gerenciados.

Informações Orçamentárias

Ação	Dotação Final	Despesas empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas pagas	Restos a pagar inscritos	Restos a pagar pagos
2E97	R$ 14.660.647,2	R$ 14.660.647,2	R$ 3.785.186,75	R$ 3.688.720,00	R$ 4.914.243,85	R$ 4.803.887,85
157M	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$ 30.926,51	R$0,00
21BZ	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$2.893.529,60	R$ 2.893.444,25
21CL	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$ 2.631,89	R$0,00
1N47	R$61.992.465,45	R$61.991.050,43	R$25.825.240,16	R$ 25.618.714,15	R$47.558.106,34	R$38.199.753,78

Fonte: Tesouro Gerencial – Posição 31DEZ2025

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO NO ANO
2020	R$2.000.000,00	R$2.000.000,00	R$2.000.000,00
2021	R$8.963.555,42	R$5.804.726,51	R$4.646.957,72
2022	R$10.809.443,56	R$6.225.890,35	R$10.381.008,95
2023	R$15.039.705,11	R$1.665.796,06	R$6.071.725,76
2024	R$5.542.865,90	R$5.509.307,50	R$11.075.652,00
2025	R$14.688.264,21	R$ 3.785.186,75	R$ 8.492.607,85
TOTAL	**R$57.043.834,20**	**R$ 24.990.907,17**	**R$42.667.952,28**

Dados computados até: 31DEZ2025.

Indicadores de Desempenho

Ação Estratégica Naval – FORÇA NAVAL - 8		
Indicador de desempenho Avanço da meta física, comparação percentual entre a meta física executada (11%) e a meta física planejada (14%).	**Meta 2025** 14%	**Realizado** 11%
Objetivo da AEN Desenvolver a capacidade de monitoramento e o controle das águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e as áreas internacionais de responsabilidade para operações de Socorro e Salvamento (SAR), assegurando, ainda, a Consciência Situacional Marítima no entorno estratégico, particularmente no Atlântico Sul. O sistema será composto de centros de comando e controle e sensores que receberão em tempo real as informações de interesse nacional, com objetivo de proteger o patrimônio nacional e as linhas de comunicação marítimas, além de aprimorar a segurança marítima.	**Desempenho** Bom	**Responsável** DGMM
Ação decorrente do indicador **Gerenciamento Unificado do Programa. O Programa encontra-se na fase de planejamento das contratações, onde estão sendo feitos levantamentos de requisitos e a elaboração de documentos para as próximas fases, a qual possui um avanço físico baixo frente ao seu escopo. Os projetos em execução pelo programa estão nas fases iniciais, contemplando a elaboração da documentação de gerenciamento de projeto e dos projetos básicos e executivos. Ainda que o andamento esteja dentro do planejado, estas fases possuem baixo valor agregado em comparação com a fase de execução da obra.**		

Dados computados até: 31DEZ2025.

Acompanhamento do Projeto

Produto: SisGAAZ - Sistema Mantido.
Meta Física Prevista x Realizada (%)

META FÍSICA	ATÉ 2021	2022	2023	2024	2025	PÓS 2025	TOTAL
Prevista	15,00%	23,00%	20,00%	14,00%	14,00%	14,00%	100,00%
Realizada	15,00%	23,00%	17,02%	14,00%	11,00%	0,00%	80,02%

Fonte: Comando da Marinha.

Castelhanos

Albardão

Programa Fragatas Classe "Tamandaré"

PFCT

Fragata "Tamandaré"

Visão Geral do Programa

O Programa Fragatas Classe "Tamandaré" (PFCT), conduzido pela EMGEPRON, tem por objetivo promover a renovação da Esquadra com a construção de quatro navios mais modernos, de alta complexidade tecnológica, construídos no País, com previsão de entrega para o período até 2029.

O PFCT foi iniciado em abril de 2017, com chamamento público, tendo recebido capitalização total de R$ 9,5 bilhões, através da EMGEPRON, em sucessivas leis orçamentárias que demonstram o compromisso do Estado brasileiro com a defesa marítima. Após rigoroso processo de seleção, incluindo "*shortlist*" e solicitação de propostas ("*Request for Proposal*" - RFP), o contrato foi firmado em março de 2020 com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) "Águas Azuis", consórcio formado pelas seguintes empresas: *Thyssenkrupp Marine Systems* (TKMS), Embraer Defesa & Segurança e Atech Negócios em Tecnologias S/A.

A construção desses navios representa o estado da arte em tecnologia naval militar. Com 107,2 metros de comprimento, 15,95 metros de boca e deslocamento máximo de 3.380 toneladas, essas embarcações possuem especificações técnicas que as posicionam entre as mais avançadas de sua categoria.

A tripulação de 112 militares operará navios com velocidade máxima de 25,5 nós e raio de ação de 5.000 milhas náuticas, proporcionando autonomia de 28 dias. Equipadas com duas lanchas orgânicas e enfermaria com dois leitos, as fragatas demonstram capacidade operacional integral para missões de longa duração na Amazônia Azul.

Esse Programa é abordado com maior detalhamento pela Unidade Prestadora de Contas (UPC) EMGEPRON, em sua prestação de contas.

Cronograma de prontificação dos navios

A Fragata "Tamandaré", primeira unidade da classe, encontra-se em fase avançada de conclusão com 90,57% de execução. A embarcação foi lançada ao mar em 9 de agosto de 2024. Atualmente, encontra-se em fase de testes de aceitação no mar, que tiveram início em agosto de 2025. Nesta etapa, estão sendo validados os sistemas de propulsão, geração de energia, sistema de leme, estabilizadores e navegação. Os testes das cadeias funcionais dos sistemas de combate também estão em andamento. A previsão de entrega à Marinha do Brasil é para o início de 2026.

A Fragata "Jerônimo de Albuquerque", segunda unidade da classe, encontra-se com 77,40% de execução. A construção foi iniciada em novembro de 2023, com o batimento de quilha em junho de 2024. O lançamento ao mar ocorreu em 8 de agosto de 2025. Atualmente, o navio permanece no cais do estaleiro para a instalação e comissionamento de todos os equipamentos necessários, bem como a realização de testes preliminares. A previsão de entrega está estabelecida para janeiro de 2027.

A Fragata "Cunha Moreira", terceira unidade da classe, apresenta grau de execução de 57,34%. O corte da primeira chapa de aço ocorreu em 13 de novembro de 2024, marcando o início oficial da construção. O batimento de quilha foi realizado em 5 de junho de 2025. O casco encontra-se em estágio avançado de construção. A previsão de lançamento ao mar está prevista para julho de 2026, com entrega final em fevereiro de 2028.

A Fragata "Mariz e Barros", quarta e última unidade do programa, encontra-se com 40,72% de conclusão. Encontra-se em fase inicial de construção, com o material começando a ser entregue ao estaleiro. O corte da primeira chapa está previsto para os próximos

meses. Conforme cronograma contratual, a previsão de entrega está estabelecida para fevereiro de 2029.

Dimensão tecnológica

A dimensão tecnológica do PFCT constitui seu diferencial estratégico mais relevante. O programa opera com tecnologia paperless, eliminando o papel na linha de produção e promovendo o desenvolvimento totalmente digital, alinhado às melhores práticas internacionais de preservação ambiental e eficiência operacional. A construção modular em blocos permite trabalhos simultâneos em diferentes estágios de cada unidade, otimizando prazos e facilitando a transferência de *know-how* em engenharia naval, soldagem de precisão, controle dimensional e gestão de software embarcado.

Destaca-se o desenvolvimento dos sistemas integradores embarcados. O CMS, desenvolvido pela Atech em parceria com a Atlas Elektronik, integra 22 componentes do sistema de combate. O IPMS, resultado da colaboração entre a Atech e a L3Harris, permite o monitoramento e controle de 68 sistemas da plataforma, incluindo propulsão, energia, sistemas auxiliares e controle de avarias.

Esses desenvolvimentos representam marcos na capacitação tecnológica nacional, posicionando a Atech como receptora de tecnologias transferidas (ToT) por parcerias internacionais e consolidando o Brasil entre os países capazes de desenvolver e integrar sistemas navais de alta complexidade. A expertise adquirida propicia avanços tecnológicos e operativos que beneficiarão não apenas os sistemas embarcados, mas também infraestruturas terrestres de comando e controle.

Testes de mar da Fragata Tamandaré

OBTENÇÃO DO NDM “OIAPOQUE”

Obtenção, por Oportunidade, do NDM “Oiapoque”

Inserido no Programa para Recomposição do Núcleo do Poder Naval, a obtenção do Navio Doca Multipropósito (NDM) “Oiapoque” junto ao Reino Unido, por oportunidade, permitirá à MB, em observância à Estratégia de Defesa Marítima (EDM), recompletar a Força de Projeção. Essa Força, segundo a EDM, foi dimensionada de forma a ser capaz de alcançar os seguintes efeitos: defender/ retomar Ilhas Oceânicas nacionais; neutralizar alvos de interesse militar em terra; controlar área terrestre de interesse naval; e proteger bens, recursos e nacionais no exterior.

Navio Doca Multipropósito (NDM)
Oiapoque (G350)

As capacidades do NDM ultrapassam àquelas previstas para a Força de Projeção, possuindo uma vocação relevante nos campos de atuação de "Diplomacia Naval", na "Resposta a Desastres Naturais" e "Ajuda Humanitária no Exterior", ou em "Apoio às Ações do Estado", por ocasião de situações de emergências ou calamidades públicas.

A possibilidade de atuação em situações de prontidão para ações emergenciais de defesa civil, bem como fomentar a integração nacional e desenvolvimento regional permitiram a consolidação do Protocolo de Intenções nº 1/2025, entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e a Marinha do Brasil, para execução de providências administrativas e técnicas voltadas à aquisição desse meio. O Plano de Trabalho nº 1/2025 entre os partícipes estabelece a obrigação da descentralização de recursos orçamentários, por parte daquele Ministério, para concluir o processo de obtenção do navio.

O NDM "Oiapoque" poderá ser empregado em emergências decorrentes de catástrofes climáticas tão comuns em nosso país. Sua versatilidade se evidencia na capacidade de transportar pessoal e material, no emprego de aeronaves orgânicas e no uso de embarcações de desembarque que dispensam a necessidade de atracação, possibilitando operações em áreas isoladas ou de difícil acesso. O navio também permite a instalação de hospitais de campanha e a estruturação de um Centro Integrado de Planejamento e Controle, o que eleva de maneira significativa o alcance e a eficiência do apoio prestado.

O NDM "Oiapoque" deverá ser transferido à Marinha do Brasil na condição "*Ready to Sail*" (pronto para navegar e operar) até o fim de 2026.

Principais entregas em 2025

- Assinatura do Contrato de aquisição do Navio junto à Marinha do Reino Unido (*Royal Navy*); e

- Envio de parte da tripulação (Grupos ALFA e BRAVO e Grupo de Apoio Técnico – GAT) para o Reino Unido, para início da capacitação por meio de cursos e familiarização a bordo e para acompanhamento da prontificação do Navio.

Impactos socioeconômicos

Preparação para ações de defesa civil no enfrentamento de catástrofes climáticas, em apoio à população civil. O NDM "Oiapoque" reúne um conjunto de capacidades que ampliam e tornam mais econômica a atuação do Estado em missões humanitárias e em ações de prevenção, resposta e mitigação de desastres naturais.

Informações Orçamentárias 2025

Ação	Dotação Final	Despesas empenhadas
21CL	R$1.000.000,00	R$1.000.000,00

Dados computados até 31 de dezembro de 2025

Previsão de Recursos para os próximos Planos de Ação

Ano	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Previsão orçamentária	R$150.000.000,00	R$109.200.000,00	R$109.200.000,00	R$109.200.000,00	R$109.200.000,00	R$109.200.000,00

60
EMPRESAS ENVOLVIDAS
APROXIMADAMENTE

28.439
EMPREGOS DIRETOS

70.842
EMPREGOS INDIRETOS

83.368
EMPREGOS INDUZIDOS

3.4 PLANOS DE CURTO PRAZO

Para a elaboração da proposta orçamentária da Marinha, são realizadas reuniões nas quais são divulgadas as diretrizes para a montagem do Plano de Ação (PA) do ano A+1; priorizadas as necessidades da Força, em consonância com seus programas finalísticos do PPA, bem como as prioridades e metas definidas na LDO; e ajustados os tetos ao Referencial Monetário divulgado pelo MD, conforme orientações emanadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

Assim, no que concerne às perspectivas de curto prazo afetas às despesas discricionárias, evidencia-se, na agenda governamental retratada no PPA 2024-2027, o objetivo específico de "fortalecer as capacidades militares da MB para controlar e defender as AJB". Nesse sentido, torna-se imprescindível a continuidade dos investimentos da Marinha, com vistas a possibilitar a atuação da Força Naval em sua missão constitucional e em suas atribuições subsidiárias.

Não obstante, o patamar orçamentário alcançado por ocasião da sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 mostrou-se insuficiente para o atendimento de todas as necessidades de seus projetos estratégicos constantes no Novo PAC e daqueles considerados prioritários pela Força, tais como: o Programa Geral de Manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, principalmente dos que foram recentemente entregues ao Setor Operativo; o desenvolvimento e a industrialização do Míssil Antinavio Nacional (MANSUP), de tecnologia nacional e já em fase de testes nos meios operativos; o desenvolvimento e a implementação do SisGAAz, fundamental para o monitoramento do mar territorial e demais áreas jurisdicionais brasileiras; o programa de modernização dos meios de Fuzileiros Navais, que usualmente atuam em atividades de apoio ao Estado; e o alcance de níveis estratégicos de combustível e munição, cuja indisponibilidade implica consequências negativas à prontidão operativa da Força Naval no atendimento às demandas do Estado.

Dessa forma, a distribuição dos recursos privilegiou o atendimento das necessidades mínimas para o cumprimento das tarefas afetas à missão da MB e a sua manutenção operativa. Já a execução do PA 2025 foi marcada pelo faseamento contínuo do Limite de Movimentação e Empenho (LME), na ordem de 1/18 até novembro, correspondendo a 61% da dotação da Força, com integralização apenas em dezembro, a fim de cumprir a meta de resultado primário (meta fiscal) de déficit zero prevista na LDO. Tal situação impactou significativamente o ritmo de execução das despesas discricionárias, resultando na necessidade de inscrição de R$ 742 milhões em RP referentes às demais despesas discricionárias, correspondendo a 36% do LME final. Considerando-se também as obrigatórias com controle de fluxo, esse montante alcança R$ 1,333 bilhão, sendo R$ 119 milhões de RP reinscritos.

Os planos de curto prazo, com a indicação dos objetivos anuais, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

a) Acompanhamento do Programa 6111 - COOPERAÇÃO DA DEFESA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

OBJETIVO: 1288 – Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.		
2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo Produto: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 2.965 Reprogramado: 2.965 Realizado (período JAN-DEZ): 40
Responsável: DGN		

Localizador: 0001 – Nacional

Análise Adicional

A estrutura responsável pela coordenação central do Ensino Profissional Marítimo assegura a governança, padronização e supervisão dos processos formativos em âmbito nacional, incluindo o controle das carreiras de aquaviários e fluviários, a emissão de certificados, a programação de cursos e a orientação técnica aos órgãos executores. Também conduz estudos pedagógicos voltados à atualização de currículos, revisão de matrizes e melhoria de métodos, garantindo aderência aos marcos regulatórios e coerência entre as diferentes regiões.

Entretanto, as limitações estruturais decorrentes da liberação tardia do orçamento, associadas à necessidade sucessiva de replanejamentos e às dificuldades de oferta no mercado de cursos de cursos específicos para atender demandas muito particulares, impediram a realização de capacitações voltadas a atividades correlatas — como despachante marítimo, analista de *shipping* e outras funções associadas à cadeia logística e às operações portuárias e aquaviárias.

Ainda assim, os esforços concentraram-se na manutenção da continuidade administrativa, na padronização dos procedimentos, na confiabilidade dos registros e na melhoria gradual dos processos, preservando as condições para ampliar, com maior previsibilidade e qualidade, o atendimento às necessidades do setor nos próximos exercícios.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Fonte: SIOP.

b) Acompanhamento do Programa 6112 - DEFESA NACIONAL

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
123G	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares. Produto: Infraestrutura implantada Unidade de medida: percentual de execução física	Físico Meta: 2 Reprogramado: 2 Realizado (período JAN-DEZ): 1
Responsável: DGDNTM		

Localizador: 0001 – Nacional

Análise Adicional

No ano de 2025, os esforços foram direcionados, principalmente, às instalações necessárias ao apoio à operação e à manutenção dos Submarinos "Riachuelo" e "Humaitá", quais sejam, as entregas: do Prédio da BSIM, da Subestação Elétrica dos Cais 3 e 4, e da Estação de Tratamento de Efluentes com algumas pendências, bem como a finalização da construção do EMIM, com a conclusão do Pátio de Manobra de Submarinos, da Unidade móvel de fluido Fhari para submarinos e da Oficina de Apoio à Manutenção de Motores à Diesel.

No que tange ao CME, foram concluídos os seguintes projetos: Projeto Básico Civil e Eletromecânico dos Cais (exceto as planilhas orçamentárias) e o Projeto Conceitual da Fase 3 (Prédio Principal e as instalações de apoio ao mesmo).

Outrossim, cabe mencionar que o avanço físico da AO 123G foi abaixo do previsto, devido às restrições orçamentárias, que levaram à postergação do início de algumas obras para 2026.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Execução Física" dos Restos a Pagar Não Processados, foi apresentado o valor igual a 0 (zero). Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta, proporcional ao liquidado, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Plano Orçamentário: 0001 - Construção de Estaleiro e Base Naval (Contrato 4) Produto do PO: Infraestrutura implantada Unidade de medida: percentual de execução Físico Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 1	**Plano Orçamentário: 0003 - Despesas Operacionais** Produto do PO: Ação realizada Unidade de medida: unidade Físico Meta: 2 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 1

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
123H	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear Produto: Submarino construído Unidade de medida: percentual de execução física	Físico Meta: 6 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 0
Responsável: DGDNTM		

Localizador: 0001 – Nacional

Análise Adicional

Em 2025, destaca-se a conclusão da parametrização das máquinas semiautomáticas de soldagem e na conclusão da fabricação de ferramentas e JIGs (gabarito) que serão utilizadas na fabricação do casco do Submarino Nuclear Convencionalmente Armado (SNCA).

Já em relação ao Projeto dos Sistemas de Equipamentos Especiais, foram executados os eventos contratuais de consultoria técnica, contribuindo com o avanço da maturidade deste projeto.

Em 04JUN2025, foram assinados os contratos nº 10 e 12, para aquisição de Pacotes de Material Importado para o SNCA. Realizados os down payments (LOC 1/PO 1) referente à condição para de início de eficácia desses contratos. As entregas, a serem iniciadas nos próximos anos, comporão o avanço físico do indicador.

O avanço físico desta Ação foi abaixo do previsto, devido à implementação, em outubro de 2025, de nova métrica do indicador físico do SNCA, seguindo a recomendação do TCU (Acórdão 1125/2025) de não considerar a Transferência de Tecnologia como ativo do PROSUB, e sim como despesas do exercício.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre. Essa observação abarca os PO 0002, 0003 e PO 0004.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal nos campos "Realizado no Exercício" e "Execução Física" dos RAP, foram apresentados o valor igual a zero. Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta, proporcional ao liquidado, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

Plano Orçamentário: 0002 - Construção do Submarino Nuclear
Produto do PO: Submarino construído
Unidade de medida: percentual de execução
Físico
Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Plano Orçamentário: 0003 - Transferência de Tecnologia de Projeto e Construção de Submarino Nuclear (Contrato 6.2)
Produto do PO: Tecnologia adquirida
Unidade de medida: percentual de execução
Físico
Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 2

Plano Orçamentário: 0004 - Desenvolvimento da Propulsão Nuclear
Produto do PO: Reator implantado
Unidade de medida: percentual de execução
Físico
Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Plano Orçamentário: 0005 - Despesas Operacionais
Produto do PO: Ação realizada
Unidade de medida: unidade
Físico
Meta: 2
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Plano Orçamentário: 0006 - Coordenação Técnico-Administrativa dos Contratos (Contrato 5)
Produto do PO: Contrato acompanhado
Unidade de medida: percentual de execução
Físico
Meta: 0
Reprogramado: 0
Realizado (período JAN-DEZ): 2

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
123I	Construção de Submarinos Convencionais Produto: Submarino construído Unidade de medida: percentual de execução física	Físico Meta: 8 Reprogramado: 4 Realizado (período JAN-DEZ): 1
Responsável: DGDNTM		

Localizador: 0001 – Nacional

Análise Adicional

Em 2025, foram realizados fornecimentos de materiais para os Submarinos Convencionais (S-BR), em especial o S-BR Tonelero e o S-BR Almirante Karam, que receberam materiais e apoio logísticos (ferramentas, equipamentos de reposição e itens de sobressalentes) para auxiliar as fases de teste dos submarinos em fase final de construção, bem como materiais para o período de garantia dos demais Submarinos já entregues ao setor operativo da MB, conforme: 1-S-BR1 (Riachuelo): em operação desde sua entrega provisória, ocorrida em agosto de 2022, finalizado o período degarantia em janeiro de 2024, aceito definitivamente em novembro de 2025; 2- S-BR2 (Humaitá): em operação desde sua entrega provisória, ocorrida em agosto de 2022, finalizado o período de garantia em janeiro de 2024, aceito definitivamente em novembro de 2025; 2- S-BR2 (Humaitá): em operação desde sua entrega provisória, ocorrida em janeiro de 2024; 3- S-BR3 (Tonelero): em operação pela MB desde sua entrega provisória, ocorrida em novembro de 2025; e 4- S-BR4 (Almirante Karam): Iniciado o período de testes com o lançamento ocorrido em novembro de 2025, entrega prevista para 2026. Outrossim, cabe mencionar que o avanço físico da AO 123I foi abaixo do previsto, em virtude da necessidade de remanejamento de recursos para atender outras metas do PROSUB consideradas prioritárias. A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre. Essa observação abarca o LOC 0001 e PO 0002, 0003 e 0006. Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", foi apresentado o valor igual a 0 (zero).

Plano Orçamentário: 0001 - Pacote de Materiais para a Construção de 4 Submarinos (Contrato 1A)
Produto do PO: Material recebido
Unidade de medida: percentual de execução
Físico
Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Plano Orçamentário: 0002 - Construção de 4 Submarinos Convencionais (Contrato 1B)
Produto do PO: Submarino construído
Unidade de medida: percentual de execução
Físico
Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Plano Orçamentário: 0003 - Obtenção de Torpedos e Despistadores (Contramedidas Antitorpedo)
Produto do PO: Armamento obtido
Unidade de medida: percentual de execução
Físico
Meta: 1
Reprogramado: 10
Realizado (período JAN-DEZ): 7

Plano Orçamentário: 0006 - Despesas Operacionais
Físico
Meta: 2
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
14T7	Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha Produto: Sistema construído Unidade de medida: percentual de execução	Físico Meta: 13 Reprogramado: 3 Realizado (período JAN-DEZ): 1
Responsável: DGDNTM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

Dentre as principais realizações em 2025, destacam-se, a conclusão de obras civis do Prédio Auxiliar Controlado (PAC) do LABGENE.

Foi assinado o contrato referente à consultoria para serviços técnicos afetos a sistemas a serem empregados na PNE, PO: 0005, e realizado o pagamento atinente a condição para de início de eficácia desse contrato. As entregas, a serem iniciadas nos próximos anos, comporão o avanço físico do indicador.

A reestruturação da AO 14T7, no corrente ano, com a incorporação do desenvolvimento da PNE em sincronia com o respectivo protótipo, impõe-se o replanejamento dos valores previstos de avanço físico, tendo sido reprogramada a meta de 2025 para 67% (avanço de 2% em 2025), bem como ajustadas as projeções para 2026 e 2027, para 2,5% e 4% de avanço físico, respectivamente.

O realizado físico do PO 0001 ficou em 1%, decorrente de materiais que tiveram parcial recusa no recebimento ao final de 2025, exigindo reprogramação de eventos para 2026.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo Execução Física dos Restos a Pagar Não Processados, foi apresentado o valor igual a 0 (zero). Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Plano Orçamentário: 0001 - Construção do Protótipo de Reator Nuclear Produto do PO: Protótipo construído Unidade de medida: percentual de execução Físico Meta: 7 Reprogramado: 2 Realizado (período JAN-DEZ): 1	**Plano Orçamentário: 0002 - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear** Produto do PO: Ciclo do combustível desenvolvido Unidade de medida: percentual de execução Físico Meta: 6 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 1	**Plano Orçamentário: 0004 - Manutenção e Operação das Unidades de Tecnologia Nuclear da Marinha** Produto do PO: Unidade mantida Unidade de medida: unidade Físico Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 1

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
1N47	Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) Produto: Navio construído Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 4 Reprogramado: 4 Realizado (período JAN-DEZ): 0

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A importância dos investimentos no Programa de Obtenção de Navios Patrulha, por intermédio da execução da AO 1N47, pode ser observada nas capacidades ao País trazidas pelos Meios, como emprego nas mais variadas missões, com destaque para operações de defesa das plataformas de exploração e explotação de petróleo e gás no mar; e patrulha naval.

O indicador da entrega referencia o número de NPa da Classe "Macaé" com perspectiva de incorporação à Força, estando, atualmente, em construção o NPa "Mangaratiba" e o NPa "Miramar".

No exercício de 2025, a meta foi impactada pelo bloqueio de recursos, que resultou na readequação do planejamento, postergando metas físicas para o exercício financeiro subsequente. Como principais entregas de 2025:

NPa "Mangaratiba": Avanço da construção, com incrementos significativos na propulsão, elétrica, estruturas e acabamento.
NPa "Miramar": Início da construção do casco em blocos.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal nos campos "Realizados" do Exercício, bem como do Restos a Pagar Não Processados, foi apresentado o valor igual a 0 (zero). Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
1N56	Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio Produto: Projeto desenvolvido Unidade de medida: percentual de execução física	Físico Meta: 63 Reprogramado: 63 Realizado (período JAN-DEZ): 52
Responsável: DGMM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A execução da Ação Orçamentária 1N56 – Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio - manteve-se compatível com o planejamento físico estabelecido para o exercício de 2025.

A mensuração da evolução física da meta observa o percentual de desenvolvimento do Projeto MANSUP que, atualmente, atinge o patamar de 82% de cumprimento do planejamento. No que tange ao aspecto financeiro, os créditos orçamentários foram aplicados, prioritariamente, no pagamento de eventos contratuais relacionados à Fundação EZUTE, responsável pelo gerenciamento complementar do Projeto MANSUP, bem como em atividades associadas à preparação do casco destinado ao afundamento, no contexto dos testes de lançamento do P-5, protótipo do MANSUP.

A execução financeira observada apresenta aderência ao cronograma contratual estabelecido e ao estágio avançado de execução física do projeto.

A meta física dos Restos a Pagar Não Processados foi executada no ano anterior.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
20T4	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa Produto: Sistema aprimorado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 5 Reprogramado: 5 Realizado (período JAN-DEZ): 0
Responsável: SGM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A AO 20T4 não foi contemplada com recursos orçamentários em 2025, portanto nada foi realizado e não há análise a ser efetuada.

A diferença apurada entre o Reprogramado Financeiro e a Dotação Atual, justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre do exercício.

Plano Orçamentário: 0001 - Serviços de Catalogação para Itens de Suprimentos Norte-Americanos
Produto do PO: Serviço contratado
Unidade de medida: unidade
Físico
Meta: 5
Reprogramado: 5
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
20XO	Desenvolvimento Tecnológico da Marinha Produto: Projeto de pesquisa e desenvolvimento apoiado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 1
Responsável: DGDNTM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

Em 2025, o CTMRJ e suas ICT consolidaram avanços relevantes para o fortalecimento da capacidade científica, tecnológica e operacional da MB, com impactos diretos na soberania, na inovação e no preparo do Poder Naval. Destacaram-se os avanços do Projeto Sistema Tático de Fatores Ambientais (STFA), com a ampliação de climatologias de correntes e a atualização de Informações para o Navegante; do Projeto Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o Planejamento das Operações Navais (SISPRES), com a modernização de interfaces, rotinas de banco de dados e modelos acústicos; e do Projeto Laboratório de Geoquímica Ambiental Forense (MIALGAF), que manteve a acreditação ISO 17025 do laboratório oficial da Autoridade Marítima, garantindo prontidão técnica para atuação em incidentes de poluição por óleo. Destaca-se ainda para o Veículo de Superfície Não Tripulado (VSNT). A iniciativa fortalece as capacidades de Contramedidas de Minagem, reduz riscos humanos e custos operacionais, além de estimular doutrinas mais modernas de Guerra Naval. A natureza dual da tecnologia amplia seu potencial de aplicação em inspeções submarinas, levantamentos hidrográficos, busca e salvamento e outras atividades marítimas estratégicas, alinhando inovação, eficiência e segurança. Nesta Ação Orçamentária há R$ 500.000,00 referente a Emenda Parlamentar (VSNT).

Plano Orçamentário: 0004 - Desenvolvimento de Tecnologias de Interesse aplicadas na Guerra Naval
Produto do PO: Pesquisa desenvolvida
Unidade de medida: unidade
Físico
Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
20XR	Capacitação Profissional da Marinha Produto: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 70.004 Reprogramado: 50.640 Realizado (período JAN-DEZ): 40.650
Responsável: DGPM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

As ações empreendidas em 2025 possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua de militares e servidores da MB para o desempenho de atividades de natureza técnico-profissional, em diferentes níveis e modalidades de ensino, conduzidas pelas 22 OM de Ensino responsáveis pela formação e pelo aprimoramento da força de trabalho da Marinha. Tais iniciativas, pautadas na excelência e na meritocracia, resultaram na capacitação de aproximadamente 40.650 militares e servidores no âmbito da MB.

Em 2025, a AO foi parcialmente preservada de cortes e bloqueios orçamentários. Embora essa medida tenha possibilitado a manutenção do status quo, ela limitou a recuperação da capacidade instalada e a elevação da qualidade do Sistema de Ensino Naval (SEN), o qual vem, gradualmente, apresentando defasagens decorrentes da obsolescência de sua infraestrutura e de seus meios.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual, tanto do Localizador quanto do PO: 0001, justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Plano Orçamentário: 0001 - Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Militares e Civis da Marinha
Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Físico
Meta: 70.000
Reprogramado: 50.640
Realizado (período JAN-DEZ): 40.650

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL Produto: Unidade mantida Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 2 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 1
Responsável: DGDNTM (AMAZUL)		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A AMAZUL (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.) tem como missão promover, desenvolver, transferir e manter tecnologias sensíveis às atividades do Programa Nuclear da Marinha (PNM), do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e do Programa Nuclear Brasileiro (PNB), para contribuir para a independência tecnológica do País, em benefício da nossa sociedade. Nesse contexto, os recursos disponibilizados nesta AO custearam as atividades relacionadas à manutenção da unidade, permitindo a execução de despesas, dentre as quais, podemos citar: Programa Jovem Aprendiz; contratação de serviços de vigilância e limpeza; fornecimento de energia elétrica e água/esgoto; transporte de empregados; telefonia móvel, fixa e internet; pagamento de imposto predial e territorial urbano (IPTU); cursos e treinamentos; postagens e encomendas; materiais e equipamentos da área de tecnologia da informação e comunicação.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
212O	Movimentação de Militares Produto: Militar atendido Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 15.000 Reprogramado: 15.000 Realizado (período JAN-DEZ): 12.780
Responsável: SGM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

Em 2025, os recursos executados com as movimentações de militares auxiliam a manutenção do efetivo da Marinha, incluindo áreas de fronteira e comunidades ribeirinhas, onde a Força exerce ações de cunho social em apoio à população local.

Ademais, os seguintes aspectos influenciaram na execução da Ação:

Com a forte oscilação do dólar, o valor liquidado no exterior passou também a sofrer uma maior oscilação, quando comparado a períodos anteriores, enquanto o quantitativo físico realizado permaneceu praticamente inalterado.

A concentração da execução ocorre na região Sudeste, pelo fato da Esquadra e as OM que ministram os cursos de carreira serem sediadas no Estado do Rio de Janeiro, representando 44% de todas as movimentações realizadas.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
219D	Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares Produto: Organização militar adequada Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 6 Reprogramado: 6 Realizado (período JAN-DEZ): 1
Responsável: DGPM (PO 0001 e 0002) e ComOpNav (PO 0008)		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

Os recursos da AO 219D, provenientes de Emendas Parlamentares, constituem um grande impulso para as Organizações Militares (OM) contempladas, visto que representam uma oportunidade de obter recursos adicionais para projetos e ações específicas, complementando o orçamento das unidades.

Tais recursos permitiram ao longo do exercício de 2025:

- Recuperar e melhorar a infraestrutura das OM, garantindo ambientes seguros e adequados para os nossos militares e servidores;
- Realizar obras e reformas para apoiar o pessoal e as operações, melhorando a qualidade de vida e o desempenho no trabalho; e
- Adquirir equipamentos fixos essenciais para garantir a eficiência e a prontidão das nossas unidades.

Além disso, essas melhorias contribuem para o desenvolvimento regional e nacional, fomentando o comércio local.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

A meta física dos Restos a Pagar Não Processados foi executada no ano anterior.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", foi apresentado o valor igual a 0 (zero) para o Localizador: 0001- PO: 0008. Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta física proporcional ao financeiro, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

Plano Orçamentário: 0001 - Adequação de Instalações de Ensino da Marinha Produto do PO: Organização militar adequada Unidade de medida: unidade Físico Meta: 2 Reprogramado: 2 Realizado (período JAN-DEZ):1	**Plano Orçamentário: 0002 - Adequação de Instalações de Saúde da Marinha** Produto do PO: Organização militar adequada Unidade de medida: unidade Físico Meta: 1 Reprogramado: 0 Realizado (período JAN-DEZ): 1	**Plano Orçamentário: 0008 - Adequação de Instalações destinadas às Atividades Administrativas e Logísticas da Marinha** Produto do PO: Organização militar adequada Unidade de medida: unidade Físico Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 0Realizado (período JAN-DEZ): 18.871

0010 - Na Região Norte (localizador)

Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202544760002: A obra da Escola da Marinha do Brasil no Amazonas fortalece a educação e a formação de profissionais qualificados, promove inclusão e oportunidades para jovens da região e impulsiona o desenvolvimento local. Além disso, contribui para a valorização da Marinha, da segurança e da cidadania, gerando impactos sociais e econômicos positivos para a sociedade.

0015 – No Estado do Pará (localizador)

Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202530820001: A execução da ação contribuiu para o aprestamento das Forças, em conformidade com a finalidade estabelecida no espelho da emenda parlamentar, mediante a aplicação de recursos no custeio da manutenção e no incremento dos meios empregados em ações de Segurança Marítima e de Assistência Hospitalar às populações ribeirinhas no Estado do Pará.

Os recursos foram aplicados na aquisição de materiais permanentes e equipamentos operacionais, incluindo embarcação orgânica com motor de popa, equipamentos de navegação, comunicações e de Controle de Avarias (CAv), bem como em ações de adequação, recuperação e melhoria de infraestrutura, visando à habitabilidade, à prontidão e ao fortalecimento da capacidade operacional, logística e administrativa das Organizações Militares apoiadas, sob a responsabilidade do Com4°DN.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", foi apresentado o valor igual a 0 (zero).

Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta física proporcional ao financeiro, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

0026 – No Estado de Pernambuco (localizador)

Meta: 7
Reprogramado: 7
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202527240011, nº 202542520007 e nº 202542780006: A execução da ação foi favorecida pela adequada programação orçamentária, pela liberação dos créditos oriundos da referida emenda, bem como pela atuação integrada da equipe técnica responsável, o que contribuiu para o cumprimento do cronograma inicialmente previsto. Como fatores que dificultaram a execução, destacam-se atrasos pontuais em procedimentos administrativos e a necessidade de adequações operacionais, sem prejuízo ao alcance dos objetivos propostos.

Os recursos oriundos da emenda parlamentar foram aplicados na área de infraestrutura, promovendo melhorias por meio da realização de reformas e aquisição de material permanente. Tais investimentos contribuíram para o aprimoramento das condições físicas e operacionais da Instituição, incluindo melhorias no parque de viaturas utilizado no atendimento às demandas do corpo docente e discente.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", foi apresentado o valor igual a 0 (zero).

Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta física proporcional ao financeiro, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

0029 – No Estado da Bahia (localizador)

Meta: 3
Reprogramado: 3
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202524680024: O planejamento licitatório adequado do Com2ºDN acelerou a execução da emenda parlamentar, garantindo eficiência administrativa e segurança jurídica nos recursos para adequação de ativos de infra-estrutura das OM subordinadas.

A meta visa adequar ativos de infraestrutura das Organizações Militares do Comando do 2º Distrito Naval (BA/SE), abrangendo manutenção predial, elétrica e de equipamentos para preservar funcionalidade operativa.

OM modernizadas asseguram a fiscalização naval, a segurança da navegação e a resposta rápida a emergências marítimas na área do Com2ºDN.

Emenda Parlamentar nº 202526010005: O planejamento licitatório adequado do Com2ºDN acelerou a execução da emenda parlamentar, garantindo eficiência administrativa e segurança jurídica nos recursos para adequação de ativos de infraestrutura das OM subordinadas.

A referida emenda visa atender as demandas da Divisão de Veteranos e Pensionistas e do Núcleo de Assistência Social, responsáveis pela assistência integrada e cadastramento anual de veteranos, pensionistas e servidores civis do Com2ºDN.

Infraestrutura modernizada (manutenção predial, elétrica e equipamentos) assegura o funcionamento contínuo desses serviços assistenciais, garantindo atendimento digno e cadastramento eficiente, além de fiscalização naval, segurança da navegação e respostas rápidas a emergências marítimas na área do Com2ºDN.

0033 – No Estado do Rio de Janeiro (localizador)

Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202543800018: Construção do Alojamento no 2ºBtlInfFuzNav apresenta impactos positivos diretos e estratégicos, estando plenamente alinhada à adequação do CFN à sua atual estrutura de efetivos, bem como ao cumprimento integral da missão constitucional e operacional da Unidade. Tal adequação torna-se essencial diante da crescente incorporação e do emprego contínuo de militares nas atividades operativas, administrativas e de apoio do CFN. Sob o aspecto operacional, a construção do alojamento amplia a capacidade de absorção de efetivo do Batalhão, possibilitando o emprego pleno e permanente de militares nas diversas tarefas desempenhadas pelo 2ºBtlInfFuzNav. Essa ampliação contribui de forma direta para o incremento da flexibilidade, da prontidão e da sustentabilidade operacional da Unidade, características fundamentais para uma tropa expedicionária de pronto emprego. Além de fortalecer a capacidade do Batalhão de cumprir sua missão de atuar em operações anfíbias, no combate em ambientes urbanos, bem como em operações de Garantia da Lei e da Ordem e de ajuda humanitária, garantindo que o 2ºBtlInfFuzNav mantenha elevados padrões de eficiência, prontidão e interoperabilidade.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", foi apresentado o valor igual a zero. Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta física proporcional ao financeiro.

0041 – No Estado do Paraná (localizador)

Meta: 10
Reprogramado: 10
Realizado (período JAN-DEZ): 8

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202543200005: O projeto de adequação do alojamento feminino garante segurança, conforto e acessibilidade, promovendo melhores condições de trabalho e bem-estar para as ocupantes. Além de valorizar a igualdade de gênero, fortalece a eficiência operacional da OM e contribui para um ambiente mais inclusivo, refletindo em benefícios diretos para a sociedade.

0043 – No Estado do Rio Grande do Sul (localizador)

Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202530200014: A OM do Sistema de Saúde da Marinha contemplada foi a Policlínica Naval de Rio Grande (PNRG).

O valor liquidado refere-se à elaboração do Projeto Básico, que subsidiou o processo licitatório para a contratação de empresa destinada à instalação de usina de geração de energia elétrica, por meio de sistema fotovoltaico.

Emenda Parlamentar nº 202542950010: Apesar da formalização contratual concluída, o início efetivo das atividades de ampliação do portão e revitalização do piso do hangar no Com5ºDN mostrou-se inviável no exercício corrente devido a desafios no processo licitatório.

O projeto elevará a capacidade de operações aeronavais, agilizando o apoio aos navios, salvamento no mar, fiscalização portuária (Rio Grande, Itajaí) e proteção à navegação, beneficiando economia marítima, exportações e segurança costeira na região Sul.

A meta física dos Restos a Pagar Não Processados foi executada no ano anterior.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", foi apresentado o valor igual a 0 (zero).

Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta física proporcional ao financeiro, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

3908 - No Município de Santos - SP (localizador)

Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202535970004: A instalação de sistema de geração de energia solar reduz custos e consumo de energia, promove sustentabilidade e menor impacto ambiental, e fortalece a eficiência operacional da OM. Além disso, contribui para a conscientização sobre energias renováveis, reforçando o compromisso com o meio ambiente e trazendo benefícios diretos para a sociedade.

5259 - No Município de Porto Murtinho - MS (localizador)

Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202514510001: A adequação das instalações, a aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de serviços elevam a qualidade e a eficiência das operações, melhoram as condições de trabalho, otimizam o uso de recursos públicos e ampliam a capacidade de atendimento. Esses avanços refletem em serviços mais seguros, modernos e eficazes para a sociedade.

7044 - Reforma do Telhado da Capitania dos Portos em Aracati - No Estado do Ceará (localizador)

Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202524410003: A reestruturação do telhado da OM garante maior segurança, preserva o patrimônio público e melhora as condições de trabalho e atendimento. Além disso, reduz custos com manutenções corretivas, aumenta a eficiência das instalações e assegura a continuidade dos serviços prestados, gerando benefícios diretos e duradouros para a sociedade.

7045 - Delegacia Fluvial de Presidente Epitácio - No Estado de São Paulo (localizador)

Meta: 5
Reprogramado: 5
Realizado (período JAN-DEZ): 2

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202525170004: A contratação do serviço de reforma do grupo de atendimento ao público e do pátio interno, aliada à aquisição de materiais para a OM, melhora a infraestrutura, amplia o conforto, a acessibilidade e a eficiência no atendimento. Essas melhorias qualificam os serviços prestados, fortalecem a gestão pública e geram benefícios diretos à sociedade.

7046 - Reforma de Salas de Aula - No Estado de Pernambuco (localizador)

Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Emenda Parlamentar nº 202543670019: A execução da Emenda Parlamentar possibilitou a reforma e a reestruturação das salas de aula do EPM na Capitania dos Portos de Pernambuco, contribuindo para a melhoria da infraestrutura e das condições de ensino, o que incrementa diretamente a segurança da navegação e a qualidade da formação do público-alvo do EPM.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", foi apresentado o valor igual a 0 (zero).

Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta física proporcional ao financeiro, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21A0	Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa Produto: Organização militar aprestada Unidade de medida: unidade	Físico Meta 474 Reprogramado: 474 Realizada (período JAN-DEZ): 303
Responsável: SGM (PO 0001 e COMB), ComOpNav (PO 0002),		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A Ação 210A é de elevada importância para a MB (MB), pois sustenta despesas essenciais de diversas OM. Abrange atividades de planejamento, organização, instrução, adestramento, desenvolvimento doutrinário, pesquisa, inteligência, logística e mobilização, entre outras ações estruturantes da preparação operativa da Força.

As demandas das OM superaram o orçamento disponível, quadro agravado pelo contingenciamento ao longo de 2025, que reduziu a capacidade de executar adestramentos, manutenções e adquirir suprimentos críticos, comprometendo o desenvolvimento das atividades previstas.

Diante do orçamento limitado, os créditos foram priorizados na aquisição e manutenção de materiais, equipamentos e insumos, na contratação de serviços e em ações de instrução, inteligência, logística e adestramento de pessoal, com foco na manutenção da capacidade operativa e na otimização de recursos, especialmente nas atividades técnicas e gerenciais ligadas à logística de material e ao aprestamento das Forças Navais.

Registra-se que a meta física dos Restos a Pagar Não Processados foi integralmente cumprida no exercício anterior.

O valor empenhado superou a dotação atual devido à parcela desta AO ser realizada no exterior, sujeita a variações cambiais.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre. Essa observação abarca: Localizador 1; PO 1 e COMB; e Localizador 24.

Plano Orçamentário: 0001 - Logística de Material da Marinha	**Plano Orçamentário: 0002 - Aprestamento das Forças Navais**	**Plano Orçamentário: COMB - Logística de Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes**
Produto: OM mantida Unidade de medida: unidade Físico Meta: 464 Reprogramado: 464 Realizado (período JAN-DEZ): 309	Produto: Força aprestada Unidade de medida: unidade Físico Meta: 14 Reprogramado: 14 Realizado (período JAN-DEZ): 10	Produto do PO: Combustível adquirido Unidade de medida: metro cúbico Físico Meta: 45.000 Reprogramado: 45.000 Realizado (período JAN-DEZ): 18.871

0013 – No Estado do Amazonas (localizador)

Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Análise Adicional

Os recursos relacionados ao referido localizador viabilizaram a substituição do telhado da Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT), a execução completa da obra na Copa dos Alunos do EPM, e a aquisição de materiais necessários ao adequado funcionamento dos cursos do EPM ministrados na CFT, situada no Estado do Amazonas. Esses investimentos fortaleceram a infraestrutura da OM e contribuíram diretamente para a melhoria dos serviços oferecidos à população local.

0014 – No Estado de Roraima (localizador)

Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 2

Análise Adicional

Os recursos destinados ao referido localizador possibilitaram a aquisição de uma moto aquática e de dois novos motores de popa destinados à manutenção em embarcações empregadas pela Agência Fluvial de Caracaraí (AgCaracaraí), situada no Município de Caracaraí, Estado de Roraima. Esses investimentos reforçaram a capacidade operacional da OM e contribuíram para as atividades de segurança do tráfego aquaviário, EPM, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica em sua área de jurisdição.

0015 – No Estado do Pará (localizador)

Meta: 6
Reprogramado: 6
Realizado (período JAN-DEZ): 5

Análise Adicional

Os recursos destinados ao referido localizador atenderam aos meios subordinados ao Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Norte (ComGptPatNavN), contemplando ações voltadas à manutenção do aprestamento das embarcações e ao suporte das unidades de atenção à saúde que atendem às populações ribeirinhas da Amazônia Oriental. Ressalta-se que o emprego desses meios contribui significativamente para o planejamento, a operacionalização e a execução de ACISO, fortalecendo a assistência à saúde nas comunidades ribeirinhas situadas na área de jurisdição do Com4°DN.

Registra-se, ainda, que a meta física referente aos Restos a Pagar Não Processados foi integralmente executada no exercício anterior.

0024 - No Estado do Rio Grande do Norte (localizador)

Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Análise Adicional

Os recursos da Ação Orçamentária 21A0 aplicados neste localizador viabilizaram a adequação do paiol de embarcações do 3º Batalhão de Operações Litorâneas de Fuzileiros Navais (3°BtlOpLitFN), situado no Estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do país. As intervenções executadas permitiram a utilização segura e operacionalmente adequada do espaço, aprimorando as condições de guarda, conservação e organização das embarcações. Tais melhorias elevaram a segurança do material, otimizaram os fluxos logísticos internos e contribuíram para a eficiência no emprego dos meios navais da OM.

Ressalta-se que o localizador foi atendido por meio da Emenda Parlamentar nº 2025539940017, cujo valor aprovado foi inferior ao previsto na LOA, resultando na diferença entre a LOA e a Dotação Atual.

0029 - No Estado da Bahia (localizador)

Meta: 10
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Os créditos alocados neste localizador foram destinados à aquisição de um veículo para substituição de viatura administrativa com ciclo de vida ultrapassado, bem como à modernização de embarcação pertencente à Delegacia da Capitania dos Portos em Ilhéus (DelIlheus), por meio da substituição de seu motor de popa. Os meios obtidos e modernizados serão empregados no incremento das ações de fiscalização do tráfego aquaviário e nas operações de busca e salvamento conduzidas nas áreas marítimas sob jurisdição da DelIlheus, localizada no Estado da Bahia.

0033 - No Estado do Rio de Janeiro (localizador)

Meta: 10
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional

Os créditos alocados neste localizador foram empregados na aquisição de novas Embarcações de Desembarque Pneumática (EDPn), bem como de material de mergulho destinado ao Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav), sediado no Estado do Rio de Janeiro.

Os investimentos efetuados promovem a renovação e modernização dos meios operativos do BtlOpEspFuzNav, essenciais para a manutenção da elevada prontidão exigida nas operações especiais. Os novos equipamentos contribuem diretamente para o cumprimento eficaz das missões constitucionais e subsidiárias atribuídas ao CFN, elevando a segurança da tropa, a eficiência operacional e a capacidade de pronta resposta da Força. Ademais, asseguram a continuidade do emprego dos meios com elevados padrões de confiabilidade, interoperabilidade e eficácia operativa.

Registra-se, por fim, que o valor empenhado supera a dotação atual em decorrência da execução de parcela dos recursos no exterior, sujeita a variações cambiais.

2236 - No Município de Porto Seguro - BA (localizador)

Meta: 5
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 1

Análise Adicional

Os recursos disponibilizados neste localizador viabilizaram a aquisição de uma moto aquática para a Delegacia da Capitania dos Portos em Porto Seguro (DelPSeguro), visando à modernização dos meios orgânicos empregados nas atividades operativas de inspeção naval, busca e salvamento e patrulhamento aquaviário no município de Porto Seguro, Estado da Bahia. A incorporação do novo meio contribui para o incremento da segurança do tráfego aquaviário e para a ampliação da capacidade de resposta da OM em sua área de jurisdição.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21BY	Fiscalização da Navegação Aquaviária Produto: Fiscalização realizada Unidade de medida: unidade	Físico Meta Anual LOA: 506.500 Reprogramada: 80.000 Meta realizada (período JAN-DEZ): 80.000
Responsável: ComOpNav		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A execução da Ação 21BY em 2025 foi marcada pela priorização estratégica de inspeções navais de Nível 1, garantindo a segurança em navios e plataformas e o cumprimento de compromissos internacionais do Brasil (IMO). Estas atividades, embora estatisticamente contabilizadas como uma "unidade", demandam peritos qualificados e tempo prolongado de fiscalização conforme a NORMAM-301/DPC. Em paralelo, as inspeções de Nível 2 foram realizadas conforme a demanda sazonal e regional (como nas operações "Navegue Seguro" e festas populares).

É necessário destacar que a baixa eficácia em relação à LOA decorre de uma meta superdimensionada, que não considerou a insuficiência do orçamento de custeio inicial. O incremento orçamentário via emendas parlamentares focou na modernização e aquisição de meios operativos (como viaturas e embarcações no PA, PB, PR e outros estados) , mas não supre a necessidade de recursos para a manutenção do ritmo operacional das inspeções. Por fim, a métrica atual de medição não distingue, ao misturar inspeções periciais de alta complexidade (Nível 1) com abordagens de tráfego (Nível 2), o que gera uma desconexão entre o gasto financeiro e a produtividade real reportada no sistema.

Plano Orçamentário: 0001 - Registro e Fiscalização de Embarcações
Produto do PO: Embarcação fiscalizada
Unidade de medida: unidade
Físico
Meta: 210.750
Reprogramado: 80.000
Realizado (período JAN-DEZ): 80.000

0015 – No Estado do Pará (localizador)

Meta: 20
Reprogramado: 20
Realizado (período JAN-DEZ): 4

Análise Adicional
Emenda parlamentar 22630012 - Jader Barbalho
Aquisição de meios (lanchas e viaturas) e equipamentos.
Emenda parlamentar 44570007 - Renilce Nicodemos
Aquisição de meios (lancha e viatura) e equipamentos

0023 – No Estado do Ceará (localizador)

Meta: 10
Reprogramado: 10
Realizado (período JAN-DEZ): 8

Análise Adicional
Emenda parlamentar - 20830008 - André Figueiredo
Adequação das instalações, aquisição de equipamentos e materiais e contratação de serviços.

0025 – No Estado da Paraíba (localizador)

Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional
Emendas parlamentares:
27110011 Aguinaldo Ribeiro
35300016 Damião Feliciano
41410003 Daniella Ribeiro
42700015 Efraim Filho
12710006 Luiz CDEZo
44360005 Murilo Galdino
27150015 Ruy Carneiro

Metas:
Contratação de serviços e aquisição de materiais para manutenção de meios e instalações.
Aquisição de meios para emprego nas atividades de apoio à Segurança da Navegação no estado da PB.
Aquisição de meios para apoio à Segurança da Navegação.
Aquisição de uma viatura.
Aquisição de embarcação.
Aquisição de embarcações para fiscalização, socorro e salvamento no mar do litoral Paraibano.
Registra-se que o recurso foi comprometido e está aguardando a entrega para concretização da meta.
Em relação a meta física do RAP, a mesma foi computada no exercício anterior.

0026 – No Estado de Pernambuco (localizador)

Meta: 3
Reprogramado: 3
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional
Emendas parlamentares:
27180014 - Augusto Coutinho - Adequação das instalações, aquisição de equipamentos e materiais e contratação de serviços.
43230010 - Clarissa Tércio - Aquisição de veículo pela Capitania dos Portos de Pernambuco.
Registra-se que o recurso foi comprometido e está aguardando a entrega para concretização da meta.
Em relação a meta física do RAP, a mesma foi computada no exercício anterior.

0027 – No Estado de Alagoas (localizador)

Meta: 10
Reprogramado: 10
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional
Emendas parlamentares:
Emendas parlamentares:
43470006 - Delegado Fabio Costa - Aquisição de moto aquática.
29730022 - Paulão - Atividades de fiscalização.
Registra-se que o recurso foi comprometido e está aguardando a entrega para concretização da meta.
Em relação a meta física do RAP, a mesma foi computada no exercício anterior.

0031 – No Estado de Minas Gerais (localizador)

Meta: 5
Reprogramado: 5
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional
Emendas parlamentares:
14070006 - Odair Cunha - Aquisição de meios
* Registra-se que o recurso foi comprometido e está aguardando a entrega para concretização da meta.

0032 - No Estado do Espírito Santo (localizador)

Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 2

Análise Adicional
Emendas parlamentares
39480008 - Da Vitória - Adequação das instalações, aquisição de equipamentos e materiais e contratação de serviços.

Fonte: SIOP.

0033 - No Estado do Rio de Janeiro (localizador)

Meta: 2
Reprogramado: 2
Realizado (período JAN-DEZ): 2

Análise Adicional
Emenda parlamentar

00041 – No Estado do Paraná (localizador)

Meta: 10
Reprogramado: 10
Realizado (período JAN-DEZ): 10

Análise Adicional
Emendas parlamentares:
18670014 - Luiz Carlos Hauly - Aquisição de uma viatura.
40660014 - Sargento Fahur - Modernização dos meios operativos e equipamentos de inteligência.
37710011 - Toninho Wandscheer - Atividades de segurança da navegação.

3908 - No Município de Santos - SP (localizador)

Meta: 10
Reprogramado: 10
Realizado (período JAN-DEZ): 10

Análise Adicional
Emenda parlamentar 35970005 - Alberto Mourão - Adequação das instalações, aquisição de equipamentos e materiais e contratação de serviços.

7001 - Aquisição de Veículo - No Estado de Rondônia (localizador)

Meta: 5
Reprogramado: 5
Realizado (período JAN-DEZ): 0

Análise Adicional
* Registra-se que o recurso foi comprometido e está aguardando a entrega para concretização da meta.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

21BZ	Prestação de Auxílios à Navegação Produto: Auxílio à Navegação disponibilizado Unidade de medida: unidade	Físico Meta Anual LOA: 98 Reprogramado: 394 Meta realizada (período JAN-DEZ): 237
Responsável: DGN		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

Os recursos foram empregados no custeio das despesas compulsórias, com o objetivo de assegurar o funcionamento das organizações, dos navios subordinados e dos núcleos de balizamento. Também foram custeadas despesas com manutenção, visando garantir o pleno funcionamento da infraestrutura técnico-administrativa de apoio, bem como manter as mínimas condições de operabilidade dos seus materiais (máquinas/equipamentos). Ademais, buscou-se prover a conservação, habitabilidade e assepsia das suas instalações, incluindo os Faróis, além de prover as condições administrativas essenciais ao desenvolvimento das suas atividades laborais, diretamente relacionadas à segurança da navegação aquaviária e à salvaguarda da vida humana no mar. Foram executadas manutenções, preventivas e corretivas, nas embarcações, com o propósito de mantê-las em condições adequadas de disponibilidade e de operacionalidade, contribuindo para a preservação da segurança da navegação e dos índices de eficácia dos sinais náuticos. Além disso, foram adquiridos materiais, sobressalentes, bem como contratados serviços destinados à manutenção e à revitalização a rede de sinalização náutica sob a jurisdição dos Distritos Navais, colaborando igualmente para a segurança da navegação e para os índices de eficácia dos sinais náuticos.

Plano Orçamentário: 0001 - Produção de Auxílios à Navegação e Salvaguarda da Vida Humana no Mar
Produto do PO: Apoio realizado
Unidade de medida: unidade
Físico
Meta: 98
Reprogramado: 394
Realizado (período JAN-DEZ): 237

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21CL	Recomposição do Núcleo do Poder Naval Produto: Capacidade operacional recuperada Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 27 Reprogramado: 24 Realizado (período JAN-DEZ): 11
Responsável: DGMM (Planos Orçamentários 0001, 0002 e 0004) e CGCFN (Plano Orçamentário 0003)		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

O PO 0001 abrange, entre outras ações, aquelas voltadas para aquisição de embarcações a serem empregadas em apoio às atividades da Força. Foram direcionados recursos para a construção de duas Embarcações de Transporte de Pessoal Média (ETP-M), com a 1ª ETP-M concluída em 2024 e a 2ª com 70% do cronograma executado.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal no campo "Realizado no Exercício", no PO 0001, foi apresentado o valor igual a 0 (zero). Todavia, registra-se que houve realização parcial da meta, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

O PO 0002 honrou compromissos firmados com o Governo Norte-Americano atinentes aos helicópteros SH-16 e o seu simulador de voo, bem como ao Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas – Embarcado (SARP-E).

O PO 0003 incrementou as condições operacionais do CFN, com aquisições de 12 viaturas JLTV e 15 UNIMOG U5000, entre outras ações, impactando positivamente nas condições de pronto emprego e na manutenção dos padrões de eficiência.

O PO 0004 é precipuamente destinado à Modernização do Sistema de Comunicação da Marinha (SISCOM), por meio da aquisição de equipamentos para Meios Navais e OM, bem como melhorias às Estações Radio e Radiogoniométricas dos Distritos Navais.

As diferenças apuradas entre o Reprogramados e das Dotações Atuais, justificam-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Plano Orçamentário: 0001 - Desenvolvimento e renovação de Meios Navais Produto do PO: Meio militar disponibilizado Unidade de medida: unidade Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 0	**Plano Orçamentário: 0002 - Desenvolvimento e renovação de Meios Aeronavais** Produto do PO: Meio militar disponibilizado Unidade de medida: unidade Meta: 5 Reprogramado: 3 Realizado (período JAN-DEZ): 4
Plano Orçamentário: 0003 - Desenvolvimento e renovação de Meios de Fuzileiros Navais Produto do PO: Meio militar disponibilizado Unidade de medida: unidade Meta: 12 Reprogramado: 5 Realizado (período JAN-DEZ): 2	**Plano Orçamentário: 0004 - Desenvolvimento e renovação de Sistemas Operativos** Produto do PO: Sistema atualizado Unidade de medida: unidade Meta: 15 Reprogramado: 15 Realizado (período JAN-JUN): 5

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21E9	Manutenção da capacidade operativa dos Submarinos S-BR "Classe Riachuelo" desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) Produto: Submarino mantido Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 3 Reprogramado: 3 Realizado (período JAN-DEZ): 2
Responsável: DGMM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

No período de janeiro a dezembro de 2025 foram planejadas ações visando manter os Submarinos "Riachuelo" e "Humaitá".

Desta forma, o valor reprogramado da execução física da AO é de "02", de forma a retratar os meios mantidos no período.

Destaca-se que a metodologia de apuração da execução física do que foi realizado no período levou em consideração os Submarinos que tiveram Período de Manutenção concluídos ou ao menos iniciados e com utilização de orçamento do ano corrente. O orçamento de 2025 possibilitou a realização do 3º Período de Manutenção Atracado do Submarino Humaitá e o início do 1º Período de Docagem de Rotina do Submarino Riachuelo (ainda em curso).

Com relação ao comparativo entre avanço físico e financeiro, cumpre mencionar que os recursos alocados destinam-se também a compras de sobressalentes para Períodos de Manutenção que serão realizadas nos exercícios subsequentes.

No que concerne aos Restos a Pagar, restam cerca de R$ 2,7 milhões Inscritos, em sua maioria decorrentes de compra de sobressalentes no exterior para manutenção dos Submarinos Classe Riachuelo.

Os resultados obtidos envolvem a entrega à sociedade de meios navais manutenidos de acordo com as rotinas de manutenção programadas, possibilitando assim maior segurança e confiabilidade em Operações Navais.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21EA	Manutenção da capacidade operativa das Fragatas "Classe Tamandaré" desenvolvidas no âmbito do Programa Fragata Classe Tamandaré (PFCT) Produto: Meio mantido Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 0
Responsável: DGMM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A execução dos recursos orçamentários da AO 21EA no exercício de 2025 contribuiu primordialmente, para a realização de metas físicas vinculadas à promoção da infraestrutura logística em apoio ao PFCT, destacando-se o emprego de recursos na adequação dos locais que serão utilizados nas atividades de manutenção, engenharia e suporte aos recursos humanos.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Em razão do SIOP não aceitar valor decimal nos campos "Realizados" do Exercício, na execução do Localizador e do PO002, foi apresentado o valor igual a 0 (zero). Todavia, registra-se que houve realização parcial de 38% da meta no que tange a contratação de materiais e serviços de modo a atender a infraestrutura de apoio logístico do ProTamandaré, considerando os dados apurados entre JAN-DEZ de 2025.

A meta física dos Restos a Pagar Não Processados foi executada no ano anterior.

Plano Orçamentário: 0002 - Gestão do Ciclo de Vida das Fragatas "Classe Tamandaré"

Produto: Meio mantido
Unidade de medida: unidade
Meta: 1
Reprogramado: 1
Realizado (período JAN-DEZ): 0Realizado (período JAN-DEZ): 0

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21GN 52931	Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa. Produto: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 7.700 Reprogramado: 7.700 Realizado (período JAN-DEZ): 5.160
Responsável: DGPM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Plano Orçamentário: 0005 - Centro de Instrução Almirante Alexandrino	**Plano Orçamentário: 0009 - Centro de Instrução Almirante Wandenkolk**
Produto do PO: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade Meta: 7.000 Reprogramado: 4.322 Realizado (período JAN-DEZ): 4.390	Produto do PO: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade Meta: 700 Reprogramado: 2.476 Realizado (período JAN-DEZ): 770

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21GN 52931	Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa. Produto: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 9.967 Reprogramado: 19.769 Realizado (período JAN-DEZ): 19.871
Responsável: DGN		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A liberação de mais de 70% dos recursos somente no segundo semestre possibilitou recuperar o planejamento em termos numéricos, porém exigiu a priorização de cursos de menor duração. Esses cursos ampliam a especialização e o aperfeiçoamento técnico da mão de obra já existente, mas não resultam, na mesma proporção, no aumento de novos profissionais formados para o mercado, reduzindo o impacto do PREPOM na ampliação da força de trabalho.

Paralelamente, foi possível realizar ações estruturantes voltadas à melhoria das instalações e dos recursos instrucionais, com reflexos positivos no ambiente de ensino e na eficiência dos processos formativos. Embora ainda aquém do padrão recomendado pela STCW, tais iniciativas representam avanço consistente para o aprimoramento do Ensino Profissional Marítimo em nível nacional.

Importa destacar que a suplementação recebida ao final de novembro não impactou o aumento de vagas para o exercício corrente, mas contribuirá decisivamente para elevar a qualidade das instalações de ensino e dos meios instrucionais, criando melhores condições para futuros ciclos de capacitação, com maior aderência às exigências normativas e operacionais.

O reprogramado é maior que a dotação atual em razão das alterações ocorrerem após a captação intermediária.

Por fim, registra-se que o valor empenhado é superior à dotação atual em razão da parcela desta AO ser executada no exterior - diferença cambial.

Fonte: SIOP.

Plano Orçamentário: 0001 - Centro de Instrução Almirante Graça Aranha

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 5.851
Reprogramado: 2.327
Realizado (período JAN-DEZ): 2.327

Plano Orçamentário: 0002 - Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 4.116
Reprogramado: 2.275
Realizado (período JAN-DEZ): 2.275

Plano Orçamentário: 000F - Comando do 1º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 1.685
Realizado (período JAN-DEZ): 1.483

Plano Orçamentário: 000G - Comando do 2º Distrito Navall

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 1.200
Realizado (período JAN-DEZ): 1.301

Plano Orçamentário: 000H - Comando do 3º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 2.932
Realizado (período JAN-DEZ): 2.974

Plano Orçamentário: 000I - Comando do 4º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 1.685
Realizado (período JAN-DEZ): 1.812

Plano Orçamentário: 000J - Comando do 5º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 1.238
Realizado (período JAN-DEZ): 2.008

Plano Orçamentário: 000K - Comando do 6º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 1.232
Realizado (período JAN-DEZ): 1.034

Plano Orçamentário: 000L - Comando do 7º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 912
Realizado (período JAN-DEZ): 862

Plano Orçamentário: 000M - Comando do 8º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 1.373
Realizado (período JAN-DEZ): 1.532

Plano Orçamentário: 000N - Comando do 9º Distrito Naval

Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 0
Reprogramado: 2.910
Realizado (período JAN-DEZ): 2.969

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21GO	Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa Produto: Instituição apoiada Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 14 Reprogramado: 14 Realizado (período JAN-DEZ): 14
Responsável: DGDNTM (PO 0001 e 0007) e DGPM (PO 0009)		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

Em 2025, o CTMRJ e suas ICT contribuíram de forma significativa para o fortalecimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha do Brasil, atuando tanto na promoção da inovação quanto na ampliação da cooperação institucional. Nesse contexto, destacam-se iniciativas estruturantes voltadas à transferência de tecnologia, como o início, em agosto, de uma ação estratégica com duração prevista de 60 meses que, com o apoio e a expertise da EMGEPRON, busca identificar empresas capazes de absorver e comercializar as tecnologias desenvolvidas pelas ICT da MB, viabilizando o recebimento de royalties e a sustentabilidade da produção científica e tecnológica naval. Soma-se a isso o papel central desempenhado pelo CTMRJ na organização da Conferência Naval Interamericana Especializada em Ciência, Tecnologia e Inovação, na qual atuou como principal articulador técnico e institucional, coordenando o planejamento, a agenda temática e a integração entre ICT nacionais e estrangeiras, além de promover a articulação com marinhas participantes e órgãos do sistema de CT&I, fortalecendo o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação interamericana em áreas estratégicas. Não houve execução financeira e física no PO 0001.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º Semestre.

Plano Orçamentário: 0001 - Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha Produto do PO: Programa/projeto apoiado Unidade de medida: unidade Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 0	**Plano Orçamentário: 0007 - Centro de Análises de Sistemas Navais** Produto do PO: Programa/projeto apoiado Unidade de medida: unidade Meta: 0 Reprogramado: 0 Realizado (período JAN-DEZ): 1	**Plano Orçamentário: 0009 - Hospital Naval Marcílio Dias / Instituto de Pesquisas Biomédicas** Produto do PO: Programa/projeto apoiado Unidade de medida: unidade Meta: 1 Reprogramado: 1 Realizado (período JAN-DEZ): 1

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21GP	Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa Produto: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 400 Reprogramado: 400 Realizado (período JAN-DEZ): 114
Responsável: DGPM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual tanto do Localizador quanto do PO: 0001, justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Plano Orçamentário: 0001 - Colégio Naval Plano Orçamentário: 0001 - Colégio Naval
Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 400
Reprogramado: 400
Realizado (período JAN-DEZ): 114

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1261 - Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.		
21GQ	Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa Produto: Aluno capacitado Unidade de medida: unidade	Físico Meta: 870 Reprogramado: 870 Realizado (período JAN-DEZ): 137
Responsável: DGPM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual tanto do Localizador, quanto do PO: 0001, justifica-se pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Plano Orçamentário: 0001 - Colégio Naval Plano Orçamentário: 0001 - Colégio Naval
Produto do PO: Aluno capacitado
Unidade de medida: unidade
Meta: 870
Reprogramado: 870
Realizado (período JAN-DEZ): 137

Fonte: SIOP.

c) Acompanhamento do Programa 6113 - OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

OBJETIVO: 1276 - Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.		
2345	Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica Produto: Estação mantida Unidade de medida: unidade	Físico Meta Anual LOA: 1 Reprogramado: 1 Meta realizada (período JAN-DEZ): 1
Responsável: SECIRM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

De JAN a SET/2025, durante as 2ª e 3ª Etapas da OPERANTAR XLIII e de OUT a DEZ/2025, durante a 1ª Etapa da OPERANTAR XLIV, foram realizados: dez Voos de Apoio Logístico da FAB; o emprego de dois Navios e dois helicópteros embarcados para apoio logístico à EACF; lançamento e recolhimento de acampamentos para pesquisa em campo no Continente Antártico; realização de Levantamento Hidrográfico e apoio a pesquisas embarcadas, sob a égide do PROANTAR.

No mesmo período, no Brasil, atingiram-se os seguintes objetivos: qualificação e capacitação de pessoal selecionado para o Grupo-Base (GB) 2025/2026; Processo de seleção do GB 2026/2027; aquisição de sobressalentes para OAXLIV; reuniões de coordenação, preparação da OPERANTAR XLIV; reuniões internacionais no âmbito do Tratado da Antártica; manutenção de equipamentos; abertura de processos licitatórios para aquisição de materiais diversos, tal como gêneros e material de limpeza, para a EACF; e operacionalização do planejamento da OAXLIV.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual se justifica pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Os ajustes orçamentários decorrem das seguintes justificativas: o atendimento do objeto da programação orçamentária com recursos inferiores ao valor da dotação aprovada para o exercício de 2025 e recursos bloqueados.

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1276 - Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.		
2518	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul Produto: Infraestrutura mantida Unidade de medida: unidade	Físico Meta Anual LOA: 1 Reprogramado: 1 Meta realizada (período JAN-DEZ): 1
Responsável: SECIRM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

O produto "Infraestrutura mantida" foi alcançado, assegurando as condições necessárias para o funcionamento das Estações Científicas. Para tal, foram realizados treinamentos especializados para habilitar os pesquisadores a permanecerem com segurança no ASPSP, enfrentando as adversidades das condições locais. Além disso, foram adquiridos materiais essenciais para manter as Estações Científicas plenamente operacionais, garantindo uma estrutura adequada que favoreça tanto a permanência quanto a realização das atividades de pesquisa nas Ilhas, que contribuem para conservação da biodiversidade, incluindo estudos da fauna e flora, recuperação de espécies ameaçadas e regeneração de habitats.

A diferença apurada entre o Reprogramado e a Dotação Atual se justifica pelos ajustes orçamentários ocorridos no 2º semestre.

Os ajustes orçamentários decorrem das seguintes justificativas: o atendimento do objeto da programação orçamentária com recursos inferiores ao valor da dotação aprovada para o exercício de 2025 e recursos bloqueados.

Plano Orçamentário: 0002 - Apoio à Pesquisa no Mar e nas Ilhas Oceânicas
Produto: Pesquisa apoiada
Unidade de medida: unidade
Meta: 37
Reprogramado: 37
Realizado (período JAN-DEZ): 25

Fonte: SIOP.

OBJETIVO: 1276 - Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.		
2E97	Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) Produto: Sistema mantido Unidade de medida: unidade	Físico Meta Anual LOA: 2 Reprogramado: 2 Meta realizada (período JAN-DEZ): 1
Responsável: SECIRM		

0001 – Nacional (localizador)

Análise Adicional

Os recursos foram alocados para:

1- Investimento em serviços contínuos essenciais ao SisGAAz: Renovação anual da licença do LRIT (Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância);
2- Gerenciamento do contrato de obtenção de uma Unidade de Vigilância (UV) Costeira na área do Farol de Castelhanos/RJ: Mobilização e aquisição de sistemas; e
3- Gerenciamento do contrato de fornecimento de dados radar do radar OTH 0100 da empresa IACIT Soluções Tecnológicas S/A, na área do Farol de Albardão/RS.

Outrossim, cabe destacar que houve liquidação de Restos a Pagar não Processados, provenientes de exercícios anteriores (2023).

Fonte: SIOP.

3.5 RESULTADOS DA GESTÃO INTERNA

3.5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Introdução

O Exercício de 2025 ocorreu em um ambiente externo marcado por elevada incerteza, influenciado pela política econômica dos Estados Unidos, por riscos fiscais globais e por tensões geopolíticas, o que exigiu cautela dos países emergentes.

No âmbito doméstico, a economia brasileira apresentou moderação no ritmo de crescimento, com desaceleração da demanda, especialmente no consumo das famílias, embora o mercado de trabalho tenha permanecido resiliente, com baixo desemprego e rendimentos reais elevados. A estimativa de crescimento do PIB para 2025 foi revisada para 2,3%, refletindo ajustes nas séries históricas.

A inflação apresentou desaceleração ao longo do exercício, mas permaneceu acima da meta de 3%. O IPCA acumulado em doze meses recuou de agosto para novembro de 2025, impulsionado principalmente pela queda nos preços de alimentos no domicílio, além de bens industriais e serviços. Apesar da melhora no curto prazo, as expectativas de inflação para 2025 e anos seguintes permaneceram acima da meta, o que demandou atenção contínua da política monetária.

Resumidamente, o cenário econômico brasileiro continua a apresentar desafios complexos e interconectados. A combinação de fatores internos e externos exige uma gestão cuidadosa da política econômica, com o objetivo de garantir a estabilidade de preços e o crescimento sustentável da economia.[1]

Da mesma forma que o observado nos exercícios de 2023 e 2024, durante a tramitação do Projeto de LOA do exercício de 2025 (PLOA-2025), a proposta inicialmente apresentada pela MB, afeta às Despesas Discricionárias e vinculadas ao Novo PAC, sofreu reduções, resultando, por ocasião da sanção da LOA-2025, em um corte de **R$ 28,664 milhões** em Despesas Discricionárias.

Assim, o exercício iniciou-se com um cenário orçamentário bastante desafiador, conforme será apresentado ao longo deste Relatório.

Análise Dotação Global MB – 2025
Mês Lançamento: DEZ/2025

NOTA: 1- Texto elaborado a partir do Relatório de Política Monetária – Brasília – V. 1 – nº 4 – DEZ2025 – Páginas 6 a 39 – Publicação trimestral do Comitê de Política Monetária (COPOM), em conformidade com o Dec. nº 12.079, de 26JUN2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202512/rpm202512p.pdf. Acesso em 09JAN2026.

Métrica: Saldo – R$

Resultado Lei	Dotação Inicial	PLOA Inic. c/ ind. Result	Dotação Adicional	Alt. Lei Orçamentária Redução	Alt. Lei Orçamentária Acréscimo	Dotação Atualizada	Crédito Bloqueado SOF	Créditos Bloqueados SOF RP2 RP3
Primário Discricionário	1.543.220.200,00	1.571.864.520,00	79.298.729,00	(804.912.868,00)	572.830.323,00	1.390.436.384,00	0,00	31.771.391,00
Primário sem Impacto Fiscal	2.260.000.000,00	2.260.000.000,00	1.040.000.000,00	(2.159.126.194,00)	2.027.717.697,00	3.168.591.503,00	0,00	56.299.843,00
Despesa Discricionária Decorrente de Emenda Individual	77.211.227,00		1.672.113,00	(5.107.213,00)	3.366.019,00	77.142.146,00	37.000,00	
Despesa Discricionária Decorrente de Emenda de Bancada	10.000.000,00			(605.875,00)		9.394.125,00	0,00	19.012,00
Total	**3.890.431.427,00**	**3.831.864.520,00**	**1.120.970.842,00**	**(2.969.752.150,00)**	**2.603.914.039,00**	**4.645.564.158,00**	**37.000,00**	**88.090.246,00**

Tabela 1: Dotação Atualizada 2025 - **Fonte:** Tesouro Gerencial

Muito embora o corte tenha sido minimizado com a aprovação de Emendas Parlamentares Individuais (EPI) e de Bancada (EBAN), em um total de R$ 87,2 milhões, ao final do exercício ocorreu também o contingenciamento de R$ 88,0 milhões, apontando, principalmente, para as despesas relacionadas aos resultados Primário Discricionário e Primário sem Impacto Fiscal.

De acordo com os dados relacionados na Tabela 1 acima, a redução amenizada na dotação, fruto do ingresso das EPI e EBAN no momento PLOA x LOA, foi absorvida com o contingenciamento orçamentário, causando um déficit orçamentário para o período que impactou diretamente as metas prioritárias e as despesas de funcionamento e manutenção da MB, resultante dos acréscimos/decréscimos entre a LOA e a Dotação Atualizada no que se refere às Despesas Discricionárias de -R$ 152,7 milhões, e de Emendas Parlamentares de -R$ 674,9 mil.

Com relação ao Novo PAC o contingenciamento de -R$ 56,2 milhões foi compensado com o ingresso de Dotação Adicional no montante de R$ 908,5 milhões gerando um ingresso líquido de R$ 852,2 milhões.

Infográfico I - Dotação Orçamentária MB – 2025 - **Fonte:** Tesouro Gerencial

A dotação orçamentária da MB no exercício de 2025, com o correspondente percentual em relação ao montante dotado, compõe o Infográfico I "Dotação Orçamentária MB - 2025", apresentado acima. Insta frisar que não foram incluídas as despesas relacionadas ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) 2 e 6, as quais tratam de Juros e Encargos da Dívida e Amortização e Refinanciamento da Dívida, pertencentes ao Resultado Econômico Orçamentário e Financeiro (RES EOF) "Financeiro".

No que se refere aos Programas Estratégicos, os quais são definidos pelo Conselho Superior de Governança no âmbito do Ministério da Defesa (CONSUG/MD), disposto pelo Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018, o MD apresenta o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED 2020-2031), o qual documenta as principais Iniciativas Estratégicas de Defesa (IED) – programas e projetos – de alta relevância para o Setor de Defesa (SD) que potencializam e impulsionam o alcance de um ou mais Objetivos Setoriais de Defesa (OSD) que integram o PPED 2020–2031.

Para fins de governança setorial, o PPED atual apresenta a composição dos Programas/Projetos Estratégicos em subportfólios. São eles: DEFESA NACIONAL, COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL e MEIO AMBIENTE, OCEANOS e MARES, sendo compostos para a MB os seguintes Programas dentro do subportifólios DEFESA NACIONAL: [2]

- ✓ Programa Nuclear da Marinha – PNM;
- ✓ Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB - (i) Submarinos Convencionais; (ii) Submarino Nuclear; e (iii) Estaleiro e Base Naval;
- ✓ Programa Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul SisGAAz;
- ✓ Programa de Desenvolvimento de Navios-Patrulha – PRONAPA; e
- ✓ Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT) *.

* O Programa / Projeto está no Sumário dos Projetos Estratégicos de Defesa no Novo PAC, porém não está no PESD 2020-2031.

NOTA: 2- Fonte: PPED 2020-2031 – Ministério da Defesa - https://www.gov.br/defesa/pt-br/orgaos-vinculados/conselho-superior-de-governanca-do-ministerio-da-defesa/pped-aprovado-consug-25-07-22.pdf.

Composição do Orçamento

Em 10 de janeiro de 2024 foi sancionada a Lei nº 14.802, instituindo o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 (PPA 2024-2027).

O PPA 2024-2027 apresenta as seguintes prioridades: I - combate à fome e redução das desigualdades; II - educação básica; III - saúde: atenção primária e atenção especializada; IV - Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC; V - neoindustrialização, trabalho, emprego e renda; e VI - combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática. Além disso, o PPA contém três eixos:

a. **Eixo 1:** Desenvolvimento social de garantia de direitos;
b. **Eixo 2:** Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e
c. **Eixo 3:** Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da Soberania.

Esses eixos se desdobram em objetivos estratégicos e estes, em programas.

Os Programas finalísticos que guardam correlação com as atividades desempenhadas pela Marinha do Brasil (MB) são 3 (três), a saber:

- 6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional – Eixo 3;
- 6112 - Defesa Nacional – Eixo 3; e
- 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica – Eixo 2.

O Programa Defesa Nacional, 6112, objetiva preparar as Forças Armadas Brasileiras, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

O Programa Oceano, Zona Costeira e Programa Antártica, 6113, visa ampliar o conhecimento científico e tecnológico e dar suporte e organizar a atuação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que realiza a coordenação de esforços para ampliar o aproveitamento do potencial socioeconômico, científico e ambiental nos espaços costeiro, marinho e antártico.

O Programa Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional, 6111, contribui para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, amparando as ações subsidiárias desempenhadas pelas Forças Armadas que se caracterizam como uma contribuição do componente militar para a defesa civil e o desenvolvimento nacional, tendo como exemplos o Programa Calha Norte e o Ensino Profissional Marítimo.

Os percentuais de alcance das metas estabelecidas ao término do Exercício de 2025, via monitoramento do PPA2, não tiveram sua mensuração finalizada, tendo em vista estes dados ainda estarem na fase de depuração, análise e registro por parte do Governo Federal.

Para os dados dispostos na Tabela 2 e no Infográfico II, afetos ao Exercício de 2025, não foi considerado o montante de R$ 1.316.405.969, referente aos Programas 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo; 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortização); e 0999 - Reserva de Contingência, pertencentes ao Resultado EOF “Financeiro”.

Cabe ressaltar, ainda, que embora os Programas 0032, 0909 e 0910 constem como valores da dotação atualizada da MB, eles não se caracterizam primordialmente como “Programas Vinculados ao Eixo-3”, anteriormente mencionado.

Foram computados nesses Programas apenas os montantes que apresentam a classificação “RES EOF” - Primário Obrigatório, Primário Discricionário e Despesa Discricionária decorrente de Emendas Individuais, Emendas de Bancada e de Emendas de Comissão Mista do Congresso Nacional.

Métrica: Saldo – R$

Ano Lançamento		2023	2024	2025
Programa Governo		Dotação Atualizada	Dotação Atualizada	Dotação Atualizada
0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENCÃO DO PODER EXECUTIVO	27.593.669.841,00	28.127.305.869,00	29.916.081.826,00
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	186.475.566,00	180.948.403,00	185.074.479,00
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	104.986,00	82.168,00	82.500,00
6011	COOPERACAO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	49.834.638,00	0,00	0,00
6012	DEFESA NACIONAL	3.417.702.041,00	0,00	0,00
6013	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTARTICA	11.347.442,00	0,00	0,00
6111	COOPERACAO DA DEFESA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	0,00	14.848.218,00	11.396.334,00
6112	DEFESA NACIONAL	0,00	3.281.278.505,00	4.835.354.604,00
6113	OCEANO, ZONA COSTEIRA E ANTARTICA	0,00	3.955.321,00	20.015.207,00
Total		**31.259.134.514,00**	**31.608.418.484,00**	**34.968.004.950,00**

Tabela 2: Programas vinculados ao Eixo 3 - **Fonte:** Tesouro Gerencial

Infográfico II - Programas de Governo MB – 2025 - **Fonte:** Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Análise do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado:

Resultado Eof *		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas (Controle Empenho)	Despesas Liquidadas (Controle Empenho)	Despesas Pagas (Controle Empenho)
1	PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	3.079.168.027,00	3.171.273.841,00	3.162.139.198,47	2.620.579.058,09	2.511.561.191,32
2	PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	1.543.220.200,00	1.390.436.384,00	1.357.479.861,46	862.103.354,56	851.134.361,87
3	PRIMÁRIO SEM IMPACTO FISCAL	2.260.000.000,00	3.168.591.503,00	3.100.268.385,33	2.933.620.447,79	2.926.483.332,59
6	DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	77.211.227,00	77.142.146,00	76.866.875,91	24.543.548,01	20.566.708,12
7	DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	10.000.000,00	9.394.125,00	9.374.124,00	5.062.594,97	5.062.594,97
Total		**6.969.599.454,00**	**7.816.837.999,00**	**7.706.128.445,17**	**6.445.909.003,43**	**6.314.808.188,87**

(*) Resultado Econômico, Orçamentário e Financeiro

Tabela 3: Execução Global Plano de Ação MB – 2025 - **Fonte:** Tesouro Gerencial

A parcela do orçamento da MB submetida a controle de fluxos orçamentário e financeiro, assim entendidos aqueles que impactam o Resultado Primário do Governo Central, foi fixada na LOA, para 2025, em R$ 6.969,6 milhões.

O montante de R$ 3,079,1 milhões destinado às despesas Obrigatórias, visa ao custeio dos Benefícios Sociais, Assistência Médica Odontológica, Suprimento de Fardamento, Movimentação de Militares e Prestação de Auxílios à Navegação.

Com relação às despesas discricionárias, foram atribuídos os montantes de R$ 1.543,22 milhões destinados ao funcionamento, manutenção, funcionamento de estabelecimentos de ensino e de instituições científicas e tecnológicas, preparo da Força e atingimento das metas prioritárias para o emprego do Poder Naval; e R$ 2.260,0 milhões para as despesas do PROSUB, PNM e Construção de Navios Patrulha de 500 ton.

Acrescidos à Dotação Inicial, foram dotados os montantes de R$ 77,1 milhões e R$ 10,0 milhões originados de Emendas Parlamentares Individuais e Emenda Parlamentar de Bancada.

Destaca-se também que em 2024 ocorreram alterações de resultado orçamentário. Nos exercícios de 2022 e 2023, as Ações de Governo (AO) relativas ao PROSUB – Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - AO 123G, Construção de Submarino de Propulsão Nuclear – AO 123H e Construção de Submarinos Convencionais - AO 123I e ao PNM – Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha - AO 14T7 foram dotadas na composição do RES EOF “Primárias Discricionárias” de acordo com o estabelecido no PPA 2020-2023.

Para o exercício de 2024, as AO retromencionadas passaram a compor o RES EOF “Primário sem Impacto Fiscal” juntamente com a AO relativa à Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (PRONAPA) - AO 1N47, de acordo com o novo PPA 2024-2027, passando a integrar o “Novo PAC”, Programa de Aceleração do Crescimento.

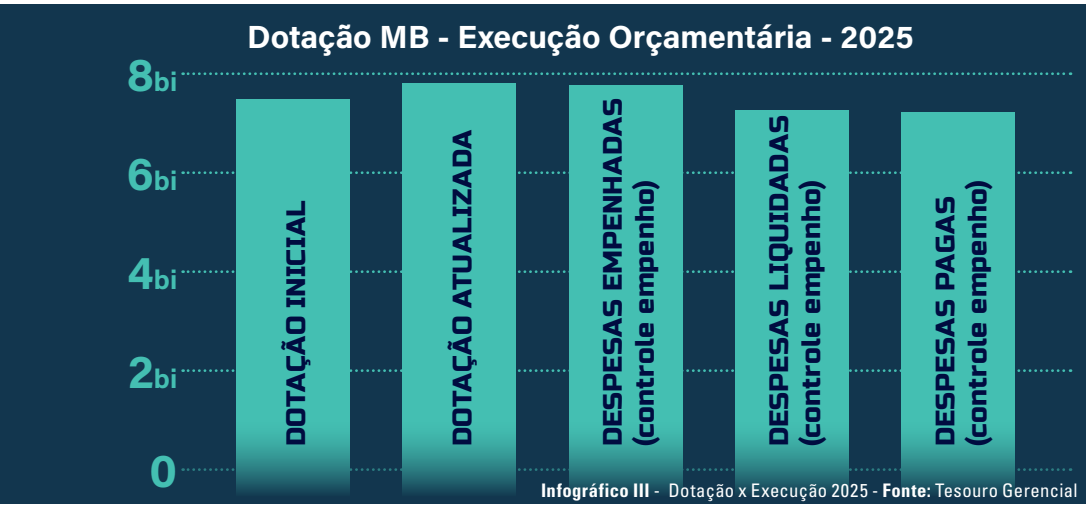
Foram também criadas as AO 21GN - Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa, AO 21GO - Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa, AO 21GP - Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa e 21GQ - Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa, classificadas como despesas discricionárias, as quais são denominadas “Ações Orçamentárias Excepcionalizadas” por apresentarem respaldo legal acordo Inciso IV, Parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 200 de 30 de agosto de 2023.

A partir do exercício de 2025, as despesas amparadas com receitas próprias e programadas na AO 211D - Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA – AMAZUL – também passaram a ser consideradas despesas excepcionalizadas ao novo arcabouço fiscal.

Durante o exercício financeiro, a dotação inicial apresentada na Tabela 3 apresentou variação negativa, fruto de corte orçamentário, inclusive abrangendo as Emendas Parlamentares. Excetuam-se nesse contexto as despesas obrigatórias, que obtiveram um acréscimo de R$ 92,1 milhões; e às relacionadas ao Novo PAC, de R$ 908,6 milhões.

As despesas discricionárias e as Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada, alvo da variação negativa, apresentaram decréscimo de -R$ 152,8 milhões e -R$ 674,9 mil , respectivamente.

Em decorrência da Emenda Constitucional n° 126/2022, ficou estabelecido que as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. Assim, durante o Exercício de 2025, as regras estabelecidas pela EC nº 126/2022 continuaram a orientar a apresentação e a execução das emendas parlamentares no orçamento federal, que apresentam natureza impositiva de execução, ressalvados os impedimentos técnicos justificados.



Infográfico III - Dotação x Execução 2025 - **Fonte:** Tesouro Gerencial

Ressalta-se que a diferença apurada entre os montantes "Dotado x Empenhado" é decorrente da variação cambial ocorrida ao longo do Exercício, por ocasião do fechamento do ciclo orçamentário/financeiro anual.

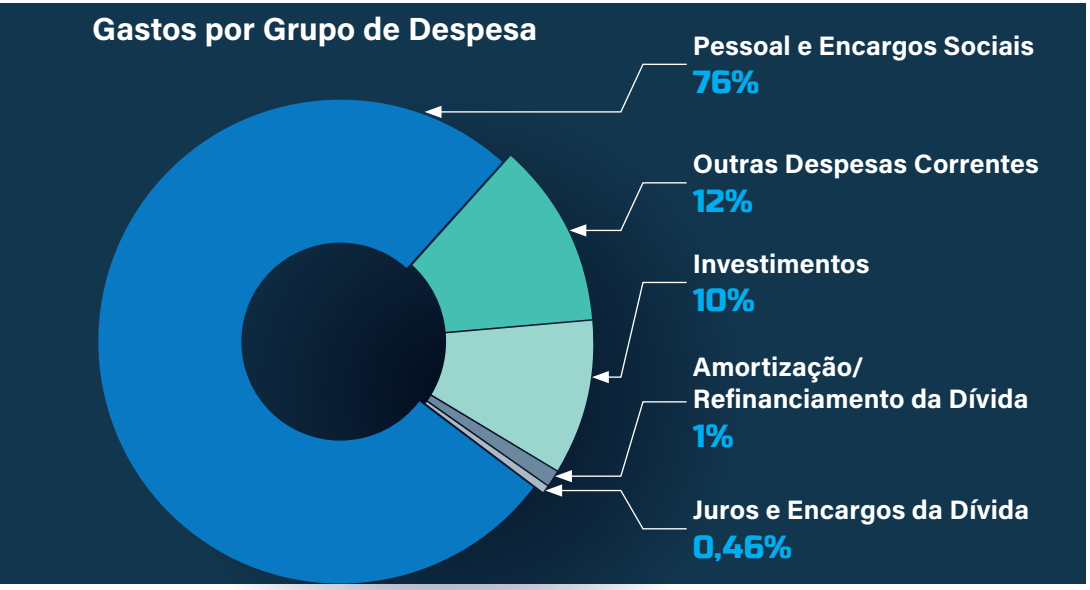
O exposto acima torna evidente o contínuo aprimoramento da MB em alinhar seus esforços para o alcance dos objetivos nacionais. Desta forma, é fundamental que as necessidades da MB componham de maneira perene a agenda nacional e sejam devidamente priorizadas.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

A Tabela 4, disposta a seguir, objetiva melhor detalhar a execução orçamentária da MB, no Exercício de 2025, por Grupos de Despesa. Nesse Exercício, não ocorreu registro de créditos no Grupo de Despesa 5 – Inversões Financeiras.

Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Pessoal e Encargos Sociais	27.084.324.272,11	27.084.241.049,24	25.473.773.795,31
Juros e Encargos da Divida	164.706.556,14	164.706.556,14	164.706.556,14
Outras Despesas Correntes	4.157.806.310,44	3.267.510.468,29	3.147.449.703,31
Investimentos	3.548.322.134,73	3.178.398.535,14	3.167.358.485,57
Amortizacao/ Refinanciamento da Divida	516.007.648,42	516.007.648,42	516.007.648,42
Total	**35.471.166.921,83**	**34.210.864.257,22**	**32.469.296.188,74**

Tabela 4: Grupo de Despesa Consolidado - **Fonte:** Tesouro Gerencial



Infográfico IV - Gastos por Grupo de Despesa - **Fonte:** Tesouro Gerencial

DESPESAS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO LIQUIDADAS

Nos próximos quadros e infográficos estão representados os volumes de despesas liquidadas no que se refere à Despesas de Custeio e de Investimento ocorridas no Exercício de 2025 e a variação ocorrida em relação ao exercício de 2024.

Variação na Liquidação de Despesas de Custeio em 2024- 2025

Como poderá ser observado na Tabela 5 - Liquidação de Despesas Custeio Biênio (2024- 2025), ocorreram variações substanciais no volume de liquidação no que se refere às despesas relacionadas à:

a. **Auxílio-Alimentação Militares e Civis** - O acompanhamento orçamentário indicou uma elevação nos dispêndios da execução da Alimentação de Militares em Rancho, impulsionada pela alta nos preços dos alimentos, cujo incremento anual foi de 2,95%[4], impactando nas atividades operacionais realizadas pela Força. No tocante aos Civis, a variação observada deve-se ao reajuste no valor desse benefício de 52%, que incidiu a partir de 1º de maio de 2024. Participa-se que a percepção ao benefício é normatizada pelo Decreto nº 3.887/2001, que regulamenta o art. 22 da Lei nº 8.460/1992, sendo pago na proporção dos dias trabalhados, considerando o referencial de 22 dias úteis por mês. Os valores são definidos em Portaria, sendo que em 2023 foram considerados os montantes de R$ 458,00 (Portaria MPOG nº 11/2016, vigente de 1º de janeiro de 2016 a 30 de abril 2023) e R$ 658,00 (Portaria MGI n° 977/2023, vigente a partir de 1º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024), e em 2024, o montante de R$ 1.000,00 (Portaria MGI n° 2.797/2024, vigente a partir de 1º de maio de 2024), que foi observado até o dia 30 de novembro de 2025, uma vez que o auxílio alimentação para servidores federal foi reajustado para R$

1.175,00, por meio da Portaria MGI nº 9.888, de 06 de novembro de 2025, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2025.

b. Indenizações e Restituições – despesas compostas por:

b.1) Ressarcimento assistência médico/odontológica, ocasionado por demandas em Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE), cuja Variação de Custo Médico-Hospitalar (VCMH), também chamada de inflação médica, apontou para o aumento do custo médico em 2025 de 11,15%[5], onerando tais despesas em um percentual de acréscimo programado, 0,49%;

b.2) Auxílio moradia no exterior Pessoal Militar, atrelada a AO 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia para Agentes Públicos no Exterior, foi a parcela significativa do orçamento que impactou na redução do grupo "Indenizações e Restituições", por ter apresentado na AO específica uma redução de 23%;

b.3) A parcela relacionada à Ajuda de Custo no País e no Exterior - Pessoal Militar, Indenização de Representação no Exterior (IREX), foi onerada face ao incremento do número de movimentações de militares no território nacional, havendo uma demanda represada de anos anteriores, haja vista as limitações orçamentárias nos exercícios anteriores, que limitavam o percentual de vivência nacional dos militares e a consequente atuação em diferentes regiões do território nacional. Outro ponto relacionado foi o aumento inflacionário dos valores praticados pelas empresas de transporte de bagagem, majorando o valor do metro cúbico para o referido transporte; e a alta volatilidade do dólar, que teve impacto relevante nos gastos com transporte de bagagem referentes às movimentações de militares oriundos do exterior. Adicionalmente, mediante o reajuste dos soldos dos militares de 4,5%, a rubrica de "Ajuda de Custo no País" também sofreu incremento, contribuindo para a variação nas despesas relacionadas; e

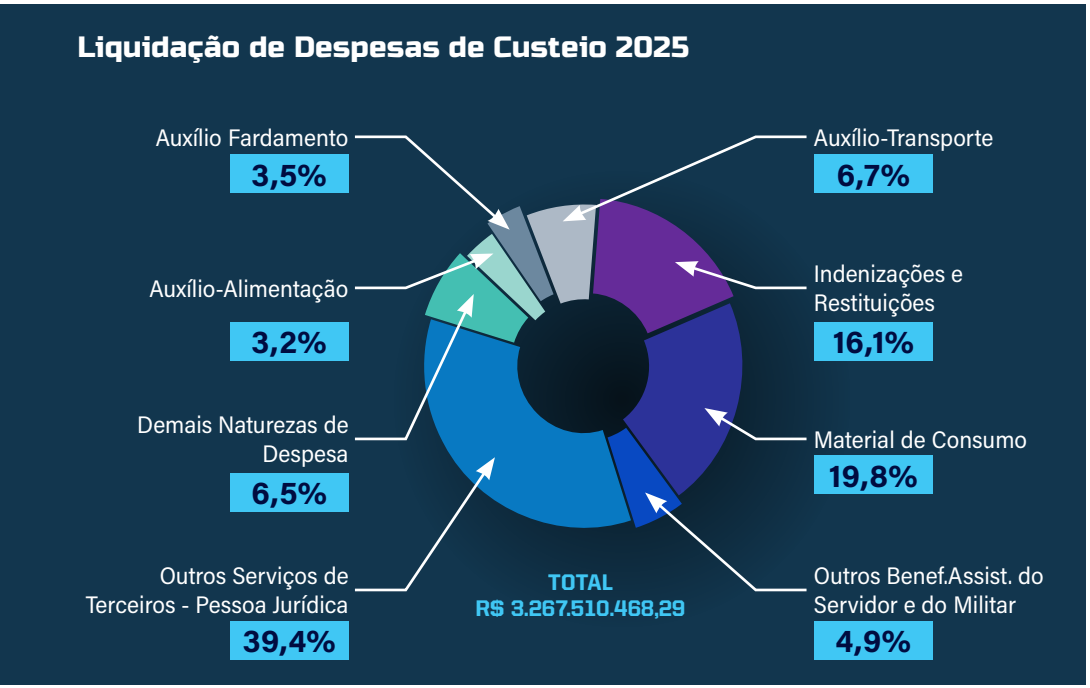
b.4) Parcela relacionada à Indenização de Transporte - A variação observada continua sendo devido à alteração das regras de concessão do Bilhete Único Intermunicipal (BUI) no Estado do Rio de Janeiro, que ocorreu em 2024 em virtude de acórdão proferido na Representação de Inconstitucionalidade nº 0074300-30.2020.8.19.0000. Uma vez que a MB possui parcela significativa de seu efetivo concentrada no Estado do Rio de Janeiro, Sede da Esquadra Brasileira e do Comando do Corpo de Fuzileiros Navais, a mudança nas regras mencionada impactou as alteração nas normas de concessão do Bilhete Único e, consequentemente, a variação orçamentária observada. Além disso, a partir de 19 de dezembro de 2025, a tarifa do BUI sofreu um reajuste de 9,44% passando de R$ 8,55 para R$ 9,40.

c. Destaca-se o incremento das despesas relacionadas a "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", advindo de pagamentos de custos de serviços relacionados à Contratos, Convênios e Termos de Execução Descentralizada firmados em 2025, tanto no país quanto no exterior (*Foreign Military Sales* - FMS).

NOTAS: 4- Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45613-ipca-em-dezembro-vai-a-0-33-e-acumula-4-26-em-2025#:~:text=%E2%80%9COs%20pre%C3%A7os%20dos%20produtos%20aliment%C3%ADcios,alta%20de%207%2C69%25. Acesso em 13JAN2026.
5- Disponível em: https://www.iess.org.br/vcmh/vcmhiess-outubro-2025. Acesso em 13JAN2026.

Ano	2024	2025	Variação
Natureza Despesa	Despesas Liquidadas	Despesas Liquidadas	
Auxilio-Alimentação	89.118.458,35	103.514.744,37	16,15%
Auxilio-Fardamento	119.031.497,13	114.176.740,44	-4,08%
Auxilio-Transporte	203.671.907,77	218.075.718,12	7,07%
Indenizações e Restituições	540.305.166,85	527.516.696,13	-2,37%
Material de Consumo	591.207.694,84	645.486.186,70	9,18%
Outros Benef.Assist. do Servidor e do Militar	149.996.760,08	160.964.136,99	7,31%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.051.827.278,45	1.286.656.672,15	22,33%
Demais Naturezas de Despesa	220.013.299,53	211.119.573,39	-4,04%
Total	**2.965.172.063,01**	**3.267.510.468,29**	

Tabela 5: Liquidação de Despesas de Custeio Biênio (2024- 2025) - **Fonte:** Tesouro Gerencial



Infográfico V - Liquidação de Despesas de Custeio - **Fonte:** Tesouro Gerencial

Variação na Liquidação de Despesas de Investimento em 2024 -2025

Como poderá ser observado na Tabela 6 - Liquidação de Despesas de Investimento no Biênio (2024- 2025), ocorreram variações substanciais no volume de liquidação no que se refere às despesas relacionadas à:

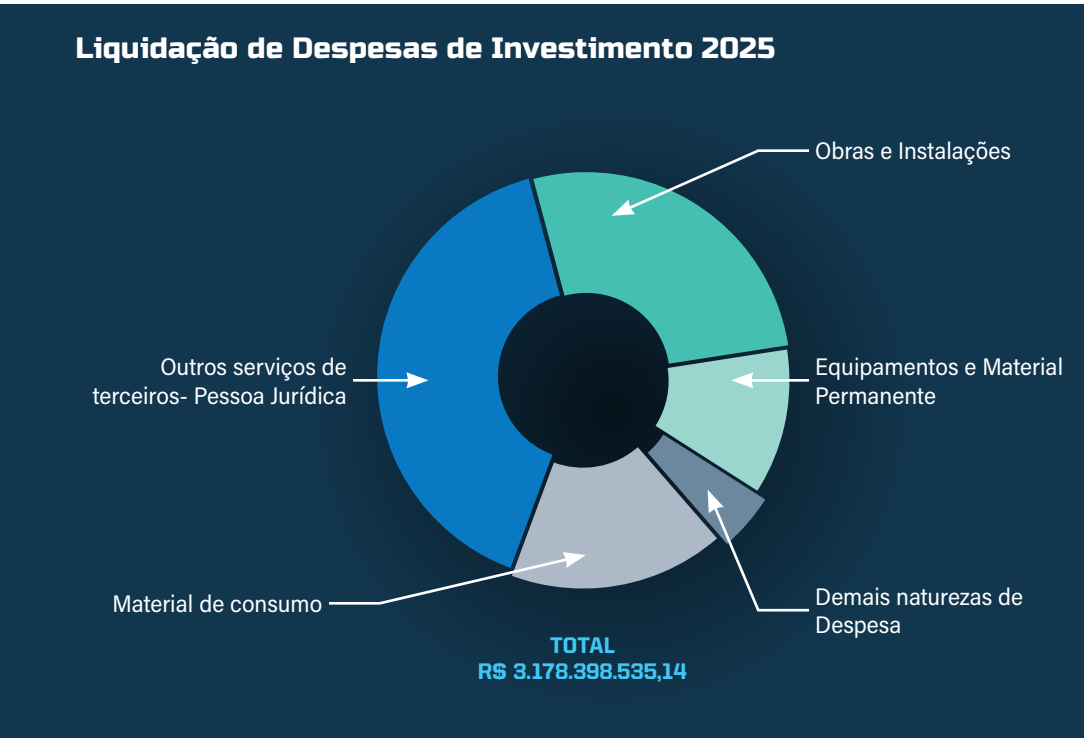
a. Aumento das despesas relativas à aquisição de material de consumo tendo em contrapartida o acréscimo das despesas relacionadas a outros serviços de pessoa jurídica deveu-se a remanejamentos efetuados pelo Setor, necessários para custear os contratos de transferência de tecnologia do PROSUB, especificamente na Ação Orçamentária (AO) 123H – Construção de Submnarino de Propulsão Nuclear e acréscimo da dotação atualizada por ingresso de crédito adicional na AO 14T7 – Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha;

b. Aumento das despesas relativas a Obras e Instalações, as quais foram priorizadas para a execução das metas afetas à AO 14T7 – Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha) e AO 123G – Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares, em função do cumprimento do cronograma físico financeiro vigente relacionado às metas do Novo PAC; e

c. Pagamentos dos eventos constantes dos cronogramas de convênios com as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, destinados ao custeio dos projetos desenvolvidos pelo Setor responsável pelo desenvolvimento nuclear e tecnológico da Marinha.

Ano	2024	2025	Variação
Natureza Despesa	Despesas Liquidadas	Despesas Liquidadas	
Material De Consumo	366.729.201,91	541.472.670,11	47,65%
Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Juridica	724.054.254,84	1.277.561.557,30	76,45%
Obras E Instalacoes	413.898.799,97	848.858.827,71	105,09%
Equipamentos E Material Permanente	437.651.454,62	365.052.689,06	-16,59%
Demais Naturezas De Despesa	106.922.223,14	145.452.790,96	36,04%
Total	**2.049.255.934,49**	**3.178.398.535,14**	

Tabela 6: Liquidação de Despesas de Investimento - **Fonte:** Tesouro Gerencial



Infográfico VI - Liquidação de Despesas de Investimento - **Fonte:** Tesouro Gerencial

DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

No que tange à MB, notou-se que, ao longo do processo de aprovação da LOA-2025, foi efetivada uma redução dos montantes vinculados às Despesas Discricionárias (DL), conforme mencionado anteriormente.

Verificou-se que essas adversidades, juntamente com a redução do patamar orçamentário destinado à MB em relação ao ano anterior, apresentaram riscos para o cumprimento de sua missão constitucional. Importante citar que as demandas de manutenção e operação, frequentemente associadas a commodities como combustível e gêneros, impõem custos incrementais à atividade naval.

As perspectivas orçamentárias para o Exercício de 2026 estão fundamentadas no cenário fiscal aprovado no Relatório Final ao PLOA-2026 e nas diretrizes estabelecidas pela LDO, que fixam a meta de resultado primário de superávit de R$ 34,3 bilhões, correspondente a aproximadamente 0,25% do PIB, com faixa de tolerância prevista no regime fiscal vigente. Os parâmetros macroeconômicos considerados incluem crescimento real do PIB em torno de 2,5% e inflação projetada de cerca de 3,5%, os quais embasam as estimativas de receitas e a definição dos limites de despesa constantes da Lei Orçamentária Anual.

No que se refere às despesas, o orçamento de 2026 apresenta predominância de gastos obrigatórios, o que condiciona o espaço disponível para despesas discricionárias. O limite global de despesas foi estabelecido em conformidade com o arcabouço fiscal, orientando a programação orçamentária e financeira ao longo do Exercício. O volume de emendas parlamentares aprovado e a existência de

riscos fiscais, como possíveis frustrações de receita, demandarão monitoramento contínuo e a necessidade de eventual adoção de mecanismos de limitação de empenho. Nesse contexto, estima-se que a execução orçamentária de 2026 tenderá a focar na preservação do resultado primário e na manutenção da trajetória sustentável da dívida pública, em função de cenário de restrições orçamentárias e de elevada exigência de governança. Quanto ao cenário de médio prazo, projetado para o período de 2026 a 2028, há a expectativa de uma trajetória de melhora do resultado primário — cerca de 0,50% do PIB em 2027 e 1,00% do PIB em 2028 — antes da meta de 1,25% em 2029, conforme estimativas macrofiscais do PLDO.

No âmbito da MB, as perspectivas para 2026, apesar dos desafios financeiros, sinalizam para manutenção da capacidade operativa da Força, envolvendo despesas predominantemente de custeio, relacionadas à Defesa Naval e Segurança Marítima, além da continuidade de seus programas estratégicos. Destacam-se os investimentos na área nuclear, em que a Marinha do Brasil é pioneira no desenvolvimento de tecnologias para o ciclo do combustível nuclear, e na construção, inteiramente nacional, do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear.

Além disso, o Programa de Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) continua em desenvolvimento e impulsiona a construção Naval nacional. Quando prontos, esses navios serão empregados em ações navais de apoio à inspeção naval, fiscalização das Águas Jurisdicionais Brasileiras, conforme a legislação brasileira, e operações específicas dos Comandos Distritais, ao longo do litoral ou em nossas bacias hidrográficas.

Cabe sublinhar que, a partir de 2024, esses investimentos passaram a fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, instituído pelo Decreto nº 11.632 de 11 de agosto de 2023. O Novo PAC, composto por eixos, inclui o eixo “Inovação para a Indústria da Defesa”, com um investimento total previsto de R$ 28,9 bilhões de 2023 a 2026 e R$ 24,5 bilhões após 2026[6], visando equipar as Forças Armadas com tecnologia de ponta e aumentar a capacidade de defesa nacional e de monitoramento das fronteiras.

As metas relativas ao Novo PAC no âmbito da MB englobam projetos afetos ao desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha (PNM), o Programa de Submarinos (PROSUB), a construção das Fragatas Classe Tamandaré e o Programa dos Navios-Patrulha, citados anteriormente.

NOTA: 6- Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/inovacao-para-a-industria-da-defesa. Acesso em 13JAN2026.

3.5.2 GESTÃO DE CUSTOS

O tema gestão de custos no setor público na Administração Pública Federal ganhou notoriedade somente na última década. No entanto, esta ferramenta de apoio à gestão não é novidade no âmbito da MB. Desde 1994, a Força já mensura os custos de parcela de suas unidades militares, por meio do modelo conhecido como Sistema OMPS (Organizações Militares Prestadoras de Serviço).

Insta relembrar que em 2014, a MB, em atendimento ao art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e à Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, passou a se utilizar do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC) como ferramenta de apoio à gestão, contribuindo com os esforços capitaneados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a implantação do Sistema de Custos do Governo Federal.

O SIC permitiu que a MB expandisse a cultura da gestão de custos às suas demais UG, até então limitada às OMPS. Em 2018, a MB iniciou o projeto de reestruturação dos Centros de Atividades utilizados desde 2014, de forma a permitir que o SIC, por meio do Tesouro Gerencial, passasse a prover informações gerenciais sob um novo enfoque, evidenciando o custo de cada atividade desenvolvida pelas suas Organizações Militares (OM). Esta atualização serviu de oportunidade para que a MB criasse o Sistema de Custos da Marinha (SCM) – conjunto de conceitos e procedimentos destinados a registrar, mensurar e processar os custos incorridos pela Força no desenvolvimento de suas atividades.

O SCM possui como característica fundamental a segmentação dos custos incorridos pela Força em grandes grupos de atividades correlatas, chamadas Macroatividades. Neste sentido, as Macroatividades são agrupadas em duas séries: a) atividades finalísticas e b) atividades de apoio (ou de suporte), de acordo com a sua contribuição para a consecução dos objetivos da Força.

CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Os dados produzidos pelo SCM se propõem a atender às necessidades gerenciais da Força por meio da identificação dos custos de seus principais macroprocessos, relacionados ao desempenho da missão constitucional e das atividades subsidiárias da MB. A tabela 1apresenta o custo de alguns dos principais macroprocessos conduzidos pela Força:

DH - Ano Emissão	2025
Centro de Custos	**DetaCusto DH - R$**
Preparo e Emprego da Força Naval	929.671.386,85
Ciência e Tecnologia	138.757.364,30
Serviços de Portos e Costa	82.155.252,62
Hidrografia	57.885.361,76
Gerenciamento de Recursos do Mar	32.062.455,58
Apoio de Base	38.903.769,94

Tabela 1: Alguns dos principais macroprocessos conduzidos pela Marinha do Brasil - **Fonte:** Tesouro Gerencial (data da consulta: 09JAN2026)

CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Em relação à distribuição por programa de governo, os custos da Marinha, no exercício de 2025, encontram-se detalhados na Tabela 2::

CUSTO PROGRAMAS DE GOVERNOS (R$) 2025			
Orçamento da MB	0032	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	12.310.866.259,53
	6112	DEFESA NACIONAL	1.062.564.486,22
	6012	DEFESA NACIONAL	17.495.618,71
	0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	209.932,90
	6111	COOPERAÇÃO DA DEFESA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	72.842.157,40
	6011	COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	795.071,73
	6113	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	2.555.233,13
	6013	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA	275,76
	0910	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	101.494,34
	0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.181.210,09
	0902	OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	525.552,77
	SUBTOTAL		**13.469.137.292,58**
Fora do Orçamento da MB	5117	QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	17.275.009,71
	5017	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	330.862,92
	5019	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	3.507.628,91
	0033	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	40.758,34
	5022	PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA	604.918,79
	5119	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	5.220.957,60
	2218	GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES	83.013,62
	2321	RECURSOS HÍDRICOS: ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA SEMPRE	348.051,74
	2306	POLITICA NUCLEAR	273.570,88
	2316	RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSISTÊNCIA A BRASILEIRAS E BRASIL	1.874,90
	2318	GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES	644.317,07
	3103	PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS	420.447,94
	5111	EDUCAÇÃO BÁSICA DEMOCRÁTICA, COM QUALIDADE E EQUIDADE	42.776,75
	6114	PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E COMBATE AO DESMATAMENTO	6.548,35
	SUBTOTAL		**28.800.737,52**
	CUSTO SEM INFORMAÇÃO DE PROGRAMA DE GOVERNO		**4.305.711.268,62**
TOTAL			**17.803.649.298,72**

Tabela 2: Custos por Programa Governamental - **Fonte:** Tesouro Gerencial (data da consulta: 09JAN2026)

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

No âmbito da gestão de custos, os principais desafios da MB concentram-se no fortalecimento da cultura de custos no cotidiano das OM. O Comando da Marinha vem difundindo, nos diversos escalões, os objetivos e as possibilidades de utilização dos relatórios produzidos pelo SCM, com vistas a incentivar o uso efetivo das informações geradas como instrumento de apoio ao processo decisório.

3.5.3 GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

A conformidade legal no que concerne à Gestão de Pessoas na Marinha é orientada por diversas normas internas, dentre as quais se destacam:

a. EMA-020 – Normas de Governança da Marinha;
b. DGPM-201 - Normas sobre Planejamento, Lotação, Capacitação e Controle do Pessoal Civil;
c. DGPM-202 - Normas sobre Carreiras, Indicações e Premiações;
d. DGPM-203 - Normas sobre Aposentadoria e Reversão de Servidor Civil;
e. DGPM-204 - Normas sobre Direitos e Deveres dos Servidores Civis da MB;
f. DGPM-205 - Normas para Administração de Auxiliares Locais no Exterior;
g. DGPM-305 - Normas para o Sistema de Pessoal da Marinha;
h. DGPM-308 - Normas para Prestação do Serviço Militar pelos Militares da Reserva da Marinha;
i. DGPM-314 - Normas sobre Tarefa por Tempo Certo e Designações para o Serviço Ativo;
j. Plano Corrente de Oficiais;
k. Plano Corrente de Praças;
l. Plano de Carreira de Oficiais; e
m. Plano de Carreira de Praças.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Os múltiplos projetos e atividades desenvolvidos pela MB demandam planejamento contínuo e sistemático da Força de Trabalho (FT), buscando atender às necessidades atuais e futuras de pessoal capacitado em diversas áreas de conhecimento. Em razão das especificidades da atuação da MB, grande parte dessa capacitação é custeada e obtida exclusivamente dentro da própria Força, em consonância com os eixos de modernização e aprimoramento da capacitação previstos no Plano Estratégico da Marinha – 2040. Visando solucionar esta complexa equação, se utiliza de ampla estrutura de gestão de pessoal, com processos próprios de captação, seleção, formação e capacitação. Ademais, tendo a Marinha do Brasil uma Força de Trabalho com mais de 69 mil militares ativos, há necessidade de utilização de um sistema que dê assistência ao pessoal, sobretudo em favor dos aspectos social, de saúde e de bem-estar.

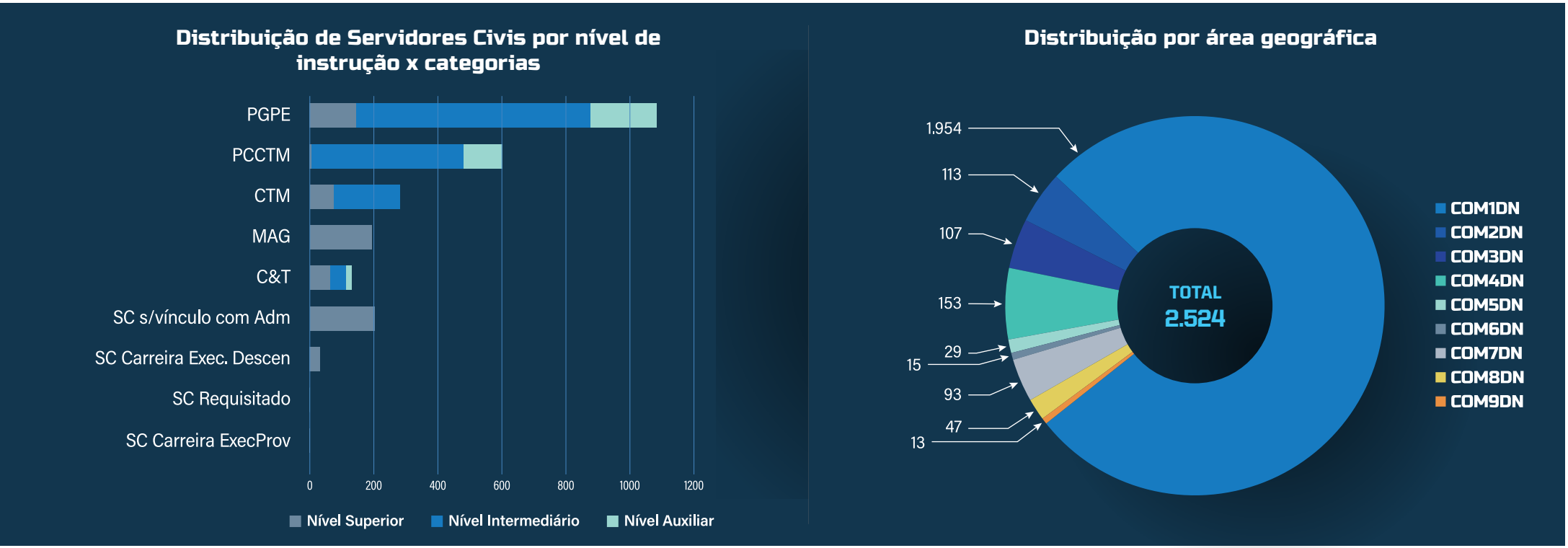
Nesse sentido, a MB direciona seus esforços para prover, em quantidade e qualidade adequadas, os recursos humanos necessários ao cumprimento das missões das suas Organizações Militares. Tal esforço é conduzido por meio de cinco grandes áreas de atuação, quais sejam: Pessoal (militar e civil), Ensino, Saúde, Assistência Social e Assistência Religiosa.

A Lei nº 13.954/2019, que trata da reestruturação da carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares, alterou o tempo mínimo de serviço militar de 30 para 35 anos e, com fulcro neste dispositivo, a Marinha busca a modernização na gestão da carreira dos seus militares. Essa medida é fundamental para atender às demandas conjunturais e promover oportunidades de crescimento pessoal e profissional, assegurando maior equilíbrio entre experiência acumulada e renovação da Força de Trabalho.

Na MB destacam-se os militares de carreira como maioria, seguidos de uma parcela de temporários e os servidores civis.

A MB conta com servidores civis de diferentes níveis de instrução e categorias em sua FT, alocados nas seguintes carreiras: Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE); Plano de Carreiras para área de Ciência e Tecnologia (PCC&T); Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM); e Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (PCCMF). Ressalta-se o insuficiente efetivo dessa parcela da FT da MB, causado pela não autorização de concursos públicos, o que obrigou a utilização da FT militar para o desempenho de atividades e funções específicas de Servidores Civis. Dessa forma, ao final de 2025, observa-se uma redução expressiva de 73,49% do efetivo de servidores civis, em relação à lotação prevista. Ressalta-se, ainda, que do efetivo existente, 51,47% encontram-se em condições de requerer aposentadoria, a qualquer momento.

A maior parte do efetivo de Servidores Civis da MB está concentrada na Região Sudeste, em virtude da localização da Sede da Esquadra na área do Comando do 1º Distrito Naval, mas também apoia as atividades finalísticas da Força Naval, ao longo de todo o território nacional.

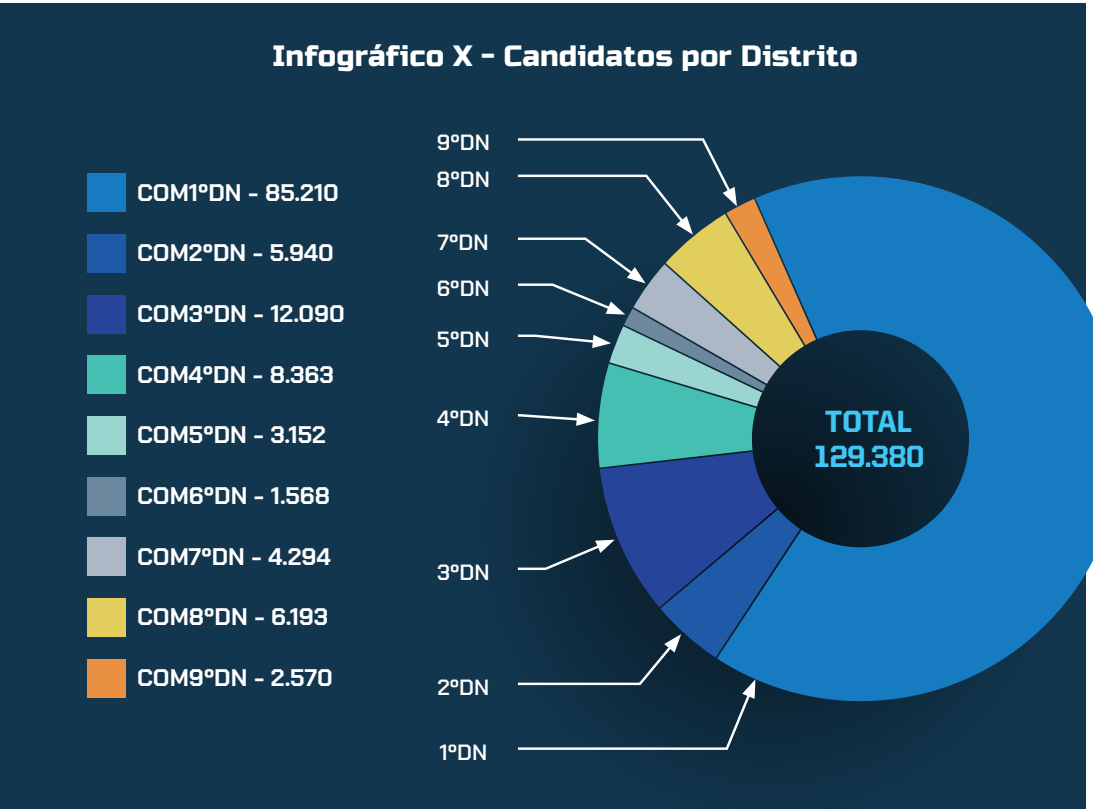


Infográfico VIII - Distribuição de Servidores Civis por nível de instrução x categorias / Distribuição por área geográfica- **Fonte:** Diretoria do Pessoal da Marinha – 09JAN2026

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM) é a organização de coordenação e execução geral das atividades atinentes aos Concursos e Processos Seletivos da MB. Em 2025, o sistema de inscrição de candidatos pela internet e o atendimento via e-mail ficaram disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, além das divulgações por meio de jornais de grande circulação, em todo o Brasil. Devido à atuação da MB no cenário das mídias de comunicação digitais, foi possível ampliar a disseminação das formas para ingresso na Força, alcançando brasileiros residentes nos mais distantes rincões do nosso País.

Como forma de ampliar e aperfeiçoar o atendimento, o SSPM disponibilizou a modalidade de atendimento presencial nas cidades do Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Florianópolis, Fortaleza, Ladário, Manaus, Natal, Nova Friburgo, Olinda, Porto Alegre, Rio Grande, Salvador, Santos, São Luís, São Paulo, São Pedro da Aldeia e Vila Velha.



Infográfico IX - Candidatos por Distrito- **Fonte:** Diretoria do Pessoal da Marinha – 09JAN2026

A metodologia de obtenção e alocação de militares de carreira, estabelecida nas Diretrizes do Sistema de Planejamento de Pessoal, baseia-se, fundamentalmente, nas Tabelas Mestras da Força de Trabalho (TMFT) das Organizações Militares que compõem a MB, as quais detalham a necessidade de pessoal adequado para o cumprimento da missão das OM, considerando, também, os impactos relativos ao licenciamento de militares do Serviço Ativo da Marinha (SAM). Em função dessas necessidades são elaborados Planos Correntes de Oficiais e Praças, os quais nortearão a obtenção de pessoal.

A Gestão do Conhecimento (GC) desempenha um papel estratégico na política de recrutamento e alocação de pessoas na MB, ao priorizar o conhecimento como fator essencial para assegurar que o profissional certo, com as competências adequadas, esteja no local e momento apropriados.

Nas OM, especialmente naquelas vinculadas aos Programas Estratégicos da MB, a GC é integrada aos processos de planejamento de pessoal. Essa integração garante a captação adequada e a manutenção do efetivo nos programas, promovendo a transferência de conhecimento e a continuidade de processos críticos, evitando sua perda. Com isso, a GC consolida-se como uma ferramenta indispensável para otimizar a gestão de pessoas e assegurar o cumprimento das missões das OM, promovendo a sustentabilidade e a excelência operacional da MB.

Em relação aos servidores civis, a evasão por motivo de aposentadoria, sem a reposição, tem prejudicado o adequado desenvolvimento e desempenho, como também na transferência de conhecimento, situação que suscita preocupação, principalmente quando se considera que os investimentos em qualificação de profissionais com elevado tempo de carreira decorrem da realização de programas de treinamentos de custo significativo.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS DE PESSOAL (ATIVO, VETERANO E PENSIONISTA)

i) Gestão de Pessoal Militar

Composição dos gastos em 2023, 2024 e 2025.

A tabela a seguir retrata o detalhamento, por situação, dos gastos realizados:

PAGAMENTO DE PESSOAL MILITAR (em milhões de reais)			
SITUAÇÃO	**2023**	**2024**	**2025**
Ativos [1]	9.162	9.256	9.688
Veteranos [2]	8.983	9.171	9.591
Pensionistas [3]	6.361	6.485	6.734
Total	**24.506**	**24.912**	**26.014**

Tabela 1: Pagamento de Pessoal Militar:
1 – Considera-se no cálculo as AO 2867 e 2120 (Tesouro Gerencial) e 212B (SISPAG);
2 – Considera-se no cálculo as AO 214H, 0739 e 0C01 (Tesouro Gerencial) e 212B (SISPAG); e
3 – Considera-se no cálculo as AO 0179 e 0536 (Tesouro Gerencial).
Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG).
Responsável: Departamento de Finanças (PAPEM-20) - Data da consulta: 07JAN2026.

Infográfico X - Evolução dos gastos com Pessoal Militar- **Fonte:** Tesouro Gerencial e Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG)– 09JAN2026

ii) Gestão de Pessoal Civil

Composição dos Gastos em 2023, 2024 e 2025.

A tabela a seguir retrata o detalhamento, por situação, dos gastos realizados:

PAGAMENTO DE PESSOAL CIVIL (em milhões de reais)			
SITUAÇÃO	**2023**	**2024**	**2025**
Ativos	359	358	386
Aposentados	646	673	763
Pensionistas	341	348	385
Total	**1.346**	**1.379**	**1.536**

Tabela 2: Pagamento de Pessoal Civil:
Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).
Responsável: Departamento de Sistemas de Pagamento (PAPEM-10) - Data da consulta: 07JAN2026.

Infográfico X - Evolução dos gastos com Pessoal Civil- **Fonte:** Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) – 09JAN2026

Instrução Normativa - TCU nº 84/2020, art. 8º, inciso I, alínea i
Prestação de Contas – 2025

Pessoal Militar

Detalhamento mensal do pagamento de Pessoal Militar - 2025				
MÊS	**Ativos**	**Aposentados**	**Pensionistas**	**Total**
JANEIRO	737.932.506,27	708.147.282,23	498.905.330,29	1.944.985.118,79
FEVEREIRO	724.701.529,11	709.360.233,44	496.200.300,95	1.930.262.063,50
MARÇO	711.887.194,26	707.980.157,81	500.188.862,36	1.920.056.214,43
ABRIL	766.838.043,64	741.094.197,56	527.556.220,84	2.035.488.462,04
MAIO	751.923.829,14	745.681.461,48	523.237.067,60	2.020.842.358,22
JUNHO	930.830.667,52	1.115.190.208,71	782.147.140,85	2.828.168.017,08
JULHO	781.157.169,62	746.990.260,57	527.037.833,62	2.055.185.263,81
AGOSTO	722.212.750,37	748.950.524,93	526.358.022,44	1.997.521.297,74
SETEMBRO	739.571.999,06	749.554.789,09	526.333.559,78	2.015.460.347,93
OUTUBRO	762.293.599,12	748.841.943,85	523.728.187,47	2.034.863.730,44
NOVEMBRO	1.199.322.812,83	1.118.178.999,86	779.214.043,70	3.096.715.856,39
DEZEMBRO	859.422.058,47	751.621.593,71	523.684.393,44	2.134.728.045,62
TOTAL	**9.688.094.159,41**	**9.591.591.653,24**	**6.734.590.963,34**	**26.014.276.775,99**

Tabela 3: Detalhamento mensal do pagamento de Pessoal Militar:
1 – Considera-se no cálculo as AO 2867 e 212 O (Tesouro Gerencial) e 212B (SISPAG);
2 – Considera-se no cálculo as AO 214H, 0739, 0C01 (Tesouro Gerencial) e 212B (SISPAG); e
3 – Considera-se no cálculo as AO 0179 e 0536 (Tesouro Gerencial).
Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG).
Responsável: Departamento de Finanças (PAPEM-20) - Data: 07JAN2026.

Pessoal Civil

Detalhamento mensal do pagamento de Pessoal Civil - 2025				
MÊS	**Ativos**	**Aposentados**	**Pensionistas**	**Total**
JANEIRO	27.417.065,86	51.965.839,72	26.314.836,43	105.697.742,01
FEVEREIRO	26.853.368,79	51.955.883,38	26.327.165,42	105.136.417,59
MARÇO	26.743.302,02	51.749.472,48	26.224.593,32	104.717.367,82
ABRIL	38.795.641,84	78.583.097,32	39.259.303,94	156.638.043,10
MAIO	29.922.104,82	60.751.018,50	29.394.370,90	120.067.494,22
JUNHO	34.177.364,71	87.647.081,81	43.819.783,12	165.644.229,64
JULHO	29.529.597,09	58.810.181,32	29.333.979,30	117.673.757,71
AGOSTO	29.760.127,20	58.775.623,08	29.348.341,99	117.884.092,27
SETEMBRO	29.642.036,17	58.465.644,65	29.363.419,27	117.471.100,09
OUTUBRO	30.778.913,48	59.517.753,37	32.347.969,07	122.644.635,92
NOVEMBRO	42.538.432,07	87.047.231,38	44.209.253,58	173.794.917,03
DEZEMBRO	40.582.567,58	58.390.107,16	29.358.687,16	128.331.361,90
TOTAL	**386.740.521,63**	**763.658.934,17**	**385.301.703,50**	**1.535.701.159,30**

Tabela 4: Detalhamento mensal do pagamento de Pessoal Civil:
Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).
Responsável: Departamento de Sistemas de Pagamento (PAPEM-10) - Data da consulta: 07JAN2026.

ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO

A meritocracia acompanha a carreira do militar, norteada por um processo contínuo e sistematizado de avaliação de desempenho. Assim, é propiciada a sua ascensão na carreira e indicação para as melhores oportunidades, tais como cursos e designações, reconhecendo o mérito e valorizando o esforço e a dedicação de cada integrante da FT, de forma a incentivar o contínuo aperfeiçoamento profissional, em busca da excelência e da eficiência da MB. Os militares podem, a qualquer momento, tomar conhecimento de suas avaliações de desempenho por meio de acesso individual ao Sistema de Pessoal (SisPes). Nesse sentido e com a completa convicção de que o "pessoal é o nosso maior patrimônio", a MB mantém investimentos em desenvolvimento e capacitação da FT, buscando, permanentemente, a valorização de nossos militares, sobretudo, por meio da meritocracia.

A avaliação de desempenho dos Servidores Civis (SC) é realizada anualmente, conforme preconizado para todo o funcionalismo público federal. Também vale destacar as práticas institucionais de reconhecimento profissional, baseadas na meritocracia, como o "Prêmio Mestre Antônio da Silva", concedido aos SC que demonstraram ilibada conduta, eficiência e entusiasmo; e o "Prêmio Mérito Funcional", àqueles que se destacaram por, no mínimo, 10, 20, 30 ou 40 anos de serviço prestado à MB.

Dentre as estratégias de valorização por desempenho utilizadas no processo de Gestão do Pessoal Militar, destacam-se:

- "militar/servidor padrão", premiação que tem como finalidade reconhecer os militares e os servidores civis que despontaram como exemplos a serem seguido por seus pares devido a sua conduta pessoal, capacidade profissional e dedicação ao serviço;
- medalhas, destinadas a recompensar os bons serviços prestados por militares e servidores civis da Marinha, em Serviço Ativo;
- distintivos, como por exemplo, o Distintivo de Comportamento, atribuído a Cabos (CB), Marinheiros (MN) e Soldados (SD) ao completarem cinco anos de efetivo serviço na Marinha isentos de punição; e
- "programa Suboficial-Mor", que atribui ao militar designado o importante papel de elo de liderança entre o Comandante e as Praças da OM, com a missão de aumentar o nível de integração, auxiliando o Comando na comunicação estratégica com a tripulação e vice-versa.

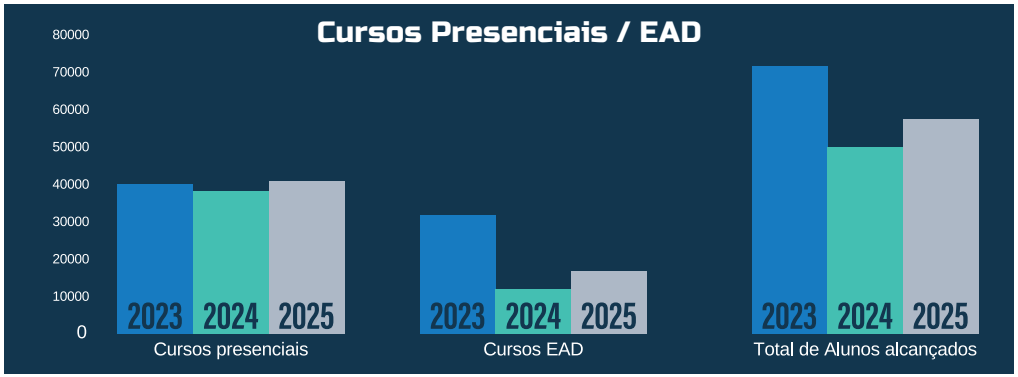
LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

O levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos militares é realizado de acordo com as demandas de capacitação, conforme previsto nos requisitos técnicos das Tabelas Mestras da Força de Trabalho das OM e por meio da Taxa de Renovação Anual. Ademais, no âmbito do SEN, há as Organizações Militares Orientadoras Técnicas que são responsáveis pelo dimensionamento das reais necessidades dos cursos de capacitação, de acordo como os programas prioritários da MB. Em relação aos servidores civis, existe um Plano Anual elaborado com o objetivo de divulgar às OM da Marinha as oportunidades de capacitação, a fim de propiciar a aquisição e o aprimoramento dos conhecimentos e habilidades necessárias ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de trabalho. Em relação aos servidores civis, existe um Plano Anual com o objetivo de divulgar às OM da Marinha as oportunidades de capacitação, a fim de propiciar a aquisição e o aprimoramento dos conhecimentos e habilidades necessárias ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de trabalho.

Ao longo de 2025, ações significativas foram adotadas em busca do aprimoramento da capacitação. No que se refere à atualização dos currículos dos cursos promovidos pelo SEN, alguns assuntos foram analisados e redimensionados, por terem sido observadas lacunas de capacitação ou competências que careciam de aprofundamento ou ampliação de abordagem, merecendo destaque:

- inserção do tema Inteligência Artificial (IA) nos Cursos de Aperfeiçoamento Avançado para Oficiais (C-ApA-Of);
- envio da proposta de revisão dos Cursos de Aperfeiçoamento para Oficiais (C-Ap-Of), contemplando a introdução de uma disciplina de IA e incremento das atividades de Liderança;
- envio da proposta de criação do Curso Expedito de Introdução às Técnicas de Inteligência Artificial (C-Exp-IntTecIA);
- condução da primeira turma do Curso de Aperfeiçoamento Avançado em Guerra Acústica para Praças (C-ApA-GA-PR); e
- adoção do ensino por competências no Curso de Graduação de Oficiais (CGO) da Escola Naval e no Curso de Preparação de Aspirantes (CPA) do Colégio Naval.

Infográfico XI - Revisão de Cursos



Infográfico XII - Cursos Presenciais e EAD

A tabela a seguir demonstra, em termos quantitativos, os resultados obtidos com a revisão dos cursos do SEN, no período de 2023 a 2025:

Revisão de Cursos			
Cursos	**2023**	**2024**	**2025**
Atualizados	59	81	54
Criados	30	14	21
Extintos	12	26	13

Tabela 5: Revisão de Cursos - **Fonte:** Diretoria de Ensino da Marinha.

Em 2025, atingiu-se um total de 57.385 alunos em cursos ofertados à FT, nas modalidades presencial e EAD, conforme detalhado na tabela a seguir:

Cursos Presenciais / EAD			
Alunos	**2023**	**2024**	**2025**
Cursos presenciais	39.865	38.148	40.650
Cursos EAD	31.768	11.828	16.735
Total de Alunos alcançados	**71.663**	**49.976**	**57.385**

Tabela 6: Cursos Presenciais e EAD- **Fonte:** Diretoria de Ensino da Marinha.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

a. Gestão dos Recursos Humanos: Entre os desafios prioritários, destaca-se a harmonização das Tabelas Mestras de Força de Trabalho (TMFT), a fim de ajustar a lógica da progressão na carreira, considerando o fluxo natural de evasão e ascensão. Ressalta-se, ainda, como desafio relevante, consolidar a Gestão do Conhecimento em todas as OM, de modo a promover ambiente favorável à identificação, ao compartilhamento e à aplicação sistemática do conhecimento organizacional. Esse aprimoramento é fundamental para elevar a eficiência dos processos, fortalecer a memória institucional e assegurar que o conhecimento crítico seja preservado e utilizado na tomada de decisão, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos e para o pleno cumprimento da missão constitucional da MB.

b. Gestão do SEN: em virtude dos desafios decorrentes da redução do efetivo da Força, a MB buscará alternativas que possibilitem o aprimoramento dos processos docentes, adotando ações para a otimização dos recursos humanos, com a adoção de instrutores/professores convidados e uso de aulas realizadas a distância, por meio de videoconferência. Outro ponto de destaque refere-se às ações para manutenção das instalações, bem como investimentos em recursos instrucionais, impactados pelas restrições orçamentárias ocorridas em 2025.

3.5.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

Os procedimentos destinados à realização de contratações públicas, visando a suprir as necessidades de recursos e serviços para atender ao interesse público, inauguram-se na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que estabelece, no inciso XXI do seu art. 37, que ressalvados os casos especificados na legislação, o processo de licitação pública é obrigatório para as contratações referentes a obras, serviços, compras e alienações realizadas pela Administração Pública. Neste contexto, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e da inovação, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

As OM da Marinha, em sua grande maioria, contam com uma Assessoria Jurídica que atua de forma preventiva com vistas a evitar eventuais prejuízos decorrentes da inobservância da legislação em vigor. Não existindo um setor próprio na OM, o assessoramento jurídico é prestado por intermédio dos Comandos Superiores ou por meio de consulta à Diretoria de Administração da Marinha (DAdM).

Com o objetivo de garantir a regularidade jurídica das contratações efetuadas pelos Setores da MB e de atender aos mandamentos constitucionais e legais, em especial, às Leis nº 9.784/1999, e nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e ao Decreto nº 10.024/2019, todos os processos administrativos que tratam de licitações, contratos administrativos, convênios, acordos e instrumentos congêneres são encaminhados para apreciação da Advocacia-Geral da União (AGU), de forma a proceder a análise

jurídica prévia à contratação, ressalvados os casos em que o envio é expressamente dispensado pela própria AGU, por meio de manifestações jurídicas referenciais. Adicionalmente, cabe destacar que os setores também utilizam os modelos padronizados, disponibilizados pela AGU, em seu sítio eletrônico, e adotam os posicionamentos constantes nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), no que for pertinente.

Com relação às contratações diretas, utilizou-se a dispensa e a inexigibilidade de licitação, com fulcro nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, de modo a atender as necessidades prementes das OM da MB, incluindo a aquisição e a manutenção dos complexos sistemas de defesa, característicos da Força.

Despesas Por Modalidade De Contratação

Modalidade De Contratação	Despesas Liquidadas
1. Modalidade de Licitação	R$ 1.376.216.361,37
Convite	R$ 1.941.347,74
Tomada de Preço	R$ 38.683.522,23
Concorrência	R$ 273.081.620,90
Pregão	R$ 1.062.509.870,50
2. Contratações Diretas	R$ 3.682.897.496,61
Dispensa	R$ 2.649.923.361,73
Inexigibilidade	R$ 1.032.648.954,71
Credenciamento	R$ 325.180,17
3. Regime de Execução Especial	R$ 21.933.402,82
Suprimento de Fundos	R$ 21.933.402,82
4. Outros	R$ 65.808,36
Total	**R$ 5.081.113.069,16**

Fonte: Tesouro Gerencial – Posição JAN2026 - Ultima atualização em DEZ2025.

CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES		
ITEM DE CUSTEIO*	**ASSOCIAÇÃO AO(S) OBJETIVO(S) ESTRATÉGICOS**	**JUSTIFICATIVA**
Combustíveis e lubrificantes	OBNAV - 1, 2 e 7	Contribuir para a Defesa da Pátria e Prover a Segurança Marítima por meio do provimento de combustíveis e lubrificantes para os meios navais.
Locação de imóveis	OBNAV - 7 e 11	Atender a realização de prova de Concurso Público e aluguel de píer para atracação de meio naval.
Locação de máquinas e equipamentos	OBNAV - 1, 2, 4, 7, 11 e 12	Contribuir para a manutenção da capacidade operacional plena dos meios da MB, assim como na transformação digital dos serviços e nas atividades administrativas.
Manutenção e conservação de bens imóveis	OBNAV - 2, 4, 6, 7, 11 e 12	Manutenção da capacidade operacional da Força por meio da contratação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva.
Manutenção e conservação de equipamentos	OBNAV - 2, 4, 6, 7, 10, 11 e 12	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos permanentes, a fim de possibilitar a sua máxima disponibilidade, assegurando a capacidade operativa dos meios para a execução de suas atividades.
Locação de mão de obra e terceirização	OBNAV - 7 e 12	Desenvolver e/ou modernizar os sistemas corporativos, com a finalidade de manter o aprestamento dos meios navais e OMs de terra.
Serviços bancários	OBNAV - 12	Viabilizar o atendimento e apoio às OMs.
Serviços de água e esgoto	OBNAV - 2, 4, 6, 7, 11 e 12	Serviços essenciais atinentes ao fornecimento de água e recolhimento de esgoto destinados ao funcionamento das OMs da MB.
Serviços de comunicação em geral	OBNAV - 6, 11 e 12	Contribuir para a prontidão operativa da Marinha por meio de serviços de comunicação em geral.
Serviços de cópias e reprodução de documentos	OBNAV - 4, 6, 11 e 12	Serviço de outsourcing de impressoras para reprografia, a fim de atender as atividades operativas, administrativas e de ensino.

Serviços de energia elétrica	OBNAV - 2, 4, 6, 7, 11 e 12	Contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica para o funcionamento das OMs da MB.
Serviço de limpeza e conservação	OBNAV - 2, 4, 6, 7, 11 e 12	Custeio de despesas com as empresas contratadas para prestação dos serviços compulsórios de limpeza e conservação, incluindo serviços hospitalares, visando manter as condições sanitárias apropriadas às atividades laborais diárias.
Tecnologia da informação e comunicação	OBNAV - 2, 4, 6, 7, 10, 11 e 12	Promover transformação digital e infraestrutura adequada aos serviços de Tecnologia da Informação (TI) que suportam as estruturas de acesso e armazenamento de banco de dados e sistemas computacionais da MB.
Vigilância ostensiva	OBNAV - 7	Os recursos foram utilizados para atender as demandas de segurança dos meios e instalações do Complexo da Força de Fuzileiros da Esquadra.
Apoio administrativo, técnico e operacional	OBNAV - 2, 6, 7, 11 e 12	Contratação de prestação de serviço de natureza continuada visando o apoio no gerenciamento de projetos, o incremento da qualidade dos cursos de carreira e as atividades administrativas, assim como o estabelecimento de parcerias com instituições que visem a qualificação técnica.
Material de consumo	OBNAV - 6, 7, 11 e 12	Aquisição de materiais que auxiliem na prevenção da degradação e na melhoria das instalações e equipamentos necessários ao desenvolvimento diário das atividades administrativas e operacionais das OMs da MB.
Locação de veículos	OBNAV - 6 e 7	Contribuir para a prontidão operativa da Marinha.
Passagens e despesas com locomoção	OBNAV - 4, 6, 7, 10, 11 e 12	Atender a viagens administrativas e os cursos de carreira, além de apoiar a presença brasileira no continente Antártico.

(*) agrupado por item de custeio, conforme Nota Metodológica do Ministério da Economia.
(**) acima de R$ 100 mil.
(***) O objeto do contrato foi agrupado por item de custeio, conforme anexo I da Nota Metodológica do Ministério da Economia.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial – Posição 31DEZ2025.

PORTAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Com o intuito de disponibilizar o inteiro teor das contratações da Força, em cumprimento ao Acórdão nº 389/2020-TCU-Plenário, foi desenvolvido o Portal de Licitações e Contratos da MB – https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/.

Este portal permite o acesso, para consulta pública, do inteiro teor dos processos eletrônicos que documentam as compras e contratações, realizadas no âmbito da MB, por licitações ou contratações diretas, e execuções dos contratos decorrentes. Dessa forma, o sistema permite, por meio da aplicação de diversos filtros, a consulta à base de dados que contém o histórico das licitações e compras diretas formalizadas pelas diversas OM da MB.

DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS

A fase de Planejamento das contratações sempre foi um grande desafio, uma vez que, além de identificar as reais necessidades da Administração em todas as suas peculiaridades, tem o condão de pontuar os possíveis riscos capazes de impactar o sucesso das contratações públicas. O desafio ganhou maior dimensão em virtude das diretrizes traçadas pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC), uma vez que houve a revogação da Lei nº 8.666/1993.

Nesse contexto, destaca-se que a NLLC, com o intuito de aprimorar e modernizar os processos de contratações públicas, buscou, ao longo dos seus 194 artigos, dar maior transparência e eficiência aos processos de contratações realizados no âmbito das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A nova legislação trouxe, por conseguinte, grandes desafios para os gestores, principalmente os relacionados à capacitação dos profissionais e ao aperfeiçoamento dos sistemas de controle. Assim, em virtude das recentes mudanças trazidas pelo novo ordenamento jurídico, bem como dos posicionamentos da Advocacia-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, a qualificação do pessoal assume grande importância no sucesso dos processos licitatórios e na consequente gestão dos contratos.

Na constante busca pela eficiência e melhor utilização dos recursos, alinhando-se aos novos ditames da Nova Lei de Licitações e, ainda, visando a minimizar o impacto do contingenciamento dos recursos orçamentários ao longo dos anos, a MB tem buscado qualificar seus militares por intermédio de diversos cursos realizados pelo Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB), no intuito de aprimorar e ampliar o conhecimento dos agentes que atuam na contratação, gestão e fiscalização contratual. Tal qualificação, somada à operação de processos inteiramente digitais, por meio da utilização dos sistemas informatizados do Governo Federal, aprimoram a transparência e a governança das contratações da Força, garantindo o cumprimento do interesse público.

Na mesma linha, atenta às inovações constantes no novo regramento licitatório, desde 2023 a Força realizou a 6ª revisão da Norma sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos - NOLAM (SGM-102, REV.6), pautada na NLLC e alinhada com o Manual de Licitações e Contratações Administrativas do Comando da Marinha, de modo a contribuir, por meio de manuais e guias próprios, para uma atuação eficiente e eficaz dos agentes e gestores da MB no trato com licitações e contratações públicas, de forma mais prática e operacional.

Um dos principais desafios enfrentados pela organização é o equilíbrio entre as necessidades identificadas e as limitações orçamentárias, de modo a conciliar ambos, sem comprometer a

qualidade ou a eficiência. Frequentemente, o orçamento disponível é insuficiente para atender a todas as demandas, o que exige a priorização de certos materiais ou serviços em detrimento de outros. Para lidar com esse desafio, é fundamental adotar ações que integrem o planejamento orçamentário às necessidades de toda ordem. Isso inclui o desenvolvimento de uma metodologia que permita a criação de uma base de dados centralizada e de fácil acesso, possibilitando ajustes nas alocações de recursos conforme a demanda real, além de estabelecer uma margem de contingência orçamentária para lidar com imprevistos sem prejudicar o orçamento global. Com essas ações, espera-se alcançar uma maior eficiência nas contratações pois, com um mapeamento claro das necessidades e um controle orçamentário mais eficaz, será possível realizar aquisições mais precisas, priorizando materiais essenciais e otimizando os recursos financeiros disponíveis. Além disso, a redução de riscos e imprevistos será mais provável, uma vez que as ações de mitigação estarão bem estruturadas, diminuindo a probabilidade de interrupções nas contratações e garantindo um fluxo contínuo de materiais e serviços. A organização também será capaz de se ajustar rapidamente a novas necessidades ou mudanças orçamentárias, mantendo a operação eficiente e sem grandes falhas.

3.5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

A Gestão Patrimonial das Organizações Militares (OM) da MB é abordada por diversas normas internas, dentre as quais se destacam:

- SGM-104 - Normas para o Patrimônio Imobiliário da Marinha (NOPIM);
- SGM-303 - Normas sobre Gestão de Material;
- SGM-301 - Normas sobre Administração Financeira e Contabilidade; e
- SGM-601 - Normas sobre Auditoria, Análise e Apresentação de Contas na Marinha.

Os imóveis da União, sob jurisdição da MB, são cadastrados no Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O acompanhamento dos imóveis por todo Brasil é realizado por meio de Visitas Técnicas, reuniões trimestrais da Comissão de Acompanhamento e Coordenação, além de solicitações de informações para cada um dos Distritos Navais (DN), que atuam como coordenadores regionais.

Além disso, são realizadas auditorias internas pelo Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), que consiste no exame da adequação da prestação de contas e da conformidade dos atos praticados pelos agentes responsáveis.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (GND-4)

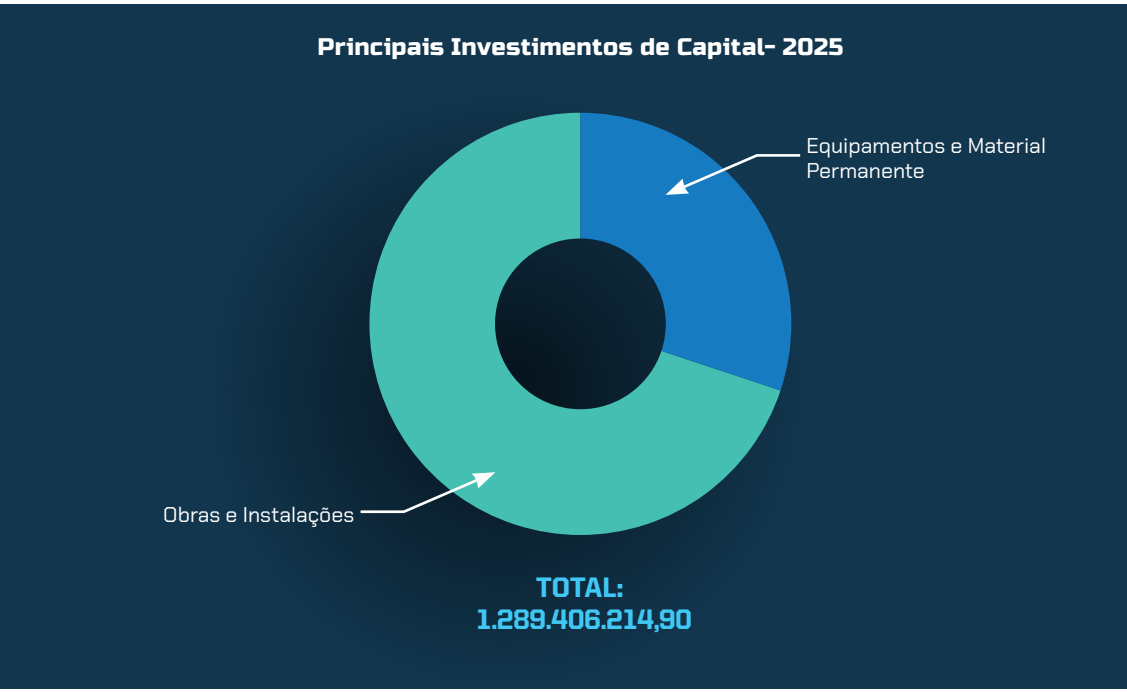
Ano Lançamento	2024
Natureza Despesa	**Despesas Liquidadas**
OBRAS E INSTALAÇÕES	901.089.783,91
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	388.316.421,19
Total	**1.289.406.214,90**

Fonte: Tesouro Gerencial

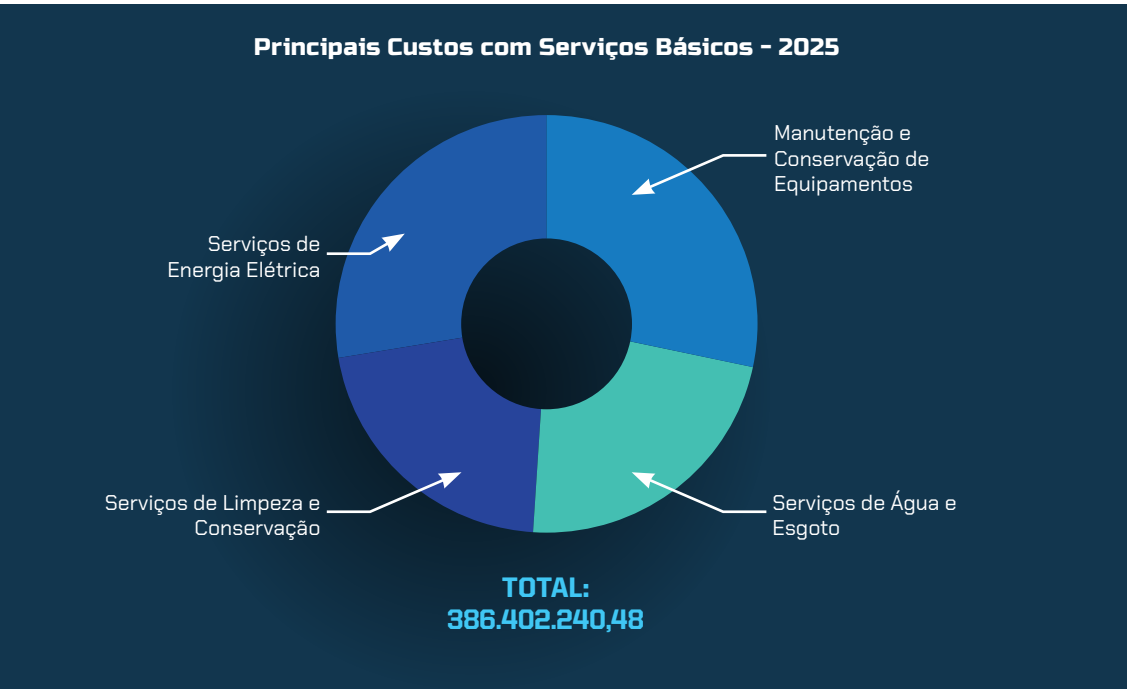
PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS BÁSICOS

Ano Lançamento	2025
Natureza Despesa	**Despesas Liquidadas**
Manutenção e Conservação de Equipamentos	106.705.326,86
Serviços de Água e Esgoto	82.552.918,10
Serviços de Limpeza e Conservação	87.693.476,35
Serviços de Energia Elétrica	109.450.519,17
Total	**386.402.240,48**

Fonte: Tesouro Gerencial



Infográfico XIII - Principais Investimentos de Capital

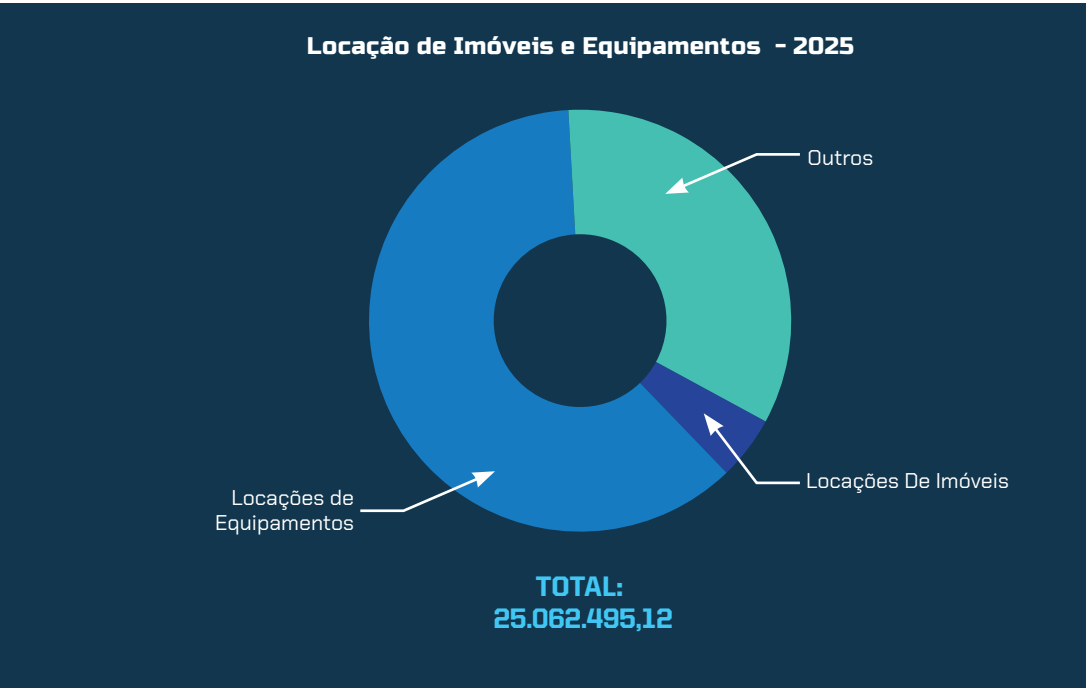


Infográfico XIV - Principais Custos com Serviços Básicos

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Ano Lançamento	2025
Natureza Despesa	**Despesas Liquidadas**
Locações De Imóveis	1.224.908.96
Locações De Equipamentos	15.366.885,75
Outros	8.470.700,41
Total	**25.062.495,12**

Fonte: Tesouro Gerencial



Infográfico XV - Locação de Imóveis e Equipamentos

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

As atividades de patrimônio imobiliário visam aumentar a eficiência da utilização dos imóveis administrados pela MB e proporcionar um incremento na qualidade de vida dos permissionários de próprios nacionais residenciais (PNR), à família naval, ao disponibilizar o benefício da utilização de um imóvel residencial.

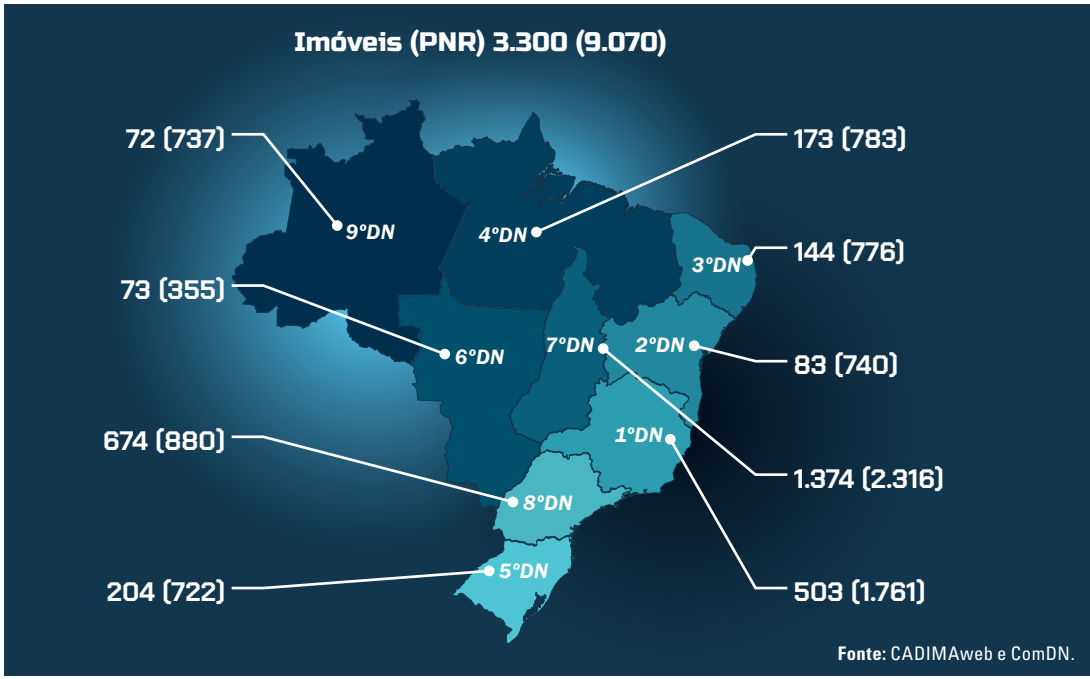
No ano de 2025, a Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário da Marinha (CGPIM) atuou em nível de supervisão e coordenação no planejamento da aquisição de PNR e na gestão da manutenção daqueles existentes, buscando alcançar resultados mais favoráveis aos interesses da Força alinhados ao PEM.

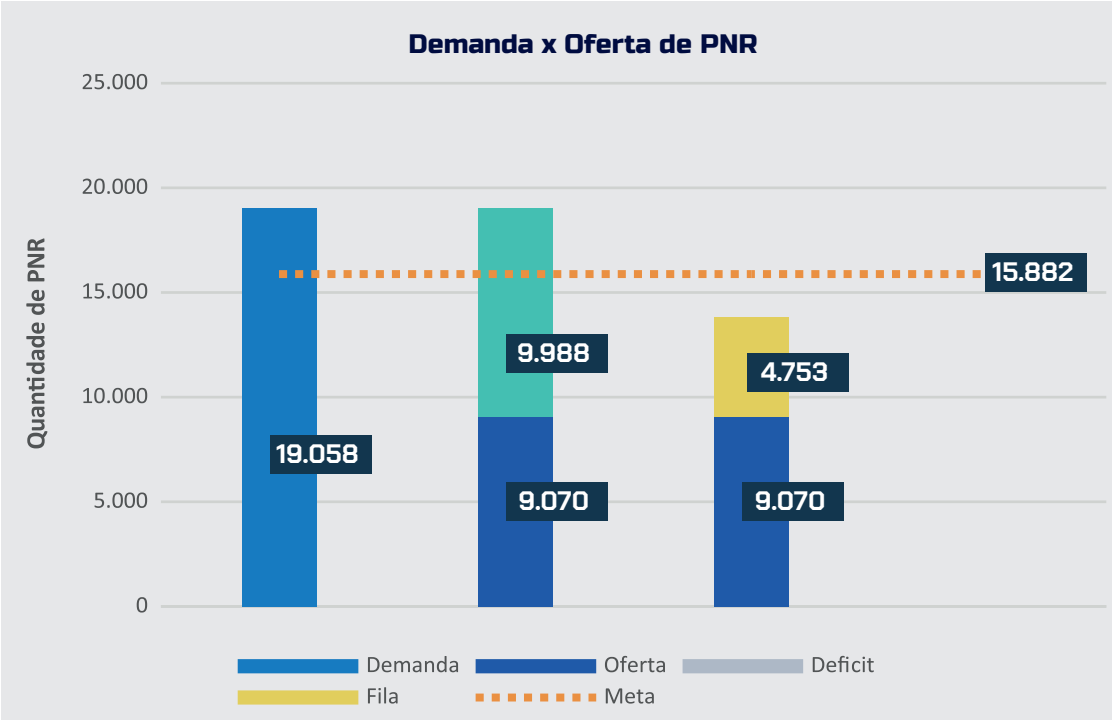
Para cumprir esses objetivos, a CGPIM continuou o levantamento, por todo Brasil, das condições dos PNR e dos terrenos sem utilização em busca de um aproveitamento mais vantajoso dessas áreas.

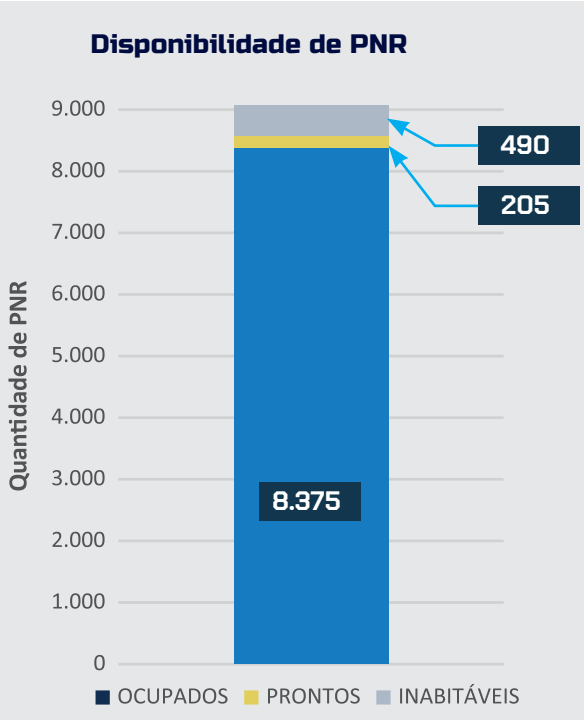
De acordo com o Cadastro Imobiliário da Marinha (CADIMAweb) e com as informações fornecidas pelos Distritos Navais, a MB administra um total de 3.282 imóveis e 9.070 PNR distribuídos por todo o Brasil, sendo geridos localmente por cada Unidade Gestora (UG)/Organização Militar (OM) sob a coordenação dos respectivos Distritos Navais. Na imagem abaixo é possível constatar a quantidade de imóveis e de PNR administrados pela MB por DN.

Em relação a situação dos PNR por todo o Brasil, os gráficos a seguir mostram os resultados obtidos após o levantamento: déficit de 52% de unidades habitacionais (veja o gráfico “Demanda x Oferta de PNR”) e uma taxa de ocupação de 92% (veja o gráfico “Ocupação de PNR”), a qual contém 5% de imóveis inabitáveis.

Os gráficos abaixo foram elaborados com informações constantes no CADIMAweb e aquelas obtidas junto aos DN de todo o Brasil, demonstrando a demanda por PNR, a oferta dos mesmos pela MB e a fila para ocupação dessas unidades habitacionais. De maneira geral, percebe-se o esforço contínuo da MB em manter esses PNR em condições de uso e ocupados pela Família Naval.







Fonte: SGM

PRINCIPAIS DESAFIOS

Melhorar o apoio de moradia à família naval e aumentar a eficiência da utilização dos imóveis, de forma a possibilitar o atendimento aos interesses da Força alinhados ao Plano Estratégico da Marinha (PEM).

AÇÕES FUTURAS

Em relação aos PNR, de maneira a diminuir o tempo médio de espera na fila de ocupação, as seguintes ações foram vislumbradas:
- aquisição e/ou construção de novos; e
- reforma dos inabitáveis.

Em relação aos demais imóveis, as seguintes ações foram vislumbradas:
- recuperação e/ou modernização de instalações, infraestrutura e meios em um contexto de restrições orçamentárias; e
- utilização dos terrenos sem uso.

3.5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A Conformidade Legal da Gestão da TI e Comunicações na Marinha do Brasil (MB) é assegurada pela aplicação do conjunto de regras, diretrizes e políticas estabelecidas pelos diversos Órgãos Federais, observada a legislação vigente.

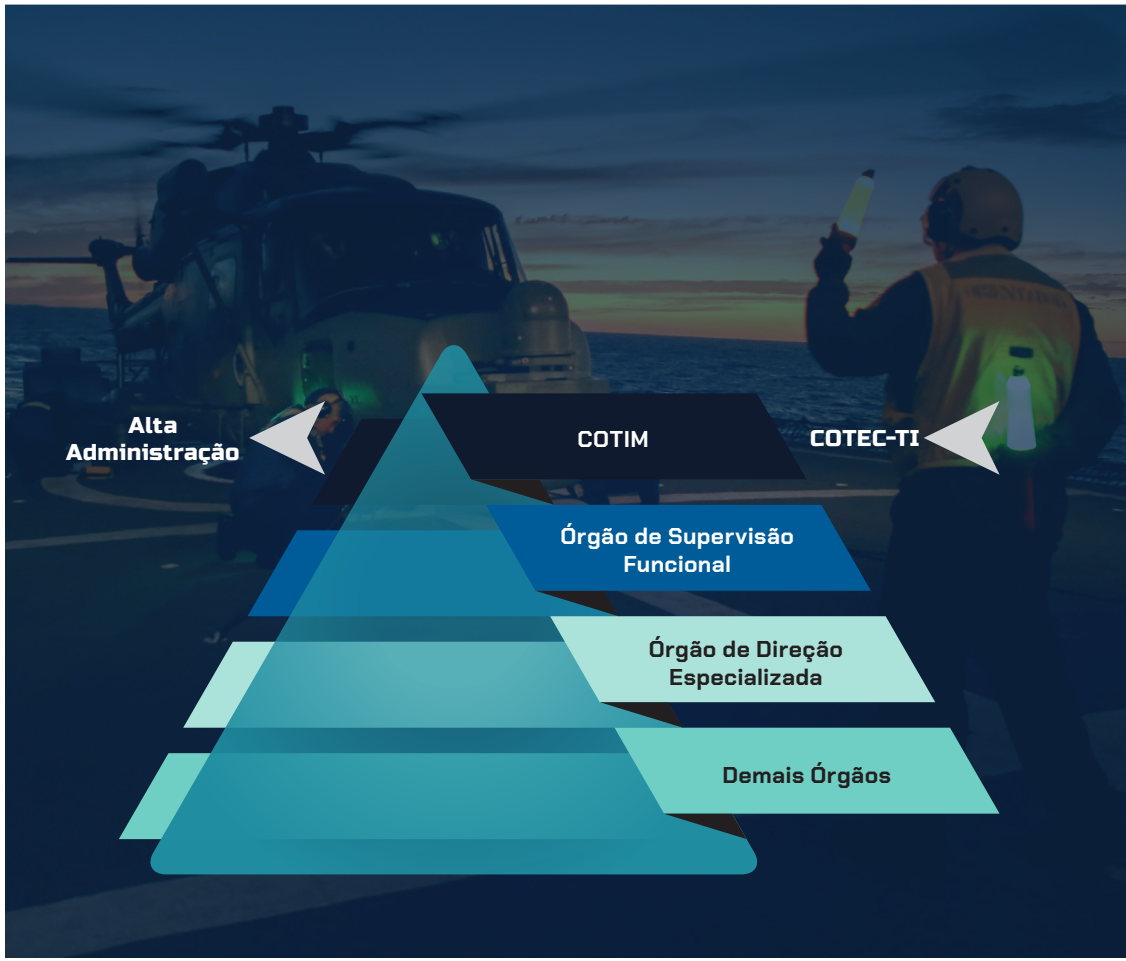
MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A Governança de TI na MB abrange processos, práticas e políticas voltados para direção, administração e controle da informação e dos sistemas de informação de interesse da Força. Sua estrutura é sustentada por um sistema de informações gerenciais e conta com um órgão decisor central de alto nível: o Conselho de Tecnologia da Informação e Comunicações da Marinha (COTIM), responsável por assessorar o Comandante da Marinha em assuntos estratégicos de TI.

Em suas reuniões, o COTIM delibera sobre ações e diretrizes relacionadas à TI na MB e, para suporte técnico, conta com a Comissão Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTEC-TIC) que realiza estudos detalhados sobre o assunto e encaminha propostas ao COTIM para decisão.

Além dessas instâncias, a estrutura de Governança de TI da MB inclui os seguintes órgãos:

- Órgão de Supervisão Funcional – Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM);
- Órgão de Direção Especializada – Diretoria de Comunicações e Tecnologia de Informação da Marinha (DCTIM);
- Órgãos de Desenvolvimento de Sistemas de TI – Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV), Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) e Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) ou outros, conforme deliberação do COTIM;
- Órgão de Execução Operacional – Centro Tecnológico da Marinha (CTIM);
- Órgãos de Manutenção de Sistemas Digitais – Diversas OM ou órgãos extra-MB, dependendo do grau da manutenção;
- Elementos Organizacionais de Apoio – Centros Locais de Tecnologia da Informação (CLTI); e
- Órgãos de Execução – Todas as Organizações Militares (OM) da MB.



MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Grupo de Natureza de Despesas	Despesas Empenhadas		Despesas Pagas (Recursos dos Exercícios)		Despesas Pagas (Recursos de RP)	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Custeio	R$ 10.613.170,54	R$ 18.619.319,74	R$ 8.846.877,09	R$ 13.466.211,73	R$ 6.990.761,30	R$ 1.887.990,05
Investimento	R$ 1.998.513,54	R$ 3.526.456,64	R$ 838.822,53	R$ 662.884,83	R$ 8.965.177,35	R$ 894.094,07
Total	**R$ 12.611.684,08**	**R$ 22.145.776,38**	**R$ 9.685.699,62**	**R$ 14.129.096,56**	**R$ 15.955.938,65**	**R$ 2.782.084,12**

Dados computados até 31DEZ2025.

Critérios utilizados na coleta dos dados:
a) Foram considerados os recursos da MB e extra-MB (destaques de crédito; emendas parlamentares etc.);
b) Não foram considerados os recursos remanejados entre as OM da MB; e
c) Dados apurados após encerramento do exercício financeiro de 2025.

Contratações mais relevantes de Recursos de TI

As informações completas sobre as contratações mais relevantes de recursos de TI estão disponíveis em: https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/.

https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

O setor busca fortalecer a qualidade dos serviços prestados pela MB, ao público externo e interno, que utilizam a TI como ferramenta.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS	PRINCIPAIS RESULTADOS
Gestão de Pessoal	Sistema de Pessoal do CFN - SIGEP	Gerenciar a Carreira dos Fuzileiros Navais
	Sistema de Pessoal da MB - BDPES	Gerenciar a Carreira dos Militares
Gestão Administrativa	Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento - SINGRA	Gerenciar as Aquisições
		Armazenamento e Distribuição de Material
	Sistema de Pagamento de Pessoal - SISPAG	Gerenciar Folha de Pagamento
	Sistema de Gestão de Material da MB - SISMAT	Gerenciar os Bens Patrimoniais
	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD-MB	Gerenciar dos documentos e mensagens da MB
	Sistema de Gestão em Saúde - AGHUse	Apoiar a Gestão Hospitalar
Gestão Orçamentária	Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor - SIPLAD	Gerenciar Prontuários, Faturamento, etc.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

DCTIM *Cybersecurity Framework* (DCF)

O DCTIM *Cybersecurity Framework* (DCF) mede a maturidade cibernética, que representa o nível de desenvolvimento e eficácia das práticas, políticas e tecnologias da organização para proteger, detectar, responder e recuperar seus ativos de informação contra ameaças cibernéticas. Por meio do DCF é possível estabelecer o Índice de Maturidade em Segurança Cibernética (IMSC) do CLTI ou da OM. O IMSC proporciona uma medida clara e objetiva do histórico em segurança cibernética de uma OM, Órgão de Direção Setorial (ODS), ou CLTI, permitindo uma avaliação precisa do estado atual e a definição de metas realistas de melhoria. Na última medição, referente ao biênio 2024-2025, o IMSC da MB apresentou resultado satisfatório.

Desenvolvimento Seguro de *Software*

Em 2024, foi realizado estudo técnico com o objetivo de aprimorar os procedimentos relacionados ao desenvolvimento seguro de softwares no âmbito da MB, visando tornar o processo mais confiável, auditável, estável e resiliente a ameaças cibernéticas. O estudo identificou a necessidade de criação de um repositório centralizado para o desenvolvimento e versionamento de códigos-fonte. Adicionalmente, foi recomendada a avaliação futura da adoção de ferramentas de análise e qualidade de código.

Em 2025, foi implantado o repositório centralizado de desenvolvimento de códigos-fonte, cuja fase de testes, ajustes de configurações específicas e validação está sendo conduzida por meio de um projeto-piloto, com previsão de conclusão em 2026. As configurações em andamento visam permitir a utilização segura do repositório tanto por desenvolvedores da MB quanto por desenvolvedores externos, vinculados às empresas contratadas. O ambiente foi concebido para possibilitar acesso controlado e seguro, tanto a partir da rede interna da MB quanto por meio da internet.

Fortalecimento da Mentalidade de Segurança das Informações e Comunicações (SIC)

Com o objetivo de fortalecer a mentalidade de segurança cibernética no âmbito da MB, foi implementada uma campanha de Segurança da Informação (SI), composta pela divulgação de notas diárias no Boletim de Ordens e Notícias (BONO), pela elaboração e distribuição de cartilhas orientativas e pela veiculação de mensagens educativas em janelas do tipo pop-up nas páginas da intranet institucional. As ações visaram ampliar o nível de conscientização do pessoal quanto aos riscos cibernéticos e às boas práticas de proteção das informações e dos ativos de TIC.

Como iniciativa complementar e estruturante desse esforço, foi instituído o Farol Cibernético, plataforma digital voltada ao fortalecimento da cultura de segurança da informação e de cibersegurança. O portal disponibiliza, de forma aberta na Internet, conteúdos educativos em formatos variados — como cartilhas, vídeos e banners — elaborados de maneira didática, acessível e interativa. Entre os temas abordados destacam-se a criação de senhas seguras, a prevenção de fraudes digitais, a identificação de ameaças cibernéticas e os cuidados essenciais para a proteção de dados.

Adicionalmente, foram conduzidas auditorias no Centro de Tecnologia da Informação da Marinha, na Diretoria de Saúde da Marinha, no Comando do 4º Distrito Naval, no Centro de Hidrografia da Marinha e no Centro de Instrução Almirante Alexandrino, com a finalidade de verificar o cumprimento das normas de SIC e contribuir para o fortalecimento da governança e da conformidade institucional na área.

Por fim, de forma a complementar as ações de conscientização e governança, foram implementadas iniciativas de capacitação na área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC), por meio do Estágio de Qualificação para Atualização de Segurança da Informação e Comunicações (EQ-ASIC) e do Estágio de Segurança da Informação – Nível Básico (E-SI-BAS). O EQ-ASIC é destinado à atualização e ao aprimoramento dos conhecimentos dos militares que já concluíram

o Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento (C-Esp-HabSG) na área de Tecnologia da Informação, sendo conduzido com metodologias de ensino que priorizam a participação ativa dos alunos, o reforço da assimilação conceitual e a aplicação prática dos conhecimentos no contexto operacional. Já o E-SI-BAS tem como objetivo promover a conscientização dos militares quanto à importância da Segurança da Informação no âmbito organizacional e operacional da MB, abordando conceitos fundamentais como confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, ameaças cibernéticas, engenharia social e boas práticas no uso de dispositivos e redes.

PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Em virtude da revisão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Marinha (PETIM), atualmente em processo de aprovação pelo Estado-Maior da Armada (EMA), foram propostos os seguintes objetivos estratégicos:

1. Objetivo: Modernizar a Rede de Comunicações Integrada Marinha (RECIM).

Descrição: Garantir que a infraestrutura da RECIM seja atualizada e compatível com as demandas tecnológicas atuais e futuras, promovendo adequado desempenho, confiabilidade, disponibilidade, segurança da informação e suporte às atividades estratégicas e operacionais.

Indicador proposto: Índice de evolução das ações estratégicas de modernização da Rede de Comunicações Integrada da Marinha (RECIM) (%)

Descrição do indicador: Mede o grau de avanço das ações estratégicas planejadas para a modernização da RECIM.

Forma de apuração: Avaliação periódica do estágio de execução das ações estratégicas vinculadas ao objetivo.

2. Objetivo: Estruturar o uso da Inteligência Artificial.

Descrição: Promover a governança da Inteligência Artificial (IA) na Marinha do Brasil, de modo a potencializar o uso institucional da tecnologia, observando aspectos de segurança, ética e confiabilidade.

Indicador proposto: Índice de evolução das ações estratégicas de governança de Inteligência Artificial (%)

Descrição do indicador: Avalia o progresso das ações estratégicas destinadas à estruturação da governança e ao uso institucional da Inteligência Artificial na Marinha do Brasil.

Forma de apuração: Consolidação do estágio de execução das ações previstas no plano de governança de IA.

3. Objetivo: Aperfeiçoar a capacitação dos profissionais em áreas de TIC.

Descrição: Desenvolver e fortalecer continuamente as competências técnicas e gerenciais dos profissionais de TIC, alinhando seus conhecimentos às demandas tecnológicas atuais e futuras da MB.

Indicador proposto: Índice de evolução das ações estratégicas de capacitação em TIC (%)

Descrição do indicador: Mede o avanço das ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento das competências técnicas e gerenciais dos profissionais de TIC.

Forma de apuração: Acompanhamento do grau de execução das ações previstas no plano de capacitação de TIC.

3.5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

A MB tem adotado diversas iniciativas para reduzir o consumo de recursos naturais e promover a sustentabilidade ambiental em suas operações. A implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em suas OM é uma das principais medidas, sendo regulamentada por Normas Técnicas Ambientais (NORTAM), como a NORTAM-02, que estabelece diretrizes para gestão ambiental nas OM, exceto navios; a NORTAM-04, que regula auditorias ambientais; a NORTAM-03, que implementa o Plano de Emergência de Navio para Poluição por Óleo (PENPO); e a NORTAM-06, que define normas para a separação de resíduos recicláveis.

Além disso, a MB possui o Programa Energia Naval, um importante passo estratégico na direção da transição energética na MB, que é coordenado pelo Comando de Operações Navais (ComOpNav) e gerenciado, mediante contrato específico, pela EMGEPRON.

O Programa é voltado à redução do consumo e dos custos de energia elétrica, atuando em três frentes: a Eficiência Energética (EE), que busca modernizar equipamentos e reduzir desperdícios; o Mercado Livre de Energia (ML), permitindo a aquisição de energia elétrica no mercado competitivo; e a Geração Distribuída (GD), incentivando o uso de fontes renováveis, como energia solar, eólica e biomassa. A iniciativa reforça a sustentabilidade ambiental e financeira da MB, além de impulsionar a inovação. A meta principal do Programa é a redução de custos com energia elétrica e, secundariamente, a inserção da MB no atual cenário de energia, em conformidade com o mundo moderno.

No que diz respeito à gestão e redução de resíduos, as OM seguem Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), promovendo a coleta seletiva e reciclagem de materiais como papel, plástico, vidro e metal, além do reaproveitamento e descarte adequado de pneus, pilhas e baterias. Também são adotadas medidas para o tratamento de esgoto sanitário e a destinação correta de resíduos hospitalares.

A MB ainda investe em iniciativas de conscientização e educação ambiental, como projetos de coleta seletiva e limpeza de praias, parcerias com cooperativas de reciclagem, campanhas para a redução do uso de plásticos, como o Projeto Sacola Retornável, e eventos de limpeza na Baía de Guanabara.

Com essas ações, a Marinha reforça seu compromisso com a preservação ambiental, alinhando-se a políticas de desenvolvimento sustentável e eficiência no uso de recursos naturais.

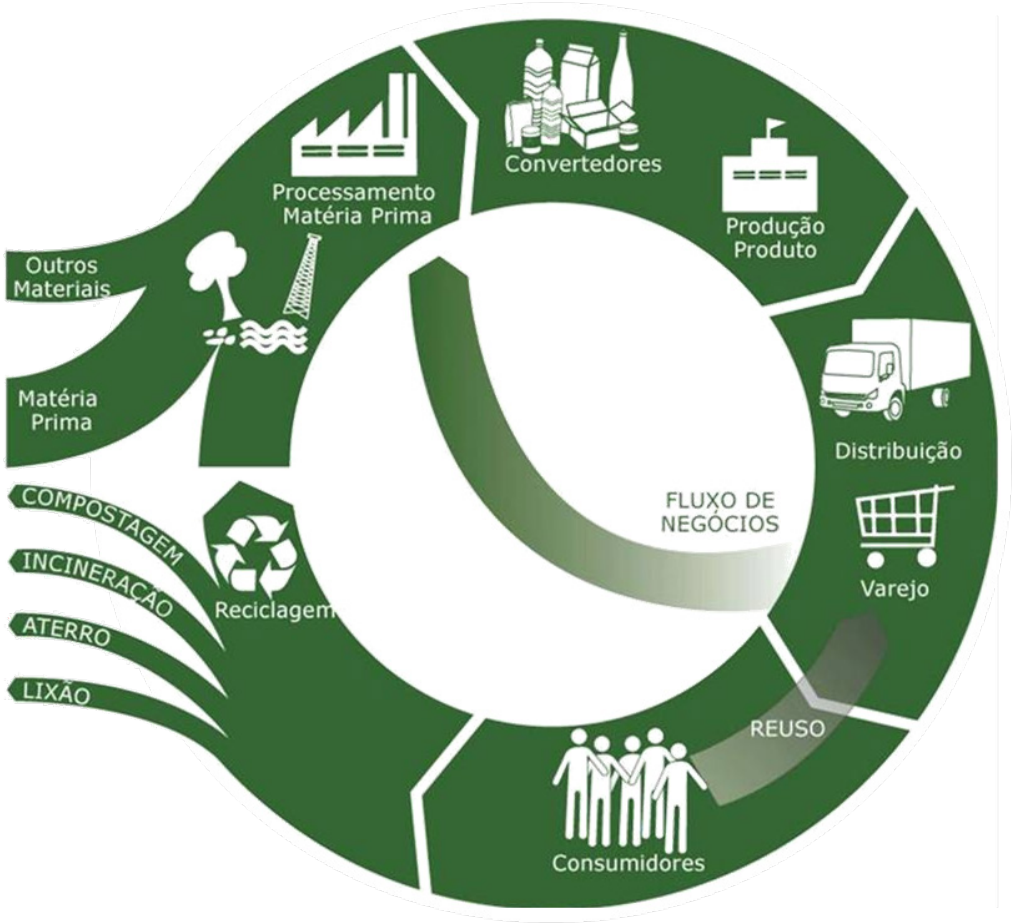
CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental garantido pelo art. 225 da Constituição Federal, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo.

No âmbito das contratações e aquisições públicas, a sustentabilidade ambiental está prevista no artigo 5º, da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que consolidou o desenvolvimento nacional sustentável como um de seus princípios, reforçando entendimentos já expressos na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG. Complementarmente, foi publicada a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que instituiu o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), como um instrumento de governança, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito dos órgãos, considerando objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Com vistas a garantir o cumprimento dos normativos mencionados, as OM da MB seguem as diretrizes de sustentabilidade reunidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, atualmente em sua 7ª edição, bem como as minutas padronizadas elaboradas por aquele órgão, garantindo conformidade com a legislação vigente. Esse guia aborda fundamentos jurídicos, procedimentos para contratações sustentáveis e requisitos ambientais em aquisições de bens, produtos, obras e serviços.

Dessa forma, a adoção de critérios sustentáveis nas contratações e aquisições públicas não é uma escolha, mas um dever legal, aplicável a todas as etapas dos processos de aquisição de bens e serviços, desde o planejamento até a fiscalização, incluindo tanto as licitações quanto os seus afastamentos. Eles asseguram a qualidade e o desempenho eficiente do objeto contratado, protegendo a saúde, a integridade física e a segurança das pessoas que utilizarão os materiais adquiridos, além de preservar os recursos naturais. Esses critérios também promovem a manutenção de uma economia circular, viabilizando o descarte responsável e o reaproveitamento adequado de resíduos, conforme representado pela figura a seguir:



Ciclo da Sustentabilidade

Para promover a sustentabilidade, as OM adotam critérios rigorosos nos editais de licitação, incluindo cláusulas ambientais obrigatórias que exigem o cumprimento de leis de proteção ambiental. Entre as principais medidas estão o controle de substâncias nocivas, a destinação adequada de resíduos, o uso responsável de recursos naturais e a obrigatoriedade de certificações ambientais emitidas por órgãos competentes.

Ademais, priorizam-se materiais sustentáveis e processos produtivos que minimizem impactos ambientais, sem restringir a competitividade dos certames. As exigências ambientais seguem normativas de órgãos como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), IBAMA e Ministério do Planejamento e Orçamento, abrangendo desde veículos com baixa emissão de poluentes até produtos livres de substâncias prejudiciais à camada de ozônio.

A BNIC adota critérios rigorosos de sustentabilidade em seus processos licitatórios, assegurando que as contratações estejam alinhadas às melhores práticas ambientais e à legislação vigente. Para cada licitação, a Assessoria de Gestão Ambiental elabora um Relatório Ambiental, no qual são analisados os aspectos e impactos ambientais relacionados ao objeto contratado. Os critérios de sustentabilidade adotados fundamentam-se em instrumentos legais e normativos de órgãos competentes, como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), o IBAMA, o CONAMA, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) , entre outros.

Em todas as contratações, os aspectos ambientais são devidamente identificados, analisados e descritos, com a previsão de medidas voltadas à mitigação de impactos socioambientais negativos. Dentre essas medidas, destacam-se a exigência de licenças ambientais pertinentes, a comprovação de Cadastro Técnico Federal, quando aplicável, e a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos e serviços adquiridos.

Durante os processos de aquisição, são priorizados materiais e equipamentos que, em seu processo produtivo, utilizem, no que couber, materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, bem como madeira proveniente de reflorestamento e máquinas e equipamentos que reduzam a geração de resíduos industriais. Ademais, é exigida a adoção de boas práticas de sustentabilidade, com especial atenção ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos, desde a geração até a destinação final.

Além do cumprimento dos critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições públicas, a MB vem adotando no âmbito de suas OM o acompanhamento e a implementação de medidas sustentáveis, as quais que possuem grande relevância para a economia e a sociedade, contribuindo para um futuro mais sustentável, conforme a seguir:

ENERGIA

A MB mantém seu compromisso com a sustentabilidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio do Programa de Gestão e Eficiência Energética e do Programa Energia Naval. As ações implementadas em 2025 visam otimizar o consumo de energia elétrica, reduzir custos operacionais e ampliar a autonomia energética com fontes renováveis.

Em 2025, a MB intensificou medidas como campanhas de conscientização, controle do uso de equipamentos elétricos e

substituição de lâmpadas e aparelhos ineficientes. Como resultado direto dessas ações de gestão, foi registrada uma redução de 6,7% no consumo de energia elétrica em comparação o ano anterior, consolidando as estratégias de eficiência energética em toda a Força.

Avanços no Mercado Livre de Energia

No âmbito do Programa Energia Naval, a MB avançou significativamente na migração para o Mercado Livre de Energia. No Setor do Pessoal, as OM CIAA, EN, CN e Casa do Marinheiro (CMN) já migraram. O CEFAN também aderiu ao programa, obtendo uma economia média de 30,88% na fatura de energia em 2025. O Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN), por sua vez, registrou uma economia de 23,23% na fatura do mês de dezembro de 2025, demonstrando os benefícios da migração para o ML.

Ao término do exercício de 2025, foi alcançada a marca de mais de 50% da carga da MB inserida no ML, com a totalidade das OM elegíveis com processos de migração iniciados, dentre as quais o CIAGA e o CTMSP.

Geração de Energia Renovável e Eficiência Energética

Diversas Organizações Militares empreenderam esforços significativos para aprimorar a gestão energética, com foco na sustentabilidade e redução de custos. As principais atividades desenvolvidas incluíram:

- Implantação de Fontes Renováveis: Houve um movimento expressivo de adoção de energia solar, com a instalação de sistemas fotovoltaicos e painéis solares em diversas instalações. Em vários casos, esses projetos visaram a autossuficiência energética parcial ou total das unidades.

Boilers do sistema de aquecimento solar de água do HT da CMN.

- Modernização de Sistemas e Equipamentos: Foram realizadas ações de substituição de equipamentos por modelos de alta eficiência, como a troca de luminárias convencionais por LED e a substituição de aparelhos de ar-condicionado antigos por versões mais modernas e econômicas.
- Criação e Atuação de Comitês de Gestão: Foram estabelecidas comissões internas dedicadas à gestão e eficiência energética, responsáveis por promover reuniões periódicas, coordenar projetos de melhoria (como a substituição de lâmpadas e manutenção de equipamentos) e implementar campanhas de conscientização para o uso racional da energia.
- Como resultado dessas iniciativas, foi possível alcançar reduções significativas no consumo de energia e nos custos operacionais, além de contribuir para a mitigação do impacto ambiental por meio da diminuição da emissão de gases de efeito estufa.

Conscientização e Boas Práticas

Em todas as OM, foram mantidas ações contínuas de conscientização sobre o uso racional de energia, incluindo campanhas educativas, palestras e orientações sobre horários de funcionamento de aparelhos de ar-condicionado, desligamento de equipamentos fora do expediente e substituição gradual por modelos mais eficientes, com destaque para a tecnologia LED e equipamentos com selo Procel.

Dessa forma, a MB permanece empenhada na redução do consumo de energia, adotando soluções tecnológicas e operacionais inovadoras, promovendo a conscientização de seus militares e servidores civis, e consolidando sua posição como instituição de referência em gestão energética eficiente e sustentável.

ÁGUA

A MB adota uma gestão responsável dos recursos hídricos para garantir sua preservação no longo prazo e reduzir custos. As principais ações implementadas em 2025 incluem a conscientização periódica das tripulações sobre o uso racional da água, com práticas como verificação de vazamentos, controle do uso em cozinhas e banheiros e fechamento de registros ao término do expediente. Foram realizadas manutenções preventivas e substituição gradual por equipamentos de menor consumo, como torneiras automáticas e sistemas de descarga com acionamento duplo.

Destaques por Setor e Organização Militar

No âmbito do Setor do Pessoal, a Escola de Saúde da Marinha (ESM), o Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) e a EN alcançaram redução significativa no consumo de água, com índices entre 12% e 28% de economia, por meio de conscientização e aperfeiçoamento da manutenção preventiva e corretiva das instalações hidráulicas.

A BAMRJ investiu no reuso da água da chuva com uma estação de captação de 20.000 litros e implantou sistema automatizado de controle de abastecimento, otimizando a distribuição e reduzindo desperdícios.

A CMN implantou três tanques de captação de água pluvial, com capacidade individual de 15.000 litros, alimentados pela água proveniente de calhas do telhado existente em suas instalações. A água coletada é empregada exclusivamente nas atividades de limpeza do próprio espaço e na irrigação dos jardins e áreas paisagísticas da OM, contribuindo para a redução do consumo de água potável e o uso racional dos recursos hídricos.

A Base Naval da Ilha das Cobras (BNIC) com ações permanentes voltadas à gestão eficiente do consumo de água, com foco na preservação dos recursos hídricos, prevenção de desperdícios e na melhoria da infraestrutura do Complexo Naval da Ilha das Cobras (CNIC). Nesse contexto, a BNIC vem promovendo a modernização gradual das tubulações hidráulicas do CNIC, com o objetivo de evitar vazamentos, reduzir perdas invisíveis e aumentar a confiabilidade do sistema de abastecimento. Em 2025 foi registrada uma redução de

Tanques de captação de águas pluviais implantados na CMN

aproximadamente 7,8% no consumo de água, quando comparado ao ano de 2024. Esse resultado representa uma economia significativa em termos absolutos, considerando o elevado volume de consumo do Complexo Naval.

O Com2ºDN registrou redução de 10,37% no consumo médio mensal de água, com destaque para iniciativas contínuas direcionadas ao uso racional da água no Centro Comunitário da Vila Naval da Barragem, que produziu economia relevante.

Diversas Organizações Militares subordinadas aos Distritos Navais implementaram ações significativas:

- O Hospital Naval de Recife (HNRe) utiliza poço artesiano para reduzir demanda por água tratada da concessionária, aliado ao monitoramento diário do consumo.
- O 3º Batalhão de Operações Litorâneas (3ºBtlOpLitFN) adotou medidas de racionalização do consumo de água, dentre as quais se destaca a utilização de poço artesiano para o banho da tripulação.
- A Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte (CPRN) alcançou redução de cerca de 18% no consumo total de água e 12% nos custos, com gestão proativa focada no combate ao desperdício.
- A Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (EAMCE) adota manutenção preventiva e monitoramento de poços tubulares, com leitura sistemática de hidrômetros para identificar consumos atípicos.
- A Estação Radiogoniométrica da Marinha em Natal (ERMN) utiliza poços artesianos e promove substituição gradual de torneiras por modelos automáticos e bacias sanitárias com duplo acionamento.
- A Base Naval de Natal (BNN) utiliza poços tubulares para abastecimento, com rotina de bombeamento e controle do nível das cisternas para distribuição racional.
- A Capitania dos Portos da Paraíba (CPPB) instalou dispositivos coletores para reutilização da água proveniente de aparelhos de ar-condicionado.
- A Base Naval de Val de Cães (BNVC) apresentou redução de 25,86% no consumo de água.

No âmbito do Com5ºDN:

- Foram instaladas novas cisternas com redução estimada de 35% no consumo de água;
- A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC) dispõe de sistema de captação de água pluvial no prédio principal, utilizado para abastecer os sanitários do alojamento do Corpo de Alunos e a rede de combate a incêndio.
- A Policlínica Naval do Rio Grande (PNRG) promoveu campanhas de conscientização voltadas ao uso racional da água, tendo registrado redução de 18,46% no consumo, mesmo diante da ampliação de suas instalações.
- O Centro de Intendência da Marinha em Rio Grande (CeIMRG) manteve trajetória de redução de 4,35% no consumo, com manutenção preventiva.
- O Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sul (ComGptPatNavS) adotou medidas de aprimoramento da gestão do consumo, com acompanhamento sistemático e monitoramento de hidrômetros, alcançando economia média de 33%.
- A Delegacia da Capitania dos Portos em Uruguaiana (DelUruguaia-

na) adota práticas de conscientização, verificação periódica de vazamentos e substituição gradual por equipamentos mais eficientes.

- A Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna (DelLaguna) realiza acompanhamento diário do consumo e possui cisterna para captação de água pluvial, com projeto de recuperação previsto para 2026.
- A Agência de Tramandaí (AgTramandai) dispõe de sistema de captação de água da chuva para descargas sanitárias, lavagem de viaturas e baldeações.

No Com8ºDN, foram implementadas ações estruturantes como contratação de empresa especializada em investigação de vazamentos, instalação de torneiras automáticas e válvulas de descarga de duplo fluxo. A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) alcançou redução de 31,25% nos gastos com água. A Capitania dos Portos do Paraná (CPPR) reforçou o controle do consumo, com monitoramento sistemático e correção tempestiva de vazamentos. A Capitania Fluvial Tietê–Paraná (CFTP) intensificou a realização de reparos e inspeções periódicas.

No Complexo Naval da Ilha das Flores, foram desenvolvidas iniciativas no âmbito do Programa de Proteção Hídrica, contemplando ações como identificação e reparo imediato de vazamentos, instalação de arejadores e redutores de vazão, capacitação do pessoal de limpeza e orientação quanto ao uso racional da água.

A MB segue comprometida com a gestão responsável e sustentável dos recursos hídricos, por meio de soluções simples e eficientes, da modernização de infraestruturas e da conscientização contínua de seus militares e servidores civis. As ações implementadas em 2025 reforçam o compromisso da Força com a preservação ambiental e a otimização do uso da água, contribuindo para a redução de desperdícios e para a construção de uma cultura organizacional cada vez mais alinhada às práticas sustentáveis.

PAPEL

A MB tem implementado ações estruturantes para reduzir o consumo de papel conforme as diretrizes do Decreto nº 8.539/2015, que estabelece a obrigatoriedade do uso do meio eletrônico em processos administrativos. O avanço tecnológico tem sido essencial para essa transformação, permitindo a tramitação, arquivamento e assinatura digital de documentos por meio de sistemas informatizados, cuja implementação progressiva tende a refletir de maneira ainda mais significativa na redução do uso de papel.

Os processos licitatórios e as contratações vêm ocorrendo integralmente em meio eletrônico, contribuindo para a redução significativa do consumo de papel e de recursos naturais. Além dos benefícios ambientais, a digitalização promove maior celeridade, transparência e rastreabilidade dos atos administrativos, o que fortalece os mecanismos de controle, governança e conformidade legal.

Entre as principais ações adotadas pelas OM, destacam-se:

- centralização das impressoras;
- revisão de documentos antes da impressão;
- reutilização de folhas como rascunho;
- uso obrigatório da impressão frente e verso;
- campanhas de conscientização para redução de impressões desnecessárias;
- controle positivo dos gastos com impressões;
- substituição de procedimentos físicos por fluxos digitais, com uso de assinaturas eletrônicas;
- adoção da prática da “mesa limpa”, priorizando a tramitação digital.

Destaques por Setor e OM

A BNIC, na comparação entre 2024 e 2025, verificou-se diminuição de cerca de 24,3%. Esse desempenho decorreu de campanhas de conscientização e da transformação de processos administrativos, com a substituição de trâmites físicos por fluxos digitais.

No Setor do Pessoal, o HNMD adotou o Projeto #ADEUSPAPEL, concebido no contexto do Plano de Transformação Digital de Serviços da Marinha, para reduzir e controlar o volume de impressos produzidos, promovendo mudança significativa na cultura organizacional por meio da tramitação prioritária de documentos em meio digital e da prática da "mesa limpa". Até novembro de 2025, já se havia obtido uma economia de aproximadamente R$ 210.000,00.

A ESM implementou iniciativas destinadas à redução do tempo de tramitação dos expedientes referentes à gestão acadêmica e de pessoal, com destaque para o controle positivo dos gastos com impressões, que resultou na redução de cerca de 17% do consumo de papel em 2025 em relação ao ano anterior.

O CASNAV adotou medidas como revisão prévia de documentos, adoção sistemática da impressão frente e verso, estímulo à tramitação digital e controle do uso de impressoras compartilhadas mediante quotas individuais de impressão.

No Com1ºDN, são adotadas iniciativas como centralização de impressoras, revisão prévia, reutilização de folhas e estímulo à impressão frente e verso. O avanço tecnológico tem sido aliado importante, com o uso do SiGDEM para gerenciamento da maior parte dos documentos administrativos sem necessidade de impressão.

No âmbito do Com3ºDN:

- O Hospital Naval de Natal (HNNa) e a BNN mantiveram a Campanha "Faça seu papel", com adestramentos, distribuição de caixas coletoras para descarte adequado e confecção de blocos de rascunho a partir de papéis recicláveis triados.
- A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco (EAMPE) , a Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (EAMCE) e a Capitania dos Portos de Alagoas (CPAL) instalaram impressoras com quota reduzida por setor, incentivando a impressão apenas de documentos necessários e a utilização de meios digitais, com afixação de cartazes orientativos junto às ilhas de impressão.
- A Estação Radiogoniométrica da Marinha em Natal (ERMN) e o Hospital Naval de Recife (HNRe) reforçaram medidas como centralização de impressoras, revisão prévia, reutilização de rascunhos e incentivo à impressão frente e verso, utilizando-se de sistema informatizado para gerenciamento documental.
- O Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste (SSN-3) intensificou ações de conscientização e ampliou a utilização de sistema informatizado de gerenciamento de documentos, adotando processos nato-digitais, com vistas à redução de impressões desnecessárias e à modernização dos fluxos de trabalho.
- A Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte (CPRN) implementou um Plano de Eficiência Digital e Sustentabilidade, com centralização de impressoras, revisão obrigatória de documentos e incentivo ao uso de rascunho e impressão frente e verso, resultando em significativa redução do consumo de papel A4.

No Com5ºDN:

- A Capitania dos Portos de Santa Catarina (CPSC) centralizou a reprografia em impressoras compartilhadas, ampliando o controle e monitoramento do uso, e expandiu o uso de fluxos eletrônicos por meio de sistema informatizado.
- A Capitania dos Portos do Rio Grande (CPRS) adotou documentos administrativos nato-digitais com a implementação de sistemas informatizados.
- A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC) manteve processos licitatórios 100% digitais, com redução de aproximadamente 237 resmas de papel e 33% de redução no consumo em relação ao previsto, planejando a diminuição do número de impressoras em 2026.
- A Policlínica Naval do Rio Grande (PNRG) implementou medidas como centralização de impressoras, revisão prévia e uso intensificado de documentos nato-digitais por meio do SIGAD-MB.
- O Centro de Intendência da Marinha em Rio Grande (CeIMRG) registrou redução de 19,28% no consumo total de papel, passando de 446 para 360 resmas, com incentivo à tramitação digital e acompanhamento mensal do consumo.
- A Capitania Fluvial de Porto Alegre (CFPA) mantém o compromisso com a plena utilização de sistemas digitais e orientações sobre impressão responsável.
- A Delegacia da Capitania dos Portos em Uruguaiana (DelUruguaiana) adotou medidas como centralização de impressoras, prioridade ao trâmite digital, revisão prévia e reutilização de papel para rascunhos.
- A Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna (DelLaguna) implementou reutilização de folhas, centralização de impressoras, impressão frente e verso e documentos totalmente digitais.
- A Agência de Tramandaí (AgTramandai) priorizou a tramitação digital, imprimindo apenas o estritamente necessário, sempre em modo frente e verso, e utiliza papéis antigos para confecção de blocos de rascunho.

No Com8ºDN, as ações incluíram controle da distribuição de papel, revisão prévia, reutilização, estímulo à impressão frente e verso e priorização do trâmite digital com uso ampliado de assinaturas eletrônicas. As impressoras passaram a operar com sistema de liberação segura, evitando desperdícios, e o monitoramento contínuo do volume de impressões permitiu ajustes e ações de conscientização direcionadas.

As OM do Com9ºDN possuem contrato de reprografia com cota mensal limitada, além de medidas como priorização da tramitação digital, revisão prévia, reutilização de rascunhos e incentivo à impressão frente e verso.

As ações implementadas demonstram o compromisso da Marinha do Brasil com a sustentabilidade, a eficiência administrativa e a transformação digital, refletindo a mudança cultural em curso na Força, que prioriza o meio digital e racionaliza o uso de materiais. A expectativa é que, com a plena implantação do SIGAD, ocorra uma queda significativa no consumo de papel, contribuindo para a melhoria dos indicadores ambientais e para o cumprimento das diretrizes de sustentabilidade da MB.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES E OUTRAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

A MB segue buscando novas medidas e alternativas para contribuir com a redução de resíduos poluentes e a preservação ambiental, cabendo ressaltar que pequenas contribuições e mudanças de hábito também podem fazer uma grande diferença. As ações desenvolvidas abrangem gestão de resíduos, parcerias com cooperativas, educação ambiental, iniciativas de preservação, emprego de combustíveis alternativos e critérios de sustentabilidade nas contratações.

No Setor do Pessoal, o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), a Unidade Integrada de Saúde da Marinha (UISM), o SNNF e a Policlínica Naval de Campo Grande (PNCG) priorizaram parcerias com cooperativas especializadas de reciclagem, possibilitando a coleta de aproximadamente 21.640 kg de resíduos segregados entre óleo de cozinha, papelão, metal, vidro, plástico e papel, contribuindo para o descarte e destinação correta desses materiais.

Em conformidade com as Normas Técnicas Ambientais (NORTAM) , a DPC e o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) realizam trabalho contínuo de conscientização sobre a destinação correta de resíduos poluentes. O CIAGA mantém procedimentos rígidos para descarte de lâmpadas, resíduos hospitalares e óleos lubrificantes por meio de empresas licenciadas. A Base de Hidrografia da Marinha em Niterói (BHMN) possui termo de compromisso com cooperativas para recolhimento de recicláveis e óleo de cozinha.

O CTMSP pratica coleta seletiva em suas unidades e, entre março de 2024 e fevereiro de 2025, encaminhou para reciclagem 78.707 kg de materiais recicláveis. Em novembro de 2025, foi concluído novo processo de habilitação de cooperativas por chamamento público, garantindo a continuidade da coleta seletiva. Foi realizado levantamento de resíduos perigosos, com previsão de licitação para destinação adequada em 2026. O CTMSP também incentiva a separação de tampas plásticas para doação ao projeto Tampinha Legal®.

O CASNAV mantém a separação e destinação de resíduos recicláveis por meio da Coleta Coletiva Solidária, com encaminhamento ao Paiol de Material Reciclável do Complexo Naval da Ilha das Cobras (CNIC). O IPqM participa das ações orientadas pelo CTMRJ, com rotinas de segregação e orientações sobre descarte de materiais poluentes.

No âmbito do Com1°DN, a Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ) implementou contrato de coleta seletiva com cooperativa por meio de chamada pública e possui bombas “SPATE” para contenção de derramamento de óleo. O Complexo Aeronaval de São Pedro da Aldeia, por meio da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia (BAeNSPA), implantou Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para diversos tipos de resíduos. A Base de Submarinos da Ilha dos Marinheiros (BSIM) realiza destinação adequada de efluentes oleosos e opera Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A Unidade Médica da Esquadra (UMEsq) possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), pontos de coleta seletiva e equipamentos de raios-X digitais que reduzem a produção de poluentes.

No Com2ºDN, as OM integrantes do Complexo Naval de Aratu (CNA) possuem Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) próprios. Destaca-se a ação do Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste (SSN-2), que realiza periodicamente limpeza e coleta de lixo na Ilha de Santa Bárbara. O Centro de Intendência da Marinha em Salvador

(CeIMSa) executa semestralmente o recolhimento de óleo de cozinha saturado por empresa especializada. A Capitania dos Portos de Salvador (CPBA) e o Grupamento de Fuzileiros Navais de Salvador (GptFNSa) realizam coleta seletiva diária.

A Delegacia da Capitania dos Portos em Porto Seguro (DelPSeguro), mesmo em município sem coleta seletiva municipal, realiza separação interna dos resíduos com lixeiras padronizadas por cor, destinando-os à coleta municipal.

No âmbito do Com3°DN, o Centro de Intendência da Marinha em Natal (CeIMNa) registrou resultados significativos na redução do consumo de materiais de expediente, com destaque para a redução de cerca de 80% no consumo de copos descartáveis, reflexo de ações de conscientização e da priorização do uso de materiais permanentes e reutilizáveis.

No Com5ºDN, a EAMSC realiza coleta seletiva, confecção de lixeiras com bombonas reutilizadas, compostagem de resíduos orgânicos e recolhimento de óleo de cozinha por empresa especializada. O Serviço de Sinalização Náutica do Sul (SSN-5) aprimorou o gerenciamento de resíduos, com separação eficiente de recicláveis, destinação de resíduos perigosos por empresas licenciadas e logística reversa de baterias e eletrônicos. A Estação Naval do Rio Grande (ENRG) implementou o projeto “Combate ao Lixo no Mar” , realiza coleta seletiva e reciclagem de óleo lubrificante, além de exercícios de resposta a vazamentos. O Centro de Intendência da Marinha em Rio Grande (CeIMRG) conta com Sistema de Gestão Ambiental, painéis solares e segregação de resíduos.

No Com7ºDN , o Hospital Naval de Brasília (HNBra) executa coleta seletiva e destinação de resíduos hospitalares por empresa especializada.

A BNIC desenvolve ações de educação ambiental, com reuniões e palestras. Em comemoração ao Dia da Árvore, em parceria com o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), distribuiu 200 mudas de árvores nativas, como goiabeira, urucuzeiro e jenipapeira, contribuindo para o incentivo ao plantio e à recomposição vegetal.

O SNNF realiza o plantio de mudas nativas da Mata Atlântica em sua área. Entre 2023 e 2025, foram plantadas 50 mudas, recebidas por meio de parceria com o Horto Municipal do Rio de Janeiro. Imagens aéreas comparativas de 2019 e 2025 demonstram a efetividade do replantio na recuperação da vegetação local.

Comparativo da área do SNNF: situação em 2019 (antes do replantio) e em 2025 (após o replantio de mudas nativas)

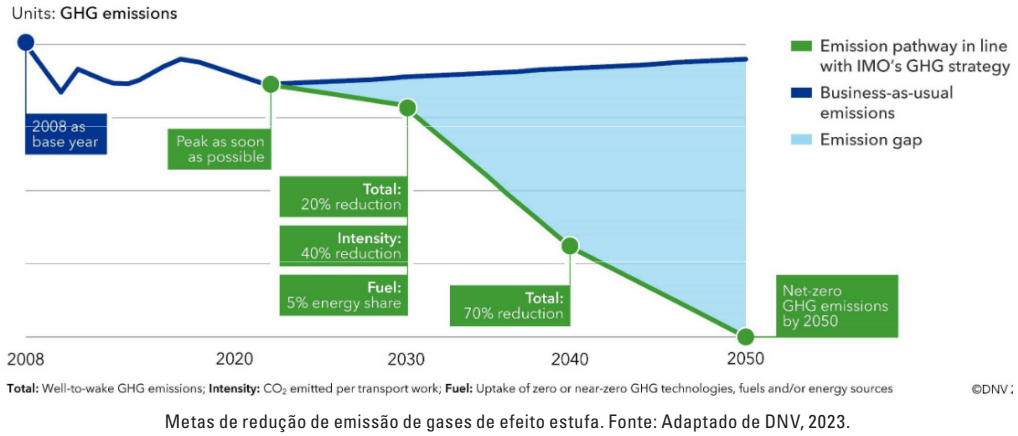
Plantio de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica realizado pelo SNNF

Emprego de Combustíveis Alternativos

A Diretoria de Engenharia Naval (DEN) tem conduzido estudos semestrais com o propósito de subsidiar a MB quanto ao emprego de combustíveis alternativos em substituição aos derivados de origem fóssil. Esses estudos visam avaliar a descarbonização dos meios navais sem comprometer a capacidade operativa da Força, considerando, simultaneamente, aspectos como disponibilidade logística e custos associados ao uso dessas novas fontes energéticas. Dentre os combustíveis avaliados, destacam-se os biocombustíveis — como diesel verde, biodiesel e etanol — em razão do elevado potencial de produção sustentável oferecido pelo Brasil.

Paralelamente, a DEN tem buscado fortalecer parcerias com empresas e instituições que contribuem para o desenvolvimento tecnológico e a descarbonização do setor marítimo. Ao longo de 2025, foram realizados diversos encontros com representantes de empresas do setor energético (Be8 e Vibra), sociedades classificadoras (DNV e RINA) e empresas desenvolvedoras de tecnologias de propulsão (WEG e Wärtsilä). Tais iniciativas reforçam o compromisso da DEN em monitorar, avaliar e implementar soluções energéticas inovadoras e de baixo carbono por meio de parcerias estratégicas, mantendo o foco em inovação tecnológica e sustentabilidade.

Em 2023, a Organização Marítima Internacional (IMO) atualizou o seu plano estratégico de descarbonização dos combustíveis marítimos durante a 80ª sessão do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho (MEPC). A revisão estabeleceu metas ambiciosas de redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no transporte marítimo internacional, com o objetivo de reduzir as emissões anuais totais em, pelo menos, 20% até 2030 e 70% até 2040, em comparação aos níveis de 2008. Adicionalmente, o plano estabelece a meta de alcançar emissões líquidas zero até 2050 (net-zero emissions), por meio da adoção de regulamentações mais rigorosas e de uma profunda reestruturação das cadeias logísticas e produtivas do setor (Fonte: Det Norske Veritas (DNV). Energy Transition Outlook 2024: Maritime Forecast to 2050. Noruega, 2023).



Metas de redução de emissão de gases de efeito estufa. Fonte: Adaptado de DNV, 2023.

Nesse mesmo esforço, a DEN promoveu, em 13 de novembro de 2025, o I Workshop de Descarbonização Marítima, que contou com a participação de empresas privadas, instituições de pesquisa e representantes de diversos setores da MB. A abertura do evento foi presidida pelo Diretor-Geral do Material da Marinha, contando ainda com a presença do Presidente do Clube de Engenharia e do Diretor de Engenharia Naval.

Abertura do I Workshop de Descarbonização Marítima, promovido pela DEN em 13 de novembro de 2025

Manejo Arbóreo

O CTMSP realizou avaliação técnica e celebrou contrato para poda, supressão e manejo de árvores, com plantio de novas mudas para compensação ambiental, garantindo a renovação da arborização. Está sendo retomado o projeto de restauração da mata ciliar em ARAMAR e implantação de Aceiro Verde para proteção contra incêndios florestais.

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações

No âmbito das contratações e aquisições, a MB incorpora critérios de sustentabilidade alinhados aos princípios da eficiência administrativa e da responsabilidade socioambiental. O CASNAV adota práticas como consulta ao CATMAT para identificação de materiais sustentáveis, priorização de equipamentos com eficiência energética certificada, preferência por lâmpadas LED, aquisição de papel de origem legal, produtos com refil e bebedouros que dispensam copos plásticos.

O IPqM, apoiado pelo CTMRJ, observa diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com exigências de cumprimento de normas ambientais, possibilidade de correção de danos ambientais por fornecedores e incentivo a práticas que reduzam o consumo de água e energia.

O Centro de Intendência da Marinha em Itaguaí (CeIMNI) e o Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia (CeIMSPA) promovem licitações sustentáveis com cláusulas que exigem materiais reciclados, biodegradáveis e certificações ambientais. A BNRJ incluiu em contratações a exigência de destinação adequada de resíduos e uso de equipamentos de menor consumo energético.

Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais

No Com4ºDN, são promovidas ações de conscientização sobre energia, água e papel, com destaque para treinamento em resíduos hospitalares no Hospital Naval de Belém (HNBe), aquisição de kit SOPEP e implementação do Plano de Emergência de Navio para Poluição por Óleo (PENPO) no Centro de Hidrografia e Navegação do Norte (CHN-4), e coleta de água da chuva na Estação Radiogoniométrica da Marinha em Belém (ERMBe).

Coleta de Água na ERMBe

No âmbito do Com5ºDN, a EAMSC adotou medidas como otimização do uso de viaturas e instalação de temporizador em caldeira. A PNRG mantém Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e observância às NORTAM. O SSN-5 avançou na migração para documentos digitais e uso de assinaturas eletrônicas.

No Com7ºDN, são adotadas medidas como instalação de torneiras automáticas, substituição de lâmpadas por LED, descargas de duplo acionamento e controle mensal de consumo. O Esquadrão HU-91 atualizou procedimentos para coleta seletiva e contenção de poluição hídrica.

Demais Ações de Sustentabilidade

O Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) disponibilizou link dedicado à gestão ambiental na intranet, promove coleta seletiva, ações de educação ambiental e retirada de lixo da praia do Tombo da OM, além de contratação de empresa para resíduos hospitalares.

O Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM) realizou iniciativas como modernização do processamento de resíduos, limpeza na Ponta da Pombeba e Praia do Sino, e o evento "Dia Mundial do Meio Ambiente na Ilha da Marambaia" em parceria com UFRRJ e Fiocruz. A segunda edição do World Clean Up Day, em 19 de setembro, reuniu 302 participantes e coletou 1,3 toneladas de lixo nas praias.

World Clean Up Day – sequência da esquerda para a direita: militares, civis voluntários, alunos de escolas municipais de Mangaratiba, membros de projetos sociais, moradores e representantes de diversas instituições e alunos do PROFESP do CADIM (segunda foto)

O CEFAN encaminhou 4.336 kg de recicláveis a cooperativa habilitada.

O CPesFN e o Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (CIAMPA) realizaram adestramentos sobre descarte de resíduos e palestras de educação ambiental para Aprendizes de Fuzileiros Navais.

No âmbito da DGN, foi concluída a implantação da rede preventiva de combate a incêndio do CNPA, com investimento de R$ 4.157.260,68, totalizando 3.000 metros de rede e 80 hidrantes.

O Com1ºDN atua em frentes como aquisição de produtos com refil, manutenção de espaços para coleta seletiva, chamamento público para cooperativas e incentivo à substituição de copos descartáveis.

No âmbito do Com3ºDN:

- São destinados corretamente óleo de cozinha (aproximadamente 50 litros mensais), pilhas e baterias, com realização de exercício de ativação do Plano de Emergência Individual.
- A CPPB possui PGRS próprio, com destinação de resíduos hospitalares e óleos por empresas especializadas e coletor para pilhas e baterias.
- * O CeIMNa promoveu palestras de educação ambiental e realizou exercício prático de combate a derramamento de óleo e limpeza da Caixa Separadora de Água e Óleo (SAO).
- O HNRe mantém PGRSS e contrato com empresa especializada, tendo recolhido cerca de 5 toneladas de resíduos de saúde em 2025. Realiza coleta seletiva com lixeiras padronizadas e firmou termo de compromisso com cooperativa local.
- A CPRN realiza descarte adequado de recicláveis e resíduos oleosos, com chamamento público em andamento para contratação de empresas especializadas. Participa de ações de limpeza de praias e treinamentos com o IBAMA.
- A EAMCE mantém área verde de 125.000 m², realiza campanhas de limpeza de praias e combate ao lixo no mar, segregação de resíduos e instalação de coletores de pilhas.
- O HNNa desenvolveu projetos como “Nem no lixo nem no ralo” , “Mudas para Mudar” e “Tampinha Legal” , com arrecadação de 427,2 kg de tampinhas plásticas. Promoveu adestramentos para redução de copos descartáveis e adquiriu 23 novas lixeiras para coleta seletiva.
- A ERMN mantém acordo de cooperação para descarte de óleo vegetal (165 litros) e promoveu palestra sobre o projeto Lixo Zero.
- A EAMPE realizou plantio de 10 mudas nativas em parceria com a Prefeitura de Olinda e participou de mutirão de limpeza na praia no Dia Mundial da Limpeza.
- A Capitania dos Portos do Ceará (CPCE) participou de exercício de vazamento de óleo no Porto do Mucuripe e de mutirões de limpeza que retiraram 820 kg de resíduos das praias do Porto das Dunas e da APA do Rio Pacoti.
- A BNN realizou palestras sobre animais peçonhentos, mutirão de limpeza, plantio de árvores e destinação de recicláveis, óleo de cozinha e resíduos oleosos. Iniciou coleta de tampas plásticas para o projeto “Tampinha Legal”.
- A CPPE concluiu a instalação de novo posto de combustível com tanque aéreo, desativando tanque subterrâneo obsoleto.

No Com4ºDN, a BNVC reduziu o uso de sulfato de alumínio e cloro no tratamento de água e adota logística reversa.

No Com5ºDN, a EAMSC eliminou copos descartáveis, produz lixeiras a partir de bombonas reutilizadas e mantém composteira e horta. O CeIMRG adquire produtos com refil e substitui copos descartáveis por modelos reutilizáveis. A CFPA participa do programa de coleta seletiva municipal e monitora sobras de rancho. A ENRG mantém contrato com cooperativa e adquire bens com materiais recicláveis. A DelUruguaiana implantou Sistema de Gestão Ambiental Simplificado. A DelLaguna participa de eventos ambientais e ações de limpeza.

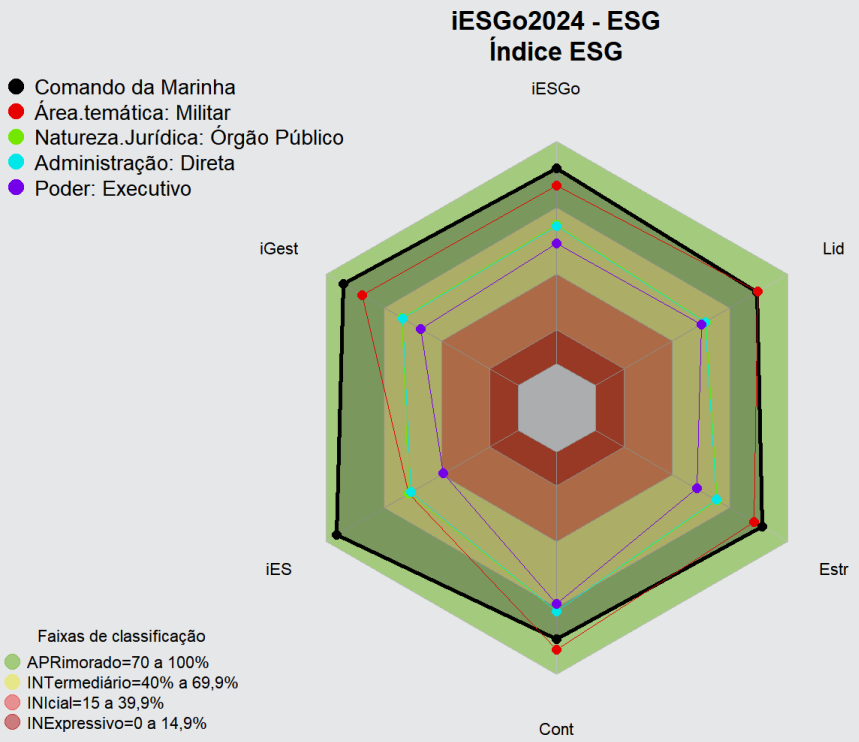
No Com9ºDN, foi estabelecida parceria com a Associação Central dos Catadores de Materiais Recicláveis - Recicla Manaus, que coletou 124 kg de papelão em 2025. Os navios da Flotilha do Amazonas contratam empresas especializadas para coleta de resíduos hospitalares. O 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas realiza reciclagem de óleo lubrificante. A Policlínica Naval de Manaus (PNMa) produziu material educativo sobre combate ao lixo no mar e destinou 519,2 kg de recicláveis.

No ComFFE , foi realizada palestra sobre Direito Ambiental no Dia Mundial do Meio Ambiente. Na Ilha das Flores, a Base de Fuzileiros Navais atua como centralizadora de resíduos sólidos, com área de compostagem. O 1º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais adotou o programa “Adote uma Caneca” para reduzir copos descartáveis.

A MB permanece comprometida com a sustentabilidade em todas as suas vertentes, adotando soluções tecnológicas e operacionais inovadoras, promovendo a conscientização de seus militares e servidores civis, e estabelecendo parcerias estratégicas que contribuem para a preservação ambiental e o desenvolvimento de uma cultura organizacional cada vez mais alinhada às práticas sustentáveis. As ações implementadas demonstram o compromisso da MB com a sustentabilidade ambiental, a eficiência no uso dos recursos públicos e a formação de uma cultura organizacional voltada à preservação do meio ambiente, por meio da conscientização de militares, servidores civis e da comunidade do entorno.

3.6 INDICADORES DE GOVERNANÇA E GESTÃO

Governança Pública Organizacional – Índice Integrado de Governança e Gestão Pública



Indicador	Valor
iESGo (índice ESG)	87,8%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	94,5%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	91,5%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	96,9%
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	89,7%
iGovPub (índice de governança pública organizacional)	84,9%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	98,8%
iGestPessoas (índice de gestão de pessoas)	98,0%
iGovTI (índice de governança e gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação)	90,0%
iGestTI (índice de gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação)	88,8%
iGovContratações (índice de governança e gestão de contratações)	88,5%
iGestContrat (índice de gestão de contratações)	85,7%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)	96,2%
iGestOrcament (índice de gestão orçamentária)	93,0%

Os dados apresentados no Relatório Individual da Autoavaliação têm contribuído para que a Marinha do Brasil (MB) direcione seus esforços às causas primárias, sem que os indicadores de governança e gestão evidenciem a necessidade de melhorias urgentes.

Destacamos as seguintes ações relativas ao aprimoramento da governança e gestão:

A Diretoria do Pessoal da Marinha (DPM) tem investido em melhorias dos seus processos, visando principalmente à redução do tempo de tramitação dos expedientes referentes à gestão do pessoal e adequação às determinações do Ministério da Defesa e Governo Federal, dentre as quais destacam-se:

- a Integração do Teste de Certificação de Proficiência Linguística (SisTCPL) ao Sistema de Pessoal, auxiliando nos diversos processos de seletivos;
- no âmbito da transformação digital no Ministério da Defesa, foi realizada a unificação do Exercício de Apresentação da Reserva

(EXAR), para militares RM2 e RM3, com integração ao login único da plataforma gov.br; e

- o desenvolvimento do projeto “Gestão de Pessoal no SIGAD”, em cooperação com o Laboratório de Inovação Administrativa (LabAdm) da DAdM, destinado à migração e ao redesenho de processos de pessoal com o uso do SIGAD-MB, com foco em gestão documental, padronização e inovação.

No contexto do SEN, a Escola Naval (EN) instituiu o Diploma Digital de curso superior de graduação como documento com existência, emissão e armazenamento integralmente digitais, com o intuito de promover a modernização de documentações acadêmicas e assegurar a confiabilidade dos registros. Também foi desenvolvido o “Sistema Acadêmico da Escola Naval” - versão 2.0 (SAEN-2.0), para otimizar a gestão da documentação e das atividades acadêmicas locais.

A Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) deu continuidade à implantação do Sistema de Gestão em Saúde (AGHUse), que consiste em uma plataforma digital de gestão em saúde, a qual tem contribuído para a digitalização de processos administrativos e melhoria da gestão integrada do Sistema de Saúde da Marinha (SSM) e incremento da eficiência, qualidade e segurança do atendimento a seus usuários. Atualmente, 21 módulos do AGHUse estão implantados em 16 OM, sendo que um desses módulos, o “Banco de Sangue”, foi desenvolvido integralmente pela MB e poderá ser utilizado por outras instituições que realizam o Serviço de hemoterapia e integram a Comunidade AGHUse.

Ao final de 2025, a DSM concluiu o desenvolvimento de um portal de serviços para os beneficiários do SSM, a saber, o SSM Digital, disponibilizando aos usuários uma plataforma digital acessível e intuitiva, integrada ao AGHUse, que possibilita a gestão autônoma de serviços e a transparência de informações relacionados a sua saúde, tais como marcação e desmarcação de consultas, a processos de Indenizações Médico-Hospitalares (IMH) e informações de perícias.

No que se refere ao processo de acreditação hospitalar, o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) obteve a certificação de Nível 2 (Acreditado Pleno) da Organização Nacional de Acreditação (ONA), após nova avaliação realizada no mês de junho de 2025. A ascensão ao nível 2 reforça o compromisso do HNMD com a qualidade da assistência prestada aos usuários e com a segurança dos pacientes atendidos, além de sustentar a cultura da melhoria contínua dos processos tanto assistenciais quanto administrativos. Assim, o referido processo de acreditação trouxe benefícios que contribuíram sobremaneira para o aumento da qualidade da assistência e da segurança dos pacientes atendidos no Hospital, privilegiando a cultura da melhoria contínua. É importante destacar, ainda, que a Acreditação ONA é um processo que visa a acreditação de qualidade de instituições de saúde, de acordo com padrões e requisitos definidos pela metodologia do Sistema Brasileiro de Acreditação.

A UISM também foi submetida a processo de acreditação, obtendoa certificação Nível 1 (Acreditado) da Organização Nacional de Acreditação (ONA), em fevereiro de 2025. Esse reconhecimento atesta o atendimento aos requisitos essenciais de qualidade e segurança do paciente, evidenciando a conformidade dos processos assistenciais e de apoio aos padrões nacionais estabelecidos. Ressalta-sea importância do processo de acreditação como instrumento estratégico de melhoria da gestão institucional da OM.

Em novembro de 2025, a DASM, com o apoio do CASNAV, concluiu o desenvolvimento do Sistema de Prontuário Digital da Assistência

Social (SIGSocial),que consiste em uma plataforma digital corporativa de uso exclusivo dos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES). Tal sistema integra os registros dos atendimentos realizados pelos OES e otimiza os processos de trabalho dos profissionais do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM), assegurando maior agilidade, segurança e eficiência no atendimento à Família Naval, por meio do trâmite digital dos prontuários. A implementação do SIGSocial representa um importante avanço na modernização da Assistência Social da Marinha do Brasil, fortalecendo a governança de dados e a integração das informações em benefício da Família Naval.

Atualmente, o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Marinha encontra-se implementado no âmbito da Marinha do Brasil, com utilização progressiva pelas Organizações Militares, e segue em contínuo aprimoramento. As melhorias decorrem da adequação às rotinas administrativas e documentais da Força, do aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e da padronização dos procedimentos arquivísticos, fortalecendo os mecanismos de controle, rastreabilidade e segurança da informação. Esse processo resulta em maior eficiência na tramitação, guarda e recuperação de documentos, contribuindo para a modernização da gestão administrativa, a transparência e a confiabilidade das informações produzidas pela MB.

Nesse contexto, o Laboratório de Inovação Administrativa agrega valor ao oferecer um ambiente estruturado para o amadurecimento de boas ideias sob supervisão técnica especializada, reduzindo riscos e elevando a qualidade das soluções desenvolvidas. Esse modelo viabiliza a disseminação de novas práticas previamente testadas e validadas, acompanhadas de manuais, processos mapeados e indicadores de desempenho, favorecendo sua incorporação consistente à rotina administrativa da MB. Como resultado, promovem-se ganhos de eficiência, padronização e sustentabilidade das melhorias, com reflexos positivos na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

No que se refere à gestão da tecnologia da informação (TI), a MB tem aprimorado seu desempenho, ampliando a sua capacidade de oferecer serviços públicos com qualidade. Para isso, vem investindo na eficiência por meio da desburocratização, inovação, transformação digital e maior participação do cidadão. Em 2025, a MB continuou investindo na expansão da oferta de soluções digitais, buscando um atendimento mais ágil e simplificando o acesso dos usuários aos serviços.

Nesse contexto, ressalta-se que, em relação aos índices iGovTI e iGestTI, embora a MB tenha sido classificada como “Aprimorado”, foram identificados pontos que ainda demandam aperfeiçoamento. Estes se referem, principalmente, a:

- Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos (iGovTI);
- Gestão dos riscos de tecnologia da informação e gestão de mudança (iGestTI); e
- Capacidade de planejamento de tecnologia da informação (iGestTI).

Com vistas a aprimorar esses aspectos em toda a Força, estão planejadas:

(i) a revisão de normas pela Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (unidade de tecnologia da informação e comunicação);

(ii) a elaboração de estudos no âmbito da Comissão Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicações da Marinha (comissão de assessoria técnica do comitê de governança digital); e

(iii) a reestruturação de processos, após decisões exaradas pelo Conselho de Tecnologia da Informação e Comunicações da Marinha (comitê de governança digital). Adicionalmente, na condição de órgão integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), a MB tem contribuído de forma contínua para o desenvolvimento e a implementação de melhorias estruturantes nas áreas de TI. Como parte desse esforço, é instituído anualmente o Índice de Maturidade em Governança de Tecnologia da Informação do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (iGOVSISP), instrumento destinado a avaliar o nível de maturidade da governança de TI no âmbito dos órgãos desse sistema. Em 2025, a MB foi oficialmente comunicada do alcance do índice iGOVSISP de 0.80, evidenciando elevado grau de desempenho, especialmente nas seguintes áreas:

- Gestão e Planejamento de TI;
- Sistemas e Serviços Públicos; e
- Privacidade e Segurança da Informação.

As informações completas sobre os indicadores de governança e gestão estão disponíveis em:
https://www.marinha.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/

3.7 PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

ATIVIDADE CORRECIONAL

No âmbito do Comando da Marinha a atuação correicional é segmentada e desempenhada em observância à legislação pertinente. Conforme relatado no item 3.5.3 Gestão de Pessoas, a Força de Trabalho da MB é composta por Militares e Servidores Civis, e a competência para a análise e controle das atividades de correição ficam a cargo da Diretoria-Geral de Pessoal da Marinha, conforme a seguir:

a) Relativo aos Militares:

É desempenhada no âmbito de todas as OM, uma vez que é intrínseca à profissão militar, norteada pelos princípios constitucionais basilares da hierarquia e da disciplina. Conforme será abordado a seguir, além da atividade correicional geral, instrumentalizada pela aplicação do processo administrativo disciplinar previsto no Regulamento Disciplinar para a Marinha, a referida atividade subdivide-se em Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina, respectivamente, tratados pela Lei nº 5.836/1972 e pelo Decreto n° 71.500/1972, bem como regulamentado pela Norma Sobre Justiça e Disciplina na MB (DGPM-315).

O Conselho de Justificação constitui um processo administrativo de caráter disciplinar, destinado a julgar, por meio de processo especial, a capacidade do Oficial das Forças Armadas para permanecer na ativa, como também a do Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado, presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade em que se encontra, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se justificar, conforme disposto na norma regulamentadora supracitada.

Analogamente, o Conselho de Disciplina também se caracteriza como um processo administrativo disciplinar, todavia é destinado a julgar a capacidade dos Guardas-Marinha e das Praças com estabilidade assegurada para a permanência na ativa, como também das Praças reformadas ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Neste contexto, compete à Diretoria do Pessoal da Marinha e ao Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais o controle e a análise dos Conselhos de Justificação e Disciplina instaurados, em cumprimento ao disposto na Norma Sobre Justiça e Disciplina na MB. Os procedimentos afetos a atividade correcional que foram realizados no ano de 2025 são os seguintes:

Procedimento	Posto/Graduação	Quantidade
Conselho de Justificação	Oficiais	8
Conselho de Disciplina	Praças	23

Fonte: DPM/GCGFN - Dados computados até: 31DEZ2025.

b) Relativo aos Servidores Civis:

A atividade correcional que tenha como público alvo os servidores civis é atualmente coordenada pela Superintendência do Pessoal Civil da Diretoria do Pessoal da Marinha. Em relação aos procedimentos apuratórios na Administração Pública Federal, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) tem como base legal a Constituição Federal de 1988, e como principal regulamento a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em seus Títulos IV (do Regime Disciplinar, arts. 116 a 142) e V (do processo administrativo disciplinar, arts. 143 a 182).

Em termos específicos, no que tange ao PAD, torna-se necessária a integração de outras legislações aplicáveis, com destaque para os seguintes diplomas legais:

a. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei de Processo Administrativo);
b. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa; e
c. Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.

Ainda no aspecto legal, cumpre destacar o Decreto nº 5.480/05 que regulamenta o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, bem como o previsto no Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020, destinado a investigar indícios de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos federais, incluindo evolução patrimonial incompatível com os seus recursos e disponibilidades informados na sua declaração patrimonial.

Retornando ao processo administrativo disciplinar para os servidores civis, na MB, o referido procedimento é regulamentado pelas Normas sobre Direitos e Deveres dos Servidores Civis da MB (DGPM-204), cabendo sublinhar a utilização do Manual da Controladoria-Geral da União (CGU). A seguir, apresentam-se os dados atinentes a cada processo disciplinar registrados no Sistema CGU-PAD.

Tipo	Quantidade	Número de Pessoas	Concluído	Pendente
Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	14	14	5	9
Investigação Preliminar Sumária (IPS)	0	0	0	0
Sindicância Investigativa (SINVE)	3	3	1	2
Sindicância Acusatória (SINAC)	2	2	1	1
Sindicância Patrimonial (SINPA)	0	0	0	0
Inspeção	0	0	0	0
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	1	1	1	0
IPM	0	0	0	0
Juízo de Admissibilidade	0	0	0	0

Fonte: CGU-PAD/DPM - Dados computados até 31DEZ2025.

NAM “Atlântico”

CAPÍTULO 4

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Embarque de Material no NAM “Atlântico”

4.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

As DCON foram emitidas em nível de consolidação do Órgão Superior do Comando da Marinha, com a integração dos saldos das contas contábeis dos Órgãos Comando da Marinha, do Fundo Naval (FN) e do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

4.2 BALANÇO PATRIMONIAL

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem dinheiro em caixa, na Conta Única, em depósitos bancários e em aplicações de liquidez imediata, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade, para os quais não haja restrições para uso imediato. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das DCON.

Navio de Assistência Hospitalar (NAsH) Soares de Meirelles transporta 3.026 cestas básicas de Manaus até a cidade de Tefé / AM

Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição por Contas Contábeis

R$ milhares

Contas Contábeis	Órgão Superior Consolidado				Orgão 52132 (Fundo Naval)				Órgão 52133 (FDEPM)			
	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	1.367.186,62	1.183.565,98	15,51	20,67	339.729,87	359.179,43	-5,41	10,96	1.027.456,75	824.386,55	24,63	99,97
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	11,19	3,06	265,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplic. Finan. Liquidez Imediata Recursos CTU	2.234.329,88	2.922.125,05	-23,54	33,79	2.234.329,88	2.922.125,05	-23,54	72,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto - OFSS	318.043,15	153.901,67	106,65	4,81	3.900,93	2.990,00	30,47	0,13	265,64	7,35	3.512,14	0,03
Lim de Saque C/Vinc.Pagto - Ordem Pagto - OFSS	1.690.618,29	1.635.262,32	3,39	25,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa - Moeda Estrangeira	1.650,72	1.857,69	-11,14	0,02	1.650,72	1.857,69	-11,14	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento Bancos Oficiais Exterior	487.596,17	278.429,38	75,12	7,37	6.238,55	22.016,61	-71,66	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplic. Financ. Liquidez Imed - Moeda Estrang.	513.281,61	569.573,84	-9,88	7,76	513.281,61	569.573,84	-9,88	16,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias	320,91	176,73	81,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.613.038,54	6.744.895,72	-1,95	100,00	3.099.131,56	3.877.742,62	-20,08	100,00	1.027.722,39	824.393,90	24,66	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[1]

Conforme se observa na tabela acima, em 31/12/2025, o Órgão Superior do Comando da Marinha, consolidado com os Órgãos Fundo Naval (FN) e Fundo do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM), apresentou um saldo de R$ 6.613.038.535,51, no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

1- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

A conta “Aplicação Financeira de Liquidez Imediata CTU” possui a maior representatividade no grupo (33,79%), sendo que a variação negativa observada de 23,54% deve-se, principalmente, ao resgate dos valores anteriormente aplicados no Banco BTG Pactual, visando à disponibilização de recursos para financiamento do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e do Programa Nuclear da Marinha (PNM), em atendimento às disposições da Lei Complementar n° 221/2025, a qual autorizou a utilização dos recursos em defesa nacional.

Além disso, destacam-se a seguir as principais variações ocorridas nos saldos entre os exercícios de 2025 e de 2024:

a) A variação percentual de 265,62% na conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” decorre, principalmente, do registro efetuado pela UG da MB, no valor de R$ 8.944,70, inerente à caução relativa ao contrato nº 42050/2023-146/00, cujo objeto consiste em manutenção preventiva e corretiva do equipamento PABX SDC modelo HCM, da marca Siemens.

b) A variação observada na conta contábil “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” resulta, principalmente, de disponibilidades de recursos financeiros, ao final do 4º trimestre, na UG desta Força, as quais destinam-se, em maior parte, ao pagamento de despesas obrigatórias imediatas e de encargos trabalhistas para o início do mês de janeiro;

c) O saldo da conta “Garantias” refere-se ao montante de R$ 320.907,00 depositado em conta vinculada a contrato de serviço contínuo relativo às UG da MB da área de saúde. Esses valores resultam de pagamentos de guias de depósitos em garantias que são depositados em conta vinculada pelas referidas UG.

Em relação às variações observadas na conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” dos Órgãos Fundo Naval e FDEPM, cabe ainda esclarecer o seguinte:

a) no Fundo Naval – foi motivada, principalmente, pelo ingresso de recursos financeiros, por meio de Guias de Recolhimento da União (GRU), relacionadas à Receita da Tarifa de Utilização de Faróis (TUF), referente ao mês de dezembro que só foram compensadas nos primeiros dias do mês de janeiro, não permitindo sua aplicação; e

b) no FDEPM – o aumento decorre das liberações de recursos, que antes eram operacionalizadas pela Setorial Financeira da Marinha, mediante transferência prévia realizada pelo FDEPM e que, em 2025, a execução das liberações financeiras concentrou no próprio Fundo de Desenvolvimento. Tal mudança resultou em um maior volume de ingressos e saídas financeiras, porém sem impacto no resultado patrimonial.

Ressalta-se que as informações individualizadas dos Órgãos FN e FDEPM foram apresentadas em cumprimento ao contido na Decisão Normativa nº 198/TCU, de 23 de março de 2022.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, de construção ou de produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Imobilizado - Composição por Bens Móveis e Imóveis

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
Bens Móveis	34.093.159,94	33.461.531,73	1,89	47,47
Bens Imóveis	37.726.342,50	40.315.400,77	-6,42	52,53
Total	71.819.502,44	73.776.932,50	-2,65	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[2]

Conforme evidenciado na tabela acima, em 31/12/2025, o Órgão Superior do Comando da Marinha apresentou um saldo de R$ 71.819.502.439,66 no grupo "Imobilizado". Observa-se, portanto, redução no montante de R$ 1.957.430.060,26 em relação ao exercício de 2024, decorrente, principalmente, da diminuição registrada no grupo "Bens Imóveis", no montante de R$ 2.589.058.262,03. Os principais fatos geradores dessa variação encontram-se detalhados após a tabela a seguir, que apresenta o desdobramento do referido grupo e representa, aproximadamente, 53%, do total do Ativo Imobilizado.

O detalhamento do grupo "Bens Móveis" consta na Prestação de Contas Anual do Comando da Marinha, disponível no link "https://www.marinha.mil.br/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas".

2- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

Bens Imóveis - Composição por Contas Contábeis

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	25.451.026,15	29.056.191,99	-12,41	67,46
Bens Imóveis em Andamento	11.608.181,59	10.646.926,05	9,03	30,77
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	16.523,28	16.776,24	-1,51	0,04
Instalações	700.324,75	638.948,42	9,61	1,86
Demais Bens Imóveis	27.079,36	26.592,20	1,83	0,07
Deprec./Acum./ Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-76.792,64	-70.034,14	9,65	-0,20
Total	37.726.342,50	40.315.400,77	-6,42	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[3]

Conforme apresentado na tabela acima, a conta "Bens de Uso Especial" corresponde a, aproximadamente, 67%, dentre as contas de bens imóveis registradas no Balanço Patrimonial do Órgão Superior do Comando da Marinha. Esse percentual decorre dos lançamentos contábeis que evidenciam os saldos dos bens imóveis sob o controle do patrimônio imobiliário das UG. Os respectivos lançamentos têm como origem os registros efetuados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet), os quais integram, automaticamente, os saldos nas correspondentes contas contábeis no SIAFI, sendo que o decréscimo observado decorre, principalmente, dos registros de baixas de imóveis de uso especial no SPIUnet relacionados a imóveis em discussão judicial ou administrativa controlados no SPIUnet, que consequentemente, passaram a ser classificados contabilmente como Ativos Contingentes. Dentre esses registros,

destacam-se lançamentos realizados pela UG da MB no valor de R$ 1.320.472.533,91, referente ao RIP utilização nº 3913000535007; no valor de R$ 1.228.049.693,01, referente ao RIP utilização nº 0427008345004; no valor de R$ 1.227.903.353,15, referente ao RIP utilização nº 5833000575008; e no valor de R$ 928.575.000,00, referente ao RIP utilização nº 5655000055002.

Destaca-se, ainda, que a variação observada na conta "Instalações" (9,61%) decorre, principalmente, de gastos com execução de obras de fabricação de tubulações e acessórios de classe de segurança nuclear relativa ao desenvolvimento de tecnologia nuclear destinada a propulsão naval e geração de energia, bem como o apoio logístico necessário a esse desenvolvimento, efetuados por UG desta Força.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). São compostos por: (i) softwares; (ii) marcas, direitos e patentes industriais; (iii) direitos de uso de imóveis; (iv) amortizações acumuladas; e (v) redução ao valor recuperável.

Imobilizado - Composição por Bens Móveis e Imóveis

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	12.102,18	13.544,53	-10,65	2,82
Software com Vida Útil Indefinida	69.357,99	66.726,44	3,94	16,17
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	249,79	236,33	5,70	0,06
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	350.568,57	6.042.283,69	-94,20	81,72
Amortização Acumulada	-3.288,73	-3.395,89	-3,16	-0,77
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	428.989,80	6.119.395,10	-92,99	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[4]

Conforme se observa na tabela acima, em 31/12/2025, o Órgão Superior do Comando da Marinha apresentou um saldo de R$ 428.989.803,79 no grupo "Intangível", sendo que a conta "Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida" representa 81,72% do Ativo Intangível do Comando da Marinha, consolidado com seus Órgãos subordinados. Cabe destacar que 100% do saldo dessa conta encontra-se registrado na UG responsável, cuja redução ocorrida decorre de lançamentos relativos a ajustes de exercícios anteriores, efetuados pela citada UG em decorrência da baixa em atendimento ao item 9.11.2 do Acórdão nº 1.125/2025 – TCU - Plenário.

3- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

4- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

Fornecedores e Contas a Pagar – Curto Prazo e Longo Prazo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das DCON. Os passivos circulantes e não circulantes são compostos, principalmente, por: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

Fornecedores e Contas a Pagar - Composição País e Exterior

R$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar – Curto e Longo Prazo	31/12/2024	31/12/2023	AH(%)	AV(%)
Nacionais	78.176,38	62.695,59	24,69	97,89
Estrangeiros	1.681,65	2.099,22	-19,89	2,11
Total	79.858,03	64.794,81	23,25	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[5]

Em 31/12/25, o Órgão Superior do Comando da Marinha apresentou um saldo de R$ 79.858.030,97, relacionado ao grupo "Fornecedores e Contas Pagar – Curto e Longo Prazo", sendo que o grupo "Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais", a curto e a longo prazo, representam, aproximadamente, 98% do valor total das obrigações do Comando da Marinha e referem-se às liquidações de notas de empenho efetuadas pelas UG da MB no exercício de 2025, as quais encontram-se aguardando os respectivos recursos financeiros para efetuar as quitações/pagamentos. Dentre essas liquidações, destacam-se, principalmente, aquelas efetuadas pela UG responsável, no valor total de R$ 10.479.568,11.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e quando seu valor pode ser estimado de forma confiável. O valor reconhecido como provisão, refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente, na data das DCON, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria nessa data para liquidar a obrigação ou para transferi-la a terceiro.

Provisões a Curto e Longo Prazo - Composição por Contas Contábeis

R$ milhares

Provisões de Curto Prazo e Longo Prazo	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Provisões de Curto Prazo	17.039.528,09	13.896.390,70	22,62
Provisões de Longo Prazo	231.808.400,87	222.518.394,46	4,17
Total	248.847.928,96	236.414.785,16	5,26

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[6]

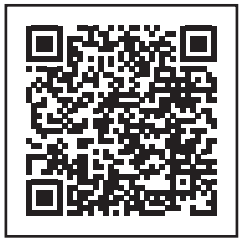
Os grupos "Provisões de Curto Prazo" e "Provisões de Longo Prazo" apresentaram saldo final de R$ 17.039.528.093,20 e de R$ 231.808.400.867,76, respectivamente. Esses registros estão relacionados aos cálculos atuariais do Sistema de Proteção Social das Forças Armadas (SPSMFA) que constam no Balancete contábil da

5- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

6- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude do Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

UG da MB e são provenientes de estimativa atuarial para o Comando da Marinha elaborada pelo Ministério da Defesa (MD), com o apoio do Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV).

O detalhamento dos saldos das provisões atuariais (de curto e de longo prazo) constam na Prestação de Contas Anual do Comando da Marinha, disponível no link "https://www.marinha.mil.br/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas".



Patrimônio Líquido

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo. Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos. No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

Patrimônio Líquido - Composição por Contas Contábeis

R$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-32.220.442,25	-15.381.015,52	109,48
Demais Reservas	6.720.691,09	5.402.632,10	24,40
Resultados Acumulados	-148.366.176,54	-143.956.056,65	3,06
Resultado do Exercício	1.265.919,98	-14.210.929,55	-108,91
Resultados de Exercícios Anteriores	-143.196.123,01	-128.207.751,09	11,69
Ajustes de Exercícios Anteriores	-6.435.973,51	-1.537.376,01	318,63
Total	-173.865.927,70	-153.934.440,07	12,95

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Siafi Web em 27/01/2026).[7]

Conforme se observa na tabela acima, em 31/12/2025, o Órgão Superior do Comando da Marinha, consolidado com os Órgãos Fundo Naval e FDEPM, apresentou um saldo negativo no Patrimônio Líquido, no valor total de R$ 173.865.927.699,97, sendo que as principais variações foram:

a) Os lançamentos na conta contábil "Ajustes de Avaliação Patrimonial de Passivos", cujo saldo é de R$ 32.220.442.252,13, derivam do reconhecimento de ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais (demográficas e financeiras) com as Provisões de Benefícios com Militares Veteranos, de Pensões Militares (Lei nº 3.765/60), de Benefícios com Anistiados Militares e de Pensões Especiais Militares, provenientes de estimativa atuarial para o Comando da Marinha

7- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

elaborada pelo MD com o apoio do CASNAV. Os registros nessa conta visam atender às exigências do TCU e à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC T SP 15) – Benefícios a Empregados;

b) O saldo da conta "Resultado do Exercício reflete o resultado patrimonial de 2025. Em comparação ao exercício de 2024, esse resultado apresenta variação negativa de aproximadamente 109%, causada principalmente pelo lançamento de desvalorização de imóvel de uso especial classificado como Complexos/Fábricas/Usinas, efetuado, em 21/02/2024, pela UG responsável, no valor de R$ 13.872.153.026,35. Tal lançamento impactou a apuração do resultado do exercício referente ao exercício de 2024, sendo que, no exercício de 2025, não houve fato/registro semelhante. A desvalorização decorreu do Laudo de Avaliação relativo ao imóvel com Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) de utilização nº 9701.00430.500-2, situado na Área Alfa - BR 040 Km 4,5 - Santa Maria - Brasília/DF, CEP: 72.501-100, o qual foi emitido com a finalidade de cumprir exigências oriundas do TCU; e

c) O montante de "Ajustes de Exercícios Anteriores" decorre, principalmente, dos gastos com treinamento e assistência técnica, objeto do Contrato nº 40000/2009-011/00 da UG desta Força, que haviam sido reconhecidos como ativo intangível e ativo imobilizado e tiveram seus valores ajustados tendo como contrapartida a conta de "Ajuste de Exercícios Anteriores", em cumprimento ao Acórdão nº 1.125/2025 – TCU-Plenário.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Obrigações Contratuais - Composição por Natureza de Despesa

R$ milhares

Natureza da Despesa	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
Aluguéis	0,00	11,11	-100,00	0,00
Fornecimento de Bens	10.797.604,41	12.701.272,47	-14,99	49,10
Seguros	194,95	159,86	21,95	0,00
Serviços	11.195.274,68	11.967.628,08	-6,45	50,90
Total	21.993.074,05	24.669.071,52	-10,85	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[8]

Conforme se observa na tabela acima, o Órgão Superior do Comando da Marinha apresenta o somatório dos saldos das contas "Fornecimento de Bens" e "Serviços" que representam, aproximadamente, 100% do total das obrigações assumidas até 31/12/25. As obrigações contratuais relativas ao fornecimento de bens decorrem, principalmente, dos registros contábeis inerentes à construção dos Submarinos Convencionais e do Submarino Nuclear Convencionalmente Armado (SNCA), enquanto o principal objeto relacionado às obrigações contratuais de serviços refere-se à construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) no município de Itaguaí, dotado de todos os equipamentos e sistemas necessários a sua operação e manutenção.

Além disso, cabe destacar que a variação percentual de 100%, na natureza de despesa "Aluguéis", decorre do registro efetuado indevidamente pela UG responsável no exercício de 2024, no valor de R$ 11.110,71. O saldo indevido foi regularizado pela citada UG.

8- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

4.3 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Essas variações patrimoniais podem ser definidas como: (a) Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) - corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários; (b) Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) - corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

Variações Patrimoniais – Composição

R$ milhares

Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2025	31/12/2024	AH(%)	AV(%)
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	86.706.494,65	83.009.859,71	4,45	6.849,29
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	85.440.574,67	97.220.789,26	-12,12	6.749,29
(=) Resultado Patrimonial do Período	1.265.919,98	-14.210.929,55	-108,91	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[9]

Conforme se observa na tabela acima, em 31/12/2025, o Órgão Superior do Comando da Marinha, consolidado com os Órgãos Fundo Naval e FDEPM, apresentou um Resultado Patrimonial de R$ 1.265.919.978,63, o qual, em comparação ao saldo do Resultado Patrimonial equivalente ao exercício anterior, apresentou uma variação negativa de 108,91%.

A redução no grupo "Variações Patrimoniais Diminutivas" decorre, principalmente:

a) a) das "Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras" relacionadas aos registros de variações cambiais, no valor total de R$ 1.043.361.454,82, efetuados pela UG da MB relativas ao pagamento da dívida contratual externa; e

b) b) pela "Desvalorização e Perda de Ativos" que teve como principal causa o registro de desvalorização de imóvel de uso especial, efetuado pela UG responsável, em 27/02/24, no valor de R$ 13.872.153.026,35, em decorrência do Laudo de Avaliação relativo ao imóvel com Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) de utilização nº 9701.00430.500-2, situado na Área Alfa - BR 040 Km 4,5 - Santa Maria – Brasília/DF, CEP: 72.501-100. O respectivo laudo de avaliação foi emitido com o intuito de cumprir exigências do TCU.

4.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Execução Orçamentária da Receita

As receitas previstas na Lei Orçamentária Anual de 2025, para o Órgão Superior do Comando da Marinha, consolidados com os Órgãos Fundo Naval (FN) e FDEPM, foram de R$ 4.762.308.179,00. Apurou-se que, ao final do exercício de 2025, foram arrecadados R$ 3.163.824.642,67, o que corresponde, aproximadamente, a 66% do total da receita prevista.

9- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

Receitas Previstas e Realizadas – Composição

R$ milhares

Receitas	Órgão Superior Consolidado				Órgão 52132 (Fundo Naval)				Órgão 52133 (FDEPM)			
	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV (%)	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV (%)	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV (%)
Receitas Correntes	**4.550.124,12**	**2.954.955,57**	**64,94**	**93,40**	**2.020.541,89**	**1.499.118,07**	**74,19**	**99,39**	**406.996,77**	**385.105,74**	**94,62**	**100,00**
Receitas Tributárias	172,02	159,91	92,96	0,01	172,02	159,91	92,96	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	1.432.644,37	964.674,68	67,34	30,49	1.096.780,40	655.608,80	59,78	43,47	335.863,97	309.065,88	92,02	80,25
Receita Patrimonial	2.678.006,30	1.583.531,61	59,13	50,05	485.490,85	439.517,33	90,53	29,14	69.930,00	73.282,52	104,79	19,03
Receita de Serviços	286.562,14	315.186,48	109,99	9,96	285.359,34	312.438,58	109,49	20,72	1.202,80	2.747,90	228,46	0,71
Transferências Correntes	3.100,00	0,00	0,00	0,00	3.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	149.639,28	91.402,90	61,08	2,89	149.639,28	91.393,46	61,08	6,06	0,00	9,44	100,00	0,00
Receitas de Capital	**212.184,07**	**208.869,07**	**98,44**	**6,60**	**7.029,57**	**9.149,69**	**130,16**	**0,61**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito	205.154,51	199.719,38	97,35	6,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	7.029,57	9.149,69	130,16	0,29	7.029,57	9.149,69	130,16	0,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.762.308,19	3.163.824,63	66,43	100,00	2.027.571,46	1.508.267,76	74,39	100,00	406.996,77	385.105,74	94,62	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[1]

Considerando-se a expectativa de arrecadação de 100% das receitas previstas, até o término de cada exercício, estabelece-se como meta razoável, no tocante às Receitas Correntes, a arrecadação de 25% a cada trimestre, utilizando-se apenas o critério de média mensal, sem que sejam considerados outros fatores.

10- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

Nesse sentido, em relação à previsão e à arrecadação das Receitas Orçamentárias, destacam-se os seguintes fatores:

a) em relação às Receitas Correntes:

a.1) A arrecadação das "Receitas Tributárias" são relativas ao Órgão 52132 (Fundo Naval), originadas pelo recolhimento de custas processuais, cujo desempenho observado foi abaixo do previsto. Cabe destacar que não foram identificadas inconsistências na estimativa inicial. A arrecadação das "Receitas Tributárias" são estimadas pelo valor bruto, ou seja, o montante total arrecadado, incluindo a parcela destinada ao Tesouro Nacional por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que corresponde a 30% da arrecadação.

a.2) A arrecadação das "Receitas de Contribuições" totalizou R$ 964.674.681,43. Ressalta-se que, aproximadamente, 71% dessa receita deve-se aos ingressos efetuados como "Contribuições Sociais", no valor total de R$ 687.080.554,04, as quais são compostas pelo somatório das contribuições para o desenvolvimento do ensino profissional marítimo, no montante de R$ 274.068.559,05, com as contribuições para os fundos de assistência médica hospitalar e social das Forças Armadas, no valor total de R$ 413.011.994,99. Além disso, cerca de 29% da citada receita são relativas às "Contribuições Econômicas", no montante de R$ 277.645.450,08, em decorrência das arrecadações da cota-parte do adicional de frete da Marinha Mercante.

a.3) No tocante à "Receita Patrimonial", há uma particularidade que a difere das demais receitas, pois embora em sua composição esteja prevista uma arrecadação de R$ 2.678.006.298,00, desse montante, o valor de R$ 2.122.585.447,00, refere-se à receita de "Exploração de Recursos Naturais", correspondente aos royalties do petróleo destinados ao Comando da Marinha, conforme a Lei nº 9.478/97, cuja estimativa de receita é realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), e o valor de R$ 555.420.851,00, corresponde a previsão de arrecadação das Receitas Patrimoniais referentes às naturezas de receitas "Aluguéis e Arrendamentos", "Remuneração de Depósitos Bancários" e "Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos", do Órgão Superior do Comando da Marinha, consolidado com os seus órgãos subordinados.
Os valores referentes à Receita de "Exploração de Recursos Naturais", no entanto, não são arrecadados diretamente pelo Órgão Superior do Comando da Marinha, motivo pelo qual não configura no Balanço Orçamentário do Órgão Superior Consolidado do Comando da Marinha. As efetivas arrecadações ingressam no Ministério da Fazenda, o qual, via Ministério da Defesa, efetua transferência dos correspondentes recursos financeiros para a Setorial Financeira do Comando Marinha. Cabe, ainda, mencionar que no exercício de 2025 houve a realização da receita de "Exploração de Recursos Naturais", correspondente aos royalties do petróleo destinados ao Comando da Marinha, no montante de R$ 1.070.653.324,20, que equivale a cerca de 50% do que estava previsto ser arrecadado.
Em relação às demais Receitas Patrimoniais, verifica-se que a arrecadação com Aluguéis e Arrendamentos, Remuneração de Depósitos Bancários e Cessão de Direitos de Operacionalização de Pagamentos totalizou R$ 314.685.759,73.

a.4) identifica-se que as "Receitas de Serviços" são compostas, principalmente, pela arrecadação com a Tarifa de Utilização de Faróis (TUF), pelo Fundo Naval, cuja variação deve-se às flutuações cambiais do dólar, uma vez que os valores da TUF são definidos nessa moeda. Em relação ao FDPEM, a variação observada decorre principalmente do aumento da arrecadação com inscrições em cursos do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM). Tal desempenho está associado à maior demanda pelos cursos ofertados, impulsionada pelo aquecimento do mercado de trabalho, aliado à ampliação da divulgação e à elevação das remunerações.

a.5) A previsão de arrecadação com "Transferências Correntes" decorre da expectativa de celebração de convênios entre o Comando da Marinha e outros órgãos e/ou entidades/instituições privadas, o que não se concretizou no exercício de 2025.

b) No tocante às Receitas de Capital, a receita de Alienação de Bens apresentou percentual acima da expectativa para o exercício, principalmente, pelas alienações de materiais inúteis/sem aplicação, no valor de R$ 3.743.859,56, de R$ 695.616,00 e de R$ 493.564,50 pelas OM da MB.

Ressalta-se que as informações individualizadas dos Órgãos FN e FDEPM foram apresentadas em cumprimento ao contido na Decisão Normativa nº 198/TCU, de 23 de março de 2022.

Execução Orçamentária da Despesa

Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

R$ milhares

Categoria Econômica	Grupo Despesa	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV(%)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	27.087.006,05	25.915.574,85	4,52	76,37
	Juros e Encargos da Divida	164.706,56	166.668,27	-1,18	0,46
	Outras Despesas Correntes	4.246.956,30	4.105.472,84	3,45	11,97
Despesas de Capital	Investimentos	3.453.278,21	2.285.651,46	51,09	9,74
	Amortizacao/Refin. da Divida	516.007,65	537.770,97	-4,05	1,45
Total		35.467.954,76	33.011.138,38	7,44	100,00

Fonte: SIAFI 2025 e 2024 (Extraído do Tesouro Gerencial em 27/01/2026).[11]

11- Os saldos contábeis deste Demonstrativo estão sujeitos a alterações, em virtude de o Sistema SIAFI2025 ainda não ter sido fechado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal.

Conforme se observa na tabela acima, em 31/12/2025, o grupo de despesa "Pessoal e Encargos Sociais" possui a maior representatividade entre todas as despesas orçamentárias empenhadas no Comando da Marinha (76,37%) e apresentou um acréscimo de 4,52% em comparação com o exercício de 2024, o que corresponde a um aumento no valor total de R$ 1.171.431.202,04. Entretanto, as despesas de capital, no grupo "Investimentos", possui a maior variação (51,09%), quando comparado ao exercício de 2024. Essas despesas se referem ao pagamento de investimentos efetuados pelas diversas Unidades Gestoras da MB, dentre as quais releva mencionar, principalmente, a Comissão Naval Brasileira na Europa - Londres (CNBE), no valor total de R$ 1.442.443.820,94, os quais foram destinados, sobretudo, ao Programa Nuclear da Marinha (PNM) e ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

4.5 AMPARO LEGAL

A execução orçamentária, financeira e contábil segue normativos legais de abrangência federal, destacando-se: (1) Constituição Federal de 1988; (2) Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; (3) Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e (4) Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. As DCON foram geradas automaticamente pelo SIAFI-Web.

4.6 INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DO COMANDO DA MARINHA

A Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), Órgão Setorial integrante dos Sistemas de Contabilidade, de Custos e de Administração Financeira Federal, com sede no Rio de Janeiro, subordinada à Secretaria-Geral da Marinha (SGM), foi criada pela Lei nº 1.658, de quatro de agosto de 1952, como órgão técnico da Administração Naval, com a denominação de Diretoria de Intendência da Marinha.

Nesse contexto, enquanto Setorial de Contabilidade do Comando da Marinha, é responsável pela conformidade contábil, análise e avaliação das DCON do Comando da Marinha e confecção de Notas Explicativas.

As Unidades Gestoras Executoras (UGE) dos Órgãos do Comando da Marinha efetuam a execução orçamentária, financeira e patrimonial, no SIAFI, com o fito de contribuírem para o cumprimento da missão institucional do Comando da Marinha.

O Fundo Naval (FN) foi criado pelo Decreto nº 20.923, de oito de janeiro de 1932, que tem força de lei, alterado pelo Decreto nº 21.313, de 21 de abril de 1932; pelos Decretos-Lei nº 7.365, de oito de março de 1945, nº 9.651, de 23 de agosto de 1946, nº 204, de 27 de fevereiro de 1967 e nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979; e pela Lei nº 4.905, de 17 de dezembro de 1965. O seu regulamento atual foi aprovado pelo Decreto nº 46.429, de 14 de julho de 1959. O FN constitui-se em um fundo especial de natureza orçamentária e destina-se a estabelecer os princípios e os procedimentos relacionados com o planejamento, a execução e o controle das receitas/recursos gerados nas OM provenientes da prestação de serviços de quaisquer espécies a empresas ou a pessoas estranhas à MB, bem como aquelas decorrentes de contribuições e ingressos diversos.

O FDEPM foi instituído pelo Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969 e destina-se a atender despesas com o desenvolvimento do ensino profissional marítimo, a cargo da Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Comando da Marinha.

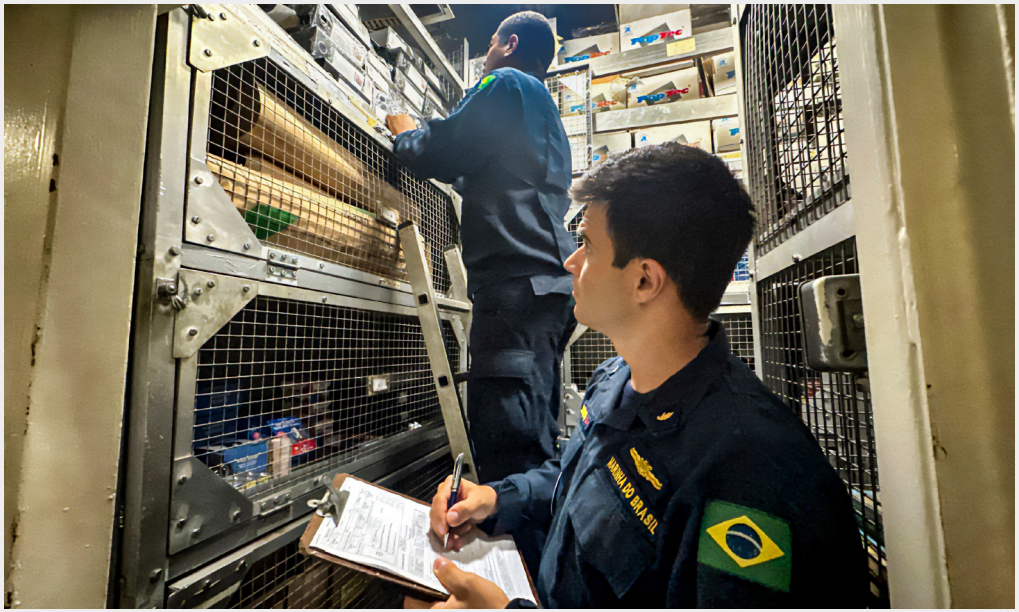
Destaca-se que o Comando da Marinha, por intermédio da DFM, supervisionada pela SGM, atento ao cenário externo e à evolução da Contabilidade Federal, tem atuado de forma ativa nos projetos e processos de mudanças conduzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que é o Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, o que tem permitido a adequada condução dos assuntos relacionados à Contabilidade no âmbito do Comando da Marinha.

Na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Contabilidade e diante da obrigação de registrar e evidenciar os atos e os fatos da gestão do patrimônio público sob responsabilidade do Comando da Marinha, relacionados às execuções orçamentárias e financeiras, bem como à administração dos bens patrimoniais, a DFM, como Setorial de Contabilidade, atua, incessantemente, divulgando às UGE as orientações sobre os procedimentos contábeis vigentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI. Além disso, analisa os demonstrativos contábeis de suas 340 Unidades Gestoras e, também, as dos Órgãos FN e FDEPM, informando/solicitando as regularizações das contas contábeis, sempre que necessário.

4.7 CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Não há registros a relatar no que se refere às auditorias realizadas pelos órgãos de controle, nem sobre as medidas adotadas em resposta às conclusões ou eventuais apontamentos feitos.

A íntegra dos Balanços, DCON e Notas Explicativas está disponível em: https://www.marinha.mil.br/transparencia-e-prestacao-de-contas (11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS)



Embarque de Viatura JLTV (Joint Light Tactical Vehicle) moderna viatura blindada

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACEECA	Adestramento Conjunto Específico de Emprego Combinado de Armas
ACiSo	Ação Cívico-Social
AEN	Ação Estratégica Naval
AENAV	Ações Estratégicas Navais
AGMB	Assessoria de Governança da Marinha do Brasil
AGU	Advocacia-Geral da União
AH	Variação Percentual
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AMAZUL	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
AMRJ	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AO	Ação Orçamentária
AROU	Armada da República Oriental do Uruguai
AV	Análise Vertical
BID	Base Industrial de Defesa
BNDO	Banco Nacional de Dados Oceanográficos
BNIC	Base Naval da Ilha das Cobras
BONO	Boletim de Ordens e Notícias
BSIM	Base de Submarinos da Ilha da Madeira
BUI	Bilhete Único Intermunicipal
C2	Comando e Controle
CadimaWeb	Cadastro Imobiliário da Marinha (sistema web)
CAPN	Campo de Atuação do Poder Naval
CARE	Centro de Acompanhamento e Resposta a Emergências Nucleares e Radiológicas Navais
CASNAV	Centro de Análise de Sistemas Navais
CATMAT	Catálogo de Materiais

CBS	Consórcio Baía de Sepetiba
CCEM	Centro de Comunicação Social da Marinha
CCIMAR	Centro de Controle Interno da Marinha
CCT	Conselho de Ciência e Tecnologia
CEIEC	China National Electronics Import and Export Corporation (Corporação Nacional de Importação e Exportação de Eletrônicos da China)
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CGCFN	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CGPIM	Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário da Marinha
CGU	Controladoria-Geral da União
CHA	Carteira de Habilitação de Amador
CIAMA	Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átila Monteiro Aché
CIANB	Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga
CIAGA	Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
CIAW	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
CIM	Centro de Inteligência da Marinha
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CISM	Conselho Internacional do Esporte Militar
CLAnf	Carros Lagarta Anfíbios
CLTI	Centro Local de Tecnologia da Informação
CM	Comandante da Marinha
CMAM	Centro Médico Assistencial da Marinha
CMatFN	Comando do Material de Fuzileiros Navais
CME	Complexo de Manutenção Especializada
CMM	Contramedidas de Minagem
CMS	Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha
CMS	Combat Management System (Sistema de Gerenciamento de Combate)
CN	Colégio Naval
CNAAA	Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNI	Complexo Naval de Itaguaí
CNIC	Complexo Naval da Ilha das Cobras
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFAMAR	Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha

ComAnf	Comandos Anfíbios
ComFFE	Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra
ComOpNav	Comando de Operações Navais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCITEM	Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha
CONSUG	Conselho Superior de Governança
COOPAFIT	Cooperativa de Agricultores Familiares de Itaguaí
COPLAN	Conselho do Plano Diretor
COPLAPE	Conselho do Planejamento de Pessoal
COTEC-TIC	Comissão Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicações
COTIM	Conselho de Tecnologia da Informação da Marinha
CPMM	Centro de Perícias Médicas da Marinha
CPSN	Centro de Projetos de Sistemas Navais
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CRPD	Centro Regional de Processamento de Dados
CSM	Consciência Situacional Marítima
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTecCFN	Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais
CTIM	Centro de Tecnologia da Informação da Marinha
CTMSP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
CTU	Conta Única do Tesouro
DAdM	Diretoria de Administração da Marinha
DCF	DCTIM Cybersecurity Framework (Estrutura de segurança cibernética)
DCON	Demonstrações Contábeis
DCTIM	Diretoria de Comunicações e Tecnologia de Informação da Marinha
DEN	Diretoria de Engenharia Naval
DFM	Diretoria de Finanças da Marinha
DGDNTM	Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha
DGMM	Diretoria-Geral do Material da Marinha
DGN	Diretoria-Geral de Navegação
DGPM	Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha
DIRCC	Depósito Intermediário de Rejeitos do Ciclo do Combustível
DN	Decisão Normativa / Distrito Naval

DNV	Det Norske Veritas
DPC	Diretoria de Portos e Costas
DPM	Diretoria do Pessoal da Marinha
DPOF	Decreto de Programação Orçamentária e Financeira
DRU	Desvinculação de Receitas da União
DSM	Diretoria de Saúde da Marinha
EACF	Estação Antártica Comandante Ferraz
EAD	Educação a Distância
EBAN	Emenda Parlamentar de Bancada
EBN	Estaleiro e Base Naval
EC	Elemento Combustível (nuclear) / Emenda Constitucional
EDM	Estratégia de Defesa Marítima
EE	Eficiência Energética
EMA	Estado-Maior da Armada
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
EMIM	Estaleiro de Manutenção da Ilha da Madeira
EN	Escola Naval
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENRG	Estação Naval do Rio Grande
ENRN	Emergência Nuclear e Radiológica Naval
EOF	Resultado Econômico Orçamentário e Financeiro
EPI	Emenda Parlamentar Individual
EPM	Ensino Profissional Marítimo
ESG	Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)
ESM	Escola de Saúde da Marinha
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes/Esgoto
ETEC	Encomenda Tecnológica
FAB	Força Aérea Brasileira
FAIR	Findable, Accessible, Interoperable, Reusable
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FDEPM	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

FMS	Foreign Military Sales (Vendas Militares ao Exterior)
FN	Fundo Naval
FNC	Força Naval Componente
FRIDA	Força de Resposta Imediata a Desastres Ambientais
FT	Força de Trabalho
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GC	Gestão do Conhecimento
GD	Geração Distribuída
GEE	Gases de Efeito Estufa
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GPL	Licença Pública Geral
GptOpFuzNav	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GRU	Guia de Recolhimento da União
HNMD	Hospital Naval Marcílio Dias
IA	Inteligência Artificial
IACIT	IACIT Soluções Tecnológicas S/A
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICN	Itaguaí Construções Navais
ICT	Instituição de Ciência e Tecnologia / Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação
IEAPM	Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira
IED	Iniciativa Estratégica de Defesa
iGestTI	Índice de Gestão de Tecnologia da Informação
iGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
iGovTI	Índice de Governança de Tecnologia da Informação
IMAPOR	Instituto Mar e Portos
IMO	International Maritime Organization (Organização Marítima Internacional)
IMSC	Índice de Maturidade em Segurança Cibernética
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPMS	Integrated Platform Management System (Sistema Integrado de Gerenciamento de Plataforma)
IPqM	Instituto de Pesquisas da Marinha
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano

IREX	Indenização de Representação no Exterior
ISO	International Organization for Standardization (Organização Internacional de Normalização)
JERJ	Jogos Escolares do Rio de Janeiro
JLTV	Joint Light Tactical Vehicle (Viatura Blindada Leve Sobre Rodas 4x4)
JP	Programa João do Pulo
LabAdm	Laboratório de Inovação Administrativa
LABGENE	Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica
LABMAT	Laboratório de Materiais Nucleares
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEI	Laboratório de Enriquecimento Isotópico
LEPLAC	Levantamento da Plataforma Continental
LFM	Laboratório Farmacêutico da Marinha
LINB	Lancha de Inspeção Naval Blindada
LME	Limite de Movimentação e Empenho
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPC	Licença Parcial de Construção
LPO	Levantamento de Pesos Olímpico
LRIT	Long Range Identification and Tracking (Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância)
LSAM	Licenciados do Serviço Ativo da Marinha
MANSUP	Míssil Antinavio Nacional de Superfície
MB	Marinha do Brasil
MCA	Motores de Combustão Auxiliares
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MD	Ministério da Defesa
MEPC	Marine Environment Protection Committee (Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho)
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MGP	Marinha de Guerra do Peru
MIALGAF	Laboratório de Geoquímica Ambiental Forense
ML	Mercado Livre (de Energia)
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento

MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (antigo)
MT	Mar Territorial
MTU	Friedrichshafen GmbH (fabricante alemã de motores)
NAM	Navio-Aeródromo Multipropósito
NBC T SP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público
NLLC	Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)
NOLAM	Norma sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos
NOPIM	Normas para o Patrimônio Imobiliário da Marinha
NORTAM	Normas Técnicas Ambientais
NPa	Navio-Patrulha
NPa500	Navio-Patrulha de 500 toneladas
NPa 500BR	Navio-Patrulha de 500 toneladas BR
OBNAV	Objetivo Naval / Objetivos Navais
OCA	Oficial Coordenador do Adestramento
OCF	Obrigatórias com Controle de Fluxo
OCM	Odontoclínica Central da Marinha
OCOP	Obter a Capacidade Operacional Plena
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEC	Odebrecht Engenharia e Construção
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OM	Organização Militar
OMF	Organização Militar Fornecedora
OMPS	Organizações Militares Prestadoras de Serviço
ONA	Organização Nacional de Acreditação
ONU	Organização das Nações Unidas
OSD	Objetivo Setorial de Defesa
OSE	Organizações de Saúde Extra-Marinha
OTH	Over The Horizon (Radar Além do Horizonte)
OUV-MB	Ouvidoria da Marinha do Brasil
PAAR	Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas
PA	Plano de Ação
PAC	Prédio Auxiliar Controlado (LABGENE) / Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar

PANC	Prédio da Sala de Controle (LABGENE)
PASM	Plano de Assistência Social da Marinha
PC	Praças
PCA	Prestação de Contas Anual
PCCMF	Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal
PCC&T	Plano de Carreiras para área de Ciência e Tecnologia
PCCTM	Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar
PCF	Plano de Configuração de Força
PDR	Preliminary Design Review
PEM 2040	Plano Estratégico da Marinha 2040
PEM	Planejamento Espacial Marinho
PENPO	Plano de Emergência de Navio para Poluição por Óleo
PESD	Planejamento Estratégico Setorial de Defesa
PETIM	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Marinha
PFCT	Programa Fragatas Classe "Tamandaré"
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PGRSS	Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMN	Política Marítima Nacional
PNCG	Policlínica Naval de Campo Grande (PNCG)
PNB	Programa Nuclear Brasileiro
PND	Política Nacional de Defesa
PNE	Planta Nuclear Embarcada
PNM	Programa Nuclear da Marinha
PNR	Próprio Nacional Residencial
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPED	Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa
PREPOM	Ensino Profissional Marítimo
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PROADSUMUS	Programa de Obtenção de Meios de Fuzileiros Navais

PROFESP	Programa Forças no Esporte
PROGEM	Programa Geral de Manutenção de Meios
PRONAPA	Programa de Obtenção de Navios-Patrulha
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PWR	Pressurized Water Reactor (Reator de Água Pressurizada)
RAP	Receita Anual Permitida
RARDP	Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias
RECIM	Rede de Comunicações Integrada da Marinha
RES EOF	Resultado Econômico Orçamentário e Financeiro
RETREX	Exercício de Resgate e Retomada
RFAS	Relatório Final de Análise de Segurança
RFP	Request for Proposal (Solicitação de Proposta)
RINA	Registro Italiano Navale (Registro Naval Italiano)
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RMB	Reator Multipropósito Brasileiro
RP	Restos a Pagar
RPAS	Relatório Parcial de Análise de Segurança
SAM	Serviço Ativo da Marinha
S-BR	Submarinos Convencionais (Classe Riachuelo)
SC	Servidor Civil
SCM	Sistema de Custos da Marinha
SCUA-2	Sistema de Consciência Situacional Unificada
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SecNSNQ	Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade
SEN	Sistema de Ensino Naval
SEPM	Sistema do Ensino Profissional Marítimo
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGM	Secretaria-Geral da Marinha
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SiASM	Sistema de Assistência Social da Marinha
SIC	Segurança da Informação e Comunicações / Sistema de Informação de Custos

SIC-MB	Serviço de Informação ao Cidadão da Marinha do Brasil
SIGAD-MB	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Marinha do Brasil
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPRON	Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
SISCOM	Sistema de Comunicação da Marinha
SISFORÇA	Sistemática de Planejamento de Força
SisGAAz / SiSGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISPAG	Sistema de Pagamento da Marinha
SisPes	Sistema de Pessoal
SISTRAM	Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo
SISPRES	Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o Planejamento das Operações Navais
SNCA	Submarino Nuclear Convencionalmente Armado
SNNF	Sanatório Naval de Nova Friburgo
SOF	Sistema de Operações e Supervisão do Controle
SOPEP	Shipboard Oil Pollution Emergency Plan
SPD	Sistema do Plano Diretor
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPIUnet / SPIUNet	Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
SSM	Sistema de Saúde da Marinha
SSPM	Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha
STA	Sistema do Tratado Antártico
STCW	Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers
STFA	Sistema Tático de Fatores Ambientais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TA	Termo Aditivo
TA33	Trijicon ACOG® 3x30 Rifle Scope
TCU	Tribunal de Contas da União
TEMADRE	Terminal Marítimo de Madre de Deus Terminal Marítimo de Madre de Deus

TERD	Termo de Entrega e Recebimento Definitivo
TGset	Turbo Gerador
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TIE	Título de Inscrição de Embarcação
TKMS	Thyssenkrupp Marine Systems
TMFT	Tabelas Mestras da Força de Trabalho
ToT	Transferência de Tecnologia
TUF	Tarifa de Utilização de Faróis
UG	Unidade Gestora
UFEX	Unidades Fabris Expedicionárias
UGE	Unidade Gestora Executora
UISM	Unidade Integrada de Saúde Mental
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USEXA	Usina de Hexafluoreto de Urânio
USI	Unidade Setorial da Integridade
USS	United States Ship
UV	Unidade de Vigilância
VCMH	Variação de Custo Médico-Hospitalar
VIO	O aplicativo VIO permite verificar a autenticidade de um documento emitido com o codificador VIO)
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
VSNT	Veículo de Superfície Não Tripulado
VTS	Vessel Traffic Service (Serviço de Tráfego de Embarcações)
ZC	Zona Contígua
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

MARINHA
DO BRASIL

REALIZAÇÃO:

MARINHA DO BRASIL
Estado-Maior da Armada
Assessoria de Governança da Marinha do Brasil

COORDENAÇÃO:

Assessoria de Controle Interno e Integridade de Governança

PROJETO EDITORIAL E DIAGRAMAÇÃO:

Centro de Comunicação Estratégica da Marinha

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco N, 5º andar
CEP 70055-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3429-1392
www.marinha.mil.br